

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**DISCURSOS E REALIDADES DO AGRONEGÓCIO: DO  
PRODECER NO CERRADO BRASILEIRO AO PROSAVANA NO  
CORREDOR DE NACALA EM MOÇAMBIQUE**

**LUCAS ATANÁSIO CATSOSSA**

DOURADOS, MS

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

LUCAS ATANÁSIO CATSOSSA

**DISCURSOS E REALIDADES DO AGRONEGÓCIO: DO  
PRODECER NO CERRADO BRASILEIRO AO PROSAVANA NO  
CORREDOR DE NACALA EM MOÇAMBIQUE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Produção do espaço regional e fronteira. **Linha de pesquisa:** Políticas públicas, dinâmicas produtivas e da natureza.

**Orientador:** Prof. Dr. Edvaldo César Moretti

DOURADO, MS

2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

C357d Catsossa, Lucas Atanásio.

Discursos e realidades do agronegócio: do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no corredor de Nacala em Moçambique. / Lucas Atanásio Catsossa. – Dourados, MS: UFGD, 2017.

295f.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo César Moretti.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. ProSAVANA. 2. PRODECER. 3. Agronegócio. 4. Campesinato. 5. Corredor de Nacala. I. Título.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**LUCAS ATANÁSIO CATSOSSA**

**DISCURSOS E REALIDADES DO AGRONEGÓCIO: DO  
PRODECER NO CERRADO BRASILEIRO AO PROSAVANA NO  
CORREDOR DE NACALA EM MOÇAMBIQUE**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Edvaldo César Moretti (Presidente/Orientador – PPGG/UFGD)

---

Prof. Dr. João Emilson Fabrini (Membro Titular – PPGG/UFGD)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marisa de Fátima Lomba de Farias (Membro Titular – PPGS/UFGD)

DOURADOS-MS

2017

## AGRADECIMENTO

Este trabalho, surgiu e chegou ao fim, sobretudo, para minha realização pessoal em termos acadêmicos. Para que fosse possível a realização desta pesquisa, houve, portanto, o envolvimento de muitas pessoas, por isso, considero-as como sendo responsáveis por este mérito. Durante os dois anos que frequentei o mestrado, conversei com muitas pessoas, tanto formalmente, assim como informalmente e, estas conversas decorreram tanto no Brasil, assim como em Moçambique em diversos fóruns (entre eles, eventos científicos, salas de aulas, banca de qualificação, grupos de pesquisas, locais de trabalhos, espaços de lazer, etc.). Os argumentos de certas pessoas, obrigam-me a (re)pensar, sobretudo, no tratamento tema em alusão, fato que levou-me a mudar até a abordagem. Acredito que algumas delas, reconhecerão os seus comentários, sugestões e as suas opiniões quando lerem este trabalho. Outro dado importante, é que estes dois anos não foram fáceis para mim e sem dúvidas, necessitei dos estímulos e amizade das pessoas que a seguir as destacarei.

Um agradecimento especial vai para o geógrafo e Prof. Dr. Edvaldo César Moretti, que desde de 2014, deu-me forças para poder candidatar-me ao mestrado e em seguida, assumiu orientar-me caso fosse aprovado, assim foi. Graças ao esforço, aos ensinamentos e os conselhos e a sua orientação que este trabalho chegou ao fim. De igual modo, agradeço ao casal Edvaldo e Silvana Moretti pelo apoio material e moral incondicional que me deram ao longo deste percurso, pois sem eles, o meu sonho seria até então, um sonho. Estendo também este agradecimento a socióloga e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marisa de Fátima Lomba de Farias pelo apoio moral e material incondicional que tive durante este período. Agradeço de igual modo, agradeço a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Inês Raimundo e a mestre Luísa Vanessa Lopes, ambas do Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

A minha família, particularmente ao senhor Eusébio Artur, por ser um bom pai, um bom irmão, um bom amigo e ao mesmo tempo um bom conselheiro, ao explicar-se como caminhar, vai o meu agradecimento. O mesmo vai para a cunhada Carolina, a cunhada Gina, ao mano Benito, Paito, Melucha, Ester, Êfelo, Beatriz, Cárдина, Rita que incansavelmente, deram-me muita força mesmo estando distante de mim. Aos meus sobrinhos, Artur, Helena, Aristóteles. Ao Tio Salamo e a tia Olária pelo amor e ajuda moral e material que me deram ao longo deste percurso acadêmico. A mana Paula, ao

mano Bascolo, agradeço-lhes pelos estímulos. Ao Aníbal Colher pela ajuda incondicional ao longo deste percurso, vai o meu obrigado. De igual modo vai para Romão Kumenya e ao Milénio pela apoio quando cheguei em Nampula no âmbito da pesquisa de campo. Ao Régio Conrado pelas riquíssimas contribuições resultantes das nossas calorosas discussões. De igual modo agradeço ao Raimundo Mulhaisse pela força.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA/FCH/UFGD), vai o meu obrigado pelas ricas e profundas contribuições ao longo deste percurso que me acompanharam. Aos meus amigos Bruno Campos e Fábio Lima, vai o meu muito obrigado pelo companheirismo e também pelo fato de terem me acompanhado em algumas instituições durante a pesquisa de campo do lado brasileiro. Agradeço também ao Ângelo Ribeiro pela assistência técnica na produção cartográfica. O mesmo vai para aos colegas do mestrado da turma de 2015 pelos momentos que juntos passamos. Agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD), desde os permanentes e convidados, pois foi graça aos seus ensinamentos que me sinto formado e capaz de contribuir para e/ou na sociedade. Agradeço também as secretárias deste programa, sobretudo, a Valéria e a Érika pelo carinho e simpatia que me deram. O agradecimento vai também para os Professores Doutores, Douglas Santos (geógrafo) e Alfa Omar Diallo, pois foi graças as contribuições durante o exame de qualificação que foi possível ampliar a visão e encher a “luz” que estava no “fundo do túnel”.

Agradeço de igual modo ao geógrafo e Prof. Dr. João Edmilson Fabrini, por ter debatido comigo ao longo deste período questões relevantes que deram *aval* a minha pesquisa. Agradeço também as instituições (públicas e privadas) e pesquisadores e entre outras individualidades que aceitaram facultar-me informações durante o trabalho de campo. Em Moçambique agradeço a UNAC (União Nacional de Camponeses) e seu núcleos provinciais e distritais das províncias da Zambézia e Nampula, OMR (Observatório do Meio Rural), ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua), ADECRU (Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais) e do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, sobretudo, a Coordenação do ProSAVANA. No Brasil (Dourados, MS), agradeço a EMBRAPA Solos, a Comid, CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Corpeplan. Finalmente, como para eu estudar no Brasil foi necessário ter condições financeiras, gostaria de endereçar o meu profundo agradecimento a agência que financiou os meus estudos os quais resultaram na obtenção deste grau acadêmico e vai para o CNPq.

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação às seguintes mulheres:

*Albertina Capalamula, a razão da minha (r)existência e das minhas lutas.*

*Beatriz Capalamula (In memoriam), minha fonte inspiração, sobretudo, por ter sido*

*uma excelente educadora e uma mãe maravilhosa.*

*Amélia Catsossa (In memoriam), uma biblioteca viva.*

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ABC- Agência Brasileira de Cooperação  
ADECRU- Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais  
CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CPT- Comissão Pastoral da Terra  
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FGV- Fundação Getúlio Vargas  
SADC- Comunidade dos Países da África Austral  
FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique  
Frelimo- Partido Frelimo  
IIAM- Instituto de Investigação Agrária de Moçambique  
JICA- Agência Japonesa de Cooperação Internacional  
MASA- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar  
MINAG- Ministério da Agricultura  
MST- Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
OMR- Observatório do Meio Rural  
ORAM- Associação Rural de juda Mútua  
OSC- Organizações da Sociedade Civil  
PRODECER- Programa de Desenvolvimento do Cerrado  
ProSAVANA- Programa de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento Agrário da Savana Tropical de Moçambique  
PPOSC-N – Plataforma Provincial de Organizações da Sociedade Civil de Nampula  
RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique  
UDCAM- União Distrital de Camponeses de Alto-Molócue  
UDCG- União Distrital de Camponeses de Guruè  
UDCM- União Distrital de Camponeses de Malema  
UDCR- União Distrital de Camponeses de Ribáuè  
UEM- Universidade Eduardo Mondlane  
UFGD- Univesidade Federal da Grande Dourados  
UNAC- União Nacional de Camponeses  
UNIZAMBEZE- Universidade do Zambeze  
UP- Universidade Pedagógica  
UPCN- União Provincial de Camponeses de Nampula  
UPCZ- União Provincial de Camponeses da Zambézia



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Emprego por setor de atividade ao longo do tempo (%) .....	18
Tabela 2. Níveis de escolaridades dos chefes dos agregados familiares (%).....	19
Tabela 3. Principais culturas cultivadas em Moçambique .....	27
Tabela 4. Criação de animais em Moçambique.....	28
Tabela 5. Distribuição da rede de instituições financeiras em Moçambique (até Março de 2011).....	30
Tabela 6. Características da produção agrícola em Moçambique (2002-2012) .....	31
Tabela 7. Potencial agrário do Corredor de Nacala.....	40
Tabela 8. Número de produtores por categorias das províncias afetadas.....	42
Tabela 9. Produtividade de algumas culturas do Corredor de Nacala em relação a outros países em 2010 .....	42
Tabela 10. Projetos brasileiros em Moçambique.....	49
Tabela 11. Mapeamento dos acordos bilaterais entre Brasil e Japão que se relacionam com o ProSAVANA .....	73
Tabela 12. Processo preparatório do ProSAVANA .....	89
Tabela 13. Lista de palestras e seus respetivos palestrantes sobre o ProSAVANA realizada em 2011 em São Paulo.....	96
Tabela 14. Metodologia global de implementação do ProSAVANA. ....	112
Tabela 15. Fases de implementação do ProSAVANA .....	113
Tabela 16. Principais culturas propostos pelo PROSAVANA.....	115
Tabela 17. Responsabilidades de cada parte integrante no programa ProSAVANA... ..	117
Tabela 18. Número de extencionistas dos serviços da rede pública de extensão rural em Moçambique por província até primeiro semestre de 2012 .....	122
Tabela 19. Número de extencionistas dos serviços provinciais de extensão rural público em alguns distritos no Corredor de Nacala.....	122
Tabela 20. Instituições financeiras para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala .....	132
Tabela 21. Empresas e/ou associações de produtores beneficiárias do Fundo do ProSAVANA .....	134
Tabela 22. Resumo do posicionamento das organizações da sociedade civil e o dos três governos face ao ProSAVANA entre 2012 à 2016 .....	161
Tabela 23. Transição do discurso do ProSAVANA .....	164
Tabela 24. Registro de terras/terras não registradas na província de Nampula nos distritos abrangidos pelo ProSAVANA.....	261

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1. Localização do Corredor de Nacala no contexto do ProSAVANA .....	38
Mapa 2. Rotas de transporte de mercadorias via marítima do PRODECER (1979-1999) e prevista para o ProSAVANA (2010-2030).....	62
Mapa 3. Área de implementação do ProSAVANA.....	119
Mapa 4. Uso e Cobertura da terra do Corredor de Nacala .....	173

## **LISTA DE FOTOS**

Foto 1. Uso de enxada de cabo curto na agricultura familiar como técnica de produção .....	24
Foto 2. Manifestações populares contra a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala .....	227
Foto 3. Protestos e/ou manifestações populares contra a implementação do ProSAVANA.....	229
Foto 4. Sistema de pulverização aérea no agronegócio.....	272

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Tempo de deslocação dos lugares de origem até lugares mais próximos para receber tratamento .....	22
Figura 2. Mapeamento da EMBRAPA em África.....	46
Figura 3. Logotipo usado pelas organizações da sociedade civil durante as lutas e resistências.....	145
Figura 4. Ocupação da terra em Moçambique segundo normas e práticas costumeiras .....	177
Figura 5. Zoneamento agrícola do Corredor de Nacala.....	230

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Investimento brasileiro por setor em Moçambique (2003-3010).....	47
---	----

## **LISTA DE ORGANOGRAMAS**

Organograma 1. Órgãos representantes no processo de implementação do ProSAVANA .....	116
--	-----

## RESUMO

Este trabalho, centrou-se nos aspectos considerados mais sensíveis sob ponto de vista social e ambiental, que são na sua maioria ignorados pelos executores do programa, sobretudo, quando confrontados pelas organizações da sociedade civil e certas pesquisas científicas. Essa análise, é sustentada tendo como base das contradições geradas pelo seu “homólogo” no cerrado brasileiro, o PRODECER. Os resultados evidenciam que dentro do programa ProSAVANA, há muitas ambiguidades e contradições discursivas, pois observa-se uma mudança repentina e sucessiva de discursos. Este fato, aliado a generalizada falta de transparência e clareza sobre as reais motivações da sua territorialização no Corredor de Nacala, cria dúvidas se o ProSAVANA, é na verdade um programa inclusivo como os documentos oficiais, sobretudo, o Plano Diretor versão zero, deixa transparecer. O trabalho constata ainda que o ProSAVANA, é mais um negócio agrícola que uma verdadeira “alavanca” para a promoção do desenvolvimento, pois ele espelha mais interesses da elite, ou seja, de frações da classe dominante dos três países envolvidos, do que os das comunidades afetadas. Isto se justifica pela forma como o programa foi concebido sem, no entanto, ouvir antes o parecer das comunidades locais e, por estes últimos serem impostos um modelo de produção para seguirem. A dúvida aumenta ainda por ter se verificado, logo após o início das atividades do ProSAVANA, ameaças, intimidações e exclusão das organizações da sociedade civil, associações de camponeses e os próprios camponeses no processo de tomada de decisões, ações praticadas pelos seus executores. O trabalho constata também que, além de *mitos*, o ProSAVANA apresenta vários riscos, com consequências territoriais graves. Sob ponto de vista social os *mitos* do ProSAVANA, são vários, podemos destacar, o fato de alegar-se ser ele a solução da fome, da miséria, ser uma fonte tanto de geração de muitos postos de trabalho, como também de renda para às famílias afetadas no Corredor de Nacala. Partindo do pressuposto de que a territorialização do capital implica, ao mesmo na desterritorialização das práticas preexistentes, o risco da destruição do campesinato e dos sujeitos que o praticam no Corredor de Nacala, é maior. Sob ponto de vista territorial, as consequências são enormes, e começam com a sua apropriação (porque recortado ele já está) e depois a sua especialização para a produção de *commodities*, visando atender o mercado global. A apropriação deste território pelo capital, pode levar a ocorrência de vários conflitos relacionados com o uso e aproveitamento dos recursos naturais. Tendo em conta que a maior parte das famílias do Corredor de Nacala depende, não só da terra para a sua sobrevivência, mas também usam a floresta, a fauna, os rios para obterem outras fontes de renda, o risco é maior para a eclosão de conflitos relacionados com o uso e aproveitamento destes. Mesmo que os seus executores apontem os PRAI (Princípios de Investimentos Agrícola Responsável) como via para evitar os conflitos, os mesmos não são eficazes na vertente protecionista, tanto para os camponeses, como para com o meio ambiente. Os impactos socioambientais, são inevitáveis neste modelo de produção proposto para o desenvolvimento agrário do Corredor de Nacala, tais como a marginalização dos camponeses no processo produtivo e também a destruição da natureza. A agricultura sob contrato, que é vista pelos seus executores como uma estratégia para promover os tais win-win (ganhos mútuos), também é uma falácia, pois além de simbolizar a entrada indireta do agronegócio nos territórios camponeses, é uma via oculta para empreender a *barbárie*, isto é, explorar e expropriar o produtor que se integra ao seu modelo de produção e por cima em seu próprio território.

**Palavras-chaves:** ProSAVANA; PRODECER; Agronegócio; Campesinato; Corredor de Nacala.

## ABSTRACT

This work presented here has focused on the social and environmental aspects of ProSAVANA which are considered most sensitive and are mostly ignored by its executors once confronted with civil society organizations and certain scientific researches. The analysis is sustained through the contradictions managed by its “counterpart” in the Brazilian cerrado – PRODECER. The results leave clear evidences that there are many ambiguities and discursive contradictions within ProSAVANA since there are abrupt and successive discourses. This fact coupled with the general lack of transparency and clarity about the real motivations of its territorialization in the Nacala corridor leaves doubts on the ProSAVANA whether it being or not an inclusive program as argued by the official documents as the Master Plan on its “zero version”. It has been found out that ProSAVANA is as much an agricultural business rather than a true “lever” for promotion of development since it reflects much elite interests, that is, the interests of the bourgeoisie of the three countries involved than their communities. These findings are justified by the way in which the program has been conceived in which there was no space to allow local communities express their willings and opinions being then imposed the production model to follow. The doubts on the ProSAVANA as an inclusive program arise and get stronger when there has been observed situations of threats, intimidations and exclusion of civil society organizations, peasant associations and peasants themselves in the decision-making process perpetrated by its executor. It has been noted also that in addition to myth ProSAVANA presents several risks with serious territorial consequences. From a social point of view the myth of ProSAVANA are many including the solution to hunger and poverty, to be a source of both income and income generation for the affected families in the Nacala corridor. Assuming that the territorialization of capital does imply the deterritorialization of preexisting practices, the risk of the destruction of peasantry and those ones who practice it in the Nacala corridor is greater. From a territorial stand point the consequences are enormous which begins with its appropriation (for it is already cut) and then its specialization for production of commodities to serve the global market after which the territorial sovereignty shall be lost. Appropriation of territory by capital may lead to occurrence of several conflicts related to land use and natural resources as a whole. Given that most Nacala Corridor families rely not only on land for their survival but also use forests, wildlife, and rivers to obtain other income resources the risk of social convulsions is higher if these relations are broken. Even though its executors point out the PRAI (Best Agrarian Investment Practices) as a way to avoid conflicts they are not effective on the protectionism side for both peasants and the environment. The socio-environmental impacts are inevitable in this proposed production model for the agrarian development of the Nacala Corridor, such as the marginalization of peasants in the production process, as well as forest destruction and environmental degradation. Under contract agriculture that is seen by its executors as a strategy to promote such win-win (mutual gain) is also a farce, as it symbolizes the indirect entry of agribusiness into the peasant territories, it is a hidden way to undertake barbarism, that is to say, to exploit and expropriate the producer who is integrated with his scheme of production and above in his own territory.

Keywords: ProSAVANA; PRODECER; Agribusiness; Peasantry; Corridor of Nacal

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTO .....	2
DEDICATÓRIA.....	3
LISTA DE ABREVIATURAS.....	4
LISTA DE TABELAS .....	5
LISTA DE MAPAS.....	6
LISTA DE FOTOS.....	6
LISTA DE GRÁFICOS.....	6
LISTA DE ORGANOGRAMAS .....	6
RESUMO .....	4
ABSTRACT .....	4
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- ESTADO E AGRICULTURA: AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO RURAL MOÇAMBICANO .....	17
1.1- Contexto e caracterização da agricultura moçambicana.....	17
1.2- Geografia econômica e social do Corredor de Nacala .....	36
CAPÍTULO 2- PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE .....	44
2.1-A presença brasileira na agricultura moçambicana: luzes e sombras.....	44
2.2- A emergência do agronegócio brasileiro em Moçambique .....	50
2.3- PRODECER e os mecanismos da sua transformação em ProSAVANA na sua entrada em Moçambique.....	56
2.4- A influência da crise de preços de alimentos de 2007/8 no processo de transformação do PRODECER para ProSAVANA.....	66
2.5- Aproveitando a ocasião para reinar: o papel do Brasil e Japão no processo de transformação do PRODECER para ProSAVANA.....	72
2.6. O acordo Brasil-Japão-Moçambique, ocupação do Corredor de Nacala e consolidação do ProSAVANA .....	89
CAPÍTULO 3- PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE .....	105
3.1- ProSAVANA e o modelo proposto para o desenvolvimento agrícola/agrário do Corredor de Nacala .....	105
3.2- Ponto de situação de implementação do ProSAVANA em Moçambique.....	116
3.2.1- Composição do programa ProSAVANA .....	120
3.2.1.1- Projeto de Investigação (PI) .....	120

3.2.1.2- Projeto de Extensão e Modelos (ProSAVANA-PEM).....	121
3.2.1.3- Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala (ProSAVANA-PD).....	125
5.1.2- Esquema de financiamento do ProSAVANA.....	127
CAPÍTULO 4- PROSAVANA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS EM MOÇAMBIQUE .....	135
4.1- Não ao ProSAVANA: entre as críticas às resistências das organizações da sociedade civil e de organizações de camponeses em Moçambique .....	135
4.2- Posicionamento dos executores do ProSAVANA face das críticas das organizações da sociedade civil .....	159
4.3- As <i>metamorfoses</i> do discurso de territorialização do ProSAVANA.....	163
4.4- Corredor de Nacala: um território com terras “livres” e “subutilizadas”? .....	166
4.5- Consultas públicas no âmbito da implementação do ProSAVANA: um processo para o <i>inglês</i> ver.....	174
4.5.1- Militarização e elitização das auscultações e/ou consultas públicas .....	187
CAPÍTULO 5- RISCOS OMISSOS NO PROGRAMA PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE .....	196
5.1- O que significa modernizar o Corredor de Nacala através do ProSAVANA enquanto agronegócio? .....	196
5.2- Agricultura sob contrato <i>versus</i> redução da pobreza: uma missão possível no agronegócio?.....	211
5.3- Insegurança alimentar e o colapso da soberania alimentar.....	228
5.4- ProSAVANA <i>versus</i> geração de postos de emprego e renda.....	242
5.5- Os PRAI como um instrumento para o alcance do desenvolvimento sustentável e inclusivo: as armadilhas das falsas crenças do ProSAVANA em Moçambique .....	252
5.5.1- Os PRAI do ProSAVANA irão proteger os camponeses no Corredor de Nacala?.....	254
5.5.2- ProSAVANA: um verdadeiro amigo do ambiente no Corredor de Nacala? .....	265
CONCLUSÃO.....	278
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	283
Anexo. Lista de pessoas e/ou instituições entrevistadas .....	294

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação, é resultado de um projeto de pesquisa que iniciou a ser executado oficialmente em 2015. Parece ter chegado ao fim, mas não, pois, abre novas possibilidades para futuras pesquisas. Cada vez que se fecha uma página na história, abre-se uma nova, pois sempre surge uma necessidade de rescrever algo, que talvez, ficou por se dizer. É assim, que caracterizo esta pesquisa. Fazer uma pesquisa, seja for a área do conhecimento, nunca foi fácil, pois, além da disciplina acadêmica, ela envolve várias questões, muitas delas, as vezes de difícil materializar, embora o nosso entusiasmo ao começar, sejam, de vencer todos os estorvos em nossa frente. Com isso, pretendo dizer que, nem sempre conseguimos atingir 100% daquilo que idealizamos ao iniciar uma determinada pesquisa. A maior parte destas questões, se desdobraram nesta pesquisa e ela, chegou ao fim, dada a persistência feita durante o período da sua elaboração.

Centralizo esta pesquisa nos aspectos considerados aqui, como sendo sensíveis sob ponto de vista territorial, social e ambiental dentro do ProSAVANA. O ProSAVANA, é um programa de cooperação trilateral que envolve os governos do Brasil, Japão e Moçambique, cuja assinatura do acordo para a sua implementação, ocorreu em Setembro de 2009, e visa essencialmente, a modernização agrícola do Corredor de Nacala. Em termos práticos, o ProSAVANA, é um programa que resulta da fronteira agrícola brasileira iniciada nos finais na década de 1970, que se desdobrou no cerrado brasileiro, numa cooperação entre Brasil e Japão, com o nome de PRODECER (*Programa de Desenvolvimento dos Cerrados*), por isso, o primeiro, é considerado como sendo réplica do segundo, sobretudo, em termos de concepção.

Abordar academicamente um assunto tão delicado como o ProSAVANA, em que por muito tempo foi politizado, implica além de postura e/ou competência acadêmica, ter uma decisão firme para analisá-lo. É verdade, que dum momento para outro, o ProSAVANA, tornou-se num dos programas mais estudado por estudiosos de diversas áreas do conhecimento, dentro e fora de Moçambique, em que qualquer um destes, escrevia e publicava alguma coisa. Basta entrar na página do *google* e escrever a palavra “ProSAVANA”, sai dezenas de opções e cabe o pesquisador escolher o que lhe interessa em termos de informação. Mas, em todo este processo, senti que havia uma necessidade de analisá-lo sob perspectiva do olhar geográfico. Pensadores como Ruy Moreira e Milton Santos, ambos geógrafos brasileiros, foram “chaves” neste processo,

pois, foi daí que, ganhei a coragem de analisar o ProSAVANA, sob perspectiva geográfica. Na década de 1980, Ruy Moreira, afirmara num dos seus textos que “*a geografia serve para desvendar máscaras sociais*”. Do mesmo modo, Milton Santos, afirmou em seu texto publicado em 2011, que “*a geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar*”.

Foi com base nestes olhares geográficos, que conduzi esta pesquisa. Por meio do pensamento de Ruy Moreira, adentrei na desmistificação do ProSAVANA, uma vez que este, era promovido pelas autoridades brasileiras, como sendo resultado de um programa de “sucesso”, neste caso de ideias, o PRODECER. Com estas alegações, professava-se que, se replicado em Moçambique, também reproduziria o mesmo “sucesso” do cerrado brasileiro, embora internamente, estudos empíricos e a própria paisagem do campo brasileiro, sob ponto de vista socioambiental, denunciasse uma tamanha *barbárie*. O ProSAVANA, foi ainda promovido pelas autoridades brasileiras, como sendo um exemplo bem “sucedido” da cooperação brasileira para o desenvolvimento agrícola em Moçambique.

Já por via do pensamento de Milton Santos, foi possível adentrar na desmistificação da ideia de que o ProSAVANA, é a solução dos problemas sociais em Moçambique, sobretudo, a fome, a miséria, o desemprego e que se implementado, seria a fonte de renda para as famílias, em fim, que promoveria o “*desenvolvimento sustentável e inclusivo*” ao longo do Corredor de Nacala. Através deste olhar, foi possível demonstrar que essas alegação que foram inicialmente propalados pelos mentores da iniciativa, neste caso Brasil e Japão, mais tarde reproduzidas pelas autoridades moçambicanas em seu território, são apenas retóricas (para não dizer *mitos*), sob ponto de vista do modelo de produção proposto para a modernização agrícola do Corredor de Nacala, o agronegócio. Já que o agronegócio por onde se territorializa os seus resultados, além de ser uma contradição em si, têm sido também dramáticos sob ponto de vista social e ambiental. Neste sentido, o olhar de Milton Santos, obrigou-me a (re)pensar, sobretudo, no tratamento tema em alusão.

Qualquer pesquisa de natureza acadêmica, conferem ao pesquisador grandes desafios, e pesquisar o ProSAVANA, foi o maior desafio que tive. Um dos momentos mais desafiantes, foi o de recolha de dados primários para esta pesquisa. Importa referenciar que, esta fase, decorreu em dois países, em que o português tido como língua oficial, os unem, mas ao mesmo tempo, os distanciam. O “acidente” linguístico, é um dos aspectos a destacar neste processo, sobretudo, do lado brasileiro, pois nem todas as



palavras faladas em Moçambique, tem o mesmo significado e vice-versa. Estas diferenças, apenas enriqueceram o meu vocabulário e como afirma Marcos Flávio, “*a diferença nos enriquece, o respeito nos une*”.

O contato com vários intervenientes durante a recolha de dados primários nestes dois países, além de significar um momento de criação de laços de amizade, também foi de muito aprendizado. Aliás, o momento de pesquisa de campo, é de aprendizado porque, procuramos saber aquilo que achamos que sabemos, mas que ao mesmo tempo não sabemos e/ou somos leigos. A pesquisa de campo, além de ser um momento que se procura provar ou anular as hipóteses e/ou premissas levantadas no projeto de pesquisa, serve também para confrontar aquilo que já foi escrito sobre o assunto em análise. Este, é que deve ser o princípio básico de uma pesquisa e, para já, é o principal desafio da academia no século XXI.

No Brasil, a pesquisa decorreu entre os meses de Setembro a Novembro de 2015 e mais tarde, em Agosto de 2016. Este processo, envolveu observações direitas, sobretudo, os desdobramentos do agronegócio enquanto modelo de produção. Esta fase, envolveu visitas à várias instituições públicas e privadas e neste último caso empresas de venda de máquinas agrícolas e suas peças, como também se insumos agrícolas. Foi também um momento de conversas com produtores integrados a lógica de produção contratual (a mesma que está a ser promovida pelo ProSAVANA), e destes, acabamos por saber com detalhes como tudo funciona. Permitiu ainda assistir os processos limpeza dos campos agrícolas, de sementeiras, de pulverização das lavouras e de colheita, tudo feito por máquinas agrícolas. Por sua vez, foi um momento de observação direta dos impactos, sociais, ambientais e territoriais, resultantes deste modelo de produção proposto para a modernização agrícola do Corredor de Nacala. Portanto, a pesquisa de campo realizada no Brasil, proporcionou uma leitura multidimensional do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento, fato que contribuiu para a ampliação do debate que apresento neste trabalho.

Em dezembro de 2015, viajei para Moçambique e o objetivo, era começar com a pesquisa de campo. A pesquisa de campo em Moçambique, decorreu entre os meses de Janeiro à Junho de 2016. Diferentemente do Brasil, nessa altura Moçambique estava numa “guerra não declarada” entre o governo da Frelimo (partido no poder) e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), politizada num “conflito político-militar”. Neste contexto, a área onde estava a pesquisar (o Corredor de Nacala), era um dos territórios que estava sendo assolado por este conflito, sobretudo, alguns dos seus

distritos<sup>1</sup>. Tornava ainda difícil circular porque as estradas que davam acesso a esta área, estavam condicionadas e para deslocar-se, era necessário uma “escolta militar” para passar. Com guerra, não se faz nada, pois é o momento em que as pessoas, procuram refúgios e a tendência, tem sido sempre, procurar “lugares seguros” para se esconder, mas eu fazia o contrário.

Em vez de viajar para “lugares mais seguros”, como os outros faziam, eu viajava em direção aos “lugares considerados inseguros”, isto é, onde a “guerra não declarada” estava intensa, a fim de realizar a pesquisa de campo. As vezes, questionava-me, se valia apenas correr risco e viajar para o campo. Dentro da esfera familiar, há quem dizia para que eu não viajasse, alegando que as estradas não estavam em condições para uma pessoa circular. Ai, tinha suas razões, e qualquer pai, mãe, irmão/irmã, tio/tia, primo/a, poderia desempenhar este papel, pois cada dia que passava, eram reportados novos casos de morte por baleamentos nas estradas devido às confrontações militares. Até diziam, por exemplo, que melhor comprar passagem daquela transportadora e não aquela, justificando que, uma era mais atacada que outra. Tive que obdecer, pois senti que estas pessoas, estavam preocupadas com o meu bem-estar. Mesmo viajando, sempre recebia ligações e/ou mensagens, a perguntar se estava tudo bem.

Do lado brasileiro, como fiz várias amizades, o sentimento era o mesmo, caracterizado por preocupação. Um professor e ao mesmo tempo amigo (que não vou expor o nome dele, mas sei que, se ele ler este trabalho, vai se recordar destas palavras), durante as nossas conversas via *facebook*, sempre procurou saber, como é que a minha pesquisa estava a decorrer. Quando contei-lhe que havia uma dificuldade enorme em circular, isto porque Moçambique se encontrava numa “guerra não declarada” e em seguida, disse o seguinte e passo a citar: “*imagino suas condições de trabalho, não são nada comuns, [...] é melhor um mestre vivo, do que um pesquisador morto*”. Como podem ver, ele estava também preocupado. Neste processo, havia outra situação que me forçava viajar ao campo, neste caso, a bolsa de estudo que me beneficiei do *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq/Brasil). O incumprimento de uma das cláusulas, significava o reembolso de todo o dinheiro gasto, e quase em todas as mensagens que recebia desta instituição, frisavam este aspecto.

Nisso, há razão, pois trata-se de um dinheiro público e deve ser valorizado. Este foi um dos principais fatores que obrigou-me a colocar em causa a minha própria vida e,

---

<sup>1</sup> Para o contexto brasileiro, distritos seria o equivalente a municípios.

não tendo condições para reembolsar o dinheiro gasto, não tinha outra opção, se não fazer-me as estradas mesmo com o “soar” das armas. Aos poucos, as páginas da minha pesquisa, iam sendo escritas, mesmo com todas estas dificuldades. Fora deste episódio triste, localmente deparei-me com outra situação, neste caso, a burocracia em termos de acesso a informação referente ao programa, mesmo com a(s) lei(s) de direito a informação aprovada(s). Essa, é a diferença que encontrei entre Brasil e Moçambique.

Sob ponto de vista constitucional, posso dizer que, houve a violação lei, sobretudo, o artigo 48, número 1, que preconiza que *“todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação”*, bem como a própria “Lei de Direito a Informação”, que pressupõe o acesso livre à informações de interesse público, em todas instituições públicas do país sem, no entanto, ultrapassar os limites constitucionais. Quando realizei entrevistas no Brasil, abertamente e sem credenciais, todas as instituições por onde passei, disponibilizaram tanto informações físicas, como também os responsáveis aceitaram que fossem entrevistados. Já em Moçambique, foi diferente. Em Moçambique, onde não houve nenhum condicionalismo, tanto em obter informações físicas, como em ter acesso aos representantes das instituições para entrevistá-los, foi nas organizações da sociedade civil, organizações de camponeses e algumas instituições de pesquisas.

Nas instituições estatais, sobretudo, a coordenação do ProSAVANA dos três países, foi difícil, tanto ter acesso à informações físicas, como também a disponibilidade das pessoas que poderiam conversar comigo em relação ao programa, mesmo apresentando credenciais. No seio dos executores do ProSAVANA, seja da contraparte moçambicana, brasileira e japonesa, a confidencialidade, era o indicador padrão. Tanto a moçambicana, como a brasileira, quando contactada no Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), sobretudo, no gabinete onde funcionava a Coordenação do ProSAVANA, insistiram para que se fizesse por escrito e depois se enviasse por via correio eletrónico, recusando-se assim, a darem entrevistas presenciais. Com estas respostas, tirei a conclusão de que eles, evitavam confrontações durante a entrevista.

Já do lado do Japão, um dos funcionários da JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional), quando contactado em Nampula, na Direção Provincial da Agricultura e Segurança Alimentar, sobretudo, no gabinete onde funcionava o ProSAVANA-PD, se recusou de ser entrevistado, alegando que não estava permitido a dar nenhuma informação, que o país dele estava apenas a ajudar o governo moçambicano na implementação do programa e que, quem tinha a responsabilidade de

falar do assunto, seriam, portanto, as autoridades moçambicanas. Mas, ele se esqueceu que já estava a dar uma informação útil, e só por se recusar, já era uma informação. O ProSAVANA, é um programa que considero como sendo um dos mais “blindados”, sob ponto de vista de acesso à informação.

Cabe referenciar que, a presente dissertação, está dividida em cinco (5) capítulos, destacados a seguir. O primeiro, caracteriza a agricultura moçambicana, como forma de compreender em que contexto o ProSAVANA, é implementado e de seguida, descreve a geografia social e econômica do Corredor de Nacala com o mesmo intuito. O segundo capítulo, analisa o processo de territorialização do ProSAVANA, a começar pela presença brasileira na agricultura moçambicana, a emergência do agronegócio brasileiro, a forma como decorreu a transformação do PRODECER para ProSAVANA, o papel exercido pelo Brasil e Japão e, finalmente a assinatura do acordo, a ocupação do Corredor de Nacala e a consolidação do programa. O terceiro capítulo, analisa o processo de implementação do ProSAVANA, tendo em conta o modelo proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, ponto de situação em termos de implementação e o esquema de financiamento proposto para o programa.

O quarto capítulo, analisa os desdobramentos do ProSAVANA, desde as críticas às resistências da sociedade civil e de organizações de camponesas, posicionamento dos executores do ProSAVANA em face das críticas, a mudança dos discursos em torno do programa, a ideia de existência de terras “livres” e “subutilizadas” e o processo de consultas públicas. O quinto e último capítulo, analisa os riscos omissos no ProSAVANA enquanto agronegócio, sobretudo, na vertente das consequências socioterritoriais e ambientais. A través da literatura empírica e especializada, não só procura-se desmistificar a ideia de que o PRODECER foi um sucesso, como também, procura apresentar os mitos do ProSAVANA.

Para a elaboração desta dissertação, além das consultas dos documentos oficiais do ProSAVANA, pesquisas em *site* do programa, trabalhos já publicados sobre este programa (capítulos de livros, artigos científicos, jornais, artigos de jornais, dissertações, teses, etc.), contou também com entrevistas semi-estruturadas (com representantes de instituições públicas e privadas, instituições de pesquisas, investigadores, organizações de camponesa, organizações da sociedade civil, congregações religiosas, etc.). As entrevistas foram realizadas de três maneiras, entre elas, presencial, via correio eletrônico (e-mail) e entrevistas telefônicas e a lista dos entrevistados, consta no anexo.

# CAPÍTULO 1

## ESTADO E AGRICULTURA: AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO RURAL MOÇAMBICANO

Este capítulo procura caracterizar a agricultura moçambicana com base em análises de pesquisas realizadas até então, por autores importantes e renomados sobre a matéria em alusão. A caracterização da agricultura moçambicana, é importante não apenas para compreender o contexto em que ocorre a implementação do ProSAVANA, mas também para perceber a partir de que realidade ele, é justificado enquanto plano para a agricultura moçambicana. Este capítulo, faz também uma descrição da situação socioeconômica atual do Corredor de Nacala, por forma a elucidar em que condições o ProSAVANA, é implementado enquanto estratégia de modernização agrícola.

### **1.1- Contexto e caracterização da agricultura moçambicana**

A agricultura desde a independência do país em 1975, é considerada a “base do desenvolvimento nacional”, conforme menciona o artigo 103, número 1 da Constituição da República em vigor no país. Sendo a agricultura o setor “chave”, a produção de alimentos, era uma prioridade, não apenas para abastecer os centros urbanos, mas também como meio para o combate a miséria e o alívio da fome, sobretudo, no meio rural. Declarou-se, por exemplo, que “o Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso econômico e social do país<sup>2</sup>”. O governo moçambicano, ao responsabilizar o setor da agricultura que o desenvolvimento de Moçambique, seria alcançado através dele, não só entendia que as condições de vida dos moçambicanos poderiam melhorar, como também professava que nenhum moçambicano poderia mendigar e muito menos viveria a míngua de um prato de comida na sua mesa.

O território moçambicano, é caracterizado por possuir população maioritariamente rural (sendo que em 2007 o número era de cerca de 23 milhões de habitantes segundo dados censitário, perfazendo 80%), que se dedica a prática da agricultura. Portanto, os “dados de 2008 indicam que pelo menos 14,3 milhões (70% do total) de moçambicanos vive na zona rural, dos quais 95,0% dedicam-se à agricultura, caracterizada, quase que integralmente, pela agricultura familiar de subsistência” (ProSAVANA-TEC, 2011, p. 6). Importa referenciar ainda que, nesta atividade o papel da mulher é de extrema importância, pois é ela que ocupa maior espaço no processo produtivo. A prática de

---

<sup>2</sup> Cfr. Artigo 103 da Constituição da República, número 2.

agricultura predominante no meio rural moçambicano é de pousio, pois ela tem ajudado os camponeses no processo de restauração da fertilidade natural dos solos em áreas ocupadas por estes. Além de a agricultura representar a base de sobrevivência de milhões de moçambicanos nas zonas rurais, a mesma “ocupa grande parte da população, podendo alcançar mais de 75% dos cidadãos” (MOSCA, 2014, p. 3). Os dados atuais apontam que cerca de 80% da população no meio rural, são empregados pelo setor da agricultura, dominando assim outros setores de atividades. Os dados da tabela 1, embora necessitem de uma atualização, demonstram que a proporção da população empregue na agricultura no campo, não variou tanto nos últimos anos, apesar do processo de urbanização tender a crescer.

**Tabela 1. Emprego por setor de atividade ao longo do tempo (%)**

Setores de atividades	1990-95	1996-2000	2001-05	2006-07
Agricultura	81.5	80.9	79.9	76.1
Recursos naturais	0.9	0.6	0.5	0.6
Manufatura	3.8	3.4	3.2	3.2
Energia	0.1	0.1	0.2	0.2
Construção	1.4	2.0	2.2	2.5
Comércio	4.2	6.5	7.7	7.6
Transporte, comunicação e armazenamento	1.2	0.5	0.9	1.1
Outros	6.8	6.1	5.5	7.4

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Cunguara & Garrett (2011)

A população escolarizada em Moçambique, sobretudo, no meio rural apresenta índices mais baixos, o que direta ou indiretamente inibe-lhes em obterem outras fontes de renda para a sua sobrevivência, fora da prática da agricultura. A União Nacional de Camponeses (UNAC) no seu Plano Estratégico 2010-2011, descreve o seguinte cenário:

“A educação é baixa (as matrículas para o ensino primário ultrapassam 80%, mas somente um terço completa a educação primária). Os índices de analfabetismos são altos e atingem 38.7%, principalmente nas zonas rurais entre mulheres” (UNAC, 2010, p. 10).

Rafael N. Uaiene (2012) fez a questão de apresentar em seu texto os dados de níveis de escolarização das populações rurais moçambicanas, e agrupa-os por chefes de agregados familiares. Os dados apresentados pelo autor mostram um cenário preocupante em que o nível de escolarização, é bastante baixo e pior nas mulheres quando comparado com o dos homens. Recorrendo o Censo Agro-Pecuário de 2010, Uaiene (2012, p. 51) sinaliza que “cerca de 63% das mulheres chefes de agregados familiares (AF) não sabem ler nem escrever enquanto apenas cerca de 32% dos homens que chefiam os AF caem na mesma categoria”. Os dados apresentados em Julho de 2016, pelo então, ministro da Educação e Desenvolvimento Humano e reitor da

Universidade Pedagógica (UP), Jorge Ferrão, mostram que as mulheres rurais continuam a enfrentar grandes dificuldades no que concerne o acesso ao ensino formal, sendo que “71% das mulheres são analfabetas<sup>3</sup>”. A tabela 2, faz referência às diferenças em termos de níveis de escolaridades, entre AF chefiados por mulheres e AF chefiados por homens, embora precise também de uma atualização, mas revela um pouco daquilo que se tem registrado no meio rural moçambicano.

**Tabela 2. Níveis de escolaridades dos chefes dos agregados familiares (%)**

<b>Escolaridade</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Não sabe ler nem escrever	31.7	62.9	40.3
Alfabetização	13.8	14.8	14.1
Primeiro grau	26.9	12.7	23.0

**Fonte:** Organizada pelo autor a partir de Uaeine (2012)

O nível de escolaridade, nunca pode ser excluído e/ou menosprezado no processo produtivo. Isto é que vale dizer que, o nível de escolarização da mão-de-obra, é diretamente proporcional à produtividade da mesma. Como diria Mucavele (2012, p. 160) “existe uma relação direta entre o aumento da produtividade da mão-de-obra e a educação”, isto é, quanto “maior é a formação básica dos camponeses, maior é a produtividade agrícola”. Embora, haja esforços e/ou iniciativas de alfabetização da população rural por parte do governo, os resultados até então, revelam que ainda há uma “estrada” muito longa por ser “trilhado” pelo fato dos índices de “analfabetismo” no meio rural continuarem altos.

Conforme Mucavele (2012, p. 160) “a maioria da população tende a ter em média quatro anos de educação para os homens e menos três para as mulheres adultas” e quando comparada com a das zonas urbanas “a educação nas zonas rurais tem sido lenta”. Partindo do pressuposto de que a maioria da população que trabalha na agricultura são as mulheres, os altos índices de “analfabetismos” representam para esta camada social um obstáculo para o alcance de outros bens não agrícolas, sobretudo, para a sua reprodução social. A Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), uma das organizações camponesas de Moçambique, que também luta pela justiça social no campo, reconhece o problema e diz ser grave, sobretudo, para as mulheres. Segundo destaca um dos militantes da ORAM,

O nível de escolarização nas comunidades, é baixo como agrava-se ainda para as mulheres. A título de exemplo, numa das seções de sensibilizações

<sup>3</sup> Disponível em: <http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/41360-71-das-mulheres-mocambicanas-sao-analfabetas.html>. Acesso: 03/11/2016.

que a ORAM fez, estavam presentes 40 homens e 16 mulheres. Dos 40 homens, 10 tinham B.I [Bilhete de Identidade] e nenhuma das mulheres estava registradas formalmente no sistema nacional. Então, quer dizer que, a questão da educação, também se compara a questão dos registros formais dos cidadãos neste país<sup>4</sup>.

A ORAM mostra-se ainda otimista no que tange às possíveis soluções para “sanar” este fenômeno no meio rural e, aponta o processo de alfabetização como sendo uma das principais saída. Num país onde o «português», embora seja a língua oficial e considerada localmente como um meio para alcance da “*unidade nacional*”, a mesma no meio rural, é pouco falada e este aspecto tem dificultado os processos de alfabetização das populações rurais, uma vez que se usa o português como padrão para tal feito. Para contornar esta situação, a ORAM, diz estar, por exemplo, a capacitar seus ativistas em línguas locais e numa primeira fase a província de Nampula foi o palco dos seus trabalhos. Segundo aponta um dos militantes da ORAM,

O trabalho que a ORAM tem feito, não é necessariamente fazer à divulgação da lei de terras em Macua ou em português, mas sim, capacitar ativistas ao nível das comunidades que tenham essa habilidade de fazer uma interpretação do que está na lei do português para macua<sup>5</sup>.

A UNAC, o maior movimento camponês de Moçambique e de expressão internacional, tem estado também a realizar atividades de capacitação dos camponeses e o palco das suas atividades, é também o Corredor de Nacala<sup>6</sup>. Olhando para os distritos que estão sendo abrangidos pelas formações e/ou capacitações levadas a cabo tanto pela UNAC como pela ORAM, concentram-se nos distritos que são também afetados pelo ProSAVANA. Tanto a UNAC, quanto a ORAM, além de estarem convencidas, entendem que a migração do capital no campo moçambicano e a possível introdução dos chamados “novos” pacotes tecnológicos no processo produtivo, podem ser fatais para o campesinato e os sujeitos que o praticam ao longo do Corredor de Nacala. Este olhar da UNAC e da ORAM, acaba fazendo sentido, na medida em que os países que já experimentaram a incorporação destes pacotes tecnológicos no processo produtivo, a exemplo do Brasil, além de ocorrer uma ordenação territorial no sentido de que passou apenas a produzir *commodities*, ocorreram também transformações na organização produtiva no que tange as relações sociais.

Como veremos mais em diante, o ProSAVANA, além de seguir a mesma lógica, ele apresenta vários riscos, primeiro para o Corredor de Nacala no sentido territorial e segundo para o campesinato e os sujeitos que o praticam, pois a idéia, é a incorporação

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada no dia 16/01/2016

<sup>5</sup> Entrevista realizada no dia 16/01/2016.

<sup>6</sup> Para mais detalhes, consulte em: [www.unac.org.mz](http://www.unac.org.mz).



dos tais “novos” pacotes tecnológicos no processo produtivo. Outro cenário que se pode mencionar aqui, está relacionado com o elevado número de prevalência do HIV/SIDA em Moçambique, sobretudo, no campo. Importa referenciar que o HIV/SIDA, tornou-se num dos grandes problemas sociais com expressão nacional. Os dados atuais, revelam que Moçambique tem a 8ª prevalência mais elevada do mundo, sendo que 11,5% da população das faixas etárias de 15-49 anos é seropositiva<sup>7</sup>. As mulheres são as que apresentam índices de seropositividade elevados quando comparados com os dos homens, sendo de 37% e 19%, respectivamente.

As populações rurais são as que apresentam maiores índices de seropositividade em Moçambique e um dos fatores impactantes deste fenómeno, aponta-se ser o não uso de métodos anticonceptivos, sobretudo, preservativos. É importante destacar ainda, que dos cerca de 80% da população que reside no meio rural “somente 38% está consciente de práticas sexuais seguras tais como o uso do preservativo e limitação de número de parceiros” (UNAC, 2010, p. 11). Os dados revelados recentemente pelo Ministério da Saúde, em Agosto de 2016, fazem a seguinte distribuição geográfica das pessoas infectadas por província: Niassa – 3,7%; Cabo Delgado – 9,5%; Nampula – 4%; Tete – 7%; Zambézia – 12,6%; Manica – 15,3%; Sofala – 15,5%; Gaza – 25,1%; Inhambane – 8,4%; Maputo província – 19,9% e cidade de Maputo – 16,8%. Tendo em consideração que o maior número das pessoas que trabalham na agricultura no campo são as mulheres, e por ainda ser este o grupo mais afetado, logicamente que a produção agrícola vai também ser afetada.

Além do HIV/SIDA, Firmino Gabriel Mucavele (2012), acrescenta ainda a malária como sendo um dos fatores impactantes à produção e a produtividade nas famílias rurais moçambicanas. Segundo ele “a disseminação de doenças causadas pelo HIV/SIDA e pela malária pode reduzir significativamente a produtividade agrícola e devastar as condições de subsistências” (MUCAVELE, 2012, p. 160). Quer dizer que, quanto mais afetadas forem às populações rurais que trabalham na agricultura tanto pela malária como pelo HIV/SIDA, mais debilitadas fisicamente estas estarão. Esta situação, afeta diretamente o processo produtivo, sobretudo, aqueles trabalhos que exigem maior aplicação da força como, por exemplo, a limpeza do espaço produtivo, a sacha e entre outras atividades feitas manualmente. Artur *et al.*, (2014), demonstram que o HIV/SIDA

---

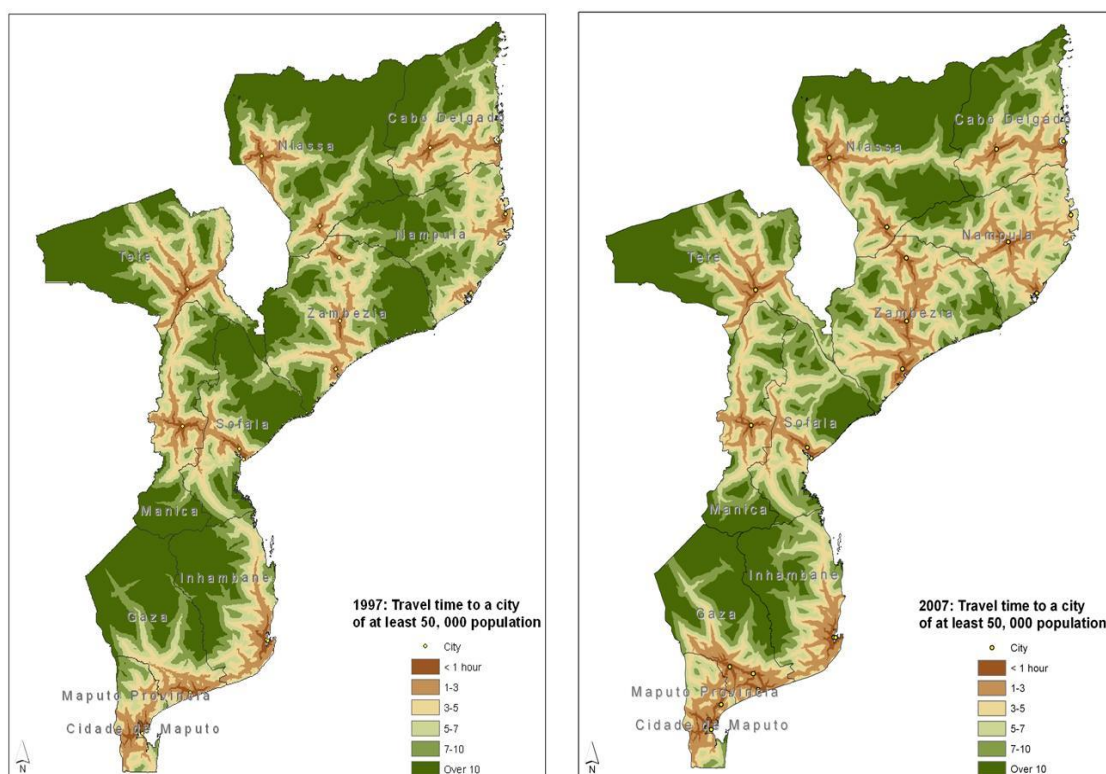
<sup>7</sup> Para uma leitura mais detalhada, veja em: [www.unicef.org/mz/nosso-trabalho/o-trabalho-do-unicef/hiv-sida](http://www.unicef.org/mz/nosso-trabalho/o-trabalho-do-unicef/hiv-sida). Acesso em 26/08/2016.

em Moçambique, é um dos agentes que tem contribuído no aprofundamento da miséria nas populações moçambicanas, sobretudo, no meio rural. Os autores argumentam que,

“O HIV e SIDA estão diretamente ligados com o combate à pobreza e a fome. [...]. Em Moçambique, a pobreza absoluta estagnou nos últimos anos, e isto se deve, em grande medida, aos impactos do HIV e SIDA. **O HIV e SIDA reduziu a mão-de-obra ativa disponível e produz elevada mobilidade. Nas zonas rurais, o HIV e SIDA resulta, sobretudo, em reeducação de áreas de cultivo, na troca ou abandono de culturas muito exigentes em mão-de-obra. [...] e de modo geral, na mudança do padrão tradicional da produção agrícola. O HIV e SIDA afeta a produção agrária na medida em que condiciona a disponibilidade e a afetividade da massa laboral. Isto tem profundas implicações nos rendimentos obtidos e no bem-estar geral dos agregados afetados**” (ARTUR *et al.*, (2014, p. 86-88-89-98, grifo meu).

Outro aspecto que merece destaque e que tem impactado este processo, é a falta de serviços de saúde próximo às populações no meio rural. Este fato tem obrigado as populações a se deslocarem para locais, muitas das vezes distantes das suas áreas de origem para receberem tratamentos. Este fato tem contribuído negativamente no processo produtivo em Moçambique, pois tem colocado em causa “o tempo de trabalho que a família gasta nas suas machambas” (ARTUR *et al.*, 2014, p. 99). A figura 1, mostra o tempo que as populações no meio rural, levam durante o seu deslocamento às cidades (e/ou vilas) na procura de serviços básicos de saúde.

**Figura 1. Tempo de deslocação dos lugares de origem até lugares mais próximos para receber tratamento**



Fonte: Cunguara e Garrett (2011)

Como podemos observar na figura 1, o tempo que um determinado paciente leva para ter acesso aos serviços de saúde, difere tendo em conta o ponto de origem do mesmo. Artur *et al.*, (2014) reportando casos das províncias de Tete e Niassa, constataram o seguinte cenário:

“Para as duas províncias, o tempo médio reduziu de mais de 6 horas/dia e 5-6 dias/semana para pouco menos de 3-4 horas/dia e 3-4 dias/semana, representando uma perda de cerca de um mês de trabalho em cada ciclo produtivo. A redução no tempo de trabalho (horas de trabalho) foi maior em Niassa porque, enquanto em Tete cerca de 50% ainda continua a trabalhar cerca de 6h/dia, no Niassa, a maior parte (cerca de 80% trabalham apenas cerca de 3h/dia). Relativamente a dias de trabalho em Tete, referiram faltar, em média, 3 dias/semana para atender mortes e doenças enquanto no Niassa referiram, em média, faltar 2 dias/semana para este efeito” (ARTUR, *et al.*, 2014, p. 99).

Este processo tem causado outros problemas, pois enquanto as pessoas adultas tornam-se incapacitadas, quando são infetadas pelo HIV/SIDA e/ou pela malária, as crianças são obrigadas a compensar a mão-de-obra em determinadas famílias e muitas destas crianças são as que se encontram a frequentar as escolas. Este processo tem levado o abandono destas crianças das escolas. Conforme Artur *et al.*, (2014, p. 100) para se “compensar a necessidade de mão-de-obra, nota-se também um incremento no uso de mão-de-obra infantil que obriga as crianças a ter que abandonar a escola”. Aliado ao fraco acesso aos serviços de saúde por parte da maioria das populações rurais, sobretudo, os idosos o HIV/SIDA, tem sido um dos principais problemas no que tange a baixa produtividade destas mesmas. Artur *et al.*, (2014) constataram o seguinte:

“A redução de dias de trabalho nas machambas teve consequências na produção global. No Niassa, 78,3% dos agregados referiram que reduziu a produção enquanto que em Tete foram 66.1%. Em termos quantitativos, no Niassa, antes da epidemia, maior parte das famílias (54,9%) referiu que conseguia colher alimentos que lhe garantia alimentação acima de nove meses. Atualmente apenas cerca de 15% dos agregados entrevistados referiram que conseguem produzir e ter reservas acima de nove meses. Em Tete, antes da pandemia, 89.5% referiu que tinha reservas alimentares para acima de nove meses” (ARTUR, *et al.*, 2014, p. 101).

Importa referenciar que a economia moçambicana, por ser essencialmente agrícola, pratica-se tanto a agricultura como a pecuária e em ambas as atividades, há predominância de uso de métodos e/ou técnicas rudimentares (tradicionais). No caso da agricultura, há, no entanto, predominância de uso de enxadas de «cabo curto» como a foto 1 ilustra.

**Foto 1. Uso de enxada de cabo curto na agricultura familiar como técnica de produção**



**Fonte:** [www.unac.org.mz](http://www.unac.org.mz). Acesso em: 12/09/2016

Além dos tamanhos das propriedades familiares serem pequenos, este cenário que se observa na foto 1, é que caracteriza quase todo o meio rural moçambicano e esta, é a técnica de produção predominante. Para Hanlon e Smart (2008, p. 348) “das famílias camponesas moçambicanas, **99,6% têm pequenas parcelas de 1,2 de hectares em média**” e principal motivo, é “**porque apenas com uma enxada não conseguem cultivar mais do que isso**”. Complementam ainda os autores que, “dos restantes, **0,33% são agricultores médios com 6,6 hectares** e uma diminuta percentagem **de 0,07 são grandes agricultores com uma média de 282 hectares**” (HANLON & SMART, 2008, p. 348, grifo meu). Essa atividade depende demasiadamente das condições naturais, como por exemplo, solos, clima, etc, e destes condicionalismos, as precipitações além de interferem, elas definem a forma, a qualidade e a quantidade da produção. Importa destacar também que a agricultura moçambicana “é associada com altos graus de

incerteza e riscos devido à sua dependência ao clima, desastres naturais, calamidades tais como cheias, secas, guerras e outros” (MUCAVELE, 2012, p. 160). Em relação aos aspectos acima mencionados, importa destacar que por causa deles, o ano de 2016 não foi favorável para a produção agrícola em Moçambique.

Os fenômenos como a cheias e secas, afetaram drasticamente a produção alimentar em Moçambique, fato que aprofundou ainda mais a insegurança alimentar de que já havia em quase todo o país, sobretudo, no meio rural. A exceção do Norte de Moçambique, a zona centro do país (em alguns distritos da província de Manica e também na província de Tete) e sul do país (alguns distritos da província de Inhambane, Gaza e Maputo) eram caracterizados por secas generalizadas, onde culturas diversas por falta de quedas pluviométricas neste período acabaram por secar. Alguns rios importantes do país, sobretudo, aqueles dependentes das chuvas também não resistiram, alguns secaram e outros apenas baixaram os seus níveis de caudais. Neste último caso, importa mencionar os Rio Save e o Limpopo, respectivamente. Esse cenário associado ao fenômeno de *El Nino*, além de afetar a produção agrícola do país, afetou drasticamente os sistemas de armazenamentos de água para fins de irrigação dos campos agrícolas.

Por exemplo, nos finais de Dezembro de 2016, dada a redução drástica do caudal do Rio Limpopo, o governo teve que restringir o abastecimento de água para fins agrícolas, sobretudo, para a irrigação dos campos de produção para pelo menos, reservar água fins domésticos, isto é, para o abastecimento as cidades, sobretudo, a cidade de Maputo e Matola, só para citar alguns exemplos. Esta decisão foi penosa para algumas empresas agrícolas que usam muita água no seu processo de produção, como é o caso da empresa «*Bananalândia*» que produz bananas na baixa do rio Limpopo. Esta empresa não só previa a baixa produção e produtividade caso essa situação prevalecesse por muito tempo, como também a demissão de alguns dos seus trabalhadores quantificados em cerca de 1.500 era outra previsão. Portanto, isto mostra que os recursos hídricos em Moçambique, são de extrema importância para a irrigação dos campos agrícolas e, conseqüentemente, para o aumento da produção e da produtividade e isto, se deve em grande medida pelo fato da agricultura moçambicana, ser de sequeiro. Para Firmino Gabriel Mucavele (2012),

“O acesso aos recursos hídricos e à irrigação é um determinante importante da produtividade da terra e da estabilidade do rendimento agrícola. A produtividade da terra irrigada supera mais duas vezes a da terra em sequeiro, que depende somente da chuva. Em Moçambique somente cerca de 3% da área em produção é irrigada, em comparação com 39% do Sul da Ásia e 29%

no Leste Asiático. Com mudanças climáticas, aumentam as incertezas na agricultura de sequeiro e o investimento de armazenamento da água torna-se cada vez mais crítico. Apesar da escassez de recursos aquáticos e do aumento do custo de sistema de irrigação de grande escala, há oportunidades para melhorar a produtividade renovando os sistemas atuais de irrigação, bem como a expansão de sistemas de irrigação de pequena escala e o armazenamento da água” (MUCAVELE, 2012, p. 160).

A pecuária foi também afetada, sobretudo, na província de Gaza, onde gados de diversas espécies não suportaram temperaturas elevadas e isto, levou a morte de muitos animais, sobretudo, gado bovino. A guerra (não declarada) que assolou o país desde finais de 2015, cuja intensificação ocorreu a partir dos meses de Março de 2016, além de ter levado a morte de muitas pessoas (inocentes) em um número não quantificado, a mesma levou o abandono de muitas populações das suas regiões de origem para outras áreas – os chamados “centros de acomodação”, deixando assim de praticar agricultura que é a sua base de sobrevivência. Cabe mencionar que, esta guerra (não declarada), envolvia o governo da Frelimo (partido no poder) e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique). Segundo informações reveladas pelo próprio governo, este fenómeno somado aos dois mencionados anteriormente, afetaram significativamente a campanha agrícola de 2015-2016. Devido a estes fenómenos, a insegurança alimentar não perdoou Moçambique e esta tendeu a crescer uma vez que as populações afetadas por esses fenómenos, não conseguiram produzir quase nada para a sua alimentação, daí a entrada de donativos que vinham grandemente dos seus parceiros de cooperação.

O território moçambicano, por ser predominada por uma agricultura de base camponesa, a diversificação de culturas em um mesmo espaço agrícola tem se destacado. Este fato é confirmado por Sitori (2005, p. 4) que afirma que a população moçambicana no meio rural “vive principalmente de atividades agro-silvo-pecuária de pequena escala, com uma heterogeneidade de atividades econômicas de geração de renda dentro das famílias”. Por exemplo, é possível observar numa *machamba* (espaços produtivos) uma mistura de culturas subsistência familiar milho, feijões [nhenba e manteiga], mapira, abóbora, quiabo, etc. É importante referenciar ainda que, maior parte dos camponeses em Moçambique, cultiva em primeiro lugar para o seu autosustento, isto é, para o consumo familiar e depois, é que olham para o mercado e neste processo, o excedente, é que é comercializado. A venda dos seus produtos tem sido para estes, obterem dinheiro para comprar outros bens, sobretudo, domésticos (óleo, arroz, sal, etc.), roupa para os seus filhos e também para levar os seus próprios filhos às escolas, aos hospitais e entre outras necessidades básicas. As principais culturas produzidas em

Moçambique estão divididas em dois principais grupos, sendo o primeiro composto por culturas de subsistência familiar e o segundo por culturas de rendimentos. A tabela 3, apresenta algumas dessas culturas cultivadas em Moçambique.

**Tabela 3. Principais culturas cultivadas em Moçambique**

Culturas de subsistências familiar	Cereais	Arroz; mapira, mexoeira e milho
	Leguminosas	Amendoim, soja, feijão nhemba, feijão mantega e feijão jugo
	Tubérculos	Mandioca, batata doce, batata-reno e inhame
Culturas de rendimentos	Soja, chá, girassol, trigo, sisal, cana-de-açúcar, algodão, tabaco coco e gergelim.	

**Fonte:** Organizada pelo autor com base em Uaiene (2012); UNAC (2010); MASA (2015); MOSCA (2011); Hanlon & Smart (2008).

Em relação às culturas de rendimentos, importa referenciar que há camponeses que preferem dividir a sua *machamba* em duas partes, neste caso cultivando uma dela, culturas de subsistência familiar e na outra, as de rendimentos. Esta é outra forma que os camponeses têm recorrido para fazer gestão dos seus espaços produtivos com o intuito de, por exemplo, as culturas de subsistência servirem apenas para a sua alimentação e as de rendimento, para a comercialização. Já no caso dos camponeses que têm mais de uma *machamba*, cultivam numa delas culturas de subsistência familiar e na outra, culturas de rendimento. Esta situação, observa-se na província de Tete, sobretudo, nos distritos de Angónia e Tsangano. Os estudos de autoria de Cavane, Cuanguara e Jorge (2014), e de Uaiene (2012), só para citar alguns exemplos, revelam também que as culturas de milho e da mandioca em Moçambique, estão entre o grupo de culturas de subsistência mais cultivadas pelas famílias camponesas.

Já no grupo de culturas de rendimento, a gergelim, o tabaco e o algodão de acordo com Uaiene (2012), são as culturas mais cultivadas com percentagens equivalentes a 30%, 22% e 18%, respectivamente. Entre outros produtos de sobrevivência familiar produzida pelas populações rurais moçambicanas, destacam-se o quiabo, a abóbora e entre outros e dependendo de cada região do país há produtos que são produzidos e consumidos localmente. As folhas de abóbora, de batata doce, de feijão-nhemba, de mandioca, só para citar alguns exemplos, em muitas regiões do país (nos centros urbanos como no meio rural), são usadas como base de alimentação, além de outros produtos que tiram diretamente das florestas. Importa destacar ainda, que em Moçambique cultivam-se culturas fruteiras, dentre elas a mangueira, a bananeira, a tangerineira, o abacateiro, a papaieira, o limoeiro, a laranjeira, a mafureira, a goiabeira, o ananaseiro, o cajueiro, etc. Uaiene (2012) em seu estudo revela que das culturas

fruteiras a mangueira, é das culturas mais produzidas nas zonas rurais seguido da papeira, bananeira e o limoeiro, representados com 58%, 35%, 28% e 22%, respectivamente. Não menos importante, é o setor pecuário, que também tem desempenhado um papel importante na geração de renda nas populações rurais moçambicanas. Assim como na atividade agrícola, onde há predominância do uso de técnicas rudimentares, a pecuária não é exceção. Além dos galináceos (aves, sobretudo, galinhas) que se encontra em quase todos os agregados familiares rurais, as principais espécies de animais criados em Moçambique, estão divididas em bovinos, caprinos e suínos. Embora, necessite de uma atualização, a tabela 4, apresenta a distribuição percentual das espécies de animais criados em Moçambique por província.

**Tabela 4. Criação de animais em Moçambique**

<b>Espécies</b>	<b>Bovinos</b>	<b>Suínos</b>	<b>Caprinos</b>
Efetivos	1.272.245	134.060	3.906.212
<b>Distribuição percentual</b>			
Niassa	1.2	1.47	4.21
Cabo Delgado	0.76	4.81	6.30
Nampula	3.97	11.16	15.19
Zambézia	1.10	<b>18.27</b>	7.64
Tetê	<b>24.95</b>	16.56	<b>16.66</b>
Manica	12.37	5.40	12.93
Sofala	4.64	7.81	12.37
Inhambane	14.50	<b>20.05</b>	10.65
Gaza	<b>24.32</b>	10.36	8.81
Maputo	10.93	2.76	4.49
Cidade de Maputo	1.35	1.35	0.76

**Fonte:** Organizado pelo autor com base em Uaeine (2012)

Como podemos observar na tabela 4, a província de Tete lidera a criação de espécie bovina, assim como a de caprino, com aproximadamente 25% e 17 %, respectivamente. Depois de Tete, segue a província de Gaza na criação de espécie bovina com aproximadamente 24%. A criação de espécie suína, é dominada pela província de Inhambane, seguida da província da Zambézia com cerca de 20% e 18%, respectivamente. Não menos importante, está à pesca e a caça que têm sido outras atividades, embora artesanais, mas têm contribuído grandemente para o aumento da renda nas famílias rurais moçambicanas. Há um consenso entre os estudiosos que têm estudado a agricultura moçambicana que, além da investigação e serviços de extensão agrária serem, os principais fatores que afetam negativamente o setor agrário, o uso de tecnologia, é tido como outro elemento responsável pelos baixos resultados do mesmo.

João Mosca, é dos autores moçambicanos que desde a década de 1975, vem estudando agricultura moçambicana. Portanto, ele tem-se centrado no desempenho deste setor, tanto na produção de alimentos para alívio a fome, como no combate a pobreza,



sobretudo, no meio rural. Dos seus trabalhos, destacam-se «*Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*», «*Políticas agrárias e mudanças na agricultura de Moçambique (1975-2009)*», «*Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas*», «*Porque é que a produção alimentar não é prioritária?*». Nestes estudos, o autor, centra-se nos aspectos que tem contribuído para a fraca produção e produtividade do setor da agricultura em Moçambique. Entre os fatores que caracterizam o setor da agricultura moçambicana, Firmino Mucavele (2012), menciona os seguintes:

- a) Baixa produtividade agrária (da terra, da força de trabalho e do capital);
- b) Fraca capacidade de oferta de sementes de boa qualidade adequadas às zonas agroecológicas;
- c) Fraco investimento na agricultura;
- d) Falta de sincronização e harmonização de políticas e estratégias dada à cadeia de valor, nomeadamente, da produção, processamento, agro-industrialização, comercialização e armazenamento;
- e) Fraca rede de investigação agrária, desconectada com os serviços de extensão e fraca (lenta) geração de tecnologias agrárias apropriadas às zonas agroecológicas;
- f) Altas percentagens de perdas pós-colheitas;
- g) Alta incidência de pragas e doenças e a incapacidade para o seu controlo;
- h) Fracos mercados agrários tanto de insumos como de produtos;
- i) Falta de reconhecimento dos resultados da pesquisa sobre os problemas da agricultura (MUCAVELE, 2012, p. 161).

Outro aspecto importante que vale apenas mencionar, está relacionado com a marginalização do setor da agricultura em termos dos recursos alocados pelo Estado e isto, tem estado a afetar drasticamente a produção agrícola do país, sobretudo, nos níveis de extensão, investigação e infra-estruturas (ver MOSCA, 2014b). Mas os problemas deste setor, não se esgotam por aí, podemos também citar, a falta de acesso ao crédito bancário por parte de muitos camponeses, tem impactado no processo produtivo, sobretudo, no aumento da produção e produtividade agrícola. Mesmo poucos e distribuídos de uma forma desigual, conforme Valá (2012, p. 107) “o formato desses bancos é pouco propício para que eles consigam estabelecer uma relação durável com a população de baixa renda, ou seja, vivendo próximo à linha de pobreza”. Nos dias atuais, o governo tem dado um papel de destaque na promoção de microcréditos, sobretudo, para que o «*Moçambique rural*» seja «*bancarizado*». Neste processo de

«bancarização» do «*Moçambique rural*», está em curso uma iniciativa denominada «*um distrito, um banco*», onde a ideia principal, é que a médio e longo prazo, cada distrito em Moçambique, tenha pelo menos uma agência bancária. A tabela 5, embora necessite de uma atualização, cabe mencionar que o cenário não alterou tanto e esta, é a forma de distribuição das instituições bancárias/financeiras em Moçambique.

**Tabela 5. Distribuição da rede de instituições financeiras em Moçambique (até Março de 2011).**

Província	Balcões autorizados (até 31/Mar/2011)	Balcões em funcionamento (até 31/Mar/2011)	Distribuição de balcões pelos 128 distritos		Coop. Crédito	Operações de microcréditos	Microbancos	Total ATM (até Fev/11)	Total POS (até Fev/11)
			Balcões (até 31/Mar/11)	Distritos (até 31/Mar/11)					
Maputo cidade	180	151			3			277	3206
Maputo Prov.	48	42	17	7	-	83 (**)	3 (**)	71	374
Gaza	29	30	18	6	1	10	-	50	149
Inhambane	31	28	14	7	-	7	-	46	215
Sofala	47	38	11	6	-	5	1	65	376
Manica	28	22	7	5	-	1	1	28	103
Tete	31	25	11	5	1	1	-	37	86
Zambézia	26	21	12	8	-	7	-	45	45
Nampula	48	38	8	7	2	5	-	71	205
Cabo Delgado	13	10	5	4	-	5	2	27	69
Niassa	10	10	55	3	-	2	2	26	58
<b>Total</b>	<b>491</b>	<b>415</b>	<b>108</b>	<b>58</b>	<b>7</b>	<b>126</b>	<b>9</b>	<b>743</b>	<b>4886</b>

**Fonte:** Extraída de Valá (2012).

A distribuição geográfica das agências bancárias em Moçambique, ainda é muito desigual e os bancos, estão concentrados na sua maioria nos principais centros urbanos e/ou nas vilas. Embora, em alguns distritos haja bancos, importa destacar que há limitações quanto ao seu acesso, sobretudo, para as pessoas que querem abrir os seus negócios e/ou mesmo investirem na agricultura e as mulheres, têm sido o grupo mais afetado, fato que leva a sua marginalização. Essa marginalização da mulher no acesso ao crédito, está em parte relacionada com o seu nível de escolarização e como já mencionamos, é baixo. Os juros que são aplicados pelos bancos, também não têm sido atrativos e/ou favoráveis ao camponês e isto, tem aumentado ainda a sua marginalização do processo. A falta e/ou ausência de agências bancárias no meio rural, faz com que os funcionários do Estado (como também privados), se desloquem distâncias enormes para terem acesso aos seus salários.

Por exemplo, antes da abertura da agência do Moza Banco ocorrida no dia 16 de Dezembro de 2016 “a população de Murrupula percorria 80 km até à cidade de Nampula para levantar dinheiro e ter acesso a outros serviços bancários<sup>8</sup>”. No entanto, mesmo

<sup>8</sup> Disponível: <http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/42842-murupula-inaugura-primeira-agencia-bancaria-.html>. Acesso: 19/12/2016.

com (poucos) e/ou sem recursos financeiros, com dificuldades em termos de acesso a tecnologia melhorada, conjugados com outros fatores já mencionados anteriormente, a agricultura familiar em Moçambique, é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, cobrindo alimentação de cerca de 90% da população moçambicana. A tabela 6, além de resumir um leque de fatores de produção que influenciam no fraco desempenho do setor de agricultura em Moçambique, ela também mostra a forma como é que se comportaram em alguns anos.

**Tabela 6. Características da produção agrícola em Moçambique (2002-2012)**

Descrição	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2012
Área total cultivada (000 hectares)	4.185	4.5.35	5.552	5.612	5.672	5.602	-
Número de pessoas e médias explorações (000)	3.127	3.210	3.333	3.396	3.619	3.725	-
Tamanho médio da machamba (ha)	1.3	1.4	1.7	1.7	1.6	1.5	-
Tamanho do agregado familiar (médio)	5.0	5.0	5.3	5.1	4.9	5.1	-
População rural (milhões) [ajustada]	12.4	12.7	14.0	13.7	14.0	15.1	-
Chefes de AF que completou a 4ª Classe (%)	31.1	32.9	36.2	36.2	36.6	42.3	-
Recebeu informações de extensão rural (%)	13.5	13.3	14.8	12.0	10.1	8.3	6.6
Uso de sementes melhoradas de milho (%)	-	-	5.6	9.3	10.0	9.9	8.7
Uso de fertilizantes químicos (%)	3.8	2.6	3.9	4.7	4.1	4.1	2.8
Uso de pesticidas (%)	6.8	5.3	5.6	5.5	4.2	3.8	6.3
Uso de tração animal (%)	11.4	11.3	9.5	12.8	12.8	11.3	7.7
Irrigação dos campos agrícolas (%)	10.9	6.1	6.0	8.4	9.9	8.8	8.1
Aquisição de crédito (%)	-	2.9	3.5	2.9	4.7	2.6	2.0
Recepção de informações sobre preços (%)	34.5	47.2	40.3	36.3	35.1	34.1	49.0
Pertencente a associação de camponeses (%)	3.7	4.5	6.4	6.5	8.2	7.2	4.5

**Fonte:** Organizado pelo autor com base em Cuanguara (2012), Cuanguara & Jorge (2014); Mosca (2011, 2012, 2014); Mucavele (2012).

Embora, a Constituição da República defina que a agricultura, é “a base para o desenvolvimento nacional” e por sua vez, preconize que a indústria como um fator dinamizador desta mesma economia, acontece que em Moçambique a indústria mesmo precária, tem maior concentração nos centros urbanos e/ou vilas. Como diria, António Álvaro Francisco (2010) em Moçambique a indústria encontra-se,

“[...] maioritariamente concentrada nas cidades e nas sedes dos Distritos e vilas, funciona com dificuldades por razões que vão desde a falta de matéria prima (importada), obsolescência da maquinaria (muitas fábricas têm mais de trinta anos), a concorrência de produtos importados a baixo custo em relação ao custo de produção nacional e a paralisia total de algumas fábricas (durante a guerra muitas fábricas foram destruídas e o processo de reabilitação vai exigir muito tempo)” (FRANCISCO, 2010, p. 46).

A falta de infra-estruturas, sobretudo, a cadeia logística (estradas, linhas-férreas, etc.) para escoamento dos produtos que ligue os locais de produção aos mercados consumidores, aliada aos elevados custos de transporte, são entre outros aspectos que têm impactado o desenvolvimento normal do setor da agricultura em Moçambique. Por causa da dispersão da rede de transportes, aliado a precariedade das vias de comunicações, a pobreza e marginalidade das populações rurais moçambicanas, se tem

agudizado ainda mais. Isto tem estado a acontecer porque, mesmo produzindo em grandes quantidades, estas populações não conseguem escoar os seus produtos para os mercados consumidores. De acordo com António Alvaro Francisco (2011),

“apesar dos esforços visíveis empreendidos pelo governo no sentido de se fazer a expansão desta rede, através da reabilitação dos edifícios existentes, ou de construção de infra-estruturas de raiz, porém é notório a incapacidade dos comerciantes de poderem levar o comércio formal até as localidades” (FRANCISCO, 2011, p. 46).

Em Moçambique, muitos camponeses quando produzem, sempre encontram dificuldades no processo de escoamento dos produtos e que mais tarde, esses acabam por apodecer em sua posse e os distritos de Angónia e Tsangano na província de Tete, são alguns dos exemplos. Estes aspectos, aliados à cadeia de valor desequilibrado e ao deficiente e/ou mau ambiente de negócios (ver Lopes, Machele & Abdala, 2016), têm sido um dos problemas sérios para o camponês e/ou produtor rural. Salientar que estes aspectos, têm obrigado os produtores a venderem os seus produtos a preços muitas das vezes mais baixos do mercado, aos chamados «*compradores ambulantes*». Para António Alvaro Francisco (2010),

“As populações do interior do país percorrem dezenas de quilómetros de distância a pé, ou de bicicleta, em busca de locais para venderem os seus excedentes e ou comprarem os produtos que lhes fazem falta, para moerem milho, etc.; os que vivem ao longo das fronteiras, recorrem os países vizinhos, o que faz com que o país perca milhares de toneladas de produtos agrícolas por ano, em benefício daqueles países. Em outras regiões os comerciantes ambulantes são os que minimizam o sofrimento das populações, pois levam um mínimo de produtos básicos as comunidades, e em troca, compram os produtos excedentários das comunidades a preços baixos das tabelas praticadas pelo comércio formal” (FRANCISCO, 2011, p. 46).

Em Moçambique, existem lugares que produzem o suficiente para abastecer outros mercados, sobretudo, os centros urbanos, mas a cadeia logística local aliado ao custo de transporte, não tem ajudado ao camponês e, muito menos tem o beneficiado, sobretudo, para o escoamento dos seus produtos agrícolas. Se houvesse uma cadeia logística que interligasse os principais centros de produção, aos mercados consumidores, o país não estaria nesta altura a depender tanto de produtos de importação, sobretudo, da primeira necessidade como cebola, tomate, alho, batata e entre outros como acontece nos últimos anos, em que a África do Sul, tem sido o mercado recorrente para tal feito. Além destes problemas, está também o problema de fiscalização em que observa-se a ausência quase total do Estado.

As políticas públicas implementadas no setor da agricultura até então, revelam primeiro que não foram favoráveis tanto para o setor da agricultura no seu todo e muito

menos para o setor familiar tendo em conta as ações empreendidas pelo Estado. Em segundo lugar, revelam também que não foram socialmente inclusivo e muito menos economicamente favoráveis para as populações rurais. Pode se dizer que as políticas públicas e/ou estratégias de desenvolvimento do setor da agricultura apenas, vêm reproduzindo o subdesenvolvimento o qual a FRELIMO, em 1975, afirmou que iria liquidar. Para João Mosca, em Moçambique, “nunca houve uma política agrária moçambicana”, mas sim, “existem nos últimos tempos tendência para demonstrar que agricultura vai bem<sup>9</sup>”. Na contracapa do seu livro intitulado «*Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*», João Mosca e um dos (autores) clássicos no debate sobre agricultura moçambicana, descreve o seguinte cenário:

“A agricultura e o meio rural nas últimas décadas não sofreram transformações estruturais, tecnológicas, de produtividade e de condições de vida fundamentais, como resultado de políticas e estratégias econômicas e agrárias desajustadas. [...] Não obstante os discursos políticos, o setor agrário e o meio rural foram secundarizados, os camponeses marginalizados ou sujeitos a integrações perversas na economia”.

Além de não ter conseguido melhorar as condições de vida das populações, estas políticas agrárias, apenas vieram “amputar” o sonho de milhares de moçambicanos, sobretudo, no meio rural em ver-se livre da miséria e da fome, fenômenos cíclicos em Moçambique. Em Moçambique, as populações rurais têm estado desde a independência do país a viver ciclicamente na miséria. Mosca (2011) ao fazer avaliação do desempenho do setor da agricultura entre 1975 a 2009, revela que, se uma determinada pessoa saia da miséria, não ficava fora dela por muito tempo e, quando esta volta, caía de vez na miséria. Recentemente, foi publicado um relatório pelo Ministério da Economia e Finanças, onde aponta que “o número de moçambicanos que gasta menos de 30 meticais por dia reduziu de 51,7%, em 2007, para 46,1% em 2015<sup>10</sup>”. Ou seja, 5,6% é o número de moçambicanos que conseguiram sair da miséria em oito anos delimitados para a análise. O relatório do Ministério da Economia e Finanças, revela ainda existir em Moçambique grandes desigualdades sociais entre a cidade e o campo, e descreve este cenário da seguinte forma:

“Nas zonas urbanas, as pessoas abaixo da linha da pobreza diminuíram de 46,8% para 37,4%, o correspondente a 9,4%. Nas zonas rurais, a pobreza decresceu menos, saindo de 53,8% para 50,1%, uma queda de 3,7%. Por outro lado, a pobreza não reduziu em todas as províncias. Em Niassa

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://pda.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/59254-nunca-houve-uma-politica-agraria-mocambicana-joao-mosca>. Acesso: 05/11/2016.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/42307-pobreza-diminuiu-no-pais-nos-utimos-oito-anos-segundo-estudo-do-ministerio-da-economia-e-financas.html>. Acesso: 05/11/2016.

aumentou de 33% para 66,6%; em Cabo Delgado, de 39% para 44,8%; e em Nampula, de 51,4% para 57,1%<sup>11</sup>”.

A partir dos dados acima, pode-se afirmar que ainda há um longo caminho por ser trilhado, sobretudo, para que se chegue ao desenvolvimento por via setor da agricultura, sonho este que, os moçambicanos vivem apenas de promessas a cerca de quatro décadas após a independência do país. Por causa dos fracos resultados que o setor da agricultura vem acumulando desde 1975, verificamos nos dias atuais por um lado, o governo a acusar os camponeses de serem «preguiçosos», «ineficientes» e/ou mesmo «*não competitivos*» e, do outro, os camponeses a não se deixarem intimidar pelo discurso dominante (do governo). Mas será que os camponeses são na verdade «preguiços», «ineficientes» e/ou «*não competitivos*» como o governo tem professado? Não estará o governo a fugir as suas responsabilidades de colocar o setor da agricultura rentável, eficiente e ao mesmo tempo competitivo? É o que veremos a seguir.

Dentro de esfera política moçambicana, sobretudo, no seio (do governo) da Frelimo, há um entendimento segundo o qual, a pobreza que afeta o camponês, é resultado da sua própria preguiça (ver HANLON & SMART, 2008). Portanto, fica aqui uma ideia segundo a qual, não existe nenhum fator externo que influencia na deterioração das condições de vida dos camponeses. Mas, esta é apenas uma ficção, pois a maior parte dos que têm esta visão, vive nas cidades e pouco conhecem a realidade do meio rural, sobretudo, o dia-a-dia do camponês. Esse grupo se esquece, portanto, do fracasso recorrente das políticas agrárias e estratégias de desenvolvimento do setor da agricultura, as quais alguns destes testemunharam. A União Nacional de Camponeses (UNAC), não se tem deixado intimidar por estes discursos e ela, afirma que o governo pouco tem feito para reverter o atual cenário, pelo fato de quase todos os fatores de produção estarem além do “bolso” do camponês. Joseph Hanlon e Teresa Smart (2008), por exemplo, sinalizam que UNAC tem respondido que:

[...] **os camponeses não podem trabalhar mais se não tiverem mas apoio do governo.** Os fertilizantes, sementes melhoradas, tração animal e irrigação, é muito baixo em Moçambique porque muitos camponeses são tão pobres que não podem comprar insumos agrícolas (HANLON & SMART, 2008, p. 354, grifo meu).

Joseph Hanlon e Teresa Smart (2008), também são da opinião que a baixa produção e produtividade do país, não tem nada haver com a preguiça que é atribuída aos camponeses. Segundo os autores,

**“Os camponeses não são nem estúpidos e nem preguiçosos. Mas, têm fome e estão limitados na quantidade de trabalho que podem fazer**

---

<sup>11</sup> Idem.

**depois de tantos projetos governamentais e de ONG's que falharam, também são, sensatamente, avessos aos riscos. Apesar disso, os camponeses aceitam nova tecnologia se ela for barata e proveitosa e se os riscos forem baixos – especialmente se há um mercado seguro”** (HANLON & SMART, 2008, p. 376, grifo meu).

As acusações que o governo tem feito, portanto, têm sido apenas uma estratégia para incentivar e/ou legitimar a entrada de grandes corporações agrícolas e se prestarmos atenção, com a entrada do ProSAVANA, os camponeses foram tidos pelo governo, como sendo «*não competitivos*», daí a ideia de transformá-los em produtores de mercadorias (ver capítulo 5). A transformação dos camponeses, é vista pelo governo, como sendo a via eficaz para o aumento da produção e da produtividade do país. É preciso desde já destacar que a produtividade que se fala, não é no sentido de produção de alimentos para o consumo das pessoas no seu dia-a-dia como tem sido atualmente, mas sim, a produção de *commodities*. O modelo que o governo, está a promover com o ProSAVANA, como veremos mais em diante, ele não é a grande produção no sentido da segurança alimentar, mas sim, no sentido de mercadorias (ver capítulo 5).

O problema da baixa produção e produtividade que o setor da agricultura, vem acumulando desde a independência do país, não é apenas do camponês, ele é antes de tudo, estrutural. O que Moçambique precisa neste momento para pôr o setor da agricultura produtivo e competitivo, não são as reformas consecutivas, mas sim, de uma revolução e tudo, tem de partir pela formulação das políticas públicas e/ou estratégias de desenvolvimento do setor agrícola, ajustadas às realidades do país, onde o camponês é o centro das atenções. Isto significa dizer que, o camponês além de participar no processo de elaboração, também deve ser consultado e não forçado a seguir as decisões já tomadas como tem sido. Desde a independência do país, o ministério da agricultura, tem estado a sofrer reformas consecutivas de governo para governo, mas os resultados não mudam, sempre são os mesmo, caracterizados pela baixa produção e produtividade agrícola. Destas mudanças de nomes, chamou-se Ministério da Agricultura e Pescas e depois passou para Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Durante o governo Guebuza (2005-2015), este setor voltou a chamar-se Ministério da Agricultura.

Com o advento do governo Nyusi em 2015, passou a se chamar Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e não se sabe o certo se é com o aumento da palavra «Segurança Alimentar» que a fome, a desnutrição crónica e a miséria ficarão pela história no país. João Mosca ironiza o fato descrevendo que “**os ministérios mudam de nome permanentemente**, há umas direções/funções que entram e saem, agora a terra já tem ministério próprio, **qualquer dia vamos ter um ministério da felicidade dos**

**moçambicanos**<sup>12</sup> (grifo meu). De fato, se fosse que esta mudança e fusão permanente de nome de ministérios e de funções e/ou direções como tem vindo a acontecer ultimamente com este setor, é diretamente proporcional a elevação da produção e da produtividade, Moçambique não poderia ser tão dependente dos produtos de importação como tem sido para abastecer os mercados internos, sobretudo, as cidades de Maputo e Matola. Os camponeses em Moçambique têm estado a enfrentar muitas dificuldades, entre elas a falta de incentivos financeiros, de insumos agrícolas, acesso a tecnologia, crédito com juros baixos e acessíveis ao produtor, a serviços de extensão rural e entre outros fatores de produção. Havendo a disponibilidade destes fatores de produção, equacionada a vontade política, a produção agrícola, pode aumentar sem precisar, no entanto, incentivar a entrada de grandes corporações agrícolas como o ProSAVANA, que é visto pelo governo moçambicano, como solução estratégica para Moçambique sair do subdesenvolvimento, embora seja apenas uma ilusão (veja capítulo 5).

## **1.2- Geografia econômica e social do Corredor de Nacala**

A área que iremos concentrar a análise neste trabalho, encontra-se na sua maior parte localizada no Norte de Moçambique e isto, é visível no mapa 1, sobretudo, a parte tracejada. Esta área no contexto do programa ProSAVANA, é apresentada como similar a do cerrado brasileiro e o paralelismo, é tido como um dos principais fatores para tal propósito (veja seção 2.6). O Corredor de Nacala, faz parte dos seis corredores de desenvolvimento identificados pelo governo moçambicano para operacionalização do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA) e do Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA). Destes corredores, além do Corredor de Nacala, destacam-se também, o de Maputo, Limpopo, Beira, Vale do Zambeze e Pemba-Niassa que também, são alvo do capital internacional, tanto na modalidade individual, como por meio de programas de cooperação. A escolha do Corredor de Nacala para a implementação do ProSAVANA, segundo o governo moçambicano, deve-se pelo fato de apresentar condições favoráveis para a prática da agricultura e abrange “uma extensão total de mais de 700 km” (MASA, 2015, p. 11).

No contexto do ProSAVANA, a extensão territorial do Corredor de Nacala parte do porto de Nacala, na província de Nampula até cidade de Lichinga, província nortenha de Niassa e fazem parte deste território os dois distritos (Alto-Molócue e

---

<sup>12</sup> Extrato de uma entrevista retirada em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/53501-o-campones-em-vez-de-lutar-pela-defesa-do-seu-hectare-e-meio-deve-lutar-para-que-lhe-seja-atribuida-terra-joao-mosca>. Acesso: 01/09/2016.



Gurùè) na província da Zambézia (ver mapa 1, sobretudo, a parte tracejada) e “compreende uma extensão de 107.002 km<sup>2</sup>” (MASA, 2015, p. 12). Este território, tem estado a ser ampliado nos últimos dias, sobretudo, para albergar várias iniciativas privadas, fator que acabou com a anexação de outras províncias. O governo moçambicano nos últimos anos, tem sido cada vez mais favorável ao investimento privado, sobretudo, para o setor da agricultura para a implementação de programas ligados ao agronegócio. Por exemplo, o discurso do presidente da república, Filipe Jacinto Nyusi durante a visita ao Japão em Março de 2017, centrou na promoção do Corredor de Nacala, como sendo o local geoestratégico para a entrada do investimento estrangeiro, com preferência para o capital japonês. Os setores da agricultura e mineiro-energético, só para citar alguns exemplos, foram os mais destacados. Filipe Jacinto Nyusi no seu discurso durante o encontro com empresários japoneses, afirmou o seguinte:

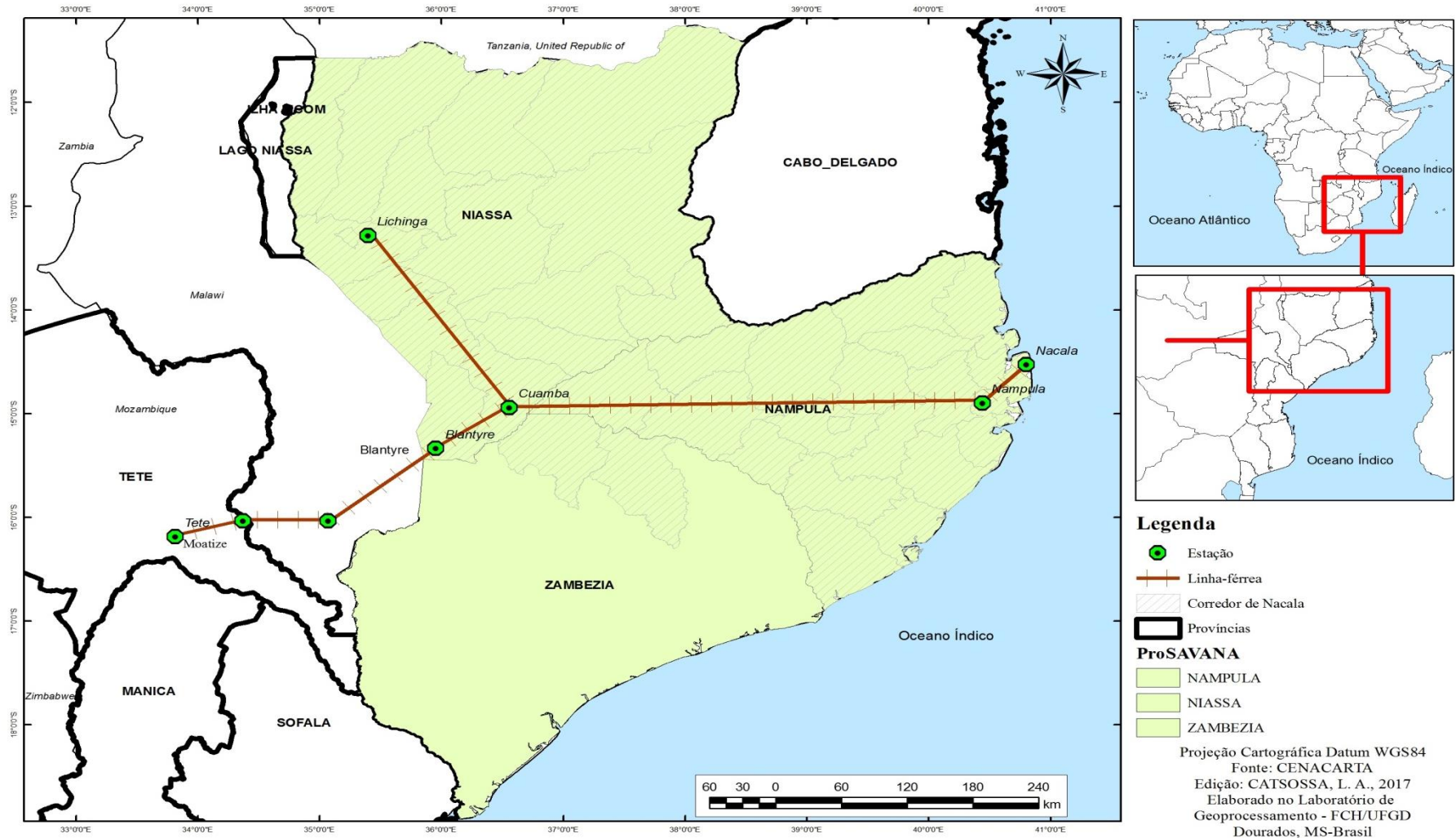
Agricultura, é o negócio para nós mais sustentável possível porque é sazonal [e] mal feito ou feito de maneira rudimentar [...]. Juntos acordamos para continuarmos a acarinhar os projetos em curso em Moçambique e disse muito bem, [que] no Corredor de Nacala, a extração do carvão de Moatize, a participação das empresas japonesas na exploração do gás em Moçambique, na bacia do Rovuma, entre outros para além dos projetos de infraestruturas que estão a ser financiados pelo Japão<sup>13</sup>.

Por causa deste favoritismo, as províncias Cabo Delgado e Tete, acabaram por serem anexadas ao território conhecido por *Corredor de Nacala* (ver figura 6). A anexação das províncias de Cabo Delgado e Tete para fazer parte do Corredor de Nacala, é geoestratégica, sobretudo, para acomodar outros interesses económicos. A província de Cabo Delgado, a sua anexação tem haver tanto com o gás natural no rio Rovuma (ver figura 6 e 7), como também ao Programa Económico de Desenvolvimento do Corredor (PEDEC), que é uma das iniciativas do Japão (ver seção 2.6). A província de Tete não só é anexada no mesmo contexto do PEDEC, mas também, é por causa da linha-férrea da minieradora brasileira Vale, que já atravessava a província de Nampula, com destino ao porto de Nacala, que atualmente se encontra a ser ampliada com capital japonês, para responder os interesses do ProSAVANA. Esta linha-férrea, é que o faz ser Corredor, que é o mesmo, que dizer «*zona económica especial*». Desta forma, o Corredor de Nacala, será na verdade uma das “importantes vias de transportes de pessoas e bens e/ou produtos, tanto para Moçambique quanto para seus vizinhos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), principalmente Malawi” (ProSAVANA-TEC, 2011, p. 8). [vide mapa 1].

---

<sup>13</sup> Esta reportagem pode ser vista a sua íntegra em: <https://youtu.be/2tZlv9yzFQw>. Acesso: 16/03/2017.

Mapa 1. Localização do Corredor de Nacala no contexto do ProSAVANA



Em termos populacionais, as províncias de Nampula e Zambézia, são as que apresentam alta densidade populacional na região em relação a de Niassa. Funada- Classen (2013b, p. 24) confirma este fato, destacando que “as províncias de Nampula e Zambézia, com uma população de mais de 3,9 milhões e 3,8 milhões, respectivamente, possuem aproximadamente 40% de toda a população do país”. Até 2011, segundo estimativas do INE (Instituto Nacional de Estatística) “a população das províncias sob a influência do Corredor de Nacala (Nampula e Niassa) é aproximadamente de 5,1 milhões de habitantes, com o índice anual de crescimento da ordem de 2,3%” (ProSAVANA-TEC, 2011, p. 8). O Corredor de Nacala, “é predominantemente rural, a densidade média no campo é de aproximadamente 305,7 habitantes/km<sup>2</sup> (ProSAVANA-TEC, 2011, p. 8). No Corredor de Nacala, por exemplo, “uma família é composta, em média, por 4,9 membros” e a “expectativa é que a taxa de crescimento populacional fique em 1,8% por ano de 2011 a 2030” (MASA, 2015, p. 12). De acordo com o MASA (2015, p. 1/2 e 1/3).

“O total do Produto Interno Bruto (PIB) das três Províncias da Região Norte de Moçambique, Niassa, Cabo Delgado e Nampula, onde a agricultura é a base da economia, é responsável por 22,5% (2011) do PIB nacional, o que demonstra a grande importância económica da Região Norte. No entanto, o PIB per capita é de cerca de 60% da média nacional, e os habitantes da região norte precisam de um desenvolvimento dinâmico para estar ao mesmo ritmo com outras regiões”.

Em termos de indicadores sociais do Corredor de Nacala, importa referenciar que,

“[...] se situam entre os mais baixos do mundo em decorrência do relativo isolamento da população, em relação ao restante do país, da inadequada infraestrutura social e da falta de acesso a bens e serviços. Estima-se que apenas 60% da população da região tenham acesso a água potável” (ProSAVANA – TEC, 2011, p. 3).

Outro aspecto importante a destacar, está relacionado com o nível de escolaridade da população que habita o Corredor de Nacala. Segundo o MASA (2015, p. 2-29), ao longo do Corredor de Nacala e, sobretudo, nas províncias afetadas pelo ProSAVANA o índice de escolaridade é dos mais baixos do país e “particularmente entre as mulheres com uma incidência superior a 70%”. Além deste aspecto, a pobreza, é outro fenômeno que “fustiga” as populações ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo, nas três províncias alvos do ProSAVANA. O Plano Diretor do ProSAVANA, descreve que,

“[...] entre 2003 e 2009, a incidência da pobreza permaneceu quase inalterada. A incidência da pobreza da província da Zambézia aumentou de 44,6% em 2003 para 70, 5% em 2009, que foi o pior do país. Na província de Nampula a incidência da pobreza também ficou um pouco pior, passando de 52,6% em 2003 para 54,7% em 2009. Por outro lado, a incidência da pobreza na província de Niassa melhorou significativamente, reduzindo de 52,1% em 2003 para 31,9% em 2009” (MASA, 2015, p. 2-28).

Outro aspecto que chama atenção, está relacionado com fontes de abastecimento de água nos distritos afetados ProSAVANA. Por exemplo, “nos distritos ao longo do corredor cerca de 55,7% das famílias utilizam poços rasos manuais, enquanto que 29,2% usam a água de rios ou lagos” e “a percentagem de famílias que usa água canalizada é de apenas 2,3%” (MASA, 2015, p. 2-32). Tanto os documentos do governo, como estudos existentes sobre esta área, destacam que o Corredor de Nacala, é dos territórios com terras mais férteis do país. O Corredor de Nacala, não é somente rico em solos e/ou em recursos hídricos, ele é também um dos lugares do país, onde a queda pluviométrica tem sido frequente, fator que faz prevalecer a humidade neste lugar em quase todas as épocas agrícolas. Conjugados, estes fatores acabam de algum modo, fazendo do Corredor de Nacala um lugar agroecologicamente e/ou edáficamente geoestratégico para a prática da agricultura sem, no entanto, precisar a incorporar os chamados «pacotes tecnológicos» da agricultura moderna no processo produtivo como o ProSAVANA preconiza. Como sinaliza o próprio Plano Diretor do ProSAVANA,

**“A Savana Tropical no norte de Moçambique, onde o Corredor de Nacala está localizado, inclui vastas áreas de terras aráveis com chuvas regulares e solos relativamente férteis. Essas áreas oferecem um bom potencial para a expansão da produção agrícola. [...] A região Norte tem potencial para ser uma base de produção de alimentos para a região Sul, incluindo a capital, a cidade de Maputo, onde existe actualmente alta demanda por alimentos”** (MASA, 2015, p. 1/3, grifo meu).

A abundância de precipitações no Corredor de Nacala, além de fazer deste lugar, um dos mais ricos do país em termos agrocológicos e/ou edáficos, também faz florescer a vegetação da área o que lhe diferencia de outros lugares do país. Isto, faz com que seja rico em termos de biodiversidade. O potencial agrícola do Corredor de Nacala “estima-se que do total dos 10.700.200ha, cerca de 3.222.400 ha apresentam potencial para a prática da agricultura” (MASA, 2015, p. 2-1). Em seu estudo, Macarringue (2014, p. 81) constatou que “áreas favoráveis à expansão agrícola” são “avaliadas em cerca de **4.827.960 hectares, correspondentes a 73% de toda a extensão**” do Corredor de Nacala. A tabela 8, ilustra o potencial agrário do Corredor de Nacala.

**Tabela 7. Potencial agrário do Corredor de Nacala**

Classificação de terra	Área (Mil ha)
1. Área não cultivada (parcialmente coberta por vegetação de floresta)	2.774,7
1.1. Área de conservação	936,0
1.2. Terra com muito declive, terra improdutiva (rochosa), zonas áridas, cidades, etc.	1.838,7
2. Área cultivável (excluída a área não cultivável)	7.925,5
2.1. Área de vegetação florestal	3.910,5

2.2. Área florestal sem vegetação	4.015,0
2.2.1. Área de DUAT/Área de concessão para além daquelas com DUAT comunitário (fora da área de vegetação florestal)	792,6
2.2.2. Área com potencial agrário	<b>3.222,4</b>
<b>Total</b>	<b>10.700,2</b>

Fonte: Organizado pelo autor com base em MASA (2015)

O Corredor de Nacala, por possuir condições agroecológicas e/ou edáficas favoráveis para a prática da agricultura, torna-se também num dos lugares mais densos do país, em termos populacionais. Sabe-se que a escolha dos lugares para um determinado grupo populacional habitar, é determinada por vários fatores conjunturais, sejam eles de ordem físico-geográficos, como também socioeconômicos. Por exemplo, Manuel G. Mende de Araújo (1997) sinaliza que,

“Consideram-se como determinantes da localização, organização e comportamento do povoamento humano os factores de ordem física, tais como: **geomorfológicos, climatológicos, topográficos, hidrológicos**, etc. [...] **um grupo de agricultores, os requisitos básicos para a escolha do sítio inicial da sua instalação serão, em princípio, a existência de terra arável, água**, combustível doméstico e material de construção. [...] O sítio dum assentamento humano comercial será escolhido, por exemplo, junto ao cruzamento de via de comunicação, enquanto um de pescadores se instalará nu litoral junto dum local abrigado que permita a atracagem dos barcos de pesca” (ARAÚJO, 1997, p. 15-16).

Os fatores que estão na origem da escolha dos lugares para a instalação de um assentamento humano, sobretudo, terras aráveis e/ou férteis, abundância de água e o clima, são os mesmos que determinam a elevada densidade populacional do Corredor de Nacala. Constatções feitas por Sayaka Funada-Classen (2013b), revelam que,

“o Norte de Moçambique possui uma grande variação geográfica e dessa forma os agricultores locais adaptam a sua agricultura de acordo com as condições locais. Existem áreas costeiras, subúrbios urbanos, terra altas, terras húmidas baixas, e terra inferiores onde cultras comerciais estão amplamente se expandido” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 24).

A agricultura da região, reflete o panorama nacional, marcado pela baixa produção e produtividade agrícola, que é, no entanto, caracterizado pela agricultura de subsistência familiar em sistema de pousio, em explorações agrícolas (“*machambas*”) com tamanho médio de 1,3 hectares. Por exemplo, o Plano Diretor do ProSAVANA, (versão zero), destaca que,

“As atividades agrícolas praticadas por famílias de produtores na área de estudo são caracterizadas pela prática da agricultura de pequena escala, basicamente praticadas com o uso da mão-de-obra familiar e, ocasionalmente, suplementadas por trabalhadores sazonais, contratados num sistema tradicional. Considera-se, em geral, que a prática deste tipo de agricultura no país deve-se principalmente à escassez de meios de cultivo. Contudo, **o tamanho médio de uma exploração agrícola nas províncias de Nampula e Zambézia, que têm a maior densidade populacional do país, é de 1,25 ha e 1,29 ha respectivamente**, que são significativamente menores

se comparados à média nacional que é de 1,47 ha. **Na Província do Niassa é de 1,82 ha**, muito maior do que a média nacional, visto que a província tem uma densidade populacional menor” (MASA, 2015, p. 2-4, grifo meu).

A tabela 9, apresenta o número e a percentagem de famílias produtoras no Corredor de Nacala, sobretudo, das províncias afetadas pelo ProSAVANA.

**Tabela 8. Número de produtores por categorias das províncias afetadas**

Categorias		Pequenos	Médios	Grandes	Total
Nacional (número)		3.801.259	25.654	841	3.827.754
Niassa (número)		224.577	568	6	225.151
Nampula (número)		828.788	819	35	829.642
Zambézia (número)		828.123	632	47	828.802
Total das 3 províncias	Número	1.881.488	2.019	88	1.883.595
	(%)	99,889	0,107	0,004	-
Percentagem das famílias agricultoras das 3 províncias ao nível nacional		49,49%	7,87	10,49	49

Fonte: Organizado pelo autor com base em Funada-Classen (2013b)

Na tabela 9, nota-se que nas três províncias identificadas para a implementação do ProSAVANA, é composta pelos chamados “pequenos que produtores” que, são a minoria quando comparado com o número de camponeses que não é especificado nesta tabela. Pequenos produtores neste grupo são poucos, pois entendemos serem aqueles que já se encontram a produzir mercadorias para o mercado e como veremos mais em diante, o objetivo do governo é, aumentar ainda o número destes para se integrarem ao agronegócio (ver capítulo 5). Os níveis baixos de produção e produtividade que caracteriza o Corredor de Nacala, estão associados aos fatores de produção mencionados na seção 1.2. A tabela 10, foi retirada no documento oficial do ProSAVANA (Plano Diretor versão zero) e nela o governo moçambicano, faz uma comparação em termos de produtividade do Corredor de Nacala, com o resto do país e também com outros países, sobretudo, do Brasil.

**Tabela 9. Produtividade de algumas culturas do Corredor de Nacala em relação ao outros países em 2010**

Culturas	Produtividade (ton/ha)				
	Área de estudo	Moçambique	Brasil	África do Sul	Quênia
Milho	1,3	1,7	4,4	4,7	1,6
Mandioca	7,2	7,8	13,7	NA	5,3
Mapira	0,9	0,6	2,3	2,3	0,7
Arroz	1,0	1,1	4,2	2,6	4,0
Amendoim com casca	0,7	0,4	2,7	1,5	1,0
Feijões	0,7	0,3	0,9	1,2	0,6

Fonte: Organizado pelo autor com base em MASA (2015).

É verdade, que a comparação em termos de produtividade de Moçambique, em relação a outros países deve ser feita. É verdade, também que a comparação deve tender com os países superiores em termos de crescimento e/ou desenvolvimento econômico em relação a Moçambique, pois é o que se verifica na tabela 10. O Brasil, sempre foi o exemplo usado pelas autoridades moçambicanas para justificar a baixa produtividade do país desde que o ProSAVANA se implantou. Torna importante deixar claro aqui, que o Brasil não “dormiu” com baixos índices de produção e produtividade e de repente “acordou” com altos índices de produção e produtividades.

Pelo contrário, o Brasil para atingir altos níveis de produção e produtividade, sobretudo, no setor familiar, além de ter elaborado políticas públicas ajustadas à realidade local, houve incentivos tanto por via de financiamento, como de assistência técnica aos agricultores familiares, diferentemente do que acontece em Moçambique. O Plano Diretor do ProSAVANA versão zero elaborado pelo MASA (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar) e seus parceiros, reconhece a existência e a predominância da agricultura familiar no Corredor de Nacala. Este documento acrescenta ainda que, além de ser uma agricultura essencialmente de subsistência familiar, o sistema de pousio, é dos aspectos mais predominantes não só desta região, mas no país em geral. Esse documento descreve que,

**“A maioria dos habitantes que vivem na região Norte são produtores de pequena escala, que se dedicam principalmente à agricultura familiar tradicional, essencialmente de subsistência e caracterizada pela prática de pousio. Agricultura de pousio é uma prática utilizada pelos produtores para a restauração da fertilidade natural dos solos”** (MASA, 2015, p. 1/3, grifo meu).

Embora, em pequenas parcelas de terras, isto é, de 1 a 2 ha, a maior parte dos produtores do Corredor de Nacala, apenas produzem para o seu autoconsumo e também para atenderem os centros urbanos e/ou vilas. A produção se concentra em produtos básicos, sobretudo, alimentares como o milho, mandioca, mapira, amendoim e feijões diversos. Importa destacar também que, essa produção é normalmente misturada numa mesma área, isto é, num mesmo espaço agrícola. Além da prática da agricultura, as populações locais desenvolvem também a pecuária caracterizada pela criação extensiva de animais. Embora, em pequena escala, predomina a criação de animais como o gado bovino, suíno e caprino. Nos últimos dias, observa-se também a emergência de uma pequena indústria comercial avícola intensiva que utiliza insumos e tecnologia no sistema de produção. As populações desenvolvem também atividades como a caça e a pesca que tem sido formas de aumento de renda familiar.

## CAPÍTULO 2

### PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE

Este capítulo, busca-se analisar o processo de territorialização do ProSAVANA no contexto de modernização agrícola do Corredor de Nacala. Partindo do pressuposto que o ProSAVANA, não é o único e/ou o primeiro programa virado para o agronegócio em implementação, este aspecto merecerá uma análise específica neste capítulo, no intuito de realizar um “mapeamento” do agronegócio brasileiro em Moçambique. Para tal feito, os documentos oficiais elaborados para guiarem os destinos do setor da agricultura em Moçambique, sobretudo, o PEDSA (Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário) e PNISA (Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário), e sem deixar de lado, a Política Nacional de Biocombustíveis, serão utilizados como base de sustentação destas análises. Feito isto, em seguida analisar-se-á o processo de territorialização do ProSAVANA, considerando a conjuntura e/ou o contexto pelo qual é concebido, os discursos e/ou alegações que estiveram por de trás desta iniciativa, o papel exercido pelo Brasil e Japão, assinatura do acordo, ocupação do Corredor de Nacala e também os aspectos que contribuíram para a sua consolidação.

#### **2.1-A presença brasileira na agricultura moçambicana: luzes e sombras**

*Moçambique é o maior beneficiário da cooperação do Brasil no exterior, não somente em África, mas também no mundo inteiro. Nós temos 40 projetos em andamento em diversas áreas [...] e temos também a cooperação agrícola [...] do programa ProSAVANA<sup>14</sup>. Rodrigo Soares, embaixador do Brasil em Moçambique) (grifo meu).*

É quase impossível falar da presença brasileira na agricultura moçambicana, sobretudo, do ProSAVANA sem, no entanto, olhar para toda a cooperação brasileira em Moçambique, embora seja em si, contraditória e paradigmática. Importa realçar que a relação entre Brasil e Moçambique, é mais antiga que o próprio ProSAVANA, pois ela existe desde que este segundo alcançou a sua independência em 1975. Deste ano, até mais ou menos o ano de 2002, embora tenha havido algumas atividades de natureza comercial entre ambos os países, importa realçar que houve alguma “timidez” no fluxo de capital<sup>15</sup>. Entretanto, durante a governação do PT (Partido dos Trabalhadores), tendo sido iniciada por Luís Inácio “Lula” da Silva (2003-2010) e prosseguida por Dilma Rousseff (2011-2016), a relação entre Brasil e Moçambique, viveu os seus melhores momentos, quando comparado com o período anterior a estes dois governos, sobretudo,

---

<sup>14</sup> Informação tirada no Jornal Nacional da TVM (Televisão de Moçambique). Acesso: 9/03/2016.

<sup>15</sup> Ver Chichava (2011), Chichava & Dúran (2013), Clements & Fernandes (2012; 2013).



em termos de fluxo de capital<sup>16</sup>. Aliás, foi durante o governo Lula que o ProSAVANA e outros interesses geoeconômicos brasileiros ganharam espaço em Moçambique, sobretudo, no setor da agricultura (ver tabela 11). Importa destacar que as intensificações destes laços de cooperação, entre os dois países, têm sido feitas de “cima para baixo”, isto é, sem a participação de outros atores nacionais dos dois países (ver Schlesinger, 2013 e Chichava & Dúran, 2013) e o ProSAVANA no setor da agricultura, é apenas um exemplo (ver capítulo 3).

Como podemos ver na citação recuada logo no início desta seção, em Março de 2016, o embaixador brasileiro, Rodrigo Soares, anunciava a existência em Moçambique de 40 projetos brasileiros incluindo o ProSAVANA no setor da agricultura. A existência dos recursos naturais abundantes em Moçambique, sobretudo, no setor minerio-energético (carvão mineral, gás e petróleo) e no setor agro-industrial (terras para a reprodução de modelos do agronegócio a exemplo do ProSAVANA), só para citar alguns exemplos, trouxe para o Brasil o interesse de acelerar a sua política externa neste período. A ideia de que Moçambique junto a África tinham que permanecer no esquecimento, como se professava antes da entrada do PT no comando do Brasil, com Lula viu o seu rompimento (ver SARAIVA, 2004). Neste processo, a ideia de que a política externa brasileira era apenas “solidária” e “desinteressada”, isto é, pautada por “ações humanitárias”, como Lula professara a quando da sua chegada ao poder em 2003 (ver Almeida, 2015), viu-se também a ser abandonada. Importa destacar que nessa altura, além do discurso ser “culturalista”, o mesmo centrava-se também no pagamento da “dívida histórica” por causa da escravidão a qual os africanos e moçambicanos numa forma particular sofreram no passado (ver SARAIVA, 2004; BONILLA, 2012). Este foi o verdadeiro lado oculto da política externa brasileira no continente africano.

A partir deste momento, o Brasil entrava em “cena” não só na disputa territorial para a exploração dos recursos naturais, como também na conquista de territórios para a mundialização do seu capital em África com outras potências mundiais, como o caso, dos EUA, China, Índia, Rússia e do Japão, só para citar alguns exemplos. A «assistência técnica» no âmbito da «Cooperação Sul-Sul», foi usada como um instrumento para a materialização dos interesses geoeconômicos brasileiros de ordem pública por via do governo federal em Moçambique. Em pouco tempo, os grupos geoeconômicos brasileiros começaram a marcar a sua presença no território

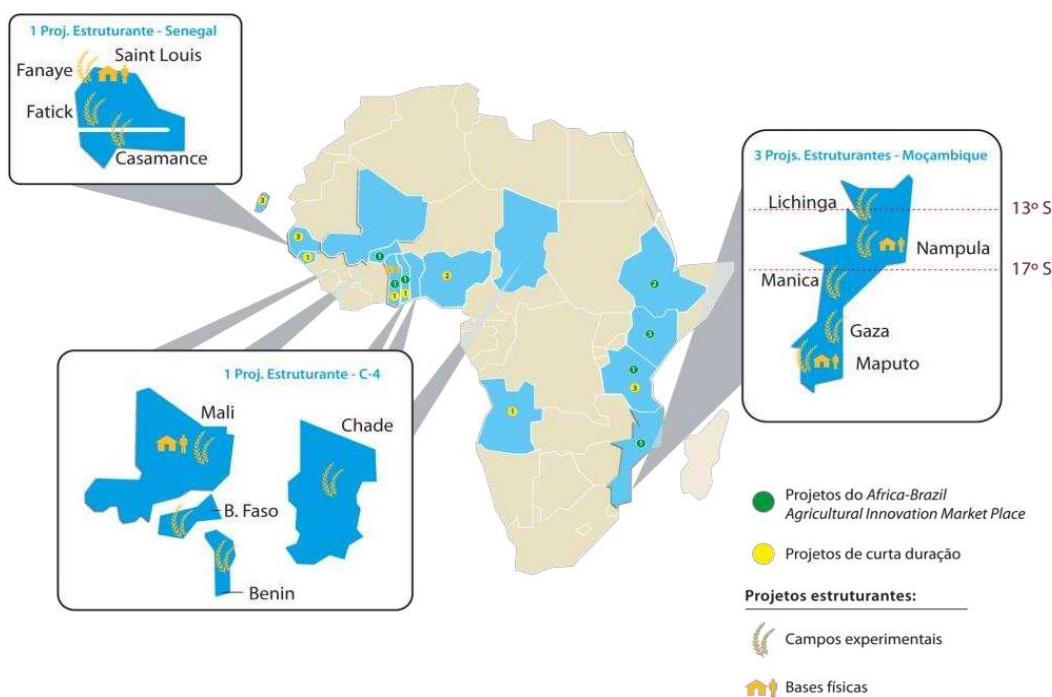
---

<sup>16</sup> Para mais detalhes, consulte: Chichava & Dúran (2013); Schlesinger (2013) e Fingerhann (2014).

moçambicano, a começar pela Vale, a Camargo Correia, a Fio-Cruz, a Odebretch, a Petrobrás e da Eletrobrás, só para citar alguns exemplos. A presença destas empresas em Moçambique, representa a mundialização do capital brasileiro. Fica mais evidente através do fluxo do capital que foi alocado em Moçambique em vários setores, a começar pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e ABC (Agência Brasileira de Cooperação) subordinado ao MRE (Ministério das Relações Exteriores) (ver SCHLESINGER, 2013).

Podem-se destacar ainda as ações da EMBRAPA, que além dela transferir apenas os conhecimentos técnico-científico como ela mesma prometera inicialmente (ver Chichava & Dúran, 2013), encontra-se também a reproduzir as ações da «*revolução verde*» na agricultura moçambicana, sobretudo, o agronegócio em articulação com a JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional), no caso específico do ProSAVANA (ver capítulo 3). Moçambique, é um dos países africanos, se não o primeiro, que o Brasil, por via ABC, alocou um Coordenador no Exterior no âmbito do ProSAVANA (ver SCHLESINGER, 2013). Também, é o país que alberga as instalações e/ou escritórios da EMBRAPA e conta também com um coordenador residente (ver CHICHAVA *et al*, 2013). Por exemplo, a EMBRAPA, a nível da África, está representada no Senegal, em Mali, no Gana, e em Moçambique onde se encontra também a executar vários projetos de cooperação bilaterais como trilaterais.

**Figura 2. Mapeamento da EMBRAPA em África**

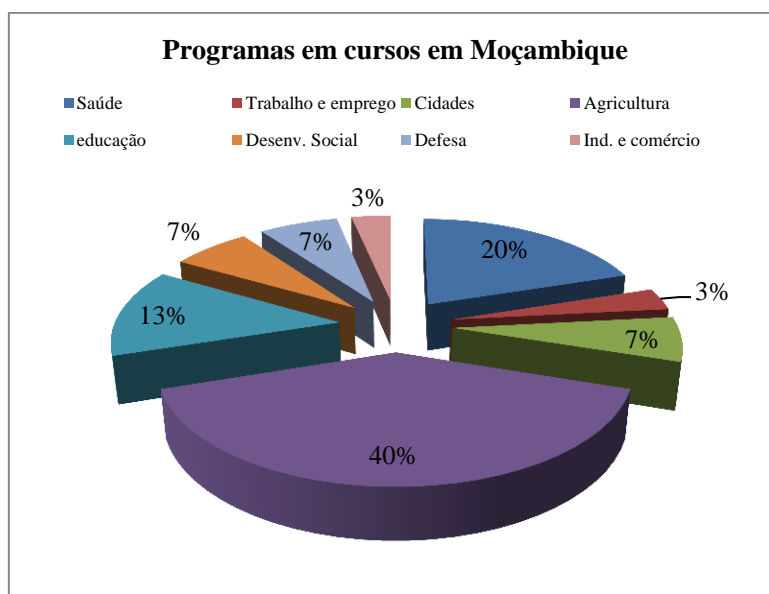


**Fonte:** Extraída de Fingermaann (2014)

Estes elementos fazem com que Moçambique, seja na verdade o parceiro mais importante da “cooperação” brasileira a nível dos países africanos. Não menos importante, está também a presença da Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), embora uma instituição privada e de consultoria, mas a verdade, é que ela tem desempenhado um papel crucial no ramo da agricultura, sobretudo, na promoção de investimentos privados. A Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), tem servido, desde que se implantou em Moçambique, como um “*trem*” para a entrada de agricultores e/ou fazendeiros brasileiros do ramo do agronegócio com interesses de aquisição de grandes extensões de terras para a produção de *commodities* de e/ou para exportação.

Importa destacar ainda que, o setor da agricultura em Moçambique tem merecido maior atenção do Brasil em relação a outros setores de atividades desde da primeira década do século XXI, marcado pela diversificação de atores tanto públicos, como privados, entre eles coletivos (empresas) e individuais. O gráfico 1, embora necessite de uma atualização em termos de dados pelo fato dos projetos brasileiros terem aumentado (durante o governo Dilma [2011-2016]), demonstra que atenção do Brasil durante o governo Lula (2003-2010) esteve mais centrada no setor da agricultura. Como podemos ver, de todos os setores sociais, o setor da agricultura, é o que apresenta maior percentagem em termos de investimento alocado, quando comparado com outros setores, pois contém cerca de 40% seguido pelo setor da saúde com 20% e da educação com 13%.

**Gráfico 1: Investimento brasileiro por setor em Moçambique (2003-2010)**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Chichava & Dúran (2013) e Fingermann (2014).

Esse comportamento do investimento brasileiro, não só se observa em Moçambique. Pelo contrário, em quase toda a África, verifica-se este mesmo comportamento, mas Moçambique, é que se encontra na dianteira em termos de quantidade de projetos brasileiros já executados por meio da «*Cooperação Técnica*» (ver SCHLESINGER, 2013; CHICHAVA & DÚRAN, 2013). A afirmação do embaixador brasileiro em Moçambique, Rodigo Soares, em recuo logo no início desta seção, faz sentido ao se observar um elevado crescimento do investimento deste país latino-americano em Moçambique. Tal como no Gana, as iniciativas agrícolas brasileiras em Moçambique no entender de Amador e Chichava (2016, p. 8) “estão estruturadas a volta de proteção social, transferência de tecnologia e exportação de produtos do agronegócio brasileiro”. Ainda de acordo com os autores,

“As iniciativas Brasileiras em Moçambique, envolvem ambas as transferências bilaterais associadas com a exportação de maquinaria brasileira assim como programas trilaterais com doadores ocidentais associados com transferência de tecnologia, o que é frequentemente articulado dentro duma estrutura da CSS” (AMADOR & CHICHAVA, 2016, p. 8).

As autoridades brasileiras chegaram a afirmar, por exemplo, que no campo da agricultura, o Brasil é que teria “**mais chances de transferir suas experiências para os países africanos do que os doadores tradicionais**” (CHICHAVA & FINGERMANN, 2015, p. 41, grifo meu). Como forma de criar suporte a transferência desses, modelos e/ou programas para o continente africano, o ex-presidente Lula, foi otimista quanto a isto e, este terá declarado que “*as políticas públicas implementadas no Brasil podem ser exportadas para a África [...] obviamente [...] essas políticas podem funcionar em África*” (CHICHAVA & FINGERMANN, 2015, p. 41, grifo meu e itálico da fonte original). Neste processo foi construída a ideologia (e/ou uma imagem), segundo a qual o Brasil “seria [...] **um modelo a ser seguido**, afirmando que **para cada problema africano existe uma solução brasileira**” (CALESTOU JUMA citado por GARCIA, KATOS & FONTES, 2014, p. 8. grifo meu).

Em Moçambique, por exemplo, no setor agricultura, “**o Brasil comprometeu-se multi e bilateralmente a ajudar Moçambique a alcançar a revolução verde**” (CHICHAVA & DÚRAN, 2013, p. 399, grifo meu). A ideia de que as suas políticas públicas e/ou os seus programas, outrora implementados no território brasileiro foram um “sucesso”, foi, no entanto, a “*manchete*” publicitária e usada para a sua propaganda, não só em Moçambique, mas também em outros países africanos. A ideia de que o Brasil, é *perito* em matéria de agricultura tropical, foi usada como poder para ganhar legitimidade não só das lideranças africanas, mas a nível global. É possível ouvir

também que os brasileiros possuem uma experiência acumulada, tanto na matéria do agronegócio, como da agricultura familiar. O embaixador do Brasil em Moçambique, Rodrigo Soares durante a FACIM, em 2016 afirmara que “**nós temos uma excelente experiência tanto no agronegócio quanto na agricultura familiar, experiências que podemos compartilhar com Moçambique**<sup>17</sup>” (grifo meu).

Desde que os interesses brasileiros se inclinaram para o setor da agricultura em Moçambique, as autoridades brasileiras têm investido também no *marketing* das suas políticas públicas, outrora implementadas em seu território. Foi graças a esse *marketing*, que as autoridades moçambicanas, o consideraram, como sendo proprietário de um modelo de “sucesso”, neste caso de ideias, o PRODECER<sup>18</sup>, embora estudos empíricos e a realidade do campo brasileiro, em termos de impactos socioambientais, contrariasse esta alegação. Este *marketing era* realizado a partir das estruturas máximas da gestão do poder até locais, a começar dos ex-presidentes Lula e Dilma, funcionários do MRE por via da ABC, funcionários da EMBRAPA e entre outros atores interessados na reprodução deste programa em Moçambique (ver seção 2.5). A tabela 11, mostra outros programas brasileiros em curso em Moçambique.

**Tabela 10. Projetos brasileiros em Moçambique**

Nome do projeto	Recursos comprometidos por cada contraparte	Total	Duração
<b>Projetos Trilaterais</b>			
Plataforma	USAID-Moçambique- US\$ 2.500.000	US\$ 14. 688.802	50 meses
	ABC- US\$ 4.208.02		
	EMBRAPA- US\$ 7.940.00		
	MINAG- US\$40.000		
ProALIMENTOS	USAID-Brasil- US\$ 1.102.887	US\$ 2.406.724	2 anos
	ABC- US\$ 577.295		
	EMBRAPA- US\$519. 200		
	MINAG- US\$207.360		
Curso Internacional de Treinamento em Produção Pós-colheita e Processamento	Não disponível	Não disponível	5 anos
Curso Internacional de Treinamento e Produção Sustentável de Hortícolas	Não disponível	Não disponível	5 anos
<b>Projetos Trilaterais com Organismos Multinacionais</b>			
PRONAE	ABC- US\$ 537.980	US\$ 1.704.455	2 anos
	FNDE- US\$ 61.400		
	PMA- US\$ 1.037.000		
	MINED- US\$ 68.075		
<b>Projetos Bilaterais</b>			
Programa Mais Alimentos África	n.a	US\$ 97.590.000	n.a
Banco de Sementes	n.a	US\$ 363.500	3 anos

**Fonte:** Organizado pelo autor com base em Chichava & Dúran (2013) e Fingeremann (2014)

<sup>17</sup> Depoimento do embaixador brasileiro em Moçambique, apresentado durante a conferência de imprensa a STV realizado a quando da FACIM (Feira Comercial e Internacional de Maputo) em 2016.

<sup>18</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Chichava & Dúran (2013); Chichava *et al.*, (2013); Funada-Classen (2013b; 2013c).

Como podemos observar nas tabelas 11, a presença brasileira na agricultura moçambicana, é um fato. Além das instituições presentes na execução destas iniciativas, o Brasil tem feito alianças com outras instituições internacionais, como são os casos da USAID (Agência Norte-Americana de Cooperação para o Desenvolvimento) e não menos importante, está também a participação da FAO. Chichava e Dúran (2013) em seu texto, mostram também a participação de outros atores como o Secretariado da Presidência; o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; Movimento Camponês Popular (MCP); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em programa de cooperação técnica em agricultura familiar e resgate de sementes nativas.

## **2.2- A emergência do agronegócio brasileiro em Moçambique**

Como vimos na seção anterior, o ProSAVANA, não é o único programa e/ou projeto de origem brasileira que entra em Moçambique por via cooperação para o “desenvolvimento”. Ele também não o único programa que dá acesso as práticas do agronegócio brasileiro às terras moçambicanas, mas sim, é dentre várias iniciativas brasileiras (que estão) em curso em Moçambique. Diferentemente de outras iniciativas ligadas a produção de biocombustíveis, o ProSAVANA, como veremos mais em diante, surge por meio de uma cooperação trilateral. Por isso, para entendermos o seu processo de territorialização, implica antes de tudo, revisitarmos os mecanismos que demandaram a entrada de outras iniciativas do agronegócio em curso no país que, em parte estão também ligados ao próprio ProSAVANA, como analisaremos mais em diante.

Dentre os fatores que permearam a entrada do agronegócio brasileiro, podem destacar-se os de ordem interna e externa. Internamente o ProSAVANA, enquadra-se no reajustamento das políticas públicas elaboradas pelo governo que por falta de investimento para a sua materialização, abrem espaços para a entrada do investimento privado, sobretudo, estrangeiro – Investimento Direto Externo (IDE). Neste contexto, o ProSAVANA, surge como parte de um leque de iniciativas em curso no território moçambicano que são, portanto, utilizadas pelo governo, como mecanismo de criação e/ou regulamentação do capitalismo agrário tendo como suporte os documentos oficiais e orientadores do setor da agricultura.

O PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrícola) e o PNISA (Plano Nacional de Investimento Agrícola), têm se destacado para tal propósito. A «*política nacional de biocombustíveis*» aprovada pela resolução nº 22/2009 de 21 de Maio, também tem sido protagonista no que tange a promoção de iniciativas ligadas ao

agronegócio em Moçambique. João Mosca (2011), avança que a «*Política Nacional de Biocombustíveis*» foi aprovada com a ideia de,

“proporcionar os camponeses a oportunidade de transformarem os seus produtos para responder os seus produtos agrícolas em biocombustíveis para responder a necessidade energéticas e para exportação de produtos em valor acrescentado, ao invés de serem produtos meros produtores de matérias-primas” (MOSCA, 2011, p. 269).

É importante realçar que, a emergência de iniciativas do agronegócio Moçambique, correlacionam-se também com a crise de preços de alimentos que assolou o mundo na primeira década do século XXI, sobretudo, no ano de 2007 com pico em 2008. A «*política nacional de biocombustíveis*» em Moçambique, foi estabelecida concretamente em 2009 e foi nessa altura que o mundo ainda estava a recentir-se dos efeitos desta crise a qual fustigava os países dependentes das importações, entre eles o Japão, a China e a Índia, só para citar alguns exemplos. Portanto, não se pode ignorar a influência deste fenómeno na aprovação desta política.

Com a crise, os preços mundiais de mercadorias começaram a se expandir quase por todo o mundo e Moçambique não ficou por fora deste fenómeno. Este processo trouxe um outro fenómeno no mundo, neste caso a “mundialização do capital” como Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2014), descrevera em seu texto. Para ele, este processo, significou “a expressão mais avançada de capitalismo que, a partir da crise [...] moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho” (Oliveira, 2014, p. 19) e o ProSAVANA, em parte segue a mesma filosofia. Completando o seu raciocínio, o autor argumenta ainda que:

“O domínio e a expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem, simultaneamente, três processos relacionados: a necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos em nível internacional” (OLIVEIRA, 2014, p. 19).

No caso de Moçambique este processo se dá através da *existência de ações de governos em nível internacional* que seria, portanto, a terceira forma de expansão do capitalismo segundo o pensamento de Oliveira (2014). Este processo em Moçambique, se materializa através de programas e/ou de projetos de cooperação internacionais e o ProSAVANA, é o principal exemplo. Em relação a articulação da «*Política Nacional de Biocombustíveis*» com as iniciativas brasileiras do agronegócio, o fato é confirmado por Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes (2013). Segundo os autores:

“o crescimento do agronegócio com projetos em desenvolvimento inicial ou a ser iniciado por brasileiros em território moçambicano, correlaciona-se com a inauguração de uma Estratégia Nacional de

**Biocombustíveis** (Resolução nº 22/2009) em 17 de Maio” ( CLEMENTS & FERNANDES, 2013, p. 13, grifo meu).

Citando a UNICA (2009), Chichava (2011, p. 390) aponta que o Brasil apostou em Moçambique, sobretudo, em programas de produção de combustíveis para este último poder também “*exportar etanol para a Europa sem as sobretaxas impostas ao Brasil*”. Neste contexto, o “destaque vai para a Açúcar Guarani — *terceira maior processadora de cana-de-açúcar e a segunda maior produtora de açúcar do Brasil* —, que detém desde 2007, uma participação de 75% na Companhia açucareira de Sena (CHICHAVA, 2011, p. 392). Já em relação ao PEDSA (Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário) e o PNISA (Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário), o fato é confirmado por João Mosca e Natacha Bruna (2015, p. 10) e segundo eles, estes dois documentos “revelam claramente a priorização para a agricultura de média escala agricultores emergentes ou marcantilização/empresarização do setor familiar”.

O PEDSA, num dos seus pilares incentiva o desenvolvimento das práticas ateladas ao agronegócio. Tal como a estratégia da «*revolução verde*» foi vista como um instrumento de operacionalização do PEDSA, o ProSAVANA como veremos mais em diante, quando chega a Moçambique, é incorporado na mesma lógica. Por isso, entendemos que o PEDSA, tem se sido desde que foi aprovado uma “*ambrela*” na recepção de programas vindos de fora, sem que haja antes, um debate público e também uma auscultação e/ou consulta pública prévia nas comunidades para a implementação dos mesmos. O PNISA, por exemplo, serve como um “*banco*” onde se “*deposita*” o dinheiro vindo de fora, para incentivar a financeirização de iniciativas ligadas ao agronegócio.

A forma articulada do PEDSA e do PNISA, em que o primeiro incentiva a produção de mercadorias e o segundo as financia, os programas ligados ao ramo do agronegócio, têm tido uma entrada quase livre para a sua execução em Moçambique. Se estes, não são implementados por meio de uma cooperação (bilateral e trilateral), são, no entanto, de investidores singulares (e/ou mesmo em associação com a elite política e econômica, em suma os burocratas locais). Como, “*Moçambique é uma economia de mercado sem capitalistas*” (Hanlon & Smart, 2008, p. 427) no campo, a forma para a sua constituição, tem sido a partir de alianças com o capital externo.

Nos dias atuais, nota-se uma crescente formação de uma (pequena) burguesia rural, embora incipiente em articulação com o capital externo e a produção de



*commodities*, tem sido o negócio principal. O relatório de pesquisa conduzida pela União Nacional de Camponeses (UNAC) e a GRANI, em 2015, revela uma crescente articulação entre a elite política e econômica e o capital estrangeiro na criação de empresas agrícolas no Corredor de Nacala, as chamadas *empresas transnacionais*. Dessas empresas, o relatório denuncia a AgroMoz, especializada na produção de soja, milho e feijão, Corredor Agro que cultiva bananas e, acredita-se que maior parte das empresas que operam neste território, estejam também ligadas com a elite política e econômica moçambicana. Este relatório, denuncia, por exemplo, que,

“Várias empresas estrangeiras, algumas em colaboração com empresas nacionais ligadas a membros do partido no poder em Moçambique, FRELIMO, já adquiriram grandes superfícies agrícolas na área e têm desalojado milhares de famílias camponesas” (UNAC & GRAIN, 2015, p. 5).

Milton Santos em seu texto «*Dinheiro e território*», sinaliza que através destas alianças, “cria-se, o Estado territorial, o territorial nacional, o Estado Nacional, que passam a reger o dinheiro” (2011, p. 16). O autor reitera ainda que, “o que há nesta fase são dinheiros nacionais internacionalizados” (Santos, 2011, p. 16) e, é desta forma que o capital se mundializa e/ou se reproduz em outros territórios, se aliando com as elites políticas e econômicas locais, em suma, a burguesias local. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016), já mencionava estes aspectos em seu texto. Vamos lê-lo:

“Em resumo, a base da natureza das novas alianças entre as empresas multinacionais e os Estados nacionais está no fato de que essas empresas precisam do Estado nacional para poder enfrentar a mundialização, porém, para se mundializar, o Estado nacional precisa das empresas mundializadas para garantir sua legitimidade” (OLIVEIRA, 2016, p. 102).

O ProSAVANA, é em parte resultado destas alianças entre as elites nacionais e as de fora, que têm os seus interesses camuflados nos discursos desenvolvimentistas, mas a sua particularidade, é que ele entra através de um programa de cooperação internacional. O ProSAVANA, ganha legitimidade em Moçambique, graças ao papel desempenhado pelo governo local, sobretudo, na reprodução de discursos da classe dominante segundo os quais, ele visa “sanar” a fome, a miséria, o desempregos e entre outros males sociais. Aliás, para legitimá-lo ainda, o governo local, o “nacionalizou”, passando assim a ser “programa do governo moçambicano com apoio técnico-financeiro dos governos do Brasil e Japão” (ver capítulo 4).

Como veremos mais em diante, em Moçambique nos últimos anos, o número de camponeses que têm se integrado ao mercado, tende aumentar e isto, mostra que o governo local, está engajado na criação de “agricultores comerciais” e/ou mesmo na “empresarialização do campo”. Talvez os camponeses locais, estejam a pôr em prática o

ensinamento do ex-presidente Armando Guebuza, segundo o qual **“todos os moçambicanos podem ser ricos”** e que **“devem aspirar a serem ricos”** e que também deveriam **“abandonar a mentalidade miserabilista que faz com que tenham vergonha ou medo de serem ricos”** (CHICHAVA, 2010, p. 70, grifo meu).

A ideia que se tem, é que produzindo para o mercado, o camponês tornar-se autosuficiente, e automatizadamente sai da vida miserável. Mas, no capitalismo nem todos enriquecem (e/ou se tornam ricos) como o ex-presidente Armando Guebuza, terá afirmado e, isto se refletiu no «*Moçambique*» governado por ele próprio em que as desigualdades sociais foram mais intensas. Recordemo-nos que foi nessa altura (em 2013), que Moçambique foi considerado pelo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD *sigla em português*) como sendo o terceiro país mais pobre do mundo.

Quando o escritor moçambicano, Mia Couto afirmou, que **“a maior desgraça de uma nação pobre é que em vez de produzir riqueza, produz ricos”**, em parte, se referia este a cenário contraditório de incentivar modelos que são acima de tudo, exploratórios na sua plenitude, socialmente excludentes e concentradores da renda para uma camada minoritária. Como afirmara o economista moçambicano, Carlos Nuno Castel Branco durante o governo Guebuza, criou-se **“um pouco mais de 1000 novos milionários”** e **“ao mesmo tempo Moçambique criou mais de 2 milhões de pobres”**, e segundo ele, foi **“um projeto econômico que favoreceu um processo de acumulação primitiva de capital”<sup>19</sup>**.

No «capitalismo agrário», ou seja, o gronegocio o qual é uma das principais apostas do governo Nyusi (2015...), o cenário em Moçambique pode ser ainda desastroso dada as contradições geradas pelo modelo de produção em questão por onde se territorializa (ver no capítulo 5). Voltando ao debate sobre emergência do agronegocio brasileiro em Moçambique, é preciso entender que, ele não age sozinho. Além das alianças com as elites locais por onde se territorializa, ele está fortemente integrado à outras cadeias produtivas a nível global e Arioaldo Umbelino de Oliveira em seu livro «*A mundialização da Agricultura Brasileira*», analisa detalhadamente como é que isto funciona.

Neste livro, o autor, demonstra como é que internamente e externamente, o agronegocio brasileiro se integra à outras cadeias de agronegócios globais, em quase

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://opais.sapo.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/41350-o-problema-foi-usar-a-divida-como-uma-mina.html>. Acesso:12/11/2016 (grifo meu).

todos os setores de produção (ver OLIVEIRA, 2016). Em outro texto com o mesmo título publicado em 2014 no livro «*Território em conflito, terra e poder*», Ariovaldo Umbelino de Olivera, chama este processo de “territorialização de monopólios na agricultura”.

Para ele, “a territorialização dos monopólios atua, simultaneamente, no controle da propriedade da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e silvicultura” (OLIVEIRA, 2014, p. 30). O autor ainda chama atenção que, este processo leva a “monopolização do território na agricultura”. O autor explica detalhadamente como é que este processo ocorre na agricultura, sobretudo, nos lugares por onde estes monopólios se territorializam. Segundo ele,

“A monopolização do território é desempenhada pelas empresas de comercialização e/ou de processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuais como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo e, às vezes, controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. Este processo gera o **controle monopolístico do território (*monopolistic control of the territory*)**, ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios. Isto quer dizer que se abrem possibilidades para o estabelecimento de alianças entre aqueles que produzem de fato, em geral nacionais, e aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. Assim, os proprietários de terras e os capitalistas aliam-se a empresas mundiais de diferentes setores, sejam nacionais ou estrangeiras” (OLIVEIRA, 2014, p. 49, grifo e itálico do original e sublinhado meu).

A entrada de monopólios em Moçambique, é certa com o ProSAVANA. No esquema de produção por subcontratação, o qual é a principal proposta do ProSAVANA, como veremos mais em diante, o cenário pode ser ainda desastroso para os camponeses locais, pois a ideia de direcioná-los para produzirem para o mercado, é para fazê-los de *vassallos* e, por cima, tornarem-se dependentes das empresas do agronegócio (ver capítulo 5). Para o desenvolvimento deste programa, será necessário a territorialização de monopólios, a começar de fornecedores de máquinas agrícolas, sementes, fertilizantes, insumos e entre outros fatores de produção.

Aliás, Schlesinger (2013), teria adiantado a lista das principais monopólios que se territorializam em Moçambique logo que o ProSAVANA ligados aos setores de atividades acima mencionados e pode ser vista no capítulo 4. Em Moçambique, algumas empresas brasileiras, já se territorializaram e o destaque, vai para o Grupo Pinesso (ver UNAC & GRAIN, 2015; OLIVEIRA, 2016). A entrada do ProSAVANA, moveu vários interesses dos agricultores brasileiro do ramo agronegócio. Para Funada-Classen (2013b),

“Várias empresas de agro-negócio interessadas em investir em Moçambique já foram capazes de obter dados e informações detalhadas sobre a área e

atores na zona Norte de Moçambique e estabeleceram fortes ligações com o governo moçambicano através do seu envolvimento no ProSAVANA” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 70).

Portanto, a emergência do agronegócio brasileiro em Moçambique, é uma realidade e o ProSAVANA, é programa que demandou grandemente a sua consolidação. Este processo se intensifica ainda porque com a conveniência do governo local, “entre os círculos brasileiros de negócios e política, o discurso sobre o ProSAVANA, foi amplamente dominado pela ideia de que a terra está, simultaneamente, "disponível", "fértil" e incrivelmente "barata" na zona Norte de Moçambique” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 70).

Já em relação aos fatores externos que podem estar por de trás da emergência do agronegócio brasileiro em Moçambique, acredita-se que seja motivado pela conjuntura internacional, sobretudo, a crise de preços de alimentos ocorrida nos anos de 2007/8. Aliás, o ProSAVANA como um programa do Brasil e Japão para a África e Moçambique numa forma particular, nasce exatamente neste período e esse assunto será desenvolvido na seção 2.4.

### **2.3- PRODECER e os mecanismos da sua transformação em ProSAVANA na sua entrada em Moçambique**

O processo que culminou com a territorialização do PRODECER em Moçambique, com o nome de ProSAVANA, prevaleceu por muito tempo como sendo uma incógnita porque paradigma ele já é (para não dizermos que foi um dógma) e isto, deveu-se a vários fatores que os destacaremos ao longo desta seção. Este processo, incita o levantamento de muitas questões olhando, sobretudo, pela forma como este programa chega a Moçambique saindo do Brasil. Uma das questões que pode ser levantada, é o por quê da escolha de Moçambique para a replicação deste programa e não em outros territórios, se quase toda a África Subsaariana foi considerada, como sendo um “vazio humano”? Alegava-se, portanto, que por aí, existiam terras “livres” e “subutilizadas”, propícias para a expansão da agricultura em grande escala (veja a figura 3).

Pelo menos até a realização desta pesquisa em 2016, não havia resposta quanto a este aspecto mesmo nos documentos oficiais do programa. Com a expectativa de encontrar as possíveis passagens envolvidas no processo de “elaboração” do ProSAVANA do lado moçambicano, tentamos procurar nos documentos oficiais, mas em nenhuma parte foi possível encontra-los. A procura destas informações, deveu-se pelo fato de em

algum momento as autoridades moçambicanas terem afirmado que tratava-se de um «*programa do governo moçambicano*». As poucas informações que se têm do ProSAVANA e que na sua maioria, são de domínio e/ou do conhecimento público, quando as solicitamos durante a pesquisa de campo, deparamo-nos com as restrições, tanto no seu acesso, como também na indisponibilidade das pessoas que poderiam disponibilizá-los. Em outras palavras, havia uma proteção de informações para que as mesmas não chegasse em “mãos” alheias, isto é, de pessoas estranhas (como se dizia) e isso, está bem explícito nos documentos da JICA, sobretudo, no contrato de prestação de serviços (veja no capítulo 4).

A indisponibilidade de uma informação que detalhasse o processo de transformação do PRODECER em (e/ou para) ProSAVANA, levou por muito tempo a ocorrência de análises de caráter mais especulativas que científicas no seio de alguns analistas e acadêmicos, que tinham o ProSAVANA como o seu objeto de estudo. Na perspectiva de encontrar alguns documentos que versassem sobre o tal processo, tentamos usar a *internet*, mas também não foi possível achá-los. Os documentos oficiais que estão disponíveis na *internet*, não tratam a respeito do processo de transformação do PRODECER em (e/ou para) ProSAVANA, isto é, os passos seguidos, mas sim, mostram apenas os objetivos que se tem do programa e das suspostas responsabilidades que cada país tem no âmbito da sua implementação.

Até finais de 2016, não existiam informações concretas e/ou exatas sobre o caminho usado para a sua replicação deste programa em Moçambique, isto é, documentos que mostrassem, por exemplo, que no dia X a reunião ocorreu no lugar Y e desta resultou o documento Z. Na tentativa de encontrarmos estes documentos, “vasculhamos” alguns estudos elaborados por certos autores. Destes estudos, um e outro mostrava apenas o envolvimento exclusivo do Brasil e o Japão na transferência deste programa, numa primeira fase para África, e noutra para Moçambique sem, no entanto a participação do governo moçambicano [ver seção 2,6].

Com a expectativa de obtermos informações detalhada deste programa, recorremos a coordenação do ProSAVANA em Moçambique, mesmo assim não tivemos sucesso, pois apenas recomendaram para que lêssemos o Plano Diretor, como se esta informação estivesse neste documento. E do lado dos mentores da iniciativa (Brasil e Japão), notou-se apenas o secretismo, onde este último, embora em uma conversa informal, quando solicitamos uma entrevista, terá afirmado que não “estamos autorizados a dar nenhuma informação”, alegando que era da “responsabilidade do

governo moçambicano” e que “o seu governo, estavam apenas a ajudar Moçambique na implementação do ProSAVANA”. Não foi somente o Japão que teve essa afirmação, a então embaixadora do Brasil em Moçambique, Lígia Maria Scherer, terá afirmado também que, **“Brasil e Japão foram simplesmente “convidados” a cooperar na promoção do desenvolvimento agrícola e de segurança alimentar de Moçambique”** (ANESI & FAMA, 2013, p. 1, grifo meu).

Como vemos, ela na qualidade de embaixadora brasileira, teve a ousadia de falar pelo Japão e isto, mostra o grau de convivência entre os dois países. Em última instância, recorremos entre outros meios, a página oficial do ProSAVANA em Moçambique ([www.prosavana.gov.mz](http://www.prosavana.gov.mz)), mas até a última consulta feita nos finais de Dezembro de 2016, o cenário continuava o mesmo, a indisponibilidade da tal informação. Nesta “caça” a informação sobre o processo de transformação do PRODECER para ProSAVANA e de outras questões relacionadas com as primeiras atividades desenvolvidas no Corredor de Nacala, chegamos a conclusão de que o ProSAVANA, acabou se constituindo num dos programas mais “blindados” em termos de acessibilidade.

É importante realçar que, mesmo os documentos oficiais sobre este programa em Moçambique, fora dos que estão disponíveis na *internet*, nunca foram de fácil e/ou livre acesso, pois sempre houve restrições, pelo menos, é o que constatamos durante a pesquisa de campo. Há que concordar que existem muitos textos que versam sobre este programa em Moçambique, e na *internet*, é onde se encontram com diferentes focos de análise. Mas destes, poucos analisam os meandros e/ou os contornos do ProSAVANA, sobretudo, o caminho usado para que chegasse a Moçambique, embora seja do domínio público que ele saiu do Brasil.

Até os próprios camponeses afetados por este programa no Corredor de Nacala, dizem também que gostariam de saber como é que o ProSAVANA chegou a Moçambique e estas questões se devem as ambiguidades que existem em trono dele (ver no capítulo 4). De tudo quanto se escreveu sobre o ProSAVANA até então, encontramos apenas dois textos que travam o debate sobre a migração do PRODECER para África e depois para Moçambique, além do próprio relatório da JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional) também está disponível na *internet*.

Destes textos, destacam-se os trabalhos da professora e pesquisadora japonesa da Universidade de Tóquio, Sayaka Funada-Classen. O primeiro tem como título «*Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os*

*mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann»* e o segundo com o título «*Análise do discurso e dos antecedentes do programa ProSAVANA em Moçambique: enfoque no papel do Japão*». No primeiro texto, a autora já avançava sobre a indisponibilidade de informações referente ao ProSAVANA. Tal como o PRODECER, foi elaborado pelos japoneses, o ProSAVANA segundo esta autora, também seguiu a mesma lógica, por isso, as primeiras informações do programa estiveram em língua japonesa.

Aliás, quase todas as figuras apresentados sobre este programa e das iniciativas interligadas a ele, utilizados neste trabalhos, contém escritas em língua japonesa (ver figura 4, 6 e 7). Afirma-se que a língua, foi um dos os principais obstáculos que dificultou as pessoas a entenderem a essência do ProSAVANA, e também acredita-se ser este, o fator que levou muitos analistas e acadêmicos a caírem em especulações. De acordo com Sayaka Funada-Classen (2013b),

“O exame histórico e crítico de fontes primárias é o método mais importante e sem dúvida necessário para realizar uma pesquisa independente sobre o ProSAVANA. Isto é particularmente verdadeiro porque passaram quatro anos desde que foi assinado o MoU e o MoM sobre o ProSAVANA, tendo-se acumulado um volume significativo de fontes primárias (embora muitas não tenham sido disponibilizadas ao público). **Um dos obstáculos graves à realização de um exame histórico e crítico de fontes primárias é, contudo, as barreiras linguísticas**” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 5, grifo meu)

Nos dois trabalhos de Sayaka Funada-Classen, é possível perceber porque é Moçambique foi escolhido para transplantar este programa. Os trabalhos de Vera Lúcia Salazar Pessôa (2015), de Maria Erlan Inocêncio (2010) e de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2014), tiveram um grande papel para o entendimento deste processo. A ideia de replicar-se o PRODECER em outros territórios, sobretudo, em países africanos, pode ser interpretada de várias formas olhando, para a conjuntura pela qual o programa, é implementado em Moçambique. A territorialização deste programa em Moçambique, não foi por acaso como se pode pensar, mas sim, ele em parte, foi movido por interesses majoritariamente externos.

Para maior compreensão deste processo, torna-se necessário rebuscar a «*teoria de localização industrial*» cunhada pelo alemão Alfred Weber. É desta forma que deve ser entendido numa primeira fase o processo de territorialização do ProSAVANA, pois parece que a «*teoria webiana*», foi bem lida e/ou estudada pelos mentores da iniciativa (Brasil e Japão). É preciso entender ainda que, o ProSAVANA, não é um programa qualquer, pois a sua dimensão territorial, a sua cadeia logística e produtiva e o próprio

ambiente de negócios, é que justifica a sua particularidade. O ProSAVANA, é nada mais, nada menos que uma agro-indústria e a sua territorialização no Corredor de Nacala, trata-se de uma “nova ordem internacional criada pelo capital monopolista” (Oliveira, 2014, p. 28) a escala mundial. A cadeia produtiva do ProSAVANA como mostra a figura 4, cuja composição é acompanhada pela entrada de monopólios em diversos setores, denuncia este processo.

Por isso, entendemos que o ProSAVANA, merece uma atenção específica em termos de análise. Os fatores como, a «*distância entre lugar de produção aos mercados consumidores*», a «*abundância da matéria-prima no lugar*», a «*abundância e/ou a existência da mão-de-obra barata*», estão entre os que podem ser chamados para entender o processo de territorialização deste programa em Moçambique. Aliás, estes aspectos nunca foram mencionados em quase todo o processo de implementação, sobretudo, a primeira fase (2011-2015) e muito menos no âmbito da promoção do programa a escala mundial.

A localização geoestratégica que Moçambique se encontra em relação ao oceano, entendemos que foi determinante durante a “elaboração” deste programa, embora tenha sido omitido em quase todo o processo. Não que o Brasil, a quando da implementação do PRODECER estivesse no interior do continente. Pelo contrário, ele é banhado a oeste pelo oceano Atlântico [ver o mapa 2]. O que estava em causa naquele momento, era a distância que separava o Japão e o Brasil no que tange ao escoamento dos produtos agrícolas. Por exemplo, a quando da implementação do PRODECER no cerrado brasileiro, houve dificuldades de escoamento de produtos diretamente para o Japão e isso se deu pelo fato dos custos de transporte serem elevados. Segundo Inocêncio (2010, p. 87) o PRODECER “não serviu o escoamento da produção da soja diretamente para o Japão, pois a distância entre os dois países” era “grande e o preços dos fretes era muito alto”.

Havendo esse impasse, o PRODECER fez do cerrado brasileiro não necessariamente produzir para o Japão, mas sim, foi incorporado como um espaço de produção de alimentos para abastecer o mercado global, o que fez do Brasil uma superpotência mundial do agronegócio, sendo a soja e o milho, as principais monoculturas. Neste contexto, o Japão para não perder o seu investimento, teve outras formas de como tirar as chamadas «*mais-valias*». Para tal, o Japão, deixou que a produção vinda do cerrado brasileiro atendesse o mercado mundial. Akimoto que fazia parte da diretoria do CAMPO, instituição criada para o financiamento das atividades do



PRODECER, revela que o objetivo do programa era que “a produção fosse tal que teria excedente exportável do Brasil para o mercado mundial e com isso equilibraria o preço de oferta no mercado mundial” (INOCÊNCIO, 2010, p. 87).

Neste contexto, a escolha de Moçambique para a replicação deste programa, traz duas leituras importantes. Uma, está relacionada com a localização geoestratégica do Corredor de Nacala, por este apresentar uma facilidade enorme para o escoamento dos produtos via marítima diretamente para os mercados asiáticos, a começar do Japão, a China e a Índia, só para citar alguns exemplos [ver o mapa 2]. A outra, está relacionada com os custos de transportes. Neste caso, são mais baixos em Moçambique, olhando para a localização do Corredor de Nacala em relação ao Japão, se comparado com o cerrado brasileiro no Brasil [ver no mapa 2].

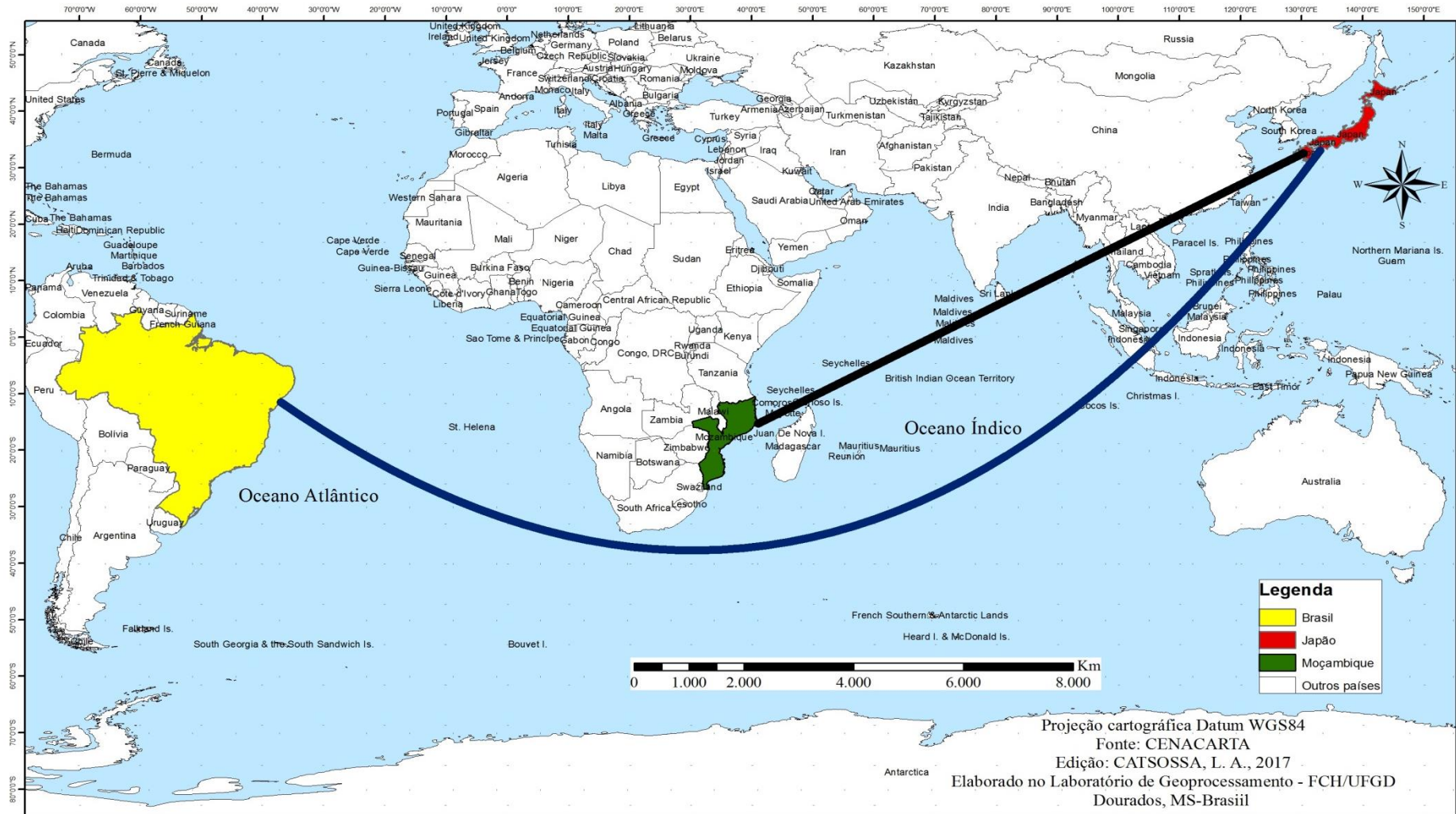
A cadeia logística, sobretudo, a abertura de estradas e ampliação da linha-férrea a partir de Tete em direção ao porto de Nacala que está sendo executadas pelo Japão através, justifica o fato, pois tudo que está sendo feito, é para flexibilizar as atividades do ProSAVANA e de outras iniciativas privadas. Aliás, durante o lançamento do Fundo de Nacala em 2012, ficou claro que a localização geoestratégica do Corredor de Nacala em relação ao mercado asiático, permitiria “**que um navio carregado de soja alcance a China ou a Índia em aproximadamente 14 dias, contra 35 dias de um mesmo carregamento saído do porto de Santos**<sup>20</sup>” (grifo meu).

Como podemos ver, foi feita uma matemática muito antes dos dias em que a mercadoria poderia permanecer ao caminho, saindo de Moçambique em direção ao mercado asiático (Japão, China e Índia). Nestas “matemáticas”, vê-se de antemão que, além de sair mais barato estando agora em Moçambique, o tempo que a mercadoria percorreria também é menor, se comparado antes do Brasil para o mercado japonês. Aliado a sua estrutura tributária que é muito aos investidores privados, Moçambique acaba sendo um lugar geoestratégico para a implementação do ProSAVANA, daí, a ideia de «*vantagens comparativas*» em que se faz menção o custo e oportunidade, sobretudo, no comércio internacional.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/9/2012/mercado-negocios/fundo-nacala-participacao-do-agronegocio-brasileiro-na-africa>. Acesso: 12/11/2016.

**Mapa 2. Rotas de transporte de mercadorias via marítima do PRODECER (1979-1999) e prevista para o ProSAVANA (2010-2030)**



A linha azul no mapa 2, adaptada a partir do trabalho de Funada-Classen (2013b), representa a rota usada durante a implementação do PRODECER e a linha preta, é a que será usada no âmbito do ProSAVANA. Já que a distância entre o lugar da produção da matéria-prima, é diretamente proporcional ao custo de transporte, o Japão minimizará os gastos e por sua vez, maximizará os lucros ao implementar-se o ProSAVANA no Corredor de Nacala, diferentemente do que aconteceu a quando do PRODECER no cerrado brasileiro. A escolha de Moçambique para a replicação deste programa, pode ser vista também no contexto do lugar onde há existência de “possibilidades de redução de custos e acesso ao patamar tecnológico” (Oliveira, 2014) que permitisse, como ocorreu no cerrado brasileiro, uma rápida modernização agrícola com vista “a produção de grãos exportáveis, ou seja, a expansão do agronegócio” (PESSÔA, 2015, p. 443). A existência dos recursos naturais, sobretudo, a terra, foi o elemento “chave” para que isto se materializasse, já que o agronegócio precisa de muita terra para a sua expansão.

Neste caso, a ideia de que Moçambique tem terras supostamente disponíveis, isto é, “livres” e “subutilizada” com características típicas e/ou similares do cerrado brasileiro, como veremos mais em diante, era para os mentores da iniciativa (Brasil Japão), um triunfo. Esse discurso não novo como se pensa. Pelo contrário, ele é característico da estratégia da «*revolução verde*» que o mundo (e o Brasil através do PRODECER) conheceu. O principal objetivo destes discursos, é para fazer deles, um instrumento para empreender-se uma colonização agrícola das áreas que supostamente são consideradas como sendo “vazios” humanos. Os “fabricantes” destes discursos, chagaram a afirmar que todos os lugares com essas características, são também «*territórios atrasados*». Um *território atrasado* para eles, é aquele que ainda não conheceu os “novos” pacotes tecnológicos da chamada «*revolução verde*», isto é, onde ainda predomina a agricultura de base camponesa.

Não é por acaso que o ProSAVANA territorializou-se em Moçambique, pois deveu-se em grande medida, a este predomínio da agricultura de base camponesa, que é realizada através de enxadas de cabo curto (ver capítulo 1). O cerrado brasileiro, foi também alvo destes estereótipos, fato que levou a sua colonização por agricultores vindos de outras regiões do país, e o PRODECER, é tido como um dos principais precursores. A forma como o ProSAVANA tinha sido pensado inicialmente no Plano Diretor de 2013 elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), ia no sentido da colonização agrícola do Corredor de Nacala por produtores, sendo alguns de origem brasileira. Em 2013, a FGV Projetos terá afirmado que já teria “selecionado dez

fazendeiros brasileiros que operariam em conjunto com produtores moçambicanos de médio porte na produção em larga escala” (MORAIS, 2013, p. 66). Não podemos descartar a hipótese de ocorrer uma colonização agrícola no Corredor de Nacala, pois tudo indica que vai acontecer, e o programa «*Terra Segura*», que visa identificar terras supostamente “livres” e/ou “subutilizadas” para depois entregá-las ao setor privado, vai neste sentido.

Fátima Melo, da FASE/Brasil durante as reflexões sobre a implementação do ProSAVANA, realizada em Julho de 2014, embora ignorada pelos executores do programa, sobretudo, da contraparte moçambicana, terá argumentado que este, já teria sido implantado no Brasil. Esta ativista social, alertou ao governo moçambicano, que as (mono)culturas propostas, sobretudo, a soja, o milho e entre outras em introdução, “pela sua característica, essas culturas precisam de largas extensões de terra e com o emprego de mão-de-obra baixíssimo<sup>21</sup>”. Um dos aspectos que vale apenas destacar, é a questão da mão-de-obra barata que estes programas precisam para explorar. No princípio quanto mais mão-de-obra estiver, melhor é para o agronegócio, pois em termos de pagamento de salário aos trabalhadores, gasta pouco, e para ele, trata-se de mais-valia, onde por um lado, minimiza os custos e do outro, maximiza os lucros.

Já que este modelo de produção proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, necessita de muita mão-de-obra, que além de ser abundante, deve também ser barata, a territorialização do ProSAVANA, tinha que ser num país onde ela existe por excelência ao ponto de ser explorada. Essa, é a lógica destes programas, pois a sua essência é, portanto, a acumulação primitiva do capital através de um trabalho alheio. Durante o processo de promoção do ProSAVANA no Brasil, foi dito que a sua replicação em Moçambique, tinha por obrigação empregar cerca de 90% da mão-de-obra local. Isto mostra claramente que em Moçambique, ela existe por excelência e que pode ser explorada, e fica também a ideia de que a sua exploração, está refém do quanto o capital(ista) quer (e/ou pode) pagar por ela. A replicação do PRODECER, tinha que ser também num país onde o governo local através das suas políticas públicas internas, não consegue tornar o setor agrário mais produtivo e competitivo, com vista aumentar a produção e a produtividade por forma a atingir a segurança alimentar.

O ProSAVANA, vai neste sentido, é só ver a sua missão e os seus objetivos que legitimam a sua implementação no Corredor de Nacala (ver capítulo 3). Importa

---

<sup>21</sup> *O País Económico*, 2014, p. 2.

destacar ainda, que o capital para poder se reproduzir, ele necessita de um país onde politicamente é fragil, um governo que não dificulte a sua territorialização e que, seja capaz de avançar com reformas legislativas, para poder encaixar os seus interesses, em suma, que esteja interessado em recebê-lo. E Moçambique, enquadra-se neste sentido. A territorialização deste programa, tinha também que ser, num país fácil de ser aliciado com os discursos desenvolvimentistas (como criação do bem-estar social, melhoria das condições de vida das populações locais gerar empregos e resolver o problema crónico de insegurança alimentar). Essa, foi a proposta que o ProSAVANA, trouxe para Moçambique, fato que criou pouca resistência das autoridades moçambicanas em recebê-lo. Neste processo, embora os riscos pese sobre ele, Moçambique também tinha suas intenções e não foi por acaso que ele aceitou a entrada deste programa em seu território, sem antes fazer uma análise sobre as possíveis consequências socioterritoriais e ambientais com a sua implementação.

A falta de investimento suficiente para modernizar o setor da agricultura, por forma a torná-lo mais produtivo e competitivo, foi um dos fatores determinantes para a territorialização deste programa em Moçambique. A visita do feita pelas autoridades moçambicanas ao Japão em Março de 2017, revelou isso. Alíás, o ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, terá afirmado que **“a nossa presença aqui, é fazer a nível político o acompanhamento e reativar os compromissos e avançar com o programa”**<sup>22</sup> (grifo meu). Portanto, por parte do governo moçambicano, o ProSAVANA, é visto como um “triúnfo”, porque a partir dele o investimento será alocado e dele poderá empreender-se a tal “querida” modernização. Este, foi um dos ganhos que o Brasil teve com a implementação do PRODECER, além de tornar-se num dos maiores exportadores de grãos no mundo. Neste processo, está também a ideia de Moçambique subir no *ranking* dos maiores países exportadores de grãos. Ou seja, a principal ideia, é que implementando o ProSAVANA, aumentar-se-ia a produção e produtividade e como resultado, Moçambique ampliaria também os níveis de exportações que são, atualmente baixos quando comparados com as importações.

O governo moçambicano, insiste na ideia de que com o ProSAVANA, Moçambique poderá sair da extrema dependência que o país se encontra em termos de importação de produtos da primeira necessidade para alimentação dos moçambicanos, como se o agronegócio fosse a grande produção no contexto da segurança alimentar,

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://youtu.be/hemYN3z7br0> [Jornal da Noite 13/03/2013- STV]. Acesso 15/03/2017.

senão mercadorias que é a sua especialização. Portanto, esta é a grande *utopia* do século XXI (embora tenha começado nos anos 1950/60 com o lançamento da estratégia *revolução verde*), que o governo moçambicano, está a reproduzir em seu próprio território. Mesmo os países que experimentaram esse modelo com alegações de acabar com a fome e a miséria, nunca conseguiram e o Brasil de onde o ProSAVANA sai, é exemplo prático disto (ver capítulo 5). Na próxima seção, veja como a crise de preços de alimentos que afetou o mundo nos anos de 2007/8 influenciaram para a replicação deste programa em Moçambique.

#### **2.4- A influência da crise de preços de alimentos de 2007/8 no processo de transformação do PRODECER para ProSAVANA**

“A origem destes empreendimentos foram às crises mundiais de alimentos de 1973 e 2008. Nestes períodos, o preço dos grãos, principalmente, teve uma alta vertiginosa, levando muitos países, como os Estados Unidos da América, a restringir as exportações de alimentos<sup>23</sup>”.

O processo que conduziu a reprodução do PRODECER com o nome do ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique, não foge deste fenômeno chamado «*crise de preço de alimentos*» que tem sido cíclico no mundo. Sayaka Funada-Classen entende que “ambos os programas são moldados pela crise alimentar em todo o mundo e no Japão (1973- e 2008-)<sup>24</sup>”. A crise de preços de alimentos de 2007/8, foi determinante para a territorialização do ProSAVANA. Esta crise, trouxe debates e embates dentro da esfera política, sobretudo, no seio das organizações e/ou instituições internacionais, aquelas ligadas a fome no mundo e as que estão ligadas a financeirização de programas relacionados com o combate a este fenômeno. Nesta ronda de debates, surgiram vários consensos, um deles era identificar medidas e/ou políticas públicas não só estratégicas, mais também que fossem adequadas para lidar-se com o fenômeno em questão.

Nessa altura, a pressão para se encontrar soluções rápidas, de modo a combater este fenômeno, era maior e equacionado ao número de famintos que padeciam de assistência alimentar no mundo, aumentava-se cada vez mais. Os governos, sobretudo, os mais afetados e dependentes das exportações (o caso do Japão, China, Índia, só para citar alguns exemplos), confrontados com as duas realidades, começaram, junto às instituições e/ou organizações internacionais, a procurar estratégias, visando sair das zonas de “penumbras” em que estes se encontravam. Com o advento da crise, a tônica

---

<sup>23</sup> Disponível em <http://www.dw.com/pt/projeto-prosavana-em-mo%C3%A7ambique-visa-garantir-seguran%C3%A7a-alimentar-do-jap%C3%A3o-diz-especialista/a-17128177>. Acesso em: 17/02/2016.

<sup>24</sup> Funada-Classen (2013b, p. 21).

nos discursos políticos dos países afetados, no que tange a diplomacia, mudou. Se antes era uma diplomacia extremamente política e/ou econômica, que estes faziam com outras nações, neste caso específico africanas, com a crise passou-se a exercer-se a chamada «*diplomacia da fome*», na medida em que fazia-se a promoção de acordos tanto bilaterais como trilaterais para produção de alimentos em outros territórios. Após produzidos os alimentos nestes territórios, a ideia era que fossem depois exportados para os seus países com vista a solucionar os seus problemas.

O Japão no meio de tantos outros países afetados pela crise de preços de alimentos de 2007/8, foi o país que mais exerceu a «*diplomacia da fome*» nesta altura e o ProSAVANA, é em parte fruto desta diplomacia. Como diria Inocêncio (2010, p. 128) com esta crise “**o Japão passou a aplicar uma espécie de política exterior agrícola - *diplomacia da fome* a busca de alimentos que pudessem sustentar o seu povo**” (grifo meu). No exercício da «*diplomacia da fome*», como veremos mais em diante, o Japão em Moçambique, comprometeu-se em financiar todas atividades, entre elas a construção e/ou a revitalização da cadeia logística (estradas, linhas-férreas, portos, etc), pesquisas relacionadas com o ProSAVANA, financiamento para a construção de laboratórios, consultas públicas, organização de encontros ligados ao programa e entre outras atividades. O Japão fez isso, em troca de exportar os produtos que serão produzidos no Corredor de Nacala para para o seu país.

Aliás, importa referenciar que a mesma filosofia, foi empreendida a quando da implementação do PRODECER no cerrado brasileiro. Nesta altura o Japão terá ampliado o número de fornecedores de alimentos por meio de programas de cooperação, já que tratava-se de um dos países mais afetados pela crise de preços de alimentos de 1972, daí a implementação do PRODECER no cerrado brasileiro. Com o advento da crise de preços de alimentos de 2007/8, o Japão por ser ainda um dos países mais afetados, volta a trilhar o mesmo caminho diversificando as suas “manobras” de coleta de alimentos, e desta vez, é com o Brasil que se encontra a transportar para Moçambique o mesmo programa em que apenas mudaram-o de nome para ser implementado ainda por via de cooperação. Durante o período que marcou a procura de soluções para responder-se a crise de preços de alimentos de 2007/8, várias questões eram colocadas e uma delas, era como é que poderia se sair da crise em que o mundo (sobretudo, os países mais afetados) se encontrava.

Já que se pensava em deslocar as fronteiras agrícolas para outros territórios, outra pergunta que se colocava, era como os países em desenvolvimento (que se suponha que

tivessem terras suficientes para albergar estas iniciativas), poderiam reagir a este processo. Algo interessante que se verificara neste processo de deslocamento de fronteiras agrícolas, é que pouco se pensou sobre as populações que poderiam ser afetadas, sobretudo, nos lugares de chegada destas iniciativas e Moçambique é o principal exemplo disto (ver capítulo 4). Com esta crise, houve no mundo uma virada no discurso político, tanto por parte dos governos, sobretudo, os receptores das iniciativas (a exemplo de Moçambique), como dos doadores e/ou investidores. Essa viragem discursiva, “veio alterar a forma como os governos passaram a ver o investimento” (Ribeiro, 2014 p. 14) e a partir deste momento começou-se, portanto, a dar-se maior atenção ao setor agrário em quase toda a África.

Nesta mudança repentina do discurso destes atores, a ideia “foi chamar o setor privado a investir” (Ribeiro, 2014, p. 14) com alegações de “salvar” a África da fome e da miséria, daí a transferência do PRODECER para Moçambique. Portanto, “não foi por acaso que 2014” foi considerado o “ano da Agricultura e Segurança Alimentar para a União Africana” (Ribeiro, 2014, p. 14), pois, era uma estratégia para o grande capital poder se letigimar em África. Por exemplo, o “Fórum para a Investigação em África (FARA)” recebeu “um esforço de 19 milhões de dólares da Comissão Europeia, fazendo um total de 53 milhões o investimento de doadores europeus em Apoio ao desenvolvimento agrícola na África Subsaariana” (RIBEIRO, 2014, p. 14). Antes disto, várias iniciativas já teriam sido lançadas em África, com as mesmas suposições de “tirar” os africanos da fome e da miséria e, podemos destacar as seguintes:

“Food Security Initiative, liderada pela FAO e dos países do G8 no encontro de 2009, em Aquila, Itália, em que os líderes mundiais se comprometeram a investir milhões de dólares em três anos em agricultura sustentável para combater a pobreza e a fome. Seguiu-se a Feed the Future, iniciativa lançada pela administração Obama em 2010, com o apoio da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento (USAID), e, finalmente, o Comprehensive Africa Agriculture Development Program (CAADP), da União Africana, à escala mundial. É nessa altura que, além dos investidores privados e daqueles considerados doadores tradicionais (Banco Mundial, FMI, países da OCDE), entra em cena a filantropia, com organizações com a Fundação Bill e Melinda Gates que, junto com a Fundação Rockefeller, criou a AGRA – Alliance for a Green Revolution in Africa” (RIBEIRO, 2014, p. 15).

Foi nessa altura, que a nível da África surgiu também a iniciativa do «*Nova Aliança para a Segurança Alimentar do G8*» onde a ideia é “**cooperar com os Governos africanos para libertar 50 milhões de africanos da pobreza, 3.1 milhões dos quais em Moçambique entre 2012 e 2022**” (ADRIANO & VUNJANHE, 2015, p. 47, grifo meu). Portanto, a ideia de 2014 ser o ano da segurança alimentar africana na



ótica da União Africana, além de ser geoestratégica para demandar a entrada de grandes corporações agrícolas em África, tornavam também a “África potencialmente no novo celeiro do mundo” (RIBEIRO, 2014, p. 14). Este processo dava também lugar o início da “nova” *revolução verde africana*. A presença do Brasil no encontro de Aquila, na Itália, em 2009, não pode ser vista de forma isolada desta corrida por terras agrícolas em África e Moçambique numa forma particular.

Os interesses do Brasil em África e Moçambique, numa forma particular, são estruturais (e/ou estruturantes), mascarados por um discurso solidário e humanista (de carácter desenvolvimentista), mas que engendra (e/ou incentiva) a estrangeirização (e/ou aquisição) de terras agrícolas, tal como operam outras potências mundiais. Informações em 2016, avançavam que o Brasil encontrava-se a organizar (mais) um evento internacional, em que os principais convidados eram os países africanos e Moçambique, fazia parte da lista destes países. As previsões davam conta que o evento teria lugar em Foz de Iguaçu, no Estado de Paraná, entre os dias 3 e 4 de Novembro. Este evento denominado «4º Fórum Brasil-África» tinha como lema «*Estratégias para o desenvolvimento da agricultura no Brasil e na África*». Portanto, este evento tinha “como propósito favorecer um debate profundo sobre as oportunidades do setor agrícola, quer do Brasil quer dos países africanos [...] que inclui *Moçambique pelas relações que o país mantém com o Brasil*”<sup>25</sup>. Aliás, o evento organizado pelo Brasil imperava que os “**representantes dos governos lideranças empresariais, investidores potenciais [...] devem participar**”<sup>26</sup> (grifo meu).

“Alguns dos pontos a serem debatidos no “4º Fórum Brasil-África” são: biotecnologia, agricultura familiar, fertilizantes e produtos químicos, financiamento e subsídios, inspeção e processamento de alimentos, infraestrutura e segurança alimentar”<sup>27</sup>.

Isso revela apenas, que a presença do Brasil no encontro de Aquila na Itália junto aos países constituintes do G8, era geoestratégica, já que internacionalmente, ele era (re)conhecido como o país que teve “sucesso” com as suas políticas públicas. Como veremos mais em diante, é neste encontro que o Brasil se junta ao Japão para conduzirem em África, programas de cooperação em conjunto, fato que acabou com o transporte do PRODECER com o nome de ProSAVANA para Moçambique. Este processo não deu apenas lugar ao resurgimento de uma “nova” «*geopolítica mundial da*

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/41147-brasil-leva-africa-a-discutir-desenvolvimento-agricola-html>. Acesso: 27/09/2016.

<sup>26</sup> Idem, grifo meu.

<sup>27</sup> Idem, grifo meu.

*questão agrária*», como também marcava o iniciar de um reposicionamento dos atores globais, sobretudo, aqueles que controlam a cadeia mundial de alimentos. A outra face deste processo não só foi, a “presença, no plano mundial” (Oliveira, 2014, p. 17) de grandes corporações do agrogenócio, como também foi a partir desta altura em que a “ordem passou a se produzir em qualquer lugar do mundo” (OLIVEIRA, 2014, p. 17-19). A corrida por terras agrícolas para a produção de *commodities*, a partir deste momento, também estava a ser declarada.

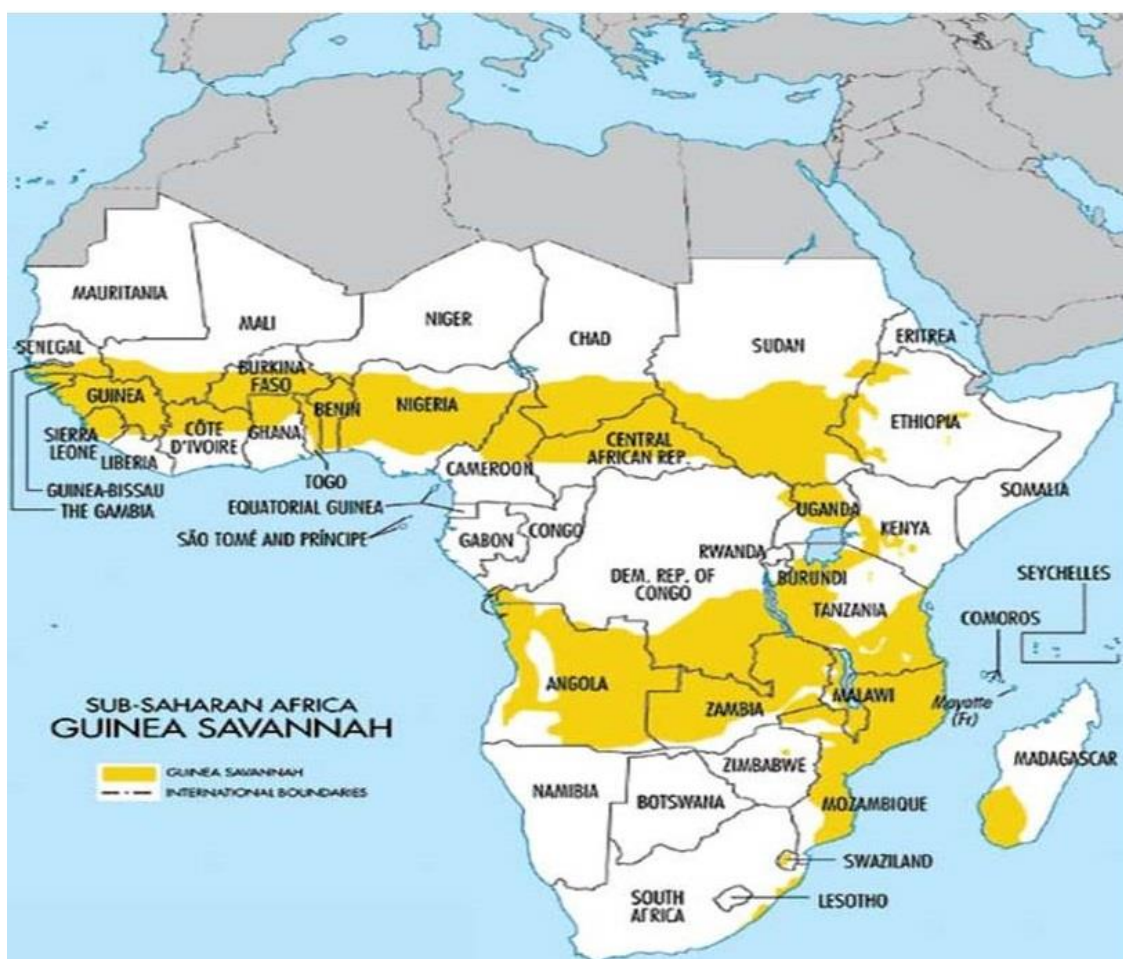
A África, foi “esterotipada” que lá existiam vazios humanos, isto é, terras “livres” e “subutilizadas”, que no entender da classe dominante e detentor do capital, eram propícias para a expansão da agricultura em grande escala, em suma o agronegócio [ver a figura 3]. A partir deste momento, a África era vista como sendo o “novo” palco para a reprodução dos modelos advindos da estratégia da «*revolução verde*». Foi neste período que, a procura de novos territórios para a expansão das fronteiras agrícolas iniciadas em outros territórios (a iniciar com a fronteira agrícola brasileira), começam a serem deslocadas para outros países. Foi a partir deste momento que a África, começou também a ser vista também como sendo “**o novo celeiro do mundo**” (Ribeiro, 2014, grifo meu) e Moçambique numa forma particular como sendo “**o Futuro da Comida: o próximo celeiro**” (BOURNE, JR, 2014, grifo meu). O que confirmou que a África, era tido como o “novo” palco de iniciativas já implementadas em outros países, foi o encontro realizado em Aquila na Itália em 2009, e foi lançada daí que a ofensiva para a corrida por terras ao longo do continente africano se notabilizou.

Depois do encontro de Aquila na Itália, a procura por terras agrícolas começa a intensificar-se quase por toda África e Moçambique, numa forma particular. O ProSAVANA e outros programas que o seguiram e em curso no Corredor de Nacala, são em parte, o reflexo da “fúria” desta crise de preços de alimentos de 2007/8. O estudo conduzido pela FAO e o Banco Mundial intitulado «*Despertando o Gigante*», teve grande impacto neste processo, e pode se dizer que foi o maior impulsionador do “saque” e/ou “grilagem” de terras agrícolas que está a acontecer quase por toda a África e em Moçambique, numa forma particular. Por exemplo, neste estudo afirmou-se categoricamente que a savana africana, possuía cerca de *600 milhões* de hectares de terra, dos quais *400 milhões* de hectares aráveis, estando apenas *10% em uso* — ou seja, *40 milhões de hectares*, o que na opinião deles representava um grande potencial para o desenvolvimento do agronegócio, com cerca de *360 milhões* de hectares de terra (ver ADRIANO, 2015; SCHLESINGER, 2013). Para Vicente Adriano,

“É este potencial promovido por instituições como a FAO, Banco Mundial e outros organismos multilaterais em cooperação com as grandes corporações e conivência da elite política e econômica africana no poder. Isso confere regiões como o **Corredor de Nacala em Moçambique** [...], com grandes focos de investimentos em agronegócio” (ADRIANO, 2015, grifo meu).

Nestes cálculos se formos a observar a figura 3, incluem Moçambique e o seu Corredor de Nacala que, além de servir de “palco” para a materialização dos interesses do capital nipo-brasileiro, é também “palco” de outras iniciativas interligadas ao ProSAVANA, cujo assinaturas ocorreram quase no mesmo período, sobretudo, durante o encontro de Aquila, realizado na Itália, em 2009. Importa referenciar que os cálculos apresentados pelo estudo conduzido pela FAO e o Banco Mundial, revelam uma profunda ignorância, sobretudo, na lógica de ocupação de espaços pelas comunidades africanas e da função social, cultural e multifuncional no processo de uso e aproveitamento dos recursos naturais (da terra, florestas e água e entre outros).

**Figura 3. A região Austral da África abrangida pela Savana da Guiné**



Fonte: Extraída de Schlesinger (2013)

O atual (sub)imperialismo que está assente em África materializado, pela compra e/ou arrendamento de terras que têm como atores alguns países desenvolvidos (a

exemplo de alguns países da Europa e da Ásia), as chamadas *economias emergentes* (os BRICS), só para citar alguns exemplos, é em parte, fruto deste estudo conduzido pela FAO e o Banco Mundial. Além dos discursos do estudo da FAO e do Banco Mundial serem acompanhados pelo *mito* da existência de terras supostamente “livres” e/ou “subutilizadas”, **“os casos do Cerrado brasileiro e do Nordeste da Tailândia foram tomados como referencial para avaliar o potencial de aproveitamento de áreas similares da Savana Africana, em Moçambique, Nigéria e Zâmbia”** (SCHLESINGER, 2015, p. 16, grifo meu). Os produtos escolhidos no processo de reprodução destes programas ao continente africano foram “aqueles considerados mais importantes na produção agrícola das regiões correspondentes na Tailândia e no **Brasil**” como, por exemplo, a **“mandioca, algodão, milho, arroz, soja e açúcar”** (SCHELESNGER, 2015, p. 16, grifo meu).

Os produtos aqui mencionados, são os mesmos que estão em introdução ao longo do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA (ver o capítulo 3). É por isso, que entendemos que neste processo, a geopolítica internacional, é um elemento chave para explicar a ocupação do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA. Neste caso, trata-se da existência de uma trilogia inseparável, a saber: (i) *a «geopolítica mundial» marcada por interesses do capital internacional sobre o Corredor de Nacala;* (ii) *«geoestratégia» em termos de localização do Corredor de Nacala, em relação aos principais mercados consumidores (Japão, China e Índia) e;* (iii) *o próprio Corredor de Nacala enquanto «território» para a produção de mercadorias para alimentar o mundo.* Estes três aspectos são, portanto, elementos *sine qua non* para explicar a política internacional que conduziu a territorialização deste programa em Moçambique.

## **2.5- Aproveitando a ocasião para reinar: o papel do Brasil e Japão no processo de transformação do PRODECER para ProSAVANA**

A crise de preços de alimentos que afetara o mundo na primeira década do século XXI, sobretudo, nos anos de 2007 e 2008, não significou apenas o sofrimento de um povo, dada a restrição de alimentos que se fazia sentir nestas altura. Pelo contrário, a mesma foi vista por certos países, em primeiro lugar, como uma oportunidade de negócios e, segundo como estratégia para a sua inserção como “novos” atores globais por meio de alianças geopolíticas. O Brasil e o Japão, se enquadram neste contexto no âmbito da transferência do PRODECER para o continente africano, sobretudo, em Moçambique com o nome de ProSAVANA. O fim do PRODECER no cerrado

brasileiro em 1999 após 20 anos de implementação (ver Pessôa & Inocêncio, 2014), marcava também o iniciar de uma “nova” jornada para o Brasil e o Japão, sobretudo, a sua aliança como “novos” atores para a prestação de “apoio” para o “desenvolvimento” no mundo, sobretudo, em África.

Na verdade, o cerrado brasileiro, foi transformado num verdadeiro celeiro mundial de alimentos, sobretudo, *commodities*, como a soja, o milho e entre outras culturas de exportação. Através da ocupação do cerrado pelo PRODECER, o Brasil chegou de ser considerado como sendo “**a nova superpotência mundial do agronegócio**” (GRATÃO, 2008, p. 470, grifo meu). Num estudo conduzido por “guardiões do PRODECER da JICA, o planificador do ProSAVANA, Yutaka Hongo, e o ex-diretor do Instituto de Pesquisa da JICA, Akio Hosono” o PRODECER foi tido como sendo “**o Milagre do Desenvolvimento do Cerrado, Terra Árida no Brasil**” (FUNADA-CLASSEN, 2013, p. 4. grifo meu). Com o fim do PRODECER e como as relações entre os dois países já eram sólidas (veja Funada-Classen, 2013a), ambos começaram a desenvolver iniciativas conjuntas por forma a replicá-las em outros territórios. Como podemos na tabela 12, a relação entre o Brasil e o Japão, é de longa data e o ProSAVANA, é apenas parte deste processo.

**Tabela 11. Mapeamento dos acordos bilaterais entre Brasil e Japão que se relacionam com o ProSAVANA**

Período/Ano	Acordos e/ou memorandos de entendimentos
Abril de 1992	Reatamento das relações diplomáticas
Abril de 1954	Fundação da entidade jurídica “Associação Ásia” como órgão executor da Coop. Téc. do Japão
Out. de 1954	Ingresso do Japão no Plano Colombo. Início da Cooperação técnica prestada
Dez. de 1956	Ingresso do Japão na ONU. Brasil participa da “Proposta de Resolução Conjunta de 34 países para o ingresso do Japão” da 11ª Assembleia Geral da ONU, dando apoio ao retorno do Japão à comunidade internacional
Fev. de 1959	Envio de Perito para a 1ª Cooperação Técnica com o Brasil (na área de irrigação agrícola)
Jan. de 1961	Recepção do 1º bolsista brasileiro para a cooperação técnica no Japão (área de biologia marinha)
Março de 1961	Fundação da OECF (Fundo de Cooperação Econômica para o Exterior) como órgão executor da cooperação financeira
1961	Negociações entre o Japão e o Brasil para a ocupação do cerrado pelo PRODECER
Março de 1962	Início da primeira cooperação técnica projetada (Centro de Treinamento de Técnica Industrial de Tecelagem SENA II)
Junho de 1962	Fundação OITCA (Agência de Cooperação Técnica para o Exterior), precursora da atual JICA
Set. de 1970	Assinatura do acordo básico para a cooperação técnica entre Japão e Brasil
Ago. de 1974	Fundação da JICA como resultado da fusão entre a OITCA e Agência de Emigração do Japão
Ago. de 1976	Abertura do escritório da JICA no Brasil
1976	Assinatura oficial do acordo entre o Japão e o Brasil para a ocupação do cerrado brasileiro pelo PRODECER
Dez. de 1981	Assinatura de três primeiros contratos de empresários da ODA ao Brasil: “Projeto de Construção do Porto de Praia Mole”; “Projeto de Construção do Porto da Vila de Conde” e “Projeto de Aquisição de Navio Draga”
Set. De 1985	Início da 1ª cooperação triangular, cursos de treinamentos para os terceiros países “Engenharia elétrica/eletricidade Industrial (SENAI)”
1987	Criação da ABC (Agência Brasileira de Cooperação)
Out. de 1999	Fundação da JBIC (Banco do Japão para a Cooperação Internacional) como resultado da fusão entre a OECF e Eximbar do Japão

Março de 2000	Assinatura do acordo do “JBPP- Projeto de Parceria Brasil-Japão
Out. de 2007	Início do primeiro projeto JBPP “Programa para o fortalecimento funcional do Hospital Josina Machel da República da Angola”
Out. de 2008	Integração da JICA com o setor de empréstimo ODA da JBIC
Ago. de 2009	Início da primeira cooperação técnica-científica no Brasil: “Pesquisa de produção de etanol a partir de bagaço da cana” em resposta aos desafios no âmbito global
Set. de 2009	Memorando de entendimento – Cooperação entre Japão, Brasil e Moçambique
Ago de 2010	Minuta de reunião Agência de Cooperação Internacional do Japão, autoridades competentes da República Federativa do Brasil e do Governo da República de Moçambique sobre o projeto I do ProSAVANA
Junho de 2011	Minuta de encontro de consultoria realizado no Brasil-DF com a participação da Agência de Cooperação Internacional do Japão, da Agência Brasileira de Cooperação com a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**Fonte:** Organização própria com base em JICA (2009); ORAM (2012) e Pessoa (1988; 2015)

Como podemos ver na tabela 12, com a assinatura do memorando de entendimento entre o Brasil e o Japão no ano de 2000 para juntos, começarem a desenvolver iniciativas virados para o desenvolvimento, a África foi vista como sendo o lugar geoestratégico para a prestação do tal propósito. Levar as suas iniciativas para África, sobretudo, para Moçambique, foi nada mais, nada menos que aquilo que se diz na gíria popular, do tipo «*a união faz a força*», pois um (neste caso o Japão), era mais poderoso economicamente e o outro, era forte em termos de experiências na tropicalização da soja, milho e entre outras *commodities* (neste caso o Brasil). Estes dois aspectos eram, portanto, “chaves” para que as suas pretensões, ganhassem palco em África, e como veremos mais em diante, foi o que aconteceu. A escolha feita pelo Japão em pretender levar a cabo iniciativas conjuntas com o Brasil à África, foi mais do que acertada.

Senão vejamos, o representante da JICA, Katsuhiko Haga, classificou o Brasil como sendo o “**detentor de grande influência na comunidade internacional e país que vem desempenhando ativamente seu papel de líder**” tendo afirmado ainda, que ele “**é um importante parceiro para o Japão**” (JICA, 2009, grifo meu). O Japão tinha mais do que certeza que, se aliando ao Brasil, ambos poderiam materializar os seus objetivos em África como “novos” atores, pois além do Brasil ter a reputação internacional e bem (re)conhecida pelas autoridades japonesas. Este fato se consolida ainda porque ambos os países, vinham de uma experiência conjunta ainda no ramo da agricultura, materializada pelo PRODECER no cerrado brasileiro. O representante da JICA terá afirmado ainda, que “**estamos certos de que os próximos 50 anos serão os 50 anos em que os dois países, atuando como parceiros globais trarão uma grande contribuição para a comunidade internacional**” (JICA, 2009, grifo meu). Esses atributos, reforçavam ainda ao próprio Brasil, para o seu surgimento na esfera global

como “novo” ator no contexto de prestação de “ajuda” e/ou “apoio” para o “desenvolvimento” e foi o que se notou mais tarde. A JICA descreve ainda que,

**“O Brasil, que hoje exerce liderança no cenário internacional em virtude de suas relações diplomáticas multifacetadas, é tido pelo Japão como um importante parceiro global. A JICA visa não só uma cooperação que tenha o Brasil como alvo, mas uma parceria com o Brasil no engajamento contra os problemas de escala global, de modo a contribuir para a sociedade internacional”** (JICA, 2009, grifo meu).

Após a firmação da parceria ano de 2000, ambos deram um “salto” ao Oceano Atlântico rumo a África, com o propósito de promover iniciativas conjuntas na matéria de “desenvolvimento” e o setor da agricultura, era uma das suas prioridades. A ideia nesta corrida à África, era que identificado um país africano, a partir dele se conduzisse um programa de cooperação trilateral para o “desenvolvimento” e tal iniciativa, se implementaria neste mesmo país. A JICA no seu relatório destaca que,

**“O Japão e o Brasil lançaram em 2000 o Programa de Parceria Japão Brasil (JBPP), para promover ainda mais ativamente a cooperação triangular, pela qual os dois países se unem para cooperar no desenvolvimento de um terceiro país”** (JICA, 2009, grifo meu).

O seu argumento, era que caso esta experiência fosse aproveitada pelos governos africanos, automaticamente replicaria o “sucesso” do cerrado, e conseqüentemente, traria quase as mesmas *mais-valias* para o país beneficiário da iniciativa. Em outras palavras, afirmava-se que caso os países africanos aceitassem a replicação do PRODECER em seus territórios, supostamente sairiam do subdesenvolvimento a que se encontravam e, tornar-se-iam grandes exportadores da matéria-prima, como acontecera durante o percurso que marcou a implementação do PRODECER no Brasil. Esse era, portanto, o discurso da classe dominante, neste caso de ideais, Brasil e do Japão, na sua corrida para África como “novos” de prestação de “apoio” para o “desenvolvimento”, sobretudo, no setor agrário. O Brasil e o Japão, justificavam ainda que a experiência conjunta, tida durante a implementação do PRODECER, era, portanto, a base para a reprodução deste “milagre” nos países africanos. Como sinaliza a JICA,

**“O Japão e o Brasil possuem muitas experiências e técnicas que podem ser oferecidas aos países africanos, como desenvolvimento agrícola da região dos cerrados que possui clima de savana. [...] As expectativas recaem sobre a assistência aos países africanos que aproveitem essas experiências”** (JICA, 2009, grifo meu).

Como nessa altura, muitos países africanos incluindo Moçambique, encontrava-se na busca de soluções para o desenvolvimento da agricultura, com vista aumentar a produção e a produtividade, este cenário fez com que o Brasil e o Japão ascendessem ainda mais o seu poderio. Nessa altura, o Japão precisava territórios para através do seu

capital, incentivar a produção de alimentos e depois exportá-los para o seu país, já que era um dos países mais fusigados pela crise de preços de alimentos de 2007/8. Portanto, existindo esse espaço, sobretudo, terras agrícolas no continente africano supostamente “livres” e “subutilizadas” capazes de albergar grandes corporações agrícolas, era para Japão um triúnfo. O Brasil, já que estava na mesma corrida para aquisição de terras agrícolas (seja em forma de aluguel ou compra) em lugares onde supostamente existem, era uma “boa nova” para a reprodução dos seus modelos agrícolas atreldos ao agronegócio, já são inciativas que necessitam de grandes extensões de terras para a sua implantação. Portanto, o engajamento brasileiro, não pode ser vista de forma isolada dos seus interesses especulativos sobre a “terra agrícola africana”. Vale lembrar que antes de assinatura do acordo para a implementação do ProSAVANA, a ideia era junto do Japão avançarem com iniciativas com vista o “*Desenvolvimento Agrícolas nas Savanas Africanas*”. No relatório da JICA, lê-se o seguinte:

**“Os países africanos anseiam por um desenvolvimento econômico através da promoção da agricultura e, por outro lado, o mundo procura uma nova base de produção e exportação de alimentos. Espera-se que o desenvolvimento agrícola da África contribua não somente para os países envolvidos, mas, também, para a garantia da segurança alimentar do planeta”** (JICA, 2009, grifo meu).

Quer dizer que, a África, sobretudo, o Corredor de Nacala em Moçambique, será ocupada não só para alimentar o Japão, mas será como foi a quando da implementação do PRODECER, isto é, para alimentar o mundo no seu todo. Na verdade o ProSAVANA, é uma reprodução do que aconteceu no cerrado brasileiro no âmbito do PRODECER, se olharmos pelos mecanismos de implementação do primeiro quando comparado com o segundo (ver capítulo 3). Um dado importante a destacar neste processo, está relacionado com a alegação de que em África, existiam “vazios humanos”, isto é, com terras “livres” e “subutilizados” adequadas para a expansão da agricultura em grande escala. A JICA em seu relatório, descreve o seguinte:

**“Com base na experiência nipo-brasileira de ter transformado os “cerrados”, uma região de savanas tropicais com uma extensão equivalente a 5,5 vezes o território japonês, no maior celeiro do mundo, está em análise entre os governos japonês e brasileiro a criação conjunta de um modelo de desenvolvimento agrícola para a África, que sofre de falta de alimentos. 35% das savanas tropicais do planeta concentram-se na África, havendo uma extensa área adequada para a agricultura que se encontra subutilizada”** (JICA, 2009, grifo meu).

Foi desta forma que o PRODECER entra em África, com **“um enfoque na vasta terra não cultivada na África”**, por meio de **“empreendimentos público-privados**



[...]”, sobretudo, **“através do reforço das relações Japão-Brasil”** (FUNADA-CLASSEN, 2013b, 21, grifo meu). Ainda de acordo com a autora,

**“o forte enfoque na vasta terra não usada para a produção alimentar eficiente [barata] em quantidade para exportar [portanto, produção em grande escala utilização de maquinaria] e uma total negligência das vidas e produção dos pequenos produtores locais, foi à base para a formulação e atração quer do PRODECER quer do ProSAVANA”** (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 23, grifo meu).

Na verdade, não se criou um novo modelo para o desenvolvimento agrícola da savana africana, sobretudo, do Corredor de Nacala como os mentores a iniciativa propalaram. Apenas, “pegou-se” no já existente neste caso no PRODECER e mudaram-no de nome para ProSAVANA ao entrar no continente africano, sobretudo, em Moçambique. Conforme Funada-Classen (2013a, p. 36), **“o ProSAVANA foi trazido por japoneses que não possuem experiências nestes escândalos”** e os doadores utilizaram a abordagem de **“o que está faltando no desenvolvimento de planos e projetos”** (grifo meu). Como a ideia quando o Brasil e do Japão “migraram” para África, era encontrar um país africano e com ele se conduzisse uma iniciativa trilateral, faltava então, esse país para que tal desejo se materializasse. Para a materialização deste objetivo, houve aquilo que se chama *«divisão internacional do trabalho»* olhando a forma de atuação do Brasil e Japão em que ambos dividiram-se as tarefas.

Neste processo, o Japão tinha a função de “atrair” e/ou mesmo “seduzir” as lideranças africanas através do seu investimento para o seu território, isto é, tentando cooptá-las que ele, iria financiar todas as atividades do programa. Já o Brasil deveria impressionar as lideranças africanas, usando o suposto “sucesso” das suas políticas públicas, outrora implementadas no seu território (o caso do PRODECER), como “arma” de combate a qualquer que fosse resistência. A tarefa que o Japão tinha por exercer, era a mais fácil, já que as lideranças africanas (a exemplo de Moçambique) estavam a procura de investimentos para reforçar o setor da agricultura, por isso, em pouco tempo, este conseguiu ter sucesso. Neste caso falta a identificação de um país que pudesse ser beneficiário da iniciativa para junto dele se estabelecer uma iniciativa trilateral, daí o papel do Brasil. O Brasil, teve um papel de destaque neste processo e com Lula em frente, já que tinha um poder influenciador e reconhecido mundialmente.

Nisso, o Brasil saiu-se bem e com ajuda de outros atores globais como, por exemplo, o Banco Mundial, o próprio Japão, foi possível as elites africanas aceitarem a replicação do PRODECER em seus territórios sem, no entanto, questionarem o modelo de produção que lhes eram proposto. De todos países africanos que até 2009,

mantinham relações de cooperação com Brasil, Moçambique é que foi escolhido, como sendo o “palco” para a materialização dos interesses nipo-brasileiros. Quando Moçambique, é identificado para a reprodução do PRODECER, o programa entra no contexto do «*Desenvolvimento Agrário da Savana Tropical de Moçambique*». Sayaka Funada-Classen (2013b), revela ainda que, diferentemente dos objetivos que são conhecidos até então, sobre o ProSAVANA, embora pouco claros, a JICA no seu documento oficial, já adiantava quais os objetivos que seriam alcançados na África, no âmbito da cooperação conjunta com o Brasil. Dentre os objetivos, a autora destaca os seguintes:

- a) O relacionamento entre o Brasil e o Japão era visto como a característica mais importante do programa;
- b) **África era Alvo;**
- c) **Moçambique era um caso onde as experiências no Cerrado do apoio e do Brasil poderiam ser transplantadas** (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 15, grifo meu).

Nota-se, portanto, que já havia uma agenda bem definida e clara e o país alvo em África, também já havia sido identificado por eles. Ou seja, eles já teriam feito antes de tudo uma “lição de casa” como se diz na gíria popular e neste processo, o que estava em falta, era apenas colocar a teoria em prática e, foi o que se observou em 2009, após o encontro de Aquila na Itália, onde Moçambique, foi identificado como beneficiário da iniciativa (ver seção 2.6). Como se pode observar, na transformação do PRODECER para ProSAVANA, verificou-se apenas uma mudança escalar, sendo inicialmente pensada num sentido «*macroterritorial*», isto é, para uma escala continental (África) e depois, passou para «*microterritorial*», a escala de um país e/ou local (neste caso Moçambique – Corredor de Nacala). Segundo Sayaka Funada-Classen (2013b), a JICA em seu relatório, argumentava o seguinte:

“O apoio ganhou experiência de trabalho para a cooperação na agricultura na zona do Cerrado (Savana Tropical) nos últimos 20 anos no [...] Brasil. Hoje, a zona do Cerrado desenvolveu-se, tendo-se tornado um celeiro de classe mundial. Os dois governos do Japão e Brasil declararam o apoio, em conjunto, ao desenvolvimento da agricultura em África, e têm estado a pensar implantar as tecnologias agrárias acumuladas durante o desenvolvimento do Cerrado nos países africanos onde ocorrem as savanas tropicais. **Desta vez, foi selecionado Moçambique como o primeiro país-alvo deste apoio ao desenvolvimento da agricultura com a cooperação Triangular do Japão-Brasil**” (FUNADA-CLASSEN, 2013b. p. 14, grifo meu).

Importa destacar ainda que, inicialmente a ideia de reproduzir o PRODECER, não estava prevista para Moçambique, pois só se dizia apenas que, pretendia-se replicar “a

**experiência do desenvolvimento Agrícola dos Cerrados na África – desenvolvimento Agrícola das Savanas tropicais”** (JICA, 2009, grifo meu). Quando o ProSAVANA chega a Moçambique, começou a ser promovido de ser uma experiência brasileira de “sucesso”. Na construção desta imagem, notava-se uma certa convivência entre o Brasil e o Japão. Quando as autoridades brasileiras fossem a dizer, por exemplo, que tinham uma experiência “acumulada” e de “sucesso”, sobretudo, no ramo da agricultura tropical, as autoridades japonesas colocavam-se em concordar. Por exemplo, os representantes da JICA em Moçambique, afirmam que **“os brasileiros têm as tecnologias e conhecimentos apropriados para condições tropicais. Enquanto que no Japão temos dez doutorados peritos em agricultura tropical, a Embrapa tem 1000”** (CHICHAVA & DÚRAN, 2013, p. 402, grifo meu).

Estes, foram mais longe, ao afirmarem que **“we have some many things to be learned from Brazil, because Brazil has a very big experience in tropical agriculture, but in Japan we don’t have tropical areas”** (FINGERMANN, 2014, p. 133. grifo meu). Como podemos observar, as autoridades japonesas, além de admitir que possuem poucos doutores com conhecimentos tecnológicos em matéria da agricultura tropical, admitem ainda não ter experiência suficiente quando comparado com os brasileiros. Por isso, é inquestionável o papel da JICA na promoção do Brasil e das suas políticas públicas, sobretudo, o PRODECER a nível global. Aliás, foi o Japão por meio da JICA que desenvolveu uma pesquisa no fim do PRODECER, apontando que ele foi um verdadeiro *“Milagre Brasileiro”*, mais tarde traduzido numa política pública de *“sucesso”* pelas autoridades brasileiras (ver FUNADA-CLASSEN, 2013b).

Não é de estranhar esse papel do Japão, pois ele, é quem precisava mais de produtos agrícolas dada a crise de alimentos que ainda se ressentia em meados de 2009 para socorrer os japoneses que padeciam da fome em seu país. Do lado brasileiro, “reinava” a ideia de que ele, era o melhor e que tinha políticas públicas concretas que poderiam ajudar as lideranças africanas e moçambicanas numa forma particular, a alcançar a sua “segurança alimentar” por meio da chamada *revolução verde*. No processo de construção imagem desta imagem, sobretudo, do Brasil ser um exemplo e proprietário de políticas públicas de “sucesso”, notava-se o engajamento e/ou envolvimento de muitos atores brasileiros. Além dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff no processo de construções ideológicas e promoção das suas políticas públicas como de sucesso”, notou-se o envolvimento da EMBRAPA, da ABC, dos embaixadores, de alguns senadores, de alguns acadêmicos, etc, após o ProSAVANA ter

se territorializado (ver FUNADA-CLASSEN, 2013b; CHICHAVA & DÚRAN, 2013; CHICHAVA et al., 2013).

O suposto “sucesso” do PRODECER no cerrado, foi muitas das vezes tida pelas autoridades brasileiras, como um “triúnfo” para a legitimação do Brasil como ator de prestação de “apoio” para o “desenvolvimento” em África. Em outras palavras, as autoridades brasileiras **“procuraram ativamente converter os sucessos sociais e econômicos do Brasil em poder no palco mundial e promoveram o país como uma voz legítima e inovadora na área do desenvolvimento”** (DAUVERGNE & FARIAS, 2012 citados por CHICHAVA & DÚRAN, 2013, p. 403, grifo meu). Por exemplo, o ex-presidente Lula, porque se tratava da sua última viagem na qualidade de chefe do Estado à Moçambique, terá enfatizado o seguinte:

“A maior demonstração de soberania de um país não é ele ter bomba atômica, não é ele produzir chip, é ele ter capacidade de produzir todo o alimento necessário para o seu povo, e **nisso o Brasil tem acúmulo de experiência, assistência técnica e resultado pra partilhar com Moçambique**” (MONTEIRO, 2010 citado por CLEMETS & FERNANDES, 2013, p. 10, grifo meu).

Durante a cerimônia de abertura da *«III Cúpula América do Sul-África (ASA)»*, realizada na Guiné Equatorial, em Fevereiro de 2013, a ex-presidente Dilma Rousseff, fez as seguintes declarações:

**“[...] eu estou aqui hoje para propor e construir parcerias concretas. Quero propor mais uma parceria entre nós e para os países africanos no âmbito da ASA [...]. Nós usaremos toda a rede que o Brasil tem de institutos federais de ensinos técnicos, profissionais. Usaremos a nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a parceria com entidades empresariais do setor agrícola e do setor industrial para dar suporte à formação tanto de estudantes quanto de professores, de técnicos como de agrônomos. [...]. O que nós estamos oferecendo aos senhores é uma trajetória diferente dessa. Nós estamos oferecendo não só a formação lá no Brasil, mas também com o apoio dos senhores aqui na África, o que nós consideramos que temos de melhor.** Aliás, as atividades do escritório da Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em Gana; e de projetos como a fazenda modelo para produção de algodão, nos países do Cotton 4 e o **Pró-Savana, em Moçambique**, são exemplos bem sucedidos de cooperação para o desenvolvimento agrícola<sup>28</sup>” (grifo meu).

No discurso da ex-presidente Dilma Rousseff, nota-se, portanto, o emprego repetitivo de pronomes pessoais «eu» e «nós» e os verbos quando conjugados, os mesmos aparecem tanto na *«primeira pessoa do singular»*, como na *«primeira do plural»*. O primeiro aspecto neste discurso, é o emprego do pronome pessoal «eu», onde ela própria procura legitimar o Brasil como portador da tal experiência de “sucesso” na

---

<sup>28</sup> Disponível em [:http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cimeira-de-abertura-da-iii-cupula-america-do-sul-africa-malabo-guine-equatorial](http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cimeira-de-abertura-da-iii-cupula-america-do-sul-africa-malabo-guine-equatorial). Acesso:20/09/2016

presença das lideranças africanas. É interessante ver ainda que, neste discurso, a ex-presidente Dilma Rousseff, aparece a sustentar-se com o plural «*nós*», o que mostra claramente que a todo o custo, ela queria convencer as lideranças africanos ao mencionar que usar-se-ia neste processo, tudo o que o Brasil tem de melhor, desde os institutos federais, universidades, professores, empresas como a EMBRAPA para a formação dos africanos em matérias ligadas à agropecuária. A formação que era oferecida aos africanos, ela é bem vinda, pois, é o que os africanos precisam, mas a forma pelo qual o convite estava sendo feita, carece de uma análise crítica.

O uso repetitivo do pronome pessoal «*nós*» no discurso da ex-presidente Dilma Rousseff, além de mostrar uma tentativa de cooptação das lideranças africanas pelos supostos “sucessos” das políticas públicas brasileiras, também procura recriar a ideia de que o Brasil é «*a solução de cada problema africano*». Ainda no discurso da ex-presidente Dilma Rousseff, além deste mostrar o ativismo das autoridades brasileiras na promoção das suas políticas públicas a nível do continente africano, nele algo chama nos atenção. A afirmação segundo a qual, o ProSAVANA, é parte de programas bem sucedidos de cooperação brasileira para o desenvolvimento agrário. Até a realização da atividade de campo ano de 2016, embora tenha havido os primeiros testes de modelos criados para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, o ProSAVANA, era antes de começar a expansão das suas lavouras (ver capítulo 3).

Outro dado importante é que, até esta altura, a implementação do ProSAVANA estava em negociação com as organizações da sociedade civil, depois deste ter sido “suspenso” em 2015 (ver capítulo 4). Aliás, se formos a ver o momento que se realizou a «*III Cúpula América do Sul-África*» (o ano de 2013), a qual a ex-presidente Dilma Rousseff se discursou, em Moçambique decorriam estudos e/ou pesquisas, mapeamento de terras, transferência de tecnologia e capacitação de quadros do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique), que eram feitas pela EMBRAPA. Embora, os aspectos acima mencionados, façam parte do processo de implementação do ProSAVANA (ver capítulo 3), entendemos que não são uma amostra representativa para concluir-se que o ProSAVANA, já faz parte da lista dos programas brasileiros de “sucesso” no âmbito da cooperação brasileira para o desenvolvimento do setor da agricultura (a nível da África), como a ex-presidente Dilma Rousseff se referiu.

O que chama ainda atenção no discurso da ex-presidente Dilma Rousseff, é a prévia avaliação do ProSAVANA quando comparado com o PRODECER, que ocorreu no final das suas atividades no cerrado brasileiro. Do lado japonês, também se refletia

mesmo entusiasmo do ProSAVANA, ser um programa sucedido no âmbito da sua política externa. Segundo Funada-Classen (2013a, p. 4) o ProSAVANA, era tratado pelas autoridades japonesas “**como se ele tivesse sido bem sucedido**” uma vez que era antes de ser “**implementado no terreno**” (grifo meu). Na verdade, isto não só mostra a fluidez dos interesses geoeconômicos duas nações em face de implementação deste programa em Moçambique, como também “**é muito difícil compreender o que realmente é o Programa ProSAVANA**” e “**qual é o seu objetivo central**” (FUNADA-CLASSEN, 2013a, p. 4, grifo meu).

A ideia do “sucesso” das políticas públicas brasileiras, sobretudo, do PRODECER, é tida por alguns autores como uma forma vista pelos dois países não só para instrumentalizar as lideranças locais como também “**para projetar uma imagem positiva, de sucesso de liderança, para os países receptores, assim como para outros países emergentes e desenvolvidos**” (PIMONT BERNDT, 2009 citado por CHICHAVA & DÚRAN, 2013, p. 404, grifo meu). Foi por isso, que quando o ProSAVANA chegou a Moçambique, as autoridades moçambicanas, mostraram-se receptivos quanto ao suposto “sucesso” do PRODECER no cerrado brasileiro, mesmo sem ter acompanhado de perto (*in locu*), os seus desdobramentos. Este acreditar que o PRODECER, foi um “sucesso” no cerrado brasileiro, levou o então, coordenador do ProSAVANA da contraparte moçambicana, Calisto Bias, a considerar Fátima Mello da FASE/Brasil de ser uma mentirosa, quando esta revelou-se ter uma opinião diferente daquela que era propalada pelos mentores da iniciativa (Brasil e Japão).

Aliás, este foi quase comportamento padrão dos executores do ProSAVANA, sobretudo, quando confrontados com opiniões diferentes (ver capítulo 4). Vale ressaltar que, estas declarações tanto do então, coordenador do ProSAVANA, Calisto Bias, como as da Fátima Melo da FASE/Brasil, foram feitas durante o debate em 2014 sobre a implementação do ProSAVANA. Neste debate, esta ativista social, terá afirmado que “**esse programa foi implementado no Brasil há vários anos para a produção de soja e outras culturas**” tendo acrescentando que através dele, muitos “**camponeses foram expulsos das suas terras**”<sup>29</sup> no decorrer da sua implementação. Em resposta, Calisto Bias, teceu as seguinte palavras:

“Entendemos que é necessário que a divulgação seja aprofundada, de modo a alcançar mais camponeses [...]. **O que a senhora do Brasil falou não é uma informação totalmente correta [...] os cerrados brasileiros eram considerados terras inférteis e praticamente não saía nada de lá [...] com**

---

<sup>29</sup> *Jornal O País*, 2014, p. 3, grifo meu.

**o desenvolvimento da tecnologia, só essa região produz cerca de 40% da produção global brasileira [...] Gostávamos de ver as tecnologias que eles tem, para [...] adaptar às nossas condições<sup>30</sup>** (grifo meu).

A respeito disto, José Pacheco, atual ministro do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), como o ProSAVANA, já era alvo de críticas tanto em Moçambique, como fora dele, além de chamar os críticos de conspiradores, destacou a importância econômica deste programa para o país, tendo afirmado que **“vemos todos com bons olhos a possibilidade de fazer essa réplica em Moçambique”** (AIM, 2012 citada por FUNADA-CLASSEN, 2013, p. 3. grifo meu). Importa destacar também que, após o programa ter chegado a Moçambique, momentos depois, começa-se a notar uma contradição marcada por interesses classificados aqui como obscuras, pois tanto o Brasil como o Japão, apresentaram-se ter suas próprias ambições, embora estejam a trabalhar juntos neste programa. Em relação ao Brasil, Mosca e Bruna (2015, p. 9), entendem que no âmbito do ProSAVANA, o ex-presidente “Lula instrumentalizou o ideal das relações Sul-Sul como alternativas e de contra-poder às relações Norte-Sul, no quadro de supostas relações internacionais mais equilibradas e solidárias”.

A política externa brasileira conduzida pelo então, governo Lula (2003-2010), além de ter sido acompanhado por interesses geoeconômicos ocultados nos discursos presidenciais de caráter desenvolvimentistas, esta ação acabou se tornando num instrumento de exercício de poder para o governo brasileiro, conseguir alcançar os seus em organizações internacionais. Neste processo, os países lusófonos, na qual Moçambique faz parte, eram-lhes exigidos apoios para que o Brasil fosse a assegurar um lugar no Conselho de Segurança da ONU e em troca, estes se beneficiariam da ajuda técnica brasileira. Argumenta Almeida (2015, p. 3) que “a partir de uma política externa voltada para fortalecer os laços com o chamado Sul Global, o governo Lula [...] seguindo essa tendência internacional [...] aproximou-se de Moçambique [...]”. Por exemplo, neste processo de reaproximação,

**“o Brasil elegeu Moçambique para pôr em prática os projetos emblemáticos da política extrema no continente africano [...] com proposta de aumento da cooperação, recebendo em troca, apoio aos pleitos brasileiros juntos às organizações intergovernamentais, como a reivindicação por um assento no Conselho de Segurança da ONU”** (ALMEIDA, 2015, p. 3, grifo meu).

O Brasil saiu-se bem neste jogo, pois as suas reivindicações foram concretizadas e estes países (e Moçambique, duma forma particular), cederam para que tivesse o tão querido e desejado assento que tanto precisava nas organizações intergovernamentais. O

---

<sup>30</sup> *Jornal O País*, 2014, p. 2.

Brasil, acabou conseguindo o assento na FAO onde a Direção-Geral ficou a cargo do brasileiro José Graziano da Silva. Para o Brasil conseguir entrar no comando da FAO, o Brasil precisou o apoio desses países, pressionando-os para votar na candidatura de José Graziano da Silva. A «Cooperação Sul-Sul», era para o Brasil a forma pela qual os países lusófonos se beneficiariam da assistência técnica brasileira. No trabalho de Chichava *et al.*, (2013), é possível observar este legado, pois quem o descreve, é o Diretor Nacional dos Serviços Agrários de Moçambique, feito no âmbito da entrada do ProSAVANA. Vamos recordar as suas palavras:

**“O Brasil pressionou os países africanos de língua oficial portuguesa a apoiar Graziano, comprometendo-se a uma política de cooperação Sul-Sul. Para a sua eleição, o Brasil negociou com Guebuza o apoio de Moçambique à sua candidatura [...], por exemplo, com o ProSAVANA, vamos beneficiar da assistência técnica brasileira e do reforço institucional do IIAM”** (CHICHAVA *et al.*, 2013, 430-431, grifo meu).

O Brasil viera, portanto, exercer dupla função em Moçambique. Por um lado, ele transferia a sua tecnologia para Moçambique e através da EMBRAPA capacitar e/ou formar os funcionários do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique). E do outro, o Brasil, mostrou estar em cena como um “novo” ator na corrida por terras agrícolas. Foi por isso mesmo que o Brasil, começou a ser acusado de pretender com esta iniciativa, incentivar a “grilagem” de terras agrícolas em Moçambique, tal como acontece(u) no Paraguai (ver CLEMENTS & FERNANDES, 2012; 2013). A mesma forma de atuação do Brasil, foi também considerada, como sendo uma ação (sub)imperialista, por incentivar os empresários brasileiros na compra de terras, tanto em Moçambique, como em outros países da América Latina, através do governo federal, sobretudo, durante a governação do ex-presidente Lula (ver FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2013).

O ProSAVANA, é a expressão exata do que se pode chamar de (sub)imperialismo brasileiro em Moçambique, pois é dos programas que move interesses do agronegócio brasileiro à Moçambique, marcada pela aquisição de terras agrícolas. O académico e geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes, confirma este fato, e assinalando que **“o Brasil é um país que tem na Bolívia, no Paraguai e em Moçambique uma ação extremamente imperialista<sup>31</sup>”** (grifo meu). Por sua vez, Calmon, 2014, p. 132), entende que a atuação brasileira em África, sobretudo, em Moçambique, **“parece demonstrar uma associação subordinada – mas consciente do Brasil aos projetos do imperialismo central”** (grifo meu).

---

<sup>31</sup> Entrevista cedida no dia 06/06/2016.



O Brasil ao levar este modelo de desenvolvimento para Moçambique, começou também a ser questionado se ele, era “parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra” (CHICHAVA & DÚRAN, 2013, p. 397). João Mosca e Natacha Bruna (2015), consideram a política externa brasileira, ser uma contradição em Moçambique, sobretudo, no âmbito da territorialização do ProSAVANA. De acordo com os autores, a atuação do Brasil em Moçambique, mostrou que estava **“extremamente com a mesma filosofia da sua política interna: apoio ao capital através de mecanismos de reforço mútuo, numa clara confirmação das funcionalidades econômica e financeira com a cooperação e diplomacia econômica”** (grifo meu). E vão mais longe, diz eles, que com este modelo de produção,

**“O Brasil pretende surgir como um novo ator político internacional, neste caso, procurando maior influência junto da Organização Mundial do Comércio para defesa dos interesses do agronegócio brasileiro nos mercados internacionais e nas decisões acerca dos níveis de protecionismo, subsídios internos e outras políticas agrárias praticadas assimetricamente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento”** (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 9, grifo meu).

Nesta mesma perspectiva, assinala Calmon (2014, p. 133) que “não há dúvida de que o Brasil tem um papel ativo” neste processo de territorialização do capital em Moçambique, pois com o ProSAVANA ele, “pode vir a extrair valor em Moçambique pela estrutura de investimentos criados pelo Programa”. Dentro do Brasil, a política externa conduzida durante o governo Lula (e mais tarde, retomada pelo governo Dilma Rousseff) em África, tem estado a sofrer questionamentos e/ou críticas severas por vários acadêmicos e investigadores brasileiros. Schlesinger (2013, p. 47-48), entende que “o caso do ProSAVANA revela que esta retórica é bem distinta do que ocorre na prática” e também “demonstra que as contradições e conflitos internos do Brasil estão sendo exportados através de sua cooperação e investimentos”. Indignado o autor, questiona, por exemplo, que esta,

“cooperação responderia à demanda de quem? No caso do ProSavana, do governo de Moçambique? E como se dá o processo decisório para chegar a essa demanda em Moçambique? Os camponeses não foram ouvidos. Do lado brasileiro, pode-se dizer que não se pode intervir no processo decisório interno em Moçambique. Porém, a questão crucial para a cooperação brasileira é responder: quem decide no Brasil qual demanda será atendida e como? Ou seja, quem foi ouvido e consultado no Brasil no processo de elaboração dos interesses e visões do Brasil sobre o que fazer no ProSavana?” (SCHLESINGER, 2013, p. 48).

Já do lado japonês, o cenário também não tem sido diferente. O Japão, é dos países que se encontra na corrida pela ocupação territorial em África, sobretudo, na comprar e/ou aluguel terras agrícolas. As mesmas denúncias e críticas que o Brasil, tem

sofrido que a sua atuação em África tem caráter (sub)imperialista, o Japão, é vista por muitos pesquisadores da mesma forma. Se o Japão não compra e/ou aluga terras agrícolas, ele incentiva a produção de *commodities* nesses países com promessa de financiá-los e o ProSAVANA, é parte da sua política externa que é, em si, contraditória e paradigmática. Afirma-se, portanto, que a escassez de terras agrícolas, equacionada a elevada densidade populacional, é que faz com que o Japão opte por esta via na sua política externa.

É importante realçar ainda que, por esta via, ele tem financiado nestes países a produção de certas culturas, sobretudo, aquelas do seu interesse, entre elas a soja e milho, só para citar alguns exemplos. Aliás, essas fazem parte da lista das (mono)culturas que serão produzidas no âmbito do ProSAVANA, para mais tarde serem exportadas para o Japão e outros mercados asiáticos. Sobre este engajamento japonês na compra e/ou aluguel de terra em países africanos e em Moçambique numa forma particular, Maria Erlan Inocêncio (2010) assinala o seguinte:

“O Japão tem buscado incessantemente novas áreas de investimentos agrícolas. **O financiamento de cultivos como soja, milho e algodão tem sido realizado na África, Moçambique, o que evidencia a apreensão cada vez maior dos japoneses em busca por novas fontes de alimentos**, em meio à crescente concorrência que a China tem representado após 2000” (INOCÊNCIO, 2010, p. 110, grifo meu).

Em Moçambique, o Japão com o ProSAVANA, promove a produção de *commodities* de e/ou para exportação, sobretudo, a soja porque “**o padrão alimentar [...] oleaginosa é a base da alimentação do japonês, que a consome em forma de molho shoyo, miso, tofa** (AKIMOTO, 2009 citado por INOCÊNCIO, 2010, p. 128-139, grifo meu). Aliás, o mesmo cenário aconteceu no cerrado brasileiro no âmbito do PRODECER, pois o Japão (re)direcionou o seu financiamento para a produção de *commodities* e o resto o Brasil teve que se “virar”, sobretudo, na produção de alimentos para alimentar os brasileiros embora se insista que ele foi um “sucesso” (ver no capítulo 5).

Em 2014, Moçambique, era visitado pelo primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe e entre outros pontos da sua agenda, a agricultura era uma das prioridades. Portanto, não é de estranhar a sua visita a Moçambique e o setor da agricultura ser uma das suas agendas de debate com as autoridades moçambicanas, pois com ele estava um grupo de cerca de cinco dezenas de empresários (ver capítulo 5). Informações dão conta que um dos propósitos da sua visita, além de reforçar as relações diplomáticas com Moçambique era, portanto, saber o estágio do programa o qual ele é “acionista” majoritário e

investidor principal, o ProSAVANA. A visita do primeiro-ministro nipônico à Moçambique, chamou atenção aqueles que vêm acompanhando a atuação do Japão na sua política externa, sobretudo, em países africanos. A atuação contraditória e paradigmática do Japão a nível do continente africano, levou Jeremias Vunjanhe, a apelidar a visita de Shinzo Abe à Moçambique de ser uma «*visita imperial*». Vamos ler os argumentos de Jeremias Vunjanhe:

**“Aliado a potências imperialistas e coloniais, o Japão quer construir e ampliar sua zona de influência e poder geoestratégico no continente africano, eis o real motivo da degressão pela África do Primeiro-ministro nipônico, Shinzo Abe. O objetivo desta visita imperial é perigoso. Uma disputa acirrada das grandes potências coloniais pela posse e controlo dos recursos naturais africanos justifica esta prioridade japonesa pelo velho continente.** Desde que Shinzo Abe disse que o Japão deve reforçar as suas relações com África [...] clarificou da melhor maneira possível e em primeira mão, as razões de fundo da sua viagem. [...]. Em meados do século 21, sem dúvida, a África estará no centro do desenvolvimento, por isso, se não investirmos agora, fando o faremos? Qual seria o momento certo? Agora é a hora de investir” (VUNJANHE, 2014, grifo meu).

Em Maio de 2017, o presidente da república de Moçambique, Filipe Jacinto “Nyusi”, também visitou este país asiático. Além de reforçar as relações diplomáticas, a ideia era, convidar os empresários japoneses a investirem em Moçambique. Neste processo, os setores mineiro-energético, infra-estruturas e o da agricultura, foram os mais destacados. Como veremos mais em diante, o Corredor de Nacala, além de ser o lugar de implemtação do ProSAVANA, no qual o Japão participa como financiador, é onde se concentra maior parte do investimento japonês. A aliança entre o Brasil e o Japão para ambos cooperarem para a execução de certos programas em África, deve ser vista não no sentido solidário e muito menos humanitário, mas sim, de ser uma ação (sub)imperial.

É importante realçar, que os países africanos não são vítimas desta prática, sobretudo, com estes dois países. A consolidação do (sub)imperialismo brasileiro e japonês, é fruto da convivência dos governos locais, pelo menos, é o que pode se dizer de Moçambique. No caso de Moçambique, o (sub)imperialismo brasileiro e japonês se consolida, porque as autoridades moçambicanas, queriam, primeiro reproduzir a experiência trágica do cerrado brasileiro (o PRODECER), sob ponto de vista social, antropológico e ambiental (ver capítulo 5). Em segundo, em querer promover a entrada do Investimento Direto Externo (IDE), e por via disto, garantir a transferência de tecnologia com alegações de elevar a produção e produtividade agrícola do país.

Calmon (2014, p. 131-132) entende ainda que “a própria escolha de associação com o Japão pelo Brasil (ao invés dos Estados Unidos, por exemplo) vai no sentido de

esforço de maior inserção do Brasil no **jogo internacional** pela busca de parceiros não tradicionais”. O ex-presidente Lula, tem uma leitura diferente desta, embora muitos pesquisadores brasileiros, afirmem que esta, era a intenção que o Brasil tinha durante o seu governo. O ex-presidente Lula, faz duras críticas aos que têm essa visão, embora muitos dos seus críticos não concordem com ele, tendo assinalando que muitas pessoas fazem estas alegações,

**“como se nalgum momento nós tivéssemos tentado diminuir a nossa ralação com os EUA e com a Europa. O que nós fizemos na verdade, foi uma opção de fazer uma política externa menos dependente, uma política externa mais ativa, uma política externa mais plural, com mais independência”<sup>32</sup>** (grifo meu).

Voltando ao debate sobre a atuação conjunta do Brasil e Japão na transferência do PRODECER para Moçambique, Sayaka Funada-Classen (2013a), sinaliza o seguinte:

**“O projeto foi concebido como uma maneira do Japão e Brasil trabalharem juntos para alcançar uma reforma da ONU, participarem em novas estruturas políticas e econômicas globais, como BRICS e o G20, e promoverem conjuntamente a extração e produção de bens”** (FUNADA-CLASSEN, 2013a, p. 3, grifo meu).

Um dos críticos da atuação deste dois países em Moçambique, é o sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos. Para ele **“Brasil e Japão não vão acabar com a nudez”<sup>33</sup>** em Moçambique. O acadêmico vai mais além e argumenta que,

**“Os dois países oferecem tecnologias, mas o seu objetivo não é acabar com a nudez em Moçambique. O interesse do Japão é alimentar o mercado internacional e não aos moçambicanos. O Brasil é o melhor consumidor de agrotóxicos no mundo e a técnica de pulverização aérea que exporta para Moçambique é um atentado a saúde públicas”<sup>34</sup>** (grifo meu).

Embora, os dois países tenham afirmado que a ideia principal quando se uniram para juntos levarem suas iniciativas de cooperação para e/ou à Africa, era ajudar as nações africanas a alcançar a sua segurança alimentar e nutricional, nota-se incongruências nestes processo. Na verdade, o modelo que o Brasil exporta para Moçambique, com financiamento majoritário do Japão, que é a reprodução das práticas advindo do chamado pacote tecnológico da *«revolução verde»*, deixa pouco a desejar, olhando para as contradições geradas por ele, sobretudo, por onde se territoriliza e o próprio campo brasileiro, é testemunha disto (ver capítulo 5).

---

<sup>32</sup> Esta entrevista pode ser ouvida por completo em: <https://m.soundcloud.com/podcast-14/wellington-entrevista-lula-280716-1700>. Acesso em: 20/08/201.

<sup>33</sup> *Jornal Alternativo*, edição n° 1546, 30 de Julho de 2013 (grifo meu).

<sup>34</sup> *Jornal Alternativo*, edição n° 1546, 30 de Julho de 2013 (grifo meu).

## 2.6. O acordo Brasil-Japão-Moçambique, ocupação do Corredor de Nacala e consolidação do ProSAVANA

Depois de um longo processo de construções ideológicas, que legitimassem que o PRODECER, foi um sucesso no cerrado brasileiro e da procura de um país para a formação de uma parceria trilateral, Moçambique como avançamos nas seções anteriores, vinha a ser identificado para tal feito. A ideia que levou a territorialização deste programa e a posterior ocupação do Corredor de Nacala em Moçambique, surgem durante o governo Armando Emílio “Guebuza” (2005-2015).

De acordo com Funada-Classen (2013b, p. 17), o diretor geral da ABC, Fernando José Marroni de Abreu, terá afirmado que, “foi o Presidente Armando Guebuza de Moçambique que quis este tipo de projeto de modo a aprender das experiências do desenvolvimento da agricultura no Cerrado” (grifo meu). Em seguida, Moçambique foi lhe apresentado esta iniciativa pelos governos do Brasil e do Japão, em que ele mesmo através do então, ministro da Agricultura, Soares Banhaza Nhaca, assinou em Setembro de 2009, a recepção deste programa [veja a tabela 13].

“A própria descrição oficial dos antecedentes do ProSAVANA, deixa evidente que ele foi pensado pelo Brasil e pelo Japão a partir da experiência anterior do PRODECER e que Moçambique foi *escolhido* por eles como alvo da cooperação. Inclusive, como o próprio documento da JICA e o *Memorandum* indicam, Moçambique seria uma *primeira* experiência dentro de um quadro maior de desenvolvimento das savanas africanas. Como a cronologia indica, a Minuta de Entendimento entre a JICA e a ABC, antecede o contato com o Ministério da Agricultura moçambicano; assim como o entendimento feito entre o Primeiro-Ministro japonês e o Presidente Lula dispensaram a presença de equivalente autoridade moçambicana” (CALMON, 2014, p. 93-94 citando MEMORANDUM, 2009).

Foi, portanto, com base na experiência conjunta que o Brasil e Japão tiveram durante o período em que o PRODECER, foi implementado, que decidiram transferir a fronteira agrícola brasileira para Moçambique. A tabela 13 abaixo, ilustra o processo preparatório que levou a transformação do ProSAVANA.

**Tabela 12. Processo preparatório do ProSAVANA**

Mês/Ano	Local	Eventos e participantes
2000 (Março)	Tóquio	Estabelecimento do convênio-quadro tripartite para a cooperação intergovernamental no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão (IBPP)
2004 (Set)	Brasil	Primeiro-Ministro Koizumi e o Presidente Luça da Silva concordam trabalhar juntos para uma reforma na ONU e preparar para o intercâmbio Brasil e Japão para o ano de 2008
2006 (Abril)	Brasil	Visita do Ministro da Agricultura do Japão, Shoichi Nakagawa
2006 (Set)	Brasil	Segunda visita do Ministro Nakagawa
2007 (Abril)	Brasil	Sadako Ogata, Presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores do Brasil decidem promover o JBPP
2007 (Maio)	Brasil	Visita do Ministro de Agricultura Toshikatsu Matsuoka
2007 (Ago)	Brasil	O Ministro japonês de Relações Exteriores, Taro Aso e o Ministro Amorim

		confirmam a “revitalização da parceria estratégica”
2008	Japão/Brasil	Ano de Intercâmbio Brasil-Japão/Centenário da imigração japonesa no Brasil
2008 (Maio)	Brasil	Visita do Ministro da Agricultura do Japão, Masatoshi Wakabayashi
2009 (Junho)	Cimeira do G8 em Aquila, Itália	O Primeiro-Ministro Aso e o Presidente do Brasil, Lula da Silva, concordam em conduzir o “Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais Africanas”
2009 (17 de Set)	Maputo	Assinatura do acordo do ProSAVANA pelo vice-presidente da JICA, Kenzo Oshima, pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Marco Farani e pelo Ministro da Agricultura de Moçambique, Soares Bonhaza Nhaca
2009 (Set) à 2010 (Março)	Moçambique	Pesquisa preparatória do ProSAVANA preparada pela JICA
2010 (Out)	Brasília	10º aniversário do Programa de Parceria Japão-Brasil, com a presença de diretores dos escritórios do Brasil e Centro-América da JICA, do embaixador japonês no Brasil, de vice-ministros do Brasil, do ministro brasileiro de Relações Exteriores e do Diretor da ABC.

**Fonte:** Organizado pelo autor com base em Funada Classen (2013a).

Como se vê na tabela 13, todos encontros foram mantidos entre os governos brasileiro e japonês sem, no entanto, a presença do governo moçambicano no processo preparatório do programa. A ligeira ausência de Moçambique no processo preparatório deste programa, apenas justifica a tese defendida por Funada-Classen (2013a, p. 2) segundo a qual “o programa ProSAVANA foi originado como um empreendimento cooperativo entre o Japão e o Brasil”. A tabela 13, mostra que Moçambique apareceu apenas em Setembro de 2009, neste caso a assinar a recepção do programa. O governo moçambicano, insiste que o ProSAVANA, é sua propriedade, alegando que apenas conta com apoio técnico-financeiro do Brasil e do Japão, mas nada está documentado e muito menos se sabe das pessoas que estiveram ligadas a este processo.

Se a tal informação existe, então ela não está disponível para o acesso livre, pois foi isso que constatamos durante a pesquisa de campo em 2016 (ver seção 2.3). O acordo assinado em Setembro de 2009, marcava o início da transferência de uma “gigantesca” fronteira agrícola brasileira a nível da África, tendo em conta a extensão territorial que o ProSAVANA ocupa no Corredor de Nacala em Moçambique (veja capítulo 3). A escolha do Corredor de Nacala por parte do governo brasileiro, pode traduzir-se num processo “oculto” de especulação territorial, que se pretende, empreender nesta primeira metade do século XXI, pelo fato de haver maior interesse dos produtores brasileiros na aquisição de terras agrícolas em Moçambique. Isto, apenas explica a contradição não só da política externa brasileira, mas também do modelo o qual propôs ao governo moçambicano.

As promessas do lado brasileiro, eram enormes, entre elas a assistência técnica e transferência de tecnologia por via da EMBRAPA, só para destacar alguns exemplos e isto, esteve sempre presente nos discursos governamentais das autoridades brasileiras (ver seção 2.5). Estas promessas, colocaram as autoridades moçambicanas sem muitas

hipóteses. As autoridades moçambicanas, colocaram-se a aceitar a implementação deste programa, em seu território sem, no entantos, questionarem do modelo de produção que lhes estavam a ser proposto pelo Brasil. Já que uma das dificuldades que Moçambique enfrentava nesta altura, era o investimento para colocar o setor da agricultura produtivo e competitivo, as promessas do Japão, segundo as quais ele financiaria todas atividades do ProSAVANA, viera complementar a oferta que era feita pelo Brasil. A pré-condição do Japão para “ajudar” Moçambique a alcançar a modernização agrícola, foi a mesma empreendida durante a implementação do PRODECER no cerrado brasileiro, onde ele investiria no programa e em troca, os produtos produzidos seria exportados para o seu país.

Neste processo, Moçambique jogava uma vantagem. A primeira vantagem de Moçambique, é que não gastaria muito em termos de investimento porque viria do Japão. Já a segunda, este teria supostamente uma assistência técnica brasileira “gratuita” e as tecnologias para a modernização agrícola do Corredor de Nacala, seriam também transferidas do Brasil sem, no entanto, comprá-las. Para legitimar o ProSAVANA, alegou-se também existir semelhanças agroecológicas e climáticas entre o Corredor de Nacala e o cerrado brasileiro. Estas alegações, levantam vários questionamentos. Para Chichava *et al.*, (2013, p. 402) no âmbito da transferência deste programa do Brasil para Moçambique, houve por parte do governo brasileiro “uma convicção partilhada de que as semelhanças agro-climáticas são a base suficiente para uma política de transferência de tecnologia bem sucedida, assim como outras políticas de sucesso, do Brasil para Moçambique”. Sayaka Funada-Classen (2013b), sinaliza que,

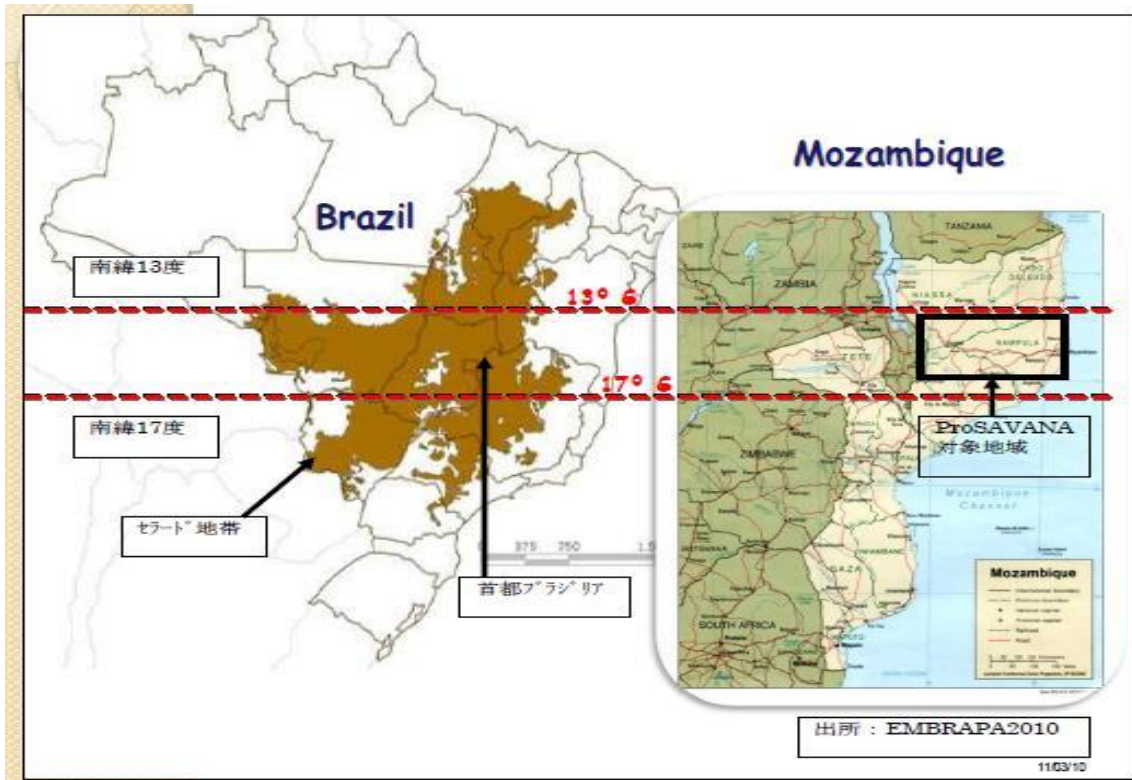
“Moçambique foi escolhido como o lugar mais apropriado para implementar o “modelo do Cerrado”, visto que partes do país pertencem a “mesma savana tropical”, possui “vastas terras não cultivadas” e é similar ao Brasil no sentido de ser um país lusófono. A “baixa produtividade” dos agricultores moçambicanos e as “vantagens” do modelo do Cerrado, isto é, agricultura industrial de larga escala (mecanização e alta quantidade de insumos químicos), são enfatizados” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 10).

A autora descreve ainda que,

“A área climática “savana tropical” é limitada a região Norte de Moçambique. Esta é uma das principais razões porque o Programa ProSAVANA almeja esta região. Para os planejadores do ProSAVANA, as similaridades geográficas entre o Cerrado e o Norte moçambicano são também evidentes como pode ser visto no mapa seguinte, que apresenta as mesmas latitudes das duas regiões. Este argumento é utilizado em quase todos os documentos da JICA sobre o ProSavana até agora” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. )

A figura 4 mostra as supostas similiaridades em termos latitudinais entre o Corredor de Nacala e o cerrado brasileiro.

Figura 4. A supostas similaridades geográficas entre o Cerrado brasileiro e o Corredor de Nacala em Moçambique.



Fonte: Extraído de Adriano & Vunjanhe (2015)

Como se pode ver na figura 4, reside a ideia de que existem similaridades entre o cerrado brasileiro e o Corredor de Nacala e a posição latitudinal, é tida como justificativa ao mencionar-se que ambos os territórios, estão localizados entre 13° e 17° de latitude Sul. Neste processo, acrescenta-se também a suposta existência de “desafios similares”; “oportunidades de negócios”, oportunidades comuns de aprendizado” e “uma visão comum de futuro” entre os dois países. Como podemos ver, nestes discursos reside a ideia de “desenvolver com Moçambique” e não a de “desenvolver Moçambique”. O discurso que aponta similaridades geográficas entre o cerrado brasileiro e o Corredor de Nacala, também incita questionamentos, pois essa afirmação é ambígua, sob ponto de vista científico.

Há acadêmicos que têm questionado bastante este discurso. A verdade, é que há um enorme vazio nele. Por exemplo, a ideia de que estes dois biomas por estar na mesma latitude, automaticamente ocorre à mesma formação vegetal e pedológica é, portanto, uma contradição. Através disto, os mentores desta iniciativa (Brasil e e Japão), chegaram até a conclusão de que, ambos os biomas apresentam aptidão agroecológica e/ou edáfica semelhante, por estes, partilharem a mesma latitude. Esta visão é questionável, olhando para os fatores que influenciam a ocorrência destes aspectos num



determinado lugar. Sayaka Funada-Classen (2013b), é das autoras que critica severamente este discurso e/ou esta visão que foi hegemônica, desde que o programa foi concebido e depois da sua entrada em Moçambique. Segundo ela,

“não é claro qual é o tipo de impacto conferido ao projecto moçambicano pelo facto de possuir a mesma latitude do Cerrado brasileiro. Por exemplo, o Japão compartilha a mesma latitude que a Coreia, China, Irão, Turquia, Espanha e os Estados Unidos, porém isto não significa que estes países possuem condições agrícolas semelhantes às do Japão” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 11).

Lucrêncio Silvestre Macarrigue (2014), em um estudo comparativo entre o Estado de Baía, que também foi alvo das ações do PRODECER no Brasil e o Corredor de Nacala em Moçambique, chega as seguintes constatações:

“A área de estudo brasileira apresenta maior extensão no sentido latitudinal, ao passo que a área moçambicana, apresenta no sentido longitudinal. Por outro lado a região brasileira encontra-se no interior (parte contonental) e a região moçambicana estende-se desde a costa em direção ao interior e por esta razão a topografia da região moçambicana vai obedecer uma tendência de escadaria no sentido mar-continente onde encontra-se planícies costeiras na parte costeira, planaltos e alti-planaltos e por fim regiões montanhosas. Essas características pressupões situações distintas dos processos de formação dos ecossistemas dessas duas regiões” (MACARRINGUE, 2014, p. 865).

E chega as seguintes conclusões:

“Com base nos dados e na metodologia desta pesquisa, chegou-se à conclusão de que as regiões da Baía e Corredor de Nacala de um modo genérico tende a ter características similares, porém de uma forma específica e do ponto de vista vegetal, climático, topográfico e edáfico preservam diferenças significativas [...]. No entanto, cerca de 73% da área, correspondente a 4.8 milhões de hectares de terras foi considerada potencialmente agrícola de acordo com os parâmetros biofísicos considerados e do modelo de expansão adotado pelo PRODECER (Brasil). Este estudo [realizado no âmbito do ProSAVANA] não levou em consideração aspectos socioecômicos, ambientais e perfil demográfico, além de ter sido mais generalista. Diante deste fato, recomenda-se, por um lado, a realização de outros estudos que levem em consideração os aspectos sociais e ambientais [...]. Por outro lado, tratando-se de uma iniciativa inovadora para a realidade moçambicana, encoraja-se maior envolvimento da população e da comunidade acadêmica em geral para que direcione suas atenções neste programa com vista a evitar impactos indesejados que não foram previstos a quando da implementação do programa homólogo nas regiões brasileiras” (MACARRINGUE, 2014, p. 86).

Este discurso usado pelos mentores da iniciativa (Brasil e Japão), além de apresentar um vazio em termos do discurso geográfico, ele é apenas, uma generalidade das coisas, o que lhe torna ainda, numa contradição discursiva. Se formos prestar atenção a figura 4, o Corredor de Nacala, abrange a província de Tete e por partilharem e/ou estar dentro da mesma latitude, não quer dizer que ambos, têm o mesmo tipo de clima, de solo, de formação vegetal, só para citar alguns aspectos. Por exemplo, a ideia de **“transformação de uma terra estéril em Celeiro do Mundo”** (JICA, 2009, grifo

meu) pelo PRODECER, também ignora a vasta e a diversificada florestal que o cerrado brasileiro possui. Nota-se, portanto, a reprodução do mesmo discurso em Moçambique, quando somente se fala da «savana» como se ela não tivesse subdivisões e/ou categorias dentro dela. Este cenário, é o que correu no cerrado brasileiro a quando da implementação do PRODECER, uma vez que este era uns biomas ricos em biodiversidade tanto florestais, faunísticos como aquáticos (ver capítulo 5). A esse respeito, Sayaka Funada-Classen (2013a), critica esta visão “unidimensionista” de olhar a savana (moçambicana), argumentando que,

“No Japão, e talvez em todo o mundo, “savana” leva a uma imagem de terra com poucas árvores. Também o discurso do “Cerrado” de “terras estéreis” projeta uma imagem de que quase não existem árvores. Existem, entretanto, dois tipos de savana, “savana gramínea” e “savana lenhosa”. A última representa um estado de transição na maturidade do ecossistema” (FUNADA-CLASSE, 2012a, p. 23, grifo meu).

Dando continuidade a sua crítica, a autora afirma que,

“Não se sabe se o uso dessa terminologia de “savana”, como no caso do título “ProSAVANA” é propositada ou não. O uso do termo “savana” tem certamente levado o público a ignorar a rica vegetação da região, especialmente suas florestas, promovendo uma imagem de converter o ecossistema em uma extensa terra agrícola. A área de atuação do ProSAVANA, o interior do Norte de Moçambique, é uma savana lenhosa. Muito da “terra não cultivada” da Província de Niassa está coberta ou era coberta pela ampla floresta “miombo”, que se estende até a Tanzânia “(FUNADA-CLASSE, 2013a, p. 23, grifo meu).

Na verdade, a palavra «ProSAVANA» precisa ser desmistificada, pois além de fazer as pessoas confundir o bioma «Savana», induz-as para uma ignorância exacerbada da riqueza que a savana moçambicana, sobretudo, a do Corredor de Nacala apresenta que é, portanto, vital para as populações locais. Não se sabe o certo, se o termo «Pro» vem do PRODECER e que o termo «SAVANA» veio substituir o «DECER» na palavra «PRO[DECER]», isto é, Pro + SAVANA para compor a palavra «ProSAVANA» (ou por outra, Pro + SAVANA = ProSAVANA). Por isso, consideramos que o discurso dos mentores da iniciativa, não levou em consideração as especificidades e/ou singularidades do Corredor de Nacala, enquanto um «território comunitário», constituído por uma biodiversidade diversificada no seu interior.

É por esta razão mesmo que, desde que o ProSAVANA se territorializou no Corredor de Nacala, os conflitos têm se intensificado. Neste processo, as comunidades locais manifestam contra a sua implementação com o receio de perderem o seu e único “pedaço” de terra junto a outros recursos naturais contidos neste território, a favor deste programa (ver capítulo 4). Olhando para as geografias dos lugares, é preciso entender que cada lugar, é um lugar, e mesmo que estejam na mesma posição

latitudinal, não significa que sejam totalmente similares e/ou iguais como os mentores desta iniciativa, quiseram demonstrar quando tentavam legitimar o ProSAVANA.

Aliás, este discurso, é característico do modelo de produção proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala. O agronegócio, por onde se territorializa, tem procurado pois a ideia empreender um largo processo de «homogeneização e/ou uma padronização territorial», através de monoculturas. Esta, é a paisagem que predomina no campo brasileiro, composta em grande medida, por plantações de cana-açúcar, milho, soja e entre outras culturas, sem dentro dela vidas humanas. Sergio Schlesinger (2013), é outro crítico quanto a estas supostas similaridades entre estes dois territórios. Este autor, acrescenta que “**a situação socioeconômica da região do Cerrado brasileiro é significativamente distinta daquela existente na Savana Africana**” (SCHLESINGER, 2013, p. 16, grifo meu).

O processo de consolidação do ProSAVANA, viera intensificar a ignorância destas diferenças entre os dois biomas. Portanto, este processo teve vários momentos e divididos em fase principais. Importa referenciar ainda, que as atividades de promoção, decorreram em ambos os países. Neste processo, vários foram os encontros e debates realizados pelos e em três países signatários da iniciativa. Sérgio Chichava e Djimera Dúran (2013) destacam que,

“Desde o lançamento do ProSAVANA, diferentes atividades de promoção tiveram lugar no Brasil, no Japão e em Moçambique, para apresentação do programa ao setor privado, a outras agências de cooperação e a outros interessados” (CHICHAVA & DÚRAN, 2013, p. 406).

Uma das atividades que marcou o auge do ProSAVANA em termos de consolidação, foi um Seminário Internacional intitulado «**Agronegócio em Moçambique: Cooperação Internacional Brasil Japão e Oportunidades de Investimento**» realizado em São Paulo em 2011. Foi um dos seminários que demandou os interesses dos empresários brasileiros, sobretudo, ligados ao ramo do agronegócio e, é daí que começaram as migrações para Moçambique à busca de oportunidades de negócio, sobretudo, na aquisição de terras agrícolas ao longo do Corredor de Nacala. A tabela 14 revela o rol das atividades realizadas neste evento.

**Tabela 13. Lista de palestras e seus respectivos palestrantes sobre o ProSAVANA realizada em 2011 em São Paulo**

Temas	Nome do/a palestrante	Cargo/ Função
Cooperação como promotora de oportunidades de Investimento	Ministro Marco Ferani	Diretor da ABC
	Kenzo Oshima	Vie-Presidente da JICA
	Murade Muragy	Embaixador de Moçambique no Brasil
	Perdo Arraes	Presidente da EMBRAPA
	Wagner Rossi	Ministro da Agricultura do Brasil
Agronegócio em Moçambique: potencial e macro institucional	José Pacheco	Ministro da Agricultura de Moçambique
	Kátia de Abreu	Senadora e Presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária)
	Roberto Rodrigues	Presidente do Conselho Superios do Agronegócio- FIESP
Desenvolvimento agrário do cerrado brasileiro	Alysson Paulinelli	Ex-ministro da Agricultura do Brasil
Panorama do Programa Triangular para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA)	JICA & ABC	Representantes do governo japonês e brasileiro no processo de implementação do ProSAVANA
	Alberto Santana	Coordenador do ProSAVANA na EMBRAPA: Projeto I-Pesquisa e Transferência de Tecnologia Agrícola em Moçambique
Como Investir em Moçambique? Lesgilação, desafios e incentivos	CPI (Centro de Promoção de Investimento)	Governo de Moçambique
A atuação de instituições de crédito no apoio ao desenvolvimento da agricultura de Moçambique	Thierry Tanoh	Vice-presidente de África, América Latina e Caribe-International Financial Corporation IFC-Banco Mundial
	BNDES	Governo do Brasil
Crédito para o agronegócio em Moçambique	JICA	Governo do Japão
Agronegócio em Moçambique- a experiência da Miranda Agroindústria	António Miranda	Representada da empresa
Investimento Japonês em Moçambique	Mitsubishi Co	Representante(s) da empresa vindo(s) do Japão e Brasil

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Chichava & Dúran (2013); Schlesinger (2013).

Entre outras atividades que marcaram a consolidação do ProSAVANA, destaca-se o seminário subordinado ao tema «*Oportunidades de investimento no agronegócio em Moçambique*» que teve lugar na Federação de Agricultura, Pecuária e Pecuária do Estado do Mato Grosso do Sul (FEMATRO) em Cuiabá, organizado pela Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), a ABC e o Itamaraty. Além destas atividades, a consolidação do ProSAVANA, foi marcada também por pesquisa ao longo do Corredor de Nacala, envolvendo a JICA no primeiro momento e no outro a EMBRAPA. Já a segunda fase, foi marcada pelos eventos realizados no âmbito da promoção do ProSAVANA realizado em três países envolvidos (Brasil, Japão e Moçambique). No que tange a fase de pesquisa, importa referenciar que diferentemente do que aconteceu PRODECER no cerrado brasileiro em que as pesquisas foram (quase) monopolizadas pela JICA (Japan International Cooperation Agency), no caso do ProSAVANA há, portanto, uma multiplicidade de atores no processo de pesquisas.

Além da JICA, vários outros parceiros encontram-se em ação, entre eles a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o JIRCAS (Centro Internacional de Investigação em Ciências Agrícolas do Japão) e também conta com a participação do MASA (Ministérios da Agricultura e Segurança Alimentar) através do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique). Esta primeira de pesquisa

decorreu logo em 2009, com término em 2010, antes de o programa ser tornado público em Moçambique e foram realizadas pela JICA (Agência de Cooperação Internacional Japonês) [veja a tabela 12]. Este processo veio clarificar as críticas travadas pelas organizações da sociedade civil e associações de camponeses segundo as quais as atividades realizadas no âmbito do ProSAVANA, foram inicialmente sigilosas. Nas pesquisas exploratórias as quais reafirmavam que o Corredor de Nacala, era um “vazio” humano, isto é, havia extensas terras “livres” e “subutilizadas”, tinham objetivos concretos por atingir e Sayaka Funada-Classen (2013b) menciona os seguintes:

- a) Examinar quais das características obtidas no desenvolvimento da agricultura em savana tropical no Cerrado poderiam ser usadas em Moçambique e;
- b) Preparar uma proposta para a direção da cooperação entre Japão-Brasil no futuro (espaço, escala e eficiência da cooperação) (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 16).

Ainda de acordo com a autora, essa pesquisa teve a duração de seis meses e em termos de dinheiro investido foi na ordem de *90.000.000 de yens*, o equivalente a *900.000 dólares americanos*. Depois da pesquisa preliminar conduzida pela JICA, seguiu o Brasil onde através da EMBRAPA deveria fazer um estudo mais aprofundado sobre a área (neste caso o Corredor de Nacala). O objetivo principal desta pesquisa segundo o argumento da JICA, visava “encontra similaridades geográficas com as experiências obtidas no desenvolvimento do Cerrado brasileiro há 20-30 anos atrás e o que delas pode ser usado em Moçambique” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 16). Em seguida, a EMBRAPA viera fazer o trabalho que melhor sabe neste caso, pesquisas agropecuárias.

Aliás, a EMBRAPA, é atualmente (re)conhecida no mundo como uma “potência” em matérias ligadas as pesquisas agropecuárias e as autoridades brasileiras no âmbito da promoção do PRODECER, sempre enfatizaram que ela foi importante na “tropificação” da soja, milho e dentre outras culturas (ver CHICHAVA *et al*, 2013). Várias atividades foram executadas pela EMBRAPA em Moçambique, a começar da instalação do seu escritório. Depois disto, a EMBRAPA começou a fazer estudos de solos, mapeamento de uso de terras e identificação de áreas para a possível expansão da produção em grande escala ao longo do Corredor de Nacala e transferência de tecnologia, só para citar algumas atividades. Estas atividades, eram realizadas juntamente com o IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique). Informações contidas no *site* da própria EMBRAPA revelam o seguinte:

“A Embrapa monitoramento por Satélite organizou as bases de dados de diferentes fontes de dados de diferentes fontes e escalas num só ambiente a fim de subsidiar novos levantamentos em escalas mais detalhadas, realizados por equipas da Embrapa e do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). No sistema foram incorporadas informações sobre aptidão agrícola para culturas de soja, milho, mandioca, arroz, amendoim e algodão e ainda informações sobre o uso e cobertura do solo, zonas agroecológicas, áreas de parques e reservas naturais, bacias hidrográficas, localização das estações meteorológicas e qualificação dos dados de transporte do país<sup>35</sup>”.

No entanto, notava-se que, enquanto a EMBRAPA realizava as suas atividades de transferência de tecnologia para Moçambique, abriam-se também campos de experimentos em algumas províncias ao longo do Corredor de Nacala, a exemplo, da província do Niassa. Já a JICA e a ABC, encontravam-se a investir na revitalização da cadeia logística ao longo do Corredor de Nacala (ver a figura 6). A revitalização da cadeia logística ao longo do Corredor de Nacala preconizava a abertura e reabilitação de estradas e linha(s)-fêrrea(s) e estas atividades estiveram (e continuam) a cargo do Japão através da JICA. Vários interesses, sobretudo, japoneses estão por de trás desta revitalização da linha-fêrrea em Moçambique e, não é por acaso que tem se mostrado o mais ativo deste processo. A respeito desta revitalização da cadeia logística, sobretudo, o porto, Vera Lúcia Salazar Pessoa (1988) chama atenção que,

**“O interesse pelo transporte ferroviário não é só pelo custo mais barato [...]. É necessário lembrar que o desenvolvimento industrial do Japão é um dos mais modernos do mundo, principalmente no ramo siderúrgico, informática, têxtil e tem se destacado como grande exportador mundial de ações e navios”** (PESSÔA, 1988, p. 117, grifo meu).

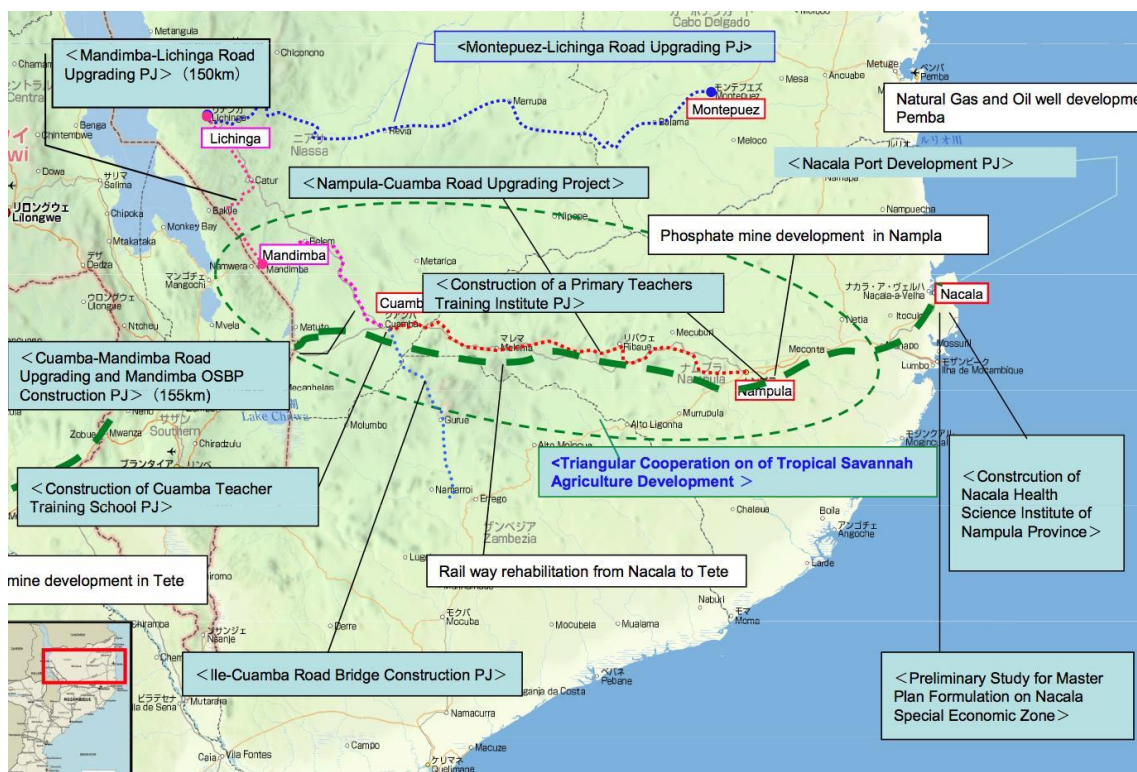
Este processo tinha em vista, criar condições em termos de acesso aos principais centros de produção nos distritos identificados pelo programa. Importa referenciar ainda que, “o financiamento para estas atividades vem do governo japonês”, cuja intenção é a “modernização e expansão do Porto de Nacala e reabilitação das rotas Nampula-Cuamba, Cuamba-Mandiba e Mandimba Lichinga, totalizando mais de 650 km de distância ao longo do Corredor de Nacala” (NOGUEIRA & OLLINDO, 2013, p. 5). A propósito da construção de infraestrutura ao longo do Corredor de Nacala, este aspecto foi mencionado pelo presidente Filipe Jacinto “Nyusi”, durante a sua visita ao Japão, em Março de 2017. Aliás, nos dias atuais o investimento japonês, tem estado a concentrar-se no Corredor de Nacala, onde além do setor de infraestruturas e o da agricultura,

---

<sup>35</sup>Disponível em: [https://www.embrapa.br/web/mobile/busca-de-produtos-processos-e-servicos?buscaprodutoservico\\_WAR\\_pcebusca6\\_1portlet.titulo=webgis-mocambique&buscaprodutoservico\\_WAR\\_pcebusca6\\_1portlet.javax.portlet.action=visualizarProdutoServico&buscaprodutoservico\\_WAR\\_pcebusca6\\_1portlet\\_productoServicoid=100&p\\_p\\_state=normal&p\\_mode=view&p\\_p\\_id=buscaprodutoservico\\_WAR\\_pcebusca6\\_1portlet&p\\_p\\_lifecycle](https://www.embrapa.br/web/mobile/busca-de-produtos-processos-e-servicos?buscaprodutoservico_WAR_pcebusca6_1portlet.titulo=webgis-mocambique&buscaprodutoservico_WAR_pcebusca6_1portlet.javax.portlet.action=visualizarProdutoServico&buscaprodutoservico_WAR_pcebusca6_1portlet_productoServicoid=100&p_p_state=normal&p_mode=view&p_p_id=buscaprodutoservico_WAR_pcebusca6_1portlet&p_p_lifecycle). Acesso em: 27/09/2016.

abrange também o de mineiro-energético. Ainda nesta visita do presidente Nyusi ao Japão, o próprio primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, deixou bem claro os interesses do seu país pelo Corredor de Nacala. Segundo ele, “**o Japão vai crescer junto com Moçambique tendo como foco o desenvolvimento do Corredor de Nacala**”<sup>36</sup> (grifo meu). A figura 5 mostra as atividades financiadas pelas duas agências.

**Figura 5. Atividades de revitalização da cadeia logística financiado pela JICA e ABC**



**Fonte:** Extraído de Nogueira & Ollinaho (2013)

Como podemos ver na figura 5, decorreram várias atividades, sobretudo, a construção e/ou abertura de estradas. É importante referenciar ainda que, esta linha-férrea representada por tracejados maiores da cor verde na figura 6, foi construída inicialmente pela mineradora brasileira Vale, que se encontra a extrair carvão mineral na província de Tete concretamente no distrito de Moatize e a mesma, encontra-se a ser ampliada. Aliás, acredita-se que a mineradora brasileira Vale, seja um elemento “chave” neste processo. Há informações segundo as quais,

“O programa está extraoficialmente ligado a um grande número de investimentos em infraestruturas realizados no corredor. Eles estão sendo desenvolvidos pela Vale, corporação brasileira e a segunda maior mineradora do mundo, ou por linhas de créditos japoneses. Estes investimentos incluem: a reabilitação de 912 km de estradas ferroviárias ligando a usina de carvão operada pela Vale na província de Tete até ao Porto de Nacala, por onde a

<sup>36</sup> Extrato do discurso do primeiro ministro do Japão e pode ser vista em: <https://youtu.be/3tZ/v9yzFQw>. Acesso: 16/03/2017.

mineradora passará a escoar o carvão extraído [...]. A Vale também detém a concessão para explorar uma mina de fósforo próximo a Nampula, matéria-prima necessária para a produção de fertilizantes químicos que, no futuro, poderiam abastecer os agricultores beneficiários do ProSAVANA” (NOGUEIRA & OLLINDO, 2013 citados por MORAIS, 2014, p. 66).

A mineradora brasileira Vale (antiga CVRD), tornou-se num dos atores “chaves” no processo de implementação do ProSAVANA, o que mais uma vez, prova existir interesses, além dos declarados pelos mentores deste projeto. Não é somente no ProSAVANA que a Vale, torna-se num elemento “chave”. Pelo contrário, o “PRODECER estava conetado ao Projeto de Grande Carajás no Brasil” (Funada-Classen, 2013b) que era um projeto de exploração mineral, desenvolvido nas décadas de 1970/80 pela Vale. Nessa altura, a sua infraestrutura, sobretudo, a linha-férrea que ligava Carajás ao Porto de Itaqui, em São Luís, teve um papel importante no escoamento dos produtos advindos do cerrado brasileiro no âmbito do PRODECER para o mercado mundial.

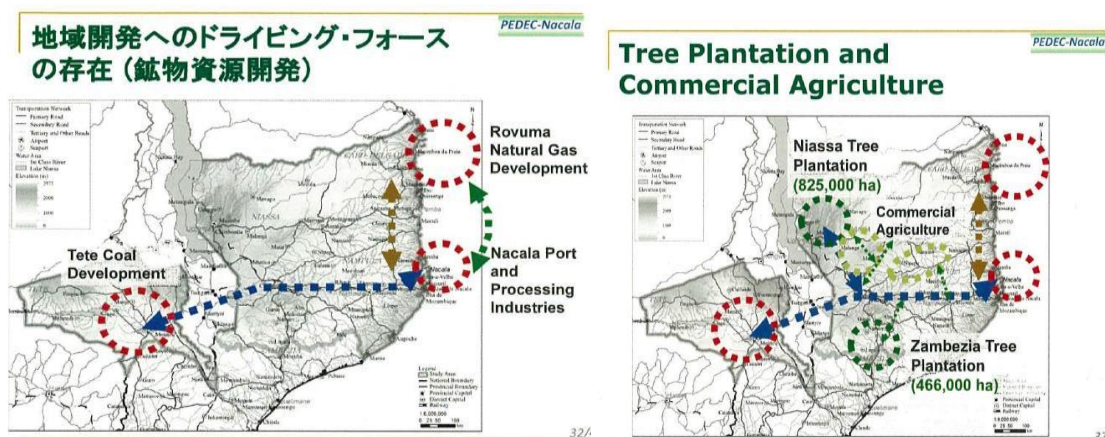
Podemos afirmar, que não é uma mera coincidência estas alianças entre a mineradora brasileira Vale, com o ProSAVANA, pois parece estar a repetir-se o mesmo esquema do cerrado brasileiro. Há outro fenómeno que chama atenção neste processo, a presença da empresa japonesa Nippon Steel & Sumitomo Metal, que obteve a licença para a exploração do carvão de coque no rio Rovubwe, ainda na província de Tete. Essa empresa, localiza-se bem próximo da mineradora brasileira Vale, pois a ideia é, sobretudo, usar-se a mesma infraestrutura (linha-férrea) para o escoamento do carvão (ver FUNADA-CLASSEN, 2013b). Este, pode ser o outro esquema pouco conhecido, que está a ser montado, tudo para facilitar a entrada do capital, tanto japonês, como o brasileiro em Moçambique. Não podemos ignorar a hipótese de que a empresa japonesa, Nippon Steel & Sumitomo Metal, com concessões mineiras em Tete, sobretudo, na mina de Rovubué, pode estar indiretamente a representar os interesses japoneses.

O Japão pode até através de esta empresa, alocar o seu investimento para a revitalização e/ou ampliação da linha-férrea pertencente a minerado Vale e, pensar-se que, é a própria empresa japonesa Nippon Steel & Sumitomo Metal, que está a fazer isso para os seus interesses, enquanto é para atender o ProSAVANA. Portanto, isto mostra que tal como o PRODECER no Brasil, esteve ligado a empresas de mineração, o ProSAVANA em Moçambique, volta a trilhar pelo mesmo caminho, conectando-se a elas, pelo seu poderio no controlo de infraestruturas, sobretudo, linhas-férreas. Além disso, o ProSAVANA, está em constante articulação com outras iniciativas privadas, o que leva-nos a afirmar que ele, é apenas uma autoestrada para a penetração do capital



no Corredor de Nacala. Este fato, demonstra uma tentativa de ocupação efetiva deste território pelo capitalismo agrário mundializado. Junta-se ao ProSAVANA vários programas, dentre eles, o programa Rio do Lúrio, que além de estar a construir barragem para servir com regadio nas lavouras, a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional do G8, o PEDEC (Programa Econômico para o Desenvolvimento do Corredor) que, está a viabilizar e/ou a revitalizar a cadeia logística (estradas, linha-férrea, etc.) [veja figura 6].

**Figura 6. Ilustração das (inter)ligações entre o ProSAVANA e outras iniciativas ao longo do Corredor de Nacala – PEDEC**



Fonte: Extraída de Funada-Classen (2013b)

É verdade, que a província de Tete, sobretudo, o distrito de Moatize e a província de Cabo Delgado, não estão diretamente ligado ao ProSAVANA, mas indiretamente elas estão. A anexação dessas províncias ao ProSAVANA, se dá através da “Abordagem de Desenvolvimento do Corredor de Nacala” (Funada-Classen, 2013b, p. 75) que é, em parte iniciativa do Japão no âmbito do PEDEC (veja a figura 6). Tanto no ProSAVANA, como noutras iniciativas, sobretudo, no PEDEC, o Japão por meio da JICA aparece como um dos grandes “articulistas” do processo de viabilização do capital. O gás natural, sobretudo, na bacia do Rovuma, é um dos principais fatores que levou a anexação da província de Cabo Delgado ao Corredor de Nacala. O Japão, além de ser um dos principais mercados do gás moçambicano, as empresas japonesas, estão entre as que participam na sua exploração na bacia do Rovuma, a exemplo, da Tokyo Gás.

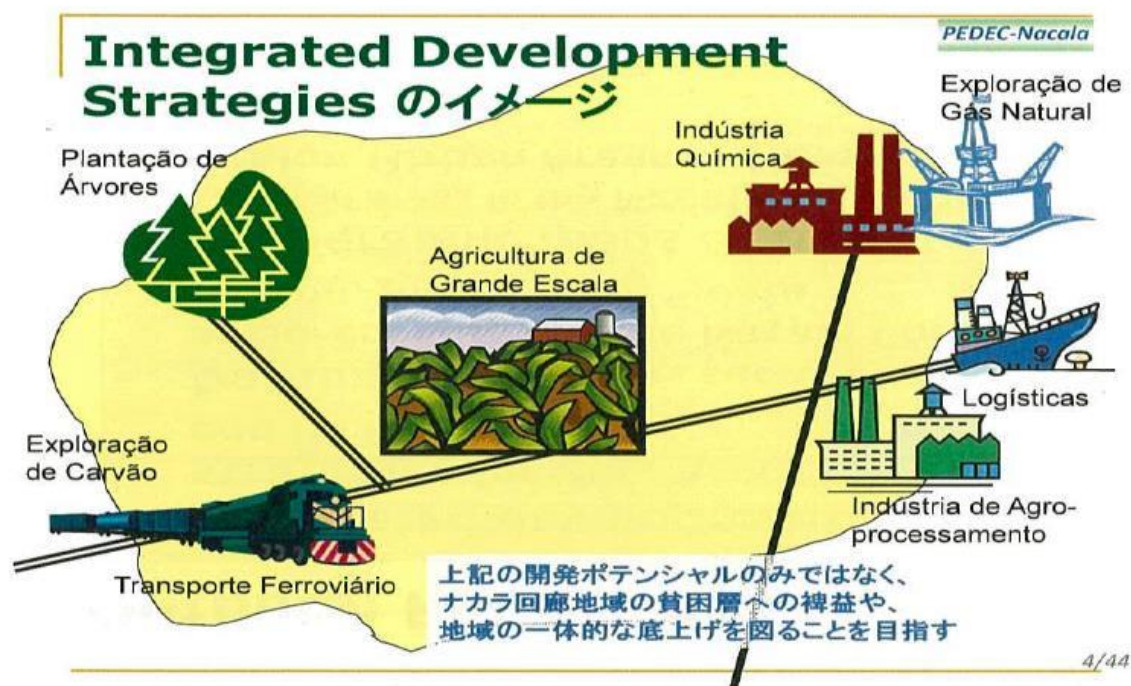
Portanto, a anexação da província de Cabo Delgado, é geoestratégia para para o Japão por meio do seu capital, ampliar o ângulo de controlo territorial. A própria JICA que representa o governo japonês neste programa, terá afirmado que assim como o ProSAVANA, todos os programas relacionados com o Corredor de Nacala, são

“esforços integrais na contribuição da JICA para a área” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 32, grifo meu). Por exemplo, a UNAC e a GRAIN (2015, p. 4) no seu relatório de pesquisa, chamam atenção que “o projeto do Rio Lúrio e o ProSAVANA não devem ser vistos independentemente” e neste esquema “oculto” e contraditório da presença japonesa em Moçambique, acrescenta-se o PEDEC. A argumentação das lideranças de camponeses, sobretudo, por parte da ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua), vai também neste sentido. Um dos seus membros, afirma que,

O ProSAVANA, é apenas se calhar uma gota de água no meio do oceano, tem o PEDEC que é o Programa de Desenvolvimento do Corredor. Têm outros programas do Vale do Lúrio, são programas que parecem estarem uns distanciados dos outros, mas todos eles formam uma cadeia na qual beneficia-se ou prejudica-se o povo<sup>37</sup>.

Por isso, entendemos que a entrada do ProSAVANA, está além do debate paradigmático imposto por ele, sobre o *desenvolvimento sustentável e inclusivo* que alega promover no Corredor de Nacala, pois nele, se desdobra também o debate territorial (veja no capítulo 5). A figura 7, mostra o projeto final do que o PEDEC pretende fazer no Corredor de Nacala para viabilizar o escoamento de *commodities*.

Figura 7. Cadeia logística em preparação ao longo do Corredor de Nacala pelo PEDEC



Fonte: Extraída de Funada-Classen (2013b)

Podemos inferir que o ProSAVANA, é uma agenda mais ampla e/ou complexa em Moçambique, pelo fato deste, estar ligado a vários interesses do mercado global,

<sup>37</sup> Entrevista realizada no dia 16/01/2016.

sobretudo, do grande capital. Estas articulações do ProSAVANA com estas outras iniciativas, trazem um outro debate, sobretudo, no financiamento das suas atividades no Corredor de Nacala. Como se sabe, o Brasil foi durante o processo de territorialização do ProSAVANA, um ator ativo. As crises (políticas e econômicas) que assolam o Brasil tendo se agudizado em 2016 marcadas, com o derrube do governo Dilma Rousseff através de um processo de *«impeachment»*, em Agosto de 2016, tem levantado questionamentos se o Brasil, vai continuar ou não, a ser um ator ativo em todo o processo de implementação. Como veremos mais em diante, o Japão, tem se destacado em diversas atividades ligadas ao ProSAVANA e, sente-se a fraca presença do Brasil. A entrada do novo governo no Brasil, sobretudo, o de Michel “Temer”, após a saída da ex-presidente Dilma Rousseff, mostrou o redesenho de uma “nova” geopolítica na política externa brasileira.

Nesta “nova” geopolítica, o Brasil ao priorizar vínculos com países ricos (como, por exemplo, os EUA, a Europa, a China, etc.), cria também receio se estes aspectos, vão ou não se desdobrar na expansão do agronegócio brasileiro em Moçambique que entra com este programa específico. Os cortes e/ou as suspensões de financiamento (as vezes sem explicação alguma) em certos programas em curso em Moçambique, nos projetos como os da barragem de Moamba Major e BRT, cancelamento de envio de três aviões tucanos ao governo moçambicano, têm contribuído para a existência dessas dívidas e/ou de esses questionamentos. O geógrafo brasileiro, Bernardo Mançano Fernandes, tem dúvidas se haverá por parte deste país latino-americano, a continuidade no tange ao financiamento (de produtores brasileiros) para a expansão do agronegócio em Moçambique. Vamos ler o seu argumento em relação a esta matéria:

Agora com a crise que o Brasil que está vivendo eu não sei se esta expansão, vai continuar. Agora, se nós partirmos do princípio de que essas empresas brasileiras estão associadas a capital internacional, talvez a crise seja indiferente porque essas empresas vão continuar via o Brasil adquirindo terras como que se fossem empresas brasileiras, mas na verdade todas essas empresas brasileiras entre aspas estão vinculados com capitais internacionais. Aqui em Moçambique, você tem entrada do Brasil, da China, do Japão, você tem vários países que estão entrando aqui com os seus interesses<sup>38</sup>.

É verdade, que o Brasil tem estado a cumprir com várias atividades, sobretudo, pesquisa, transferência de tecnologias, capacitação dos funcionários do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique), mas, esse afastamento diplomático, suspensões de financiamentos e entre outros aspectos, não deixa de incita o levantamento de questionamentos. Mesmo com esse distanciamento diplomático que

---

<sup>38</sup> Entrevista cedida no dia 06/07/2016.

caracteriza a atual política externa brasileira vigente no governo Temer, o governo moçambicano, por meio do ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, mostra-se otimista. Segundo destacou José Pacheco, “**não há sinais que os compromissos do governo do Brasil, estejam comprometido com esta mudança, particularmente no âmbito do desenvolvimento da agricultura**”<sup>39</sup> (grifo meu).

O embaixador brasileiro em Moçambique, Rodrigo Soares, além de mostrar-se otimista que o governo brasileiro mesmo com a mudança de governo, não vai deixar de investir, tem estado localmente a tranquilizar as autoridades moçambicanas para estas não se abalarem com a situação. Rodrigo Soares, chegou a afirmar que “**Moçambique vai continuar a ser prioridade do novo Governo brasileiro**” e o mesmo garante ainda que “**a cooperação na agricultura, através do ProSAVANA não vai sofrer nenhum abalo**”<sup>40</sup> (grifo meu). A afirmação do ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, pode ser enquadrada neste otimista do embaixador brasileiro, Rodrigo Soares. Portanto, o otimista do embaixador brasileiro, Rodrigo Soares, de um lado, revela o ativismo do Brasil na sua relação de cooperação com Moçambique e, do outro o grau de interesse que o governo brasileiro tem no ProSAVANA.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://hemyN3z7br0> [jornal da Noite, 13/03/2017]. Acesso: 14/03/2017.

<sup>40</sup> Disponível em: <http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/42341-embaixador-do-brasil-nega-suspensao-de-financiamento-aos-projectos-da-barragem-moamba-major-e-brt.html>. Acesso: 11/11/2016.

## CAPÍTULO 3

### PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE

Este capítulo, analisa numa primeira fase, o processo de implementação do ProSAAVANA tendo em conta o modelo proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala. Em seguida, analisa as atividades executadas a partir do 2011 até 2016, tendo em conta as atividades que estavam previstas para serem executadas dentro do ProSAVANA. E finalmente, analisa o esquema de financiamento proposto para o programa e também as primeiras associações de produtores rurais financiadas no Corredor de Nacala.

#### 3.1- ProSAVANA e o modelo proposto para o desenvolvimento agrícola/agrário do Corredor de Nacala

A territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala, entendemo-la como sendo o resultado do fracasso e/ou a incapacidade do(s) governo(s) moçambicano(s) na conquista de segurança alimentar, no combate a desnutrição crónica e na “eliminação” da miséria através de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento do setor agrário internamente elaboradas. Moçambique, já experimentou várias políticas públicas, sobretudo, no setor da agricultura, mas nem uma delas, evitou que os moçambicanos, sobretudo, no meio rural estivessem ciclicamente a cair na fome e na miséria, embora os objetivos da sua implementação fossem de “saná-los”. Várias estratégias de desenvolvimento do setor agrário, tem sido implementadas, mas também não resistem o seu fracasso<sup>41</sup>.

A promoção da produção do “*tseke*”, como é conhecido no Sul do país, “*bonongue*”, no Centro, sobretudo, em Tete e “*nhewe*”, no Norte, para os camponeses produzirem por forma a combater a fome e desnutrição crónica, foi a demonstração exata do fracasso das políticas públicas do setor agrário. Cientificamente, este tipo de planta que o governo está a incentivar, tem o nome de “*Amarathus*”. As políticas públicas implementadas no setor agrário, além de serem desajustadas a realidade do país quando “elaboradas” e/ou mesmo importadas, têm sido “adversas [não amigas] da agricultura e dos pequenos produtores” (MOSCA, 2014b, p. 3-5). No entanto,

“Apesar de Filipe Nyusi exigir que haja maior produção interna para reduzir a dependência externa, a distância entre os discursos e a prática continua

---

<sup>41</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Mosca (2011); UNAC (2010).

absmal. Nem o PROAGRI, o primeiro Programa Nacional de Investimento no Setor da Agricultura (1998-2004), foi suficiente para alterar a nossa condição de esfomeados, pese embora tenha sido um plano desenvolvido como instrumento do Plano de Ação de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). O programa foi considerado um fracasso porque consistiu fundamentalmente na reforma institucional e modernização do setor, centrando-se longe dos locais onde o mesmo deveria chegar. Ou seja, a preocupação era apetrechar o Ministério da Agricultura de carros e computadores e, não possibilitou os camponeses a obtenção de renda para melhorarem a sua condição material. Com a Revolução Verde, uma das bandeiras de Armando Guebuza, na altura em que foi Chefe do Estado, as coisas não foram distantes e até a Estratégia de Produção de Alimentos fracassou, sem que ninguém do Governo explicasse o que se passou<sup>42</sup>”.

Mesmo as políticas públicas e/ou estratégias que estão em curso até então<sup>43</sup>, embora haja esforços por parte do governo, mostram também que estão longe de “sanar” a fome no país e muito menos, em reduzir as *desigualdades socioterritoriais* vigentes no rural moçambicano. Atualmente, já se fala do «*Programa Sustenta*», que está a ser implementado através do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) ainda em alguns distritos ao longo do Corredor de Nacala, cujo propósito é (talvez) “sanar” a fome e a miséria nestes lugares. Vamos ver, se é que vai sustentar na verdade às famílias rurais moçambicanas, sobretudo, dos distritos escolhidos para a sua implementação ao ponto destas, pararem de estar ciclicamente na fome e na miséria.

A mudança do discurso governamental que marca a atualidade da agricultura moçambicana, onde procura legitimar as grandes corporações agrícolas como solução da fraca produção e produtividade do país, revela o fracasso das políticas públicas internas na conquista da segurança alimentar e no combate a miséria. Isto, justifica-se na medida em que o governo, coloca as suas obrigações nas “mãos” de agentes externos para fazerem em seu nome. Questões como, por exemplo, combater a fome e a miséria, são parte das obrigações do governo moçambicano e não dos seus parceiros de cooperação e/ou dos investidores privados. A entrada dos atores externos em Moçambique, têm mostrado a redução significativa do governo moçambicano, tanto no planeamento do desenvolvimento do país através das ações criadas por ele, como na intervenção do setor da agricultura por forma a colocá-lo mais produtivo e competitivo.

Este papel nos dias atuais, tem sido confiado aos seus parceiros de cooperação e o ProSAVANA, é parte desta filosofia. Outro fator que justifica esta situação, é a forma

---

<sup>42</sup> Disponível em: <http://pda.verdade.co.mz/destaques/democracia/57366-governo-de-filipe-nyusi-mantem-agricultura-de-reproducao-da-independencia-e-do-subdesenvolvimento>. Acesso: 05/11/2016.

<sup>43</sup> Estão em curso o Plano Nacional de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), Plano Nacional de Investimento Agrário (PNISA), Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), Agenda 25, só para citar alguns exemplos (ver Mosca, 2011).

inacabada do governo, em fazer tudo e/ou procurar todas as maneiras possíveis para enquadrar todas iniciativas privadas por ele importadas e transformá-las em políticas públicas nacionais. Neste processo o Estado, tem usado alguns documentos setoriais por ele aprovado que, têm servido como um *aval* para tal feito. O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), por exemplo, desde que foi aprovado, este tem, sido o instrumento que, tem sabido muito bem, enquadrar a maior parte dos programas “vindos” de fora, dentro dele.

Estes programas quando chegam ao país, são, no entanto, transformadas em políticas públicas nacionais e o ProSAVANA, é apenas um exemplo. O ProSAVANA, não foi o primeiro programa e/ou estratégia de desenvolvimento do setor agrícola que entra em Moçambique, com vista a modernização da agricultura moçambicana, com a premissa de elevar a produção e a produtividade do país. Pelo contrário, Moçambique já conheceu outras estratégias de desenvolvimento do setor agrícola, a «*revolução verde*» que de revolução só esteve no nome e de resultados um fracasso, foi uma das iniciativas do governo moçambicano, sobretudo, durante o governo Guebuza (2005-2015).

Portanto, a «*revolução verde*», foi um fracasso que nem o próprio governo, conseguiu explicar ao seu povo, numa altura que, era quase um «*hino nacional governamental*», onde preconizava-se a sua importância no combate a fome e a miséria, sobretudo, no meio rural. Chegado o ProSAVANA do Brasil, a história volta a repetir-se em Moçambique, o PEDSA, enquadrou-o dentro dele e ao mesmo tempo este, tornou-se num dos seus instrumentos de operacionalização, cujo objetivo, é “sanar” a fome e combater a miséria no meio rural, sobretudo, nos distritos por onde está a ser implementado ao longo do Corredor de Nacala. Este fato, foi revelado pela coordenação do ProSAVANA da contraparte moçambicana. Segundo ela,

O MASA [Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar], implementa o ProSAVANA para alcançar o desenvolvimento agrícola no Corredor de Nacala tendo como base o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), assentando-se na premissa do aumento da produção e produtividade agrícola e contribuição para a segurança alimentar e a aumento da renda dos produtores agrícolas de maneira competitiva e sustentável, garantindo a equidade social e de género<sup>44</sup>.

A incorporação do ProSAVANA ao PEDSA, não foi por acaso, mas sim, estratégica. É estratégica na medida em que o próprio PEDSA, é bem claro nos seus objetivos e/ou visões e também nos pilares que o orienta. De acordo com Mosca (2011, p. 267), embora o PEDSA tenha sido aprovado em 2011, já dava menção que o seu

---

<sup>44</sup> Entrevista via correio eletrónico, cedida pela coordenação do ProSAVANA do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, realizada no dia em 23 de Maio de 2016.

grupo alvo, eram “os pequenos e médios produtores orientados para o mercado” orientados para o “desenvolvimento do agronegócio”. Como podemos ver, este documento não faz menção aos camponeses, que são a maioria em Moçambique, sobretudo, no meio rural, mas sim, ele já estratifica o seu grupo alvo. A filosofia do ProSAVANA, não se distancia dos princípios emanados pelo PEDSA, sobretudo, o seu grupo alvo. Esse processo de transformação do ProSAVANA de um programa vindo de fora, para um programa nacional, trouxe em Moçambique debates e embates no seio de alguns acadêmicos e investigadores moçambicanos. Este fato, observou-se também no seio de algumas lideranças de camponeses que, têm uma visão contrária e ao mesmo tempo, um olhar crítico em relação a este processo.

Durante o intervalo em que o ProSAVANA, estava a ser promovido como um programa resultante de uma política pública de “sucesso”, vários trabalhos científicos foram sendo publicados, contrapondo estas construções discursivas. Vários acadêmicos, dentre eles moçambicanos, brasileiros, japoneses e portugueses, não só se mobilizaram na produção científica com enfoque sobre o ProSAVANA, mas também não acreditam nas suas abordagens que, ele seja um programa moçambicano, isto é, do governo moçambicano com o apoio técnico-financeiro do Brasil e Japão. Dentre esses autores, destacam-se os seguintes: Funada-Classen (2013a; 2013b; 2013c), Clements (2015), Clements (2015); Clements e Fernandes (2012; 2013), Chichava e Dúran (2013); Chichava *et al.*, (2013); Schlesinger (2013); ORAM (2013); Jacinto (2014), Catsossa (2015), Mosca e Bruna (2015), Pessoa (2015), Adriano e Vunjanhe (2015) e Vunjanhe (2014), só para citar alguns exemplos nomes.

As organizações de camponesas, entre a União Nacional de Camponeses (UNAC), Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) e a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), tem o mesmo entendimento dos autores acima mencionados. Neste processo, encontramos também algumas organizações da sociedade civil, a exemplo, da Justiça Ambiental, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), Livaningo, Fórum Mulher e algumas instituições de pesquisas, o caso do Observatório do Meio Rural (OMR). Por exemplo, a ORAM, acredita que para o ProSAVANA poder entrar em Moçambique, sofreu um reajuste para o seu alinhamento aos objetivos do PEDSA, sobretudo, para este, ser o seu instrumento de operacionalização. Um dos membros e militantes da ORAM, descreve o seguinte:

Repare bem no programa ProSAVANA, [ele] foi assinado em 2009, começou a ser tratado talvez ainda nos escritórios, nos gabinetes em 2011, diz que se assenta nos pilares do PEDSA, já reparou? E o PEDSA quando foi lançado?



Repare bem nesta tentativa de [re]ajuste, primeiro fez-se o acordo, este acordo que existe, é o acordo do qual não espelha os interesses das comunidades, espelha os interesses de parte das elites do governo e, depois vêm ser público [em 2011] dizer que é um programa de Moçambique que todos têm o famoso win-win<sup>45</sup>.

O depoimento acima convida-nos para um debate e/ou a uma reflexão. O ProSAVANA segundo as informações oficiais foi assinado em Setembro de 2009 pelos governos do Brasil, Japão e Moçambique. Já quanto ao PEDSA, diz-se que foi aprovado pelo Conselho de Ministros da República de Moçambique em 2011. É verdade, que pode ter havido muitas “engenharias” para tal feito e o processo que culminou com a sua nacionalização, como veremos mais em diante, pode explicar esta intenção. Um outro dado a destacar, é que o processo de transformação do ProSAVANA em política pública nacional, decorreu durante o período em que predominaram às críticas contra a sua implementação, vindas de académicas, organizações da sociedade civil, organizações de camponeses e entre outros segmentos sociais. O governo moçambicano, vendo-se enfrentado pelos críticos, optou por nacionalizá-lo. Pode-se inferir ainda que esta, a nacionalização do ProSAVANA, foi vista pelo governo, como o único caminho de livrar-se dos críticos e das críticas que o programa sofria desde que se implantou no Corredor de Nacala. Como diz um dos militantes da UNAC,

O discurso nacionalista dos grandes investimento, neste caso do ProSAVANA, me parece a mim que é mais oportunista e é mais um cálculo político para conseguir-se se desvencilhar-se de todo um conjunto de crítica. O discurso nacionalista, é usado como uma base de legitimidade para avançar-se com programas de grande investimentos como o ProSAVANA<sup>46</sup>.

Este depoimento, se aproxima aos tentáculos dos documentos oficiais que velam pelo setor da agricultura em Moçambique, sobretudo, na sua tentativa de serem uma “umbrela” para capital externo. Além do PEDSA, viu-se mais tarde a aprovação de outros instrumentos de operacionalização, neste caso, o PNISA (Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário). Este documento, tem estado nos últimos dias, a desempenhar um papel de destaque no processo na promoção do capital no campo moçambicano, o agronegócio. Este documento, não pode de algum modo, ser visto de uma forma separada com a entrada do ProSAVANA, os investimetos externos, têm ganhado a sua emancipação em Moçambique por causa dele. Um dos ativistas e militantes da UNAC, entende que,

O PINSa é um instrumento orçamental do PEDSA. É aí onde mais ou menos fica claro que aquela parte mais aparentemente progressista que era considerada como sendo parte razoável para os camponeses, ficou

---

<sup>45</sup> Entrevista realizada no dia 15/02/2016.

<sup>46</sup> Entrevista realizada no dia 22/05/2016.

complemente neutralizada porque quando o PNISA sai fica claro qual era a orientação do investimento. Todo o investimento do PEDSA está orientado para o agronegócio, para o grande capital. Quando o ProSAVANA surge e aí minha opinião. A nossa opinião [enquanto organização], é que o ProSAVANA, é na verdade resultado de todo este processo do PNISA<sup>47</sup>.

A forma articulada destes dois documentos nacionais, apenas comprova a forma como o Estado moçambicano a partir dos discursos da classe dominante (vindos de fora), tem procurado criar e/ou promover em Moçambique o capitalismo agrário. A promoção destas iniciativas, tem sido vista como uma alternativa para Moçambique, sair do subdesenvolvimento, o qual se encontra, embora seja apenas uma ilusão tendo em conta o modelo de produção em questão. O ProSAVANA, é resultado destas políticas. Wise (2015), é um dos autores que descreve no seu trabalho, essa tentativa de promoção de criação de um capitalismo agrário em Moçambique, sobretudo, a partir do ProSAVANA e de outros programas ao longo do Corredor de Nacala. Vamos lê-lo:

“Eu perguntei ao Sr. Siteo no Ministério da Agricultura se a lição do ProSAVANA era de que o desenvolvimento agrário em Moçambique precisava ser baseado nos três milhões de pequenos produtores de alimentos. ... Não, assegurou-me ele. O governo está comprometido com capital, tecnologia e investimento estrangeiros como o caminho para o desenvolvimento agrícola. Ele puxou uma proposta de projeto de 4 cm de grossura, o qual propunha desenvolver com financiamento estrangeiro uma área de 200.000 hectares para agricultura irrigada ao longo do Rio Lúrio, a norte do Corredor de Nacala. Isso era parte do ProSAVANA? Não, assegurou-me ele... Essa marca já estava claramente comprometida”.

As lideranças de camponeses em Moçambique, principalmente a UNAC através da sua delegação de Nampula (UPC), também têm o mesmo posicionamento de que o ProSAVANA, é nada mais, nada menos que uma via e/ou uma autoestrada para a entrada do capital no campo moçambicano. A UNAC, afirma também este é um dos principais interesses do governo na atualidade. Por exemplo, um dos militantes da UNAC, afirma que “nós achamos que o próprio governo [com o ProSAVANA] está muito interessado com o dinheiro e não está interessado com os interesses dos camponeses<sup>48</sup>”. Importa destacar que a proposta de modelo para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala em Moçambique é típica da agricultura capitalista – o agronegócio e isso é visível nos discursos dos seus executores e também nos documentos oficiais deste programa.

O ProSAVANA para o lado brasileiro, transparece ser aquilo que Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2014), chama em seu texto de tratar-se da “*mundialização da agricultura brasileira*”. Este fato na medida em que o ProSAVANA, é o “maior

---

<sup>47</sup> Entrevista realizada no dia 22/05/2016.

<sup>48</sup> Entrevista realizada no dia 14/02/2016.

Programa de Cooperação Trilateral na catreira da ABC, com US\$ 21, 1 milhões já comprometidos, e a estimativa do investimento de US\$ 36,2 milhões para os próximos anos” (PROSAVANA; 2013; NOGUEIRA, 2013 citados por FINGERMANN, 2014, p. 126). Do lado japonês, o ProSAVANA simboliza uma continuidade da sua política externa contraditória e paradigmática marcada pela exploração dos territórios (e dos povos) de outros estados por via do seu investimento em nome de desenvolvimento tal como aconteceu no Brasil durante a implementação do PRODECER.

O ProSAVANA, inspira-se na experiência brasileira adquirida no cerrado no âmbito do PRODECER implementado nos finais do século XX numa cooperação Brasil-Japão. Por isso, entendemos que a sua territorilização no Corredor de Nacala em Moçambique, é um mecanismo para dar continuidade a fronteira agrícola brasileira iniciada no cerrado brasileiro, sobretudo, na segunda metade da década de 1970, materializada com o próprio PRODECER. Por exemplo, tanto o ProSAVANA, como PRODECER, ambos são programas de cooperação, mas a diferença entre ambos, além dos períodos de implementação, reside também no tipo de cooperação. Enquanto o primeiro, está a ser implementado numa cooperação trilateral, o PRODECER foi numa cooperação bilateral. Uma das grandes semelhanças entre ambos, é que são frutos da chamada revolução verde, que de verde só teve no nome (ver capítulo 5). Vera Lúcia Salazar Pessoa (2015) descreve o seguinte:

**“O ideário da revolução verde esteve e continua presente nestes empreendimentos. A partir dessa compressão é importante refletir sobre os dois projetos de cooperação internacional, um já finalizado (PRODECER), mas que deixou marcas no Cerrado e o outro (ProSAVANA) que se inspira no PRODECER para a exploração econômica da Savana”** (PESSOA, 2015, p. 445, grifo meu).

Tal como no cerrado brasileiro, o principal propósito do ProSAVANA no Corredor de Nacala é, promover um sistema de produção em grande escala com o uso intensivo tanto da tecnologia como do capital. Em outras palavras, seguindo a lógica do PRODECER, o ProSAVANA no Corredor de Nacala, aponta que tem por objetivo melhorar a competitividade do setor rural da região, com **responsabilidade socioambiental**, tanto em matéria de **segurança alimentar, promovendo desta feita um modelo capitalista de produção**, isto é, **à agricultura orientada para o mercado, em suma, o agronegócio** (ProSAVANA-TEC, 2011, grifo meu). Em termos de visão, o ProSAVANA, pretende **“melhorar a vida dos habitantes do Corredor de Nacala, através do desenvolvimento agrícola e regional, inclusivo e sustentável”** e tem como missão **“melhorar e modernizar a agricultura para aumentar a produtividade, a produção**

e diversificar a produção agrícola e **gerar empregos através do investimento agrícola e criação de uma cadeia de abastecimento**” (MASA, 2015, grifo meu). Em termos de público alvo, o ProSAVANA abrange produtores do setor familiar (organizados), organizações de produtores (associações e/ou cooperativas) e produtores do setor comercial (médios e grandes produtores) (MASA, 2015). Tal como o PRODECER, o ProSAVANA foi desenhado para ser implementado no intervalo de 20 anos com a suposição de que talvez, com o “conhecimento adquirido no desenvolvimento do cerrado, contribuirá para a melhoria da produtividade agrícola da savana tropical em Moçambique” (MOCUMBE, 2009 citado por CLEMENTS & FERNANDES, 2013, p. 13).

As semelhanças entre o ProSAVANA e o PRODECER, são enormes e não foi por acaso que José Pacheco e atual ministro do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), chamou o primeiro de “réplica” do segundo. Esta nomenclatura, não agradou alguns acadêmicos e/ou pesquisadores, pois momentos depois, houve algumas vozes, a afirmar que chamar o ProSAVANA réplica do PRODECER, era apenas um *mito*. Em 2013, surgiu Natália N. Fingermann a considerar que, chamar o ProSAVANA de réplica do PRODECER, era minto, num texto intitulado “**Os mitos por trás do ProSAVANA**”, embora tenha sido ela própria, a reproduzir mitos em suas análises, que são, portanto, equivocadas sob ponto de vista científico (ver capítulo 5). Tal como o PRODECER no cerrado brasileiro, teve em termos metodológicos uma base inicialmente bem estruturada e/ou desenhada, o ProSAVANA volta a trilhar pela mesma filosofia no Corredor de Nacala em Moçambique [veja na tabela 15].

**Tabela 14. Metodologia global de implementação do ProSAVANA.**

<b>Fase</b>	<b>Projetos</b>	<b>Duração</b>
<b>Fase I (Preparação)</b>	Estudo preliminar	2010
	Projeto de melhoria de capacidade de investigação e tecnologia	2010-2013
	Elaboração de Plano Diretor do ProSavana	2011-2013
	Projeto de criação de novos modelos de desenvolvimento rural comunitário	2011-2014
<b>Fase II (Implementação)</b>	Implementação do programa ProSavana	2015-2030

**Fonte:** Elaboração própria com base em MASA (2015)

Da mesma forma que a implementação do PRODECER foi subdividida em três fases principais, sonretudo, no âmbito da expansão do capital nipônico ao longo do cerrado brasileiro, a proposta do ProSAVANA no Corredor de Nacala, vai na mesma linha. A diferença entre o ProSAVANA e o PRODECER, reside apenas na

nomenclatura que se dá as fases, isto é, do primeiro programa em relação ao segundo e vice-versa. Enquanto o PRODECER, por exemplo, no âmbito da execução das suas atividades no cerrado brasileiro foi subdividido em três fases, entre elas, PRODECER I, II e III, o ProSAVANA subdivide-as em três períodos, sendo eles, «*Período de início*», «*Período de crescimento*» e «*Período de amadurecimento*» [veja o quadro 16].

**Tabela 15. Fases de implementação do ProSAVANA**

Fases	Intervalo de implementação	Duração
Fase I- Período de início	2015-2020	5 Anos
Fase II - Período de Crescimento	2021-2025	5 Anos
Fase III - Período de amadurecimento	2026-2030	5 Anos

**Fonte:** Elaborado própria com base em MASA (2015).

É com estas semelhanças do PRODECER, que o ProSAVANA se responsabiliza em empreender uma modernização agrícola no Corredor de Nacala durante cerca de 20 anos determinados para a sua implementação. As conclusões que são tiradas do Plano Diretor do ProSAVANA versão zero de 2015, é que fala-se, portanto, da necessidade de passar-se de uma agricultura de pousio, para uma agricultura fixa. Como no Corredor de Nacala predomina uma agricultura de pousio (ver seção 1.1), os executores do programa entendem que só com a passagem para uma agricultura fixa, é que pode haver o aumento da produção e da produtividade.

No entender dos executores do programa, o aumento da produção e da produtividade, só pode se materializar com a introdução de “novas” tecnologias, caso ao contrário, a agricultura moçambicana, continuará estagnada como eles próprio, professa (ver capítulo 4). Dizem ainda que, essa transição também poderá promover no Corredor de Nacala, o uso eficiente da terra. Para eles, este processo se materializaria através da transferência de terras em pousio para terras cultivadas, e com a “conservação do meio ambiente” que supostamente se promoveria, juntos formariam a base da agricultura. É através desta base discursiva, que os executores do ProSAVANA, professam que com ele, se pretende promover o “desenvolvimento sustentável e inclusivo” no Corredor de Nacala. De acordo com Isabela Nogueira de Moraes (2014) esta passagem da agricultura de pousio para agricultura fixa, inclui os seguintes aspectos:

“Melhor demarcação de terras, incluindo a identificação de terras disponíveis para investimentos e fim da agricultura de pousio; apoio à agricultura familiar, incluindo serviços de extensão, treinamento de agricultores líderes, esquema de financiamento e estabelecimento de cooperativas; e provisão de incentivos, incluindo subsídios para importação de fertilizantes químicos, promoção do uso de sementes certificadas e de tratores” (MORAIS, 2014, p. 66-67).

O modelo de produção proposto para a exploração de terras no Corredor de Nacala, é o da agricultura contratual. Importa destacar que inicialmente pretendia-se empreender uma ocupação efetiva do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA, sobretudo, nas supostas terras “livres” e “subutilizadas”. O discurso para empreender-se o modelo da agricultura contratual aparece quando os executores deste programa não conseguiram (com)provar no local a existência dos cerca de 14,5 milhões de hectares de terras, considerados ainda por eles como “livres” e “subutilizadas”. A justificação que se dá ao pretender usar a agricultura contratual, é que esta permitirá a ocorrência dos chamados ganhos mútuos (*wini-win, em inglês*) entre os investidores e os produtores locais.

Para tal, os produtores locais serão contratados para produzirem para o mercado e neste processo o próprio ProSAVANA, será o comprador de todas as *commodities* produzida pelos primeiros, que por sua vez, será exportada para o Japão e outros mercados asiáticos. Os executores do programa, entendem ainda que este sistema de produção, proporcionará a coexistência pacífica no uso e aproveitamento dos recursos naturais, evitando assim, os possíveis conflitos de terras entre ambos modelos de produção, isto é, campesinato e agronegócio. Outro dado importante que é apontado pelos executores deste programa como uma das vantagens deste sistema, é a questão do acesso a tecnologia para as camadas mais pobres no seio dos agricultores. Afirmam, por exemplo, que só com a integração dos produtores a este esquema de produção, é que se beneficiarão dos investimentos provenientes do ProSAVANA. Isabela Nogueira de Morais (2014), descreve o seguinte:

“Membros do governo moçambicano e a equipa técnica do ProSAVANA normalmente caracterizam a agricultura contratual como uma relação de ganha-ganha, na qual tanto as corporações transnacionais quanto os pequenos agricultores são beneficiados, sem implicar em susrpação da terra dos moradores locais. Adicionalmente, eles qrgumentam que este modelo de negócios pode ser um veículo para a transferência de teconologia e acesso a mercados para agricultores pobres” (MORAIS, 2014, p. 67).

A coisa nova que o ProSAVANA trás em Moçambique, é a pronta estratificação dos produtores que supostamente serão financiados por ele. O ProSAVANA, diz, por exemplo, que pretende financiar o setor familiar desde que este esteja organizado, isto é, em associações de produtores e cooperativas e como também produtores do setor comercial sob divididos em médio e grandes produtores. O ProSAVANA, afeta “aproximadamente 692.000 produtores familiares residindo nos 19 distritos ao longo do Corredor de Nacala e praticando uma produção agrícola essencialmente de subsistência”

(MASA, 2015, p. 3-4). Dados colhidos durante a pesquisa de campo em 2016, sobretudo, nas organizações de camponeses, dão conta que este número é menor, olhando, sobretudo, para a extensão territorial a qual o ProSAVANA ocupa no Corredor de Nacala. Esta variação em relação ao número total dos produtores afetados, justifica-se pela incorporação de novas áreas, sobretudo, da província de Niassa quando se descobriu que ao longo do Corredor de Nacala não existiam, os tais 14,5 milhões de terras que, eram considerados como “livres” e “subutilizadas” pelos executores do ProSAVANA.

Os dados avançados pelas organizações de camponeses, apontam um número de cerca de 800 mil produtores familiares e afirmam, que este número pode vir a variar ainda com o decorrer do processo. Em termos de beneficiários, o programa divide-os em dois grupos principais, entre eles, diretos e indiretos. O primeiro grupo é composto por “profissionais em investigação agrária lotados nos Centros Zonais Nordeste e Noroeste do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e os profissionais em extensão rural atuantes nas Direções Provinciais de Agricultura de Niassa e Nampula, e cerca de 40.000 famílias de pequenos e médios produtores agrícolas organizados” (ProSAVANA-TEC, 2011, p. 5).

E o segundo, é composto por “7,6 milhões de produtores rurais em atividade no Corredor de Nacala, cerca de 20% do total de produtores familiares de Moçambique” (ProSAVANA-TEC, 2011, p. 5). Em termos de culturas a serem produzidas ao longo do Corredor de Nacala no âmbito do ProSAVANA, os mesmos encontram-se divididos por setores de produção, entre elas, culturas de subsistência familiar e para a comercialização. Importa destacar também que o programa, propõe futuramente a introdução de outras culturas, sobretudo, comerciais [veja a tabela 17].

**Tabela 16. Principais culturas propostos pelo PROSAVANA**

Setor de produção	Culturas
Culturas de subsistência (familiar)	Mandioca, arroz, milho, batata, amendoim, sorgo (mapira), feijão, caupi (feijão nhemba),
Culturas para a comercialização	Tabaco, soja, chá, algodão, trigo, castanha de caju, cana de açúcar, girassol, avicultura, capim elefante, gergelim, eucaliptos
Novas culturas a serem introduzidas com o andar do tempo	Frutas, hortaliças, culturas para a geração de biocombustíveis, etc.

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em MASA (2015)

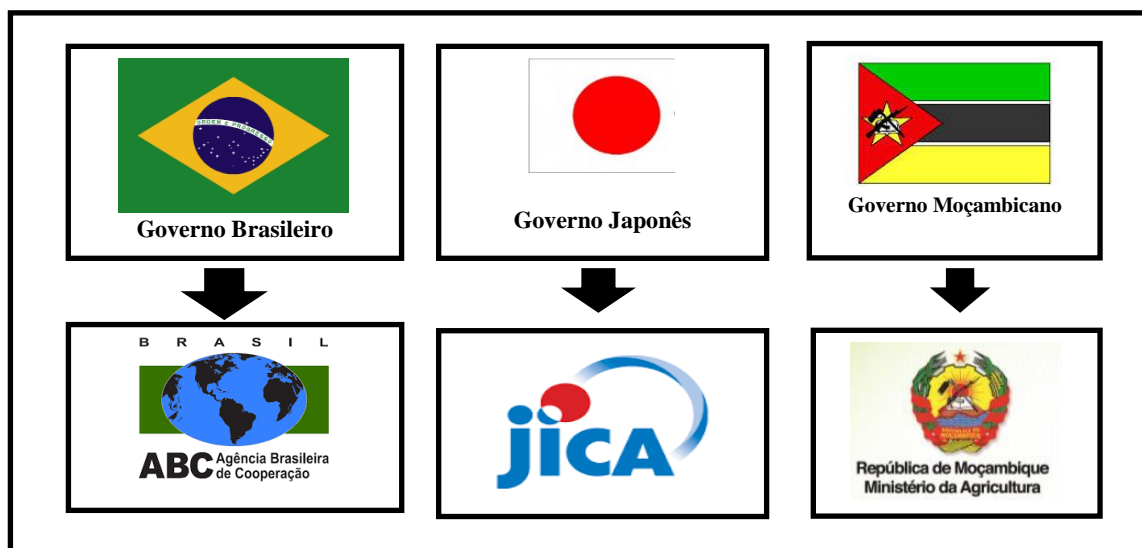
É através destas culturas, que o ProSAVANA, pretende avançar com a modernização agrícola do Corredor de Nacala em Moçambique.

### 3.2- Ponto de situação de implementação do ProSAVANA em Moçambique

O ponto de situação do ProSAVANA em análise nesta seção, parte do ano de 2011 ao de 2016 e a seguir justificaremos por que. Embora, as atividades em torno do ProSAVANA tenha ocorrido logo após assinatura do acordo em Setembro de 2009 (ver a tabela 20), importa realçar que o ProSAVANA, foi oficialmente tornado público em 2011. Tornar-se destacar também, que atividades como, por exemplo, pesquisas envolvendo os três governos, criação de fundos para a financierização do programa, financiamento as primeiras associações, contratação de empresas de consultorias, construção e enauguração do laboratório do ProSAVANA, foram realizadas neste período.

Este período, é marcado também pela eboração de um “novo” Plano Diretor, após o elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), ter sido rejeitado pelas organizações da sociedade civil e organizações de camponeses. É marcado também pela realização das auscultações e/ou consultas públicas, que foram apenas uma contradição sob ponto de vista da sua materialidade (ver capítulo 4). O ProSAVANA, está sob coordenação dos governos do Brasil através da ABC, do Japão através da JICA e de Moçambique através do Ministério da Agricultura e Segurança Aliementar (MASA) representado pelo IIAM como ilustra o organograma 1.

**Organograma 1. Órgãos representantes no processo de implementação do ProSAVANA**



Fonte: Organizado pelo autor.

Nesta iniciativa trilateral, encontramos também uma suposta divisão de trabalho entre os países envolvidos. O Japão, através do seu investimento, pretende incentivar a produção de culturas que são da sua necessidade para depois, exportá-los para o seu país. Ou seja, no fim, o Japão procederá a recolha de quase toda a produção feita pelos



produtores locais e dos produtores que provavelmente virão do Brasil e exportá-la para o mercado asiático. Para o Brasil, a implementação do ProSAVANA, além de ser uma oportunidade para a mundialização da agricultura brasileira, é também uma via para a internacionalização das suas empresas e a EMBRAPA, é apenas um exemplo. Com esta iniciativa, o Brasil, promove também a aquisição de terras, sobretudo, para a expansão da agricultura em grande escala que será feita pelos produtores brasileiros do ramo do agronegócio. Já que o fim do PRODECER, terminou com muitas dívidas (ver capítulo 5), o ProSAVANA pode ser uma via de o Brasil, livrar-se delas, e isso, pode ser feita através da promoção dos agricultores brasileiros para produzirem e o Japão passar a recolher a produção e exportá-la para o seu país.

No caso de Moçambique, fora dos ganhos institucionais, o que se sabe, é que ele, além de ser um parceiro pobre nesta iniciativa, participa tanto com a terra, como também com a mão-de-obra barata abundante e barata. Neste programa, Moçambique participa também com “benefícios fiscais e facilidades de operação para as empresas” (Mosca & Bruna, 2015, p. 11), como também no incentivo a pequena produção familiar, embora sem políticas públicas concretas e direcionadas a este setor. Outro dado importante, é que o governo Moçambique não tem investimento suficiente para investir na agricultura familiar e, provavelmente terá que pedir o apoio financeiro aos seus parceiros de cooperação. A degressão do governo moçambicano ao Japão em Março de 2016, como veremos mais em diante, tinha entre outros interesses, angariar investimentos para o setor da agricultura. Como se observa na tabela 18 neste programa, nota-se também uma suposta responsabilidade devidamente definida, sobretudo, o que cada país poderá fazer no decorrer do processo de implementação das fases do ProSAVANA.

**Tabela 17. Responsabilidades de cada parte integrante no programa ProSAVANA**

<b>País/Governo</b>	<b>Entidade responsável</b>	<b>Entidade executora</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Brasil</b>	Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	Disponibilização de assistência técnica especializada e implementação de atividades específicas de carácter técnico; efetuar parcialmente a gestão administrativa e financeira do uso dos recursos objeto do financiamento por demandas da entidade executora; designar um técnico responsável para acompanhar e apoiar as atividades no projeto em Moçambique.
<b>Japão</b>	Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA)		Coordenação e implementação das atividades de harmonização das relações entre as três partes e gestão administrativa e de recursos humanos, e apoio no desenvolvimento institucional; promover peritos japoneses em permanência na região e a serem alocados de acordo com as

		NTCI & JIRCAS	necessidades do avanço do projeto; adquirir equipamentos, máquinas e outros materiais necessários a execução do projeto e; assegurar o custeio das despesas correntes relacionados com a participação dos peritos japoneses.
Moçambique	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) através do Instituto de Investigação Agrário de Moçambique (IIAM).	<b>A nível central:</b> o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, através do IIAM; <b>A nível provincial:</b> As direções Provinciais de Agricultura e Segurança Alimentar (DPASA); <b>A nível distrital:</b> Os Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAE's) do Governo Distrital.	Alocação dos recursos humanos e facilitação do processo de implementação e disponibilização de facilidades para os especialistas brasileiros e japoneses; a permanência em regime de dedicação exclusiva dos quadros e técnicos localizados nas províncias de Nampula e de Niassa; garantir a internacionalização dos conhecimentos a serem adquiridos e a operação e manutenção de infraestrutura em máquinas e equipamentos que serão disponibilizados pelo projeto.

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em ProSAVANA-TEC (2011)

A estratégia “win-win”, apenas deixa claro os ganhos para o Brasil e o Japão. Na verdade, para Moçambique há muitas incerteza e/ou dúvidas em relação aos verdadeiros beneficiários do programa, neste caso, se serão os camponeses, a elite política e econômica local (a qual negociou este programa) e/ou ainda será a pequena burguesia rural em formação no Corredor de Nacala. O que se pode inferir neste processo, é que os camponeses, embora se diga que são os principais beneficiários do ProSAVANA, tudo indica que serão os mais prejudicados nesta iniciativa trilateral (ver capítulo 5).

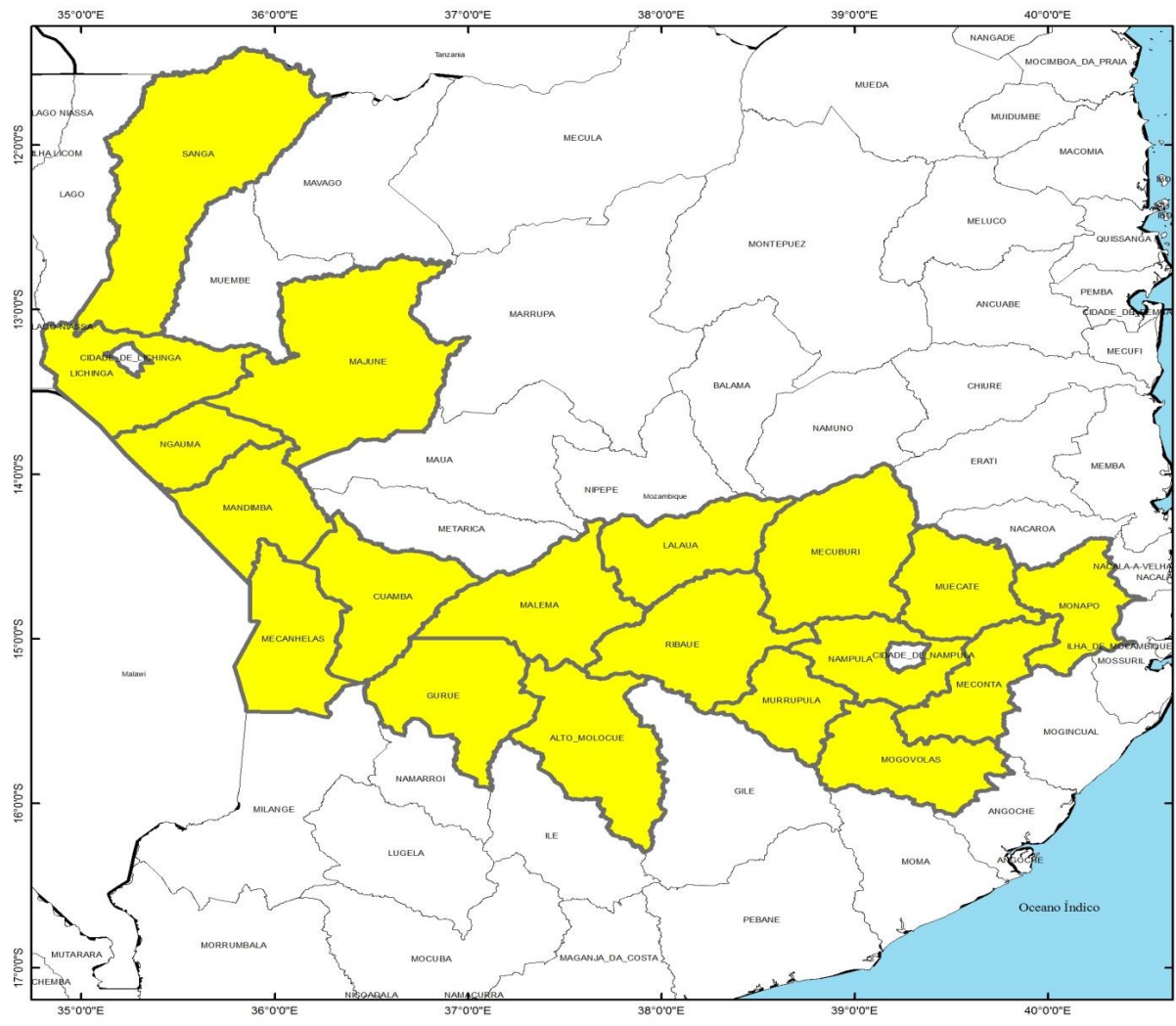
A verdade, é que a terra já foi entregue ao ProSAVANA, e tudo indica que não haverá voltas. Portanto, o governo fez isso, sem antes medir-se as consequências socioterritoriais do programa, tudo por causa de um “*desenvolvimento sustentável e inclusivo*” duvidoso e impossível de alcança-lo sob lógica capitalista (ver capítulo 5). A não volta para trás no processo de implementação do ProSAVANA, ficou claro durante a visita do presidente Nyusi ao Japão, em Março de 2017, onde avançou que “**o ProSAVANA, é um projeto que deve ser acarinhado porque vai alavancar o crescimento dos pequenos agricultores ao longo do Corredor de Nacala**” (grifo meu). Já o ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, destacou que,

“Com a aprovação do Plano Diretor, vamos ter os nossos camponeses a terem acesso a recursos financeiros adicionais, para adquirirem sementes, para adquirirem outros insumos, para sistemas de irrigação e pelo nosso calendário, estão criadas as condições para que na campanha (agrícola) 2017-2018<sup>49</sup>”.

A área ocupada por ele em termos de extensão territorial, estima-se em cerca de 14,5 milhões de hectares de terras do Corredor de Nacala. A área de execução do ProSAVANA contempla 19 distritos das províncias de Nampula e Niassa e Zambézia.

<sup>49</sup> Para mais detalhes, veja em: <https://youtu.be/HemyN3z7br0> e em: <https://youtu.be/3tZ/v9yzFQw> [Jornal da Noite-STV, dias 13/03/2017 e 15/03/2017]. Acesso: 17/03/2017

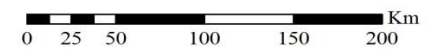
Mapa 3. Área de implementação do ProSAVANA



**Legenda**

Área de implementação do ProSAVANA

Distritos



Projeção Cartográfica Datum WGS84  
 Fonte: CENACARTA  
 Edição: CATSOSSA, L. A., 2017  
 Elaborado no Laboratório de Geoprocessamento - FCH/UFMG  
 Dourados, MS

### **3.2.1- Composição do programa ProSAVANA**

O ProSAVANA é composto por três principais projetos de Cooperação Técnica e serão analisados a seguir. Portanto, estes três projetos que constituem o ProSAVANA, apresentam também atividades previamente definidas, tendo em consideração as fases e a esperança de vida deste programa em Moçambique que é, portanto, de 20 anos (2010-2030). Não se sabe o certo, se o período de implementação continuará o mesmo uma vez que até finais de Dezembro de 2016, este era antes de começar-se com a expansão da produção nos distritos identificados ao longo do Corredor de Nacala conforme estava previsto (ver tabela 20). Isto aconteceu, porque várias organizações da sociedade civil e organizações de camponesas moçambicanas, não aceitam que o ProSAVANA, fosse implementado como foi inicialmente concebido (ver capítulo 4).

#### **3.2.1.1- Projeto de Investigação (PI)**

Esta é a componente de investigação do ProSAVANA e, foi um dos primeiros programas a ser implementado em Moçambique. Este programa, arrancou oficialmente em 2011, ano em que o programa foi tornado público. Este programa, tinha em vista a investigação agrária em Moçambique, e segundo os documentos oficiais, seria materializado através da transferência de tecnologias feita pela EMBRAPA, o que terminaria com a componente de implementação da modernização agrícola do Corredor de Nacala. Este programa tinha também em vista, gerar “alternativas sustentáveis de produção” visando maximizar o uso dos recursos naturais do Corredor de Nacala. Das atividades realizadas no Corredor de Nacala, destacam-se as seguintes:

- a) Estudo de sistemas de cultivo e transferência de tecnologia;
- b) Testes e introdução de variedades;
- c) Capacitação institucional do IIAM, formação e treinamento de investigadores do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, que tem em vista dotar Moçambique de cientistas capazes de gerar técnicas e tecnologias indutoras da soberania alimentar e nutricional;
- d) Levantamentos hidrográfico do Corredor de Nacala;
- e) Mapeamento do uso de terras, e entre outras atividades<sup>50</sup>.

Neste processo, vários produtores dos distritos da província de Nampula com apoio técnico do Brasil e financeiro do Japão, começaram a produzir culturas como soja,

---

<sup>50</sup> Alguns destes aspectos já eram mencionados por Mosca & Bruna (2015).

milho, mandioca e entre outras culturas. Destas culturas, a soja é apontada como sendo a que teve maior preferência dos produtores (ver MOSCA & BRUNA, 2015). Neste processo, houve também iniciativas de criação de aves, sobretudo, francos, além de várias promessas que os camponeses tiveram da JICA.

Nesta fase de implementação do ProSAVANA, foram promovidas as supostas boas práticas que incluem, “agricultura de conservação”, a consociação de culturas, o manejo integrado da fertilidade dos solos, controlo integrado de pragas e doenças e gestão pós-colheita. Os resultados dessas atividades, estão a ser compilados em manuais técnicos que, além de ser uma base de dados, os mesmos, serão utilizados pelos investigadores do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique) nos próximos estudos.

Com o decorrer do programa, prevê-se ainda a realização de outras atividades ligadas ao fortalecimento das investigações no ramo agropecuária, cujo objetivo é o de fazer com que o sistema de investigação agrária de Moçambique, seja cada vez mais forte a partir do Corredor de Nacala<sup>51</sup>. Para tal, levará um contínuo processo de treinamento de recursos humanos do IIAM por forma a dar suporte o manejo de novas tecnologias, que serão introduzidas ao longo do programa no Corredor de Nacala. As autoridades moçambicanas nesta fase do programa, preconizaram mais os ganhos institucionais. Portanto, com este intercâmbio institucional, esperam ainda que o IIAM, fique cada vez mais forte no ramo de “pesquisas agropecuárias” e talvez reconhecida a nível da África, com ambições de um dia, ser como a EMBRAPA que é reconhecida mundialmente como líder no ramo de pesquisas agropecuárias.

Talvez seja a partir dos conhecimentos “tecnológicos” que supostamente terão de “graça” até terminar o programa, fiquem eles próprios a tropificar a soja e o milho (ambas culturas transgênicas) na savana moçambicana. Esta fase de implementação do ProSAVANA, foi marcada também com a inauguração em 2015, pelo presidente da república, Filipe Jacinto Nyusi, do primeiro laboratório de análise de solos e plantas da região norte, na cidade de Nampula. Este laboratório, permitirá a realização de análises científicas, algo que antes só era possível fazer na cidade de Maputo.

### **3.2.1.2- Projeto de Extensão e Modelos (ProSAVANA-PEM)**

Esta componente do ProSAVANA, estava a ser desenvolvida simultaneamente com a componente de investigação (ProSAVANA- PI). Esta componente do projeto,

---

<sup>51</sup> O estudo de Mosca & Bruna (2015) faz também as mesmas constatações.

tinha por objetivo a criação de modelos e o fortalecimento do serviço de extensão agrária com vista ao desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala. Em Moçambique os serviços de extensão rural, além de ser deficientes e a sua distribuição geográfica ser desigual, depara-se também com a falta e/ou redução de profissionais desta área. A tabela 19 oferece uma visão geral sobre a distribuição da rede pública de extensão rural no país.

**Tabela 18. Número de extencionistas dos serviços da rede pública de extensão rural em Moçambique por província até primeiro semestre de 2012**

Províncias	1º Semestre de 2011	1º Semestre 2012			Total de crescimento (%)
		Total	H	M	
Cidade de Maputo	22	14	14	0	-37
Maputo	75	75	51	24	0
Gaza	66	101	89	12	53
Inhambane	75	100	79	21	33
Manica	63	72	62	10	14
Sofala	78	87	79	8	12
Tete	42	68	61	7	62
Zambézia	113	96	92	4	-15
Nampula	155	168	158	10	8
Cabo Delgado	97	136	130	6	40
Niassa	46	51	49	2	11
<b>Total</b>	<b>832</b>	<b>968</b>	<b>864</b>	<b>104</b>	<b>16</b>

Fonte: Organizado pelo autor com base em ORAM (2012)

Como podemos observar na tabela 19, até 2012 segundo o relatório da ORAM, o país possuía 968 extencionistas, destes 168 em Nampula, 96 na Zambézia e 51 no Niassa. Como se observa, a província do Niassa entre as três abrangidas pelo ProSAVANA, é a que apresenta menor número de extencionistas. A ORAM em seu relatório de pesquisa, apresenta uma situação específica de alguns distritos afetados pelo ProSAVANA e mostra a mesma situação marcada por uma fraca cobertura dos extencionistas da rede pública [veja a tabela 20].

**Tabela 19. Número de extencionistas dos serviços provinciais de extensão rural público em alguns distritos no Corredor de Nacala**

Província	Nampula	Extensionistas		Total
	Nampula	Malema	5	11
		Ribáue	6	
	Niassa	Cuamba	3	7
		Mandimba	4	
<b>Total Geral</b>		<b>18</b>		

Fonte: Organizado pelo autor com base em ORAM (2012)

A tabela 20, mostra um pouco do que acontece por quase todo o Corredor de Nacala, que é marcado pela fraca presença de profissionais de extensão rural da rede pública. Como podemos ver na tabela 20, apenas 18 extencionista em 4 distritos e

olhando para a demanda, este número poderá se menor. Aliás, a falta de assistência aos produtores, sobretudo, o acesso a extensão rural, é tido como sendo um dos principais fatores que contribuem para a fraca produção e produtividade da agricultura moçambicana. Havendo essa falta, um dos desafios do programa nesta fase, era, portanto, a criação de condições favoráveis no sentido de aprimorar o sistema de extensão rural. Nesta fase, participaram insituições dos três países, dentre eles: (i) Japão – Oriental Consultants COM, Ltd, NTC, International CO, Ltd, Task., Ltd; (ii) Brasil – Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER); e (iii) Moçambique – Direção Nacional de Extensão Agrária (DNEA) (ver FINGERMANN, 2014).

Esta atividade culminou com a implantação de um campo de demonstração e/ou experimental na província de Niassa. Nesta componente, foram testados e validados vários modelos de apoio produtores. A validação destes modelos, foi materializado através da transferência de tecnologias e também pelo apoio ao desenvolvimento de capacidades das organizações de produtores. Até 2015, as atividades que estavam a decorrer no Corredor de Nacala, encontram-se distribuídas em 5 modelos de implementação. Dentre estes modelos destacavam-se:

- i. Modelo para as comunidades rurais;
- ii. Modelo para as associações de produtores;
- iii. Modelo para as cooperativas agrárias;
- iv. Modelo para a produção por contrato, e;
- v. Modelo para o agro-processamento.

Mosca e Bruna (2015), destaca que o principal exemplo foi aplicação do modelo 2 no caso das associações Maria da Luz Guebuza e Namuáli. No âmbito das atividades executadas neste programa, houveram associações que se beneficiaram do(s) fundo(s) do ProSAVANA (veja tabela 26). Portanto, vários cenários caracterizaram esta fase de implementação do ProSAVANA, entre eles destacam-se os seguintes:

- a) O número reduzido de extensionistas face as áreas cultivadas e ao potencial na zona do programa
- b) Baixa qualificação e necessidade de rejuvenescimento dos extensionistas;
- c) Baixo nível de aderência ou adoção de inovações;
- d) Fraca dotação orçamental para equipar os extencionistas com material de trabalho (motas e outros)

e) Ineficiente alocação de extencionistas sem consideração pelo peso, importância e potencial produtivo de cada distrito, como por exemplo o caso de Ribaué e Malema” (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 18).

No decorrer das atividades do ProSAVANA-PEM, houveram associações de produtores que se beneficiaram de moto-bombas, assésórios e entre outros materiais em forma de empréstimos. De acordo com Mosca e Bruna (2015), destas associações de produtores, destacam-se a Associação Maria da Luz Guebuza a de Namuáli. A ideia principal, era que o material ora alocado, pudesse ser partilhado pelas duas associações e num período de dois anos, pudessem pagar um valor de cerca de 60 mil meticais pagas em prestações de 15 mil meticas por cada associação e em cada ano (ver MOSCA & BRUNA, 2015). No decorrer das atividades, as duas associações tiveram problemas de logísticas, sobretudo, na partilha da motobomba.

Um dos principais problemas segundo Mosca e Bruna (2015), estava no transporte da motobomba de uma associação para a outra e a Associação Namuáli, é que acabou não se beneficiando, embora tenha assinado o contrato com a equipe do ProSAVANA-PEM. Além destes problemas, está também o atraso no financiamento de algumas associações de produtores que tanto se queixaram da morosidade do processo. Os produtores organizados em associações no Corredor de Nacala, dada a morosidade no processo de financiamento, acusavam os executores do programa sobretudo, da contraparte moçambicana, de pretender desviar o(s) fundo(s) do ProSAVANA para o seu próprio benefício.

Este fato, foi revelado por José Domingos, que é produtor de Algodão a quando do debate realizado em Julho de 2014, no qual se fazia reflexões sobre os possíveis impactos do ProSAVANA na vida das famílias afetadas. Dizia ele no seu discurso que,

“Não estou agastado com o ProSAVANA, mas sim com as pessoas que usam o nome dos produtores para ficarem nos gabinetes com o dinheiro. Fala-se do ProSAVANA há dois anos, mas os produtores não sabem o que é isso e já perderam a esperança. Os produtores estão à espera do dinheiro e nunca mis aparece<sup>52</sup>”.

O mesmo cenário, foi também revelado por um produtor e membro do associação IAPACA que opera na província de Nampula, no distrito de Malema, e segundo ele,

Um camponês, estão lhe dizer que vão apoiá-lo em valor monetário. [Em contrapartida] o próprio governo não sabe explicar, [e] também não sabe apoiar pessoas organizadas em associações. Fala-se de dinheiros, de crédito e não crédito, é uma grande mentira<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> *O país Económico*, 25 de Julho de 2014, p. 2.

<sup>53</sup> Entrevista cedida no dia 16/01/2016 via celular.



Portanto, estes são uma parte dos problemas que marcaram esta fase de implementação do ProSAVANA, além de outros de natureza social, relacionados com os conflitos de terras resultantes dos testes de modelos propostos para o desenvolvimento do agronegócio (ver capítulo 5).

### **3.2.1.3- Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala (ProSAVANA-PD)**

Para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, foi elaborado um documento que pudesse orientar as suas atividades. O ProSAVANA-PD, é tido como “uma guia global do programa que deve indicar medidas e atividades necessárias para melhorar e modernizar a agricultura, gerando valor agregado e promovendo diversas atividades econômicas relevantes para a agricultura e para o desenvolvimento territorial (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 19). O ProSAVANA-PD, foi (como até Dezembro de 2016 continuava sendo) um dos documentos apresentados pelos executores do programa mais rejeitados pelas organizações da sociedade civil, sobretudo, as da «*ala anti-ProSAVANA*». Importa destacar que este documento, já teria sido elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, e só foi conhecido em Maio de 2013, depois deste, ter “vazado” na *internet*.

Foi graças a este “vazamento”, que as organizações da sociedade civil moçambicanas e organizações de camponeses, se inteiraram dos reais objetivos da territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Logo que este documento “vazou” na *internet*, levantou muito “barulho” em Moçambique que, chegou até a extrapolar as fronteiras nacionais (ver capítulo 4). Este documento, é que fez com que as organizações da sociedade civil e organizações de camponeses em Moçambique, despertassem atenção sobre o caráter oculto, paradigmático e contraditório do ProSAVANA.

Metodologicamente, o ProSAVANA em termos de ações neste documento, já estavam desenhadas. O mesmo, já apresentava também uma lista de projetos que posteriormente seriam implementados tanto pelo setor público, assim como o privado cujo suposição, era, portanto, de alcançar a produtividade de Moçambique (ver MORAIS, 2014). A agenda oculta que este documento, que teve como seu elaborador, a Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), fez com que, o ProSAVANA, se tornasse num dos programas mais contestados tanto localmente, como fora de Moçambique, sobretudo, no Brasil e no Japão (ver capítulo 4).

As organizações da sociedade civil e organizações de camponeses, tiveram grande papel neste processo, pois graças a isso, os executores do ProSAVANA, foram obrigados a “dialogar” com outros segmentos sociais, sobretudo, os camponeses, embora classificado como sendo para o *inglês ver* (ver capítulo 4). Como veremos mais em diante, os executores do programa estavam mesmo decididos em implementar o ProSAVANA a força, baseando-se no Plano Diretor de 2013, fato que obrigou as organizações da sociedade civil moçambicanas, a unirem forças junto as organizações de camponeses para barrar todas as atividades no Corredor de Nacala, fato que se materializara em 2015, com a sua “paralisação”.

Este braço de ferro levou, portanto, os executores do programa (Brasil, Japão e Moçambique) a baixar seus “ânimos” de querer implementar o programa a força, apenas com o “rascunho” do Plano Diretor de 2013 que foi elaborado sem realizar-se consultas públicas prévias como a lei de terras moçambicana estabelece (ver capítulo 4). Foi a partir daí, que os executores do ProSAVANA decidem junto das organizações da sociedade civil elaborar um “novo” Plano Diretor com o nome de *Plano Diretor para o desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala*, cujo publicação foi em 2015.

Este documento, só foi elaborada depois de muita pressão feita pelas organizações da sociedade civil e organizações de camponeses nacionais e internacionais, estas últimas compostas por as do Brasil e do Japão. Importa destacar que, mesmo sendo “versão zero”, o mesmo não escapou os vícios na sua execução. Os mesmos erros que estiveram presentes no Plano Diretor de 2013, prevaleceram neste novo documento, a destacar, a falta de democracia, transparência e, exclusão das organizações da sociedade civil, de camponeses e suas lideranças, sobretudo, no processo da auscultação e/ou de consultas públicas (ver capítulo 4).

As organizações da sociedade civil e organizações de camponeses exigiram que este “novo” documento, fosse ainda reelaborado, pelo fato de mostrar-se ainda excludente e, focado para a produção em grande escala e não familiar. Aliás, algumas organizações da sociedade civil, exigiram que o mesmo documento, fosse a ser resumido e este processo começou no ano de 2016, com perspectivas de terminar no primeiro semestre de 2017. Para estas organizações, por o documento apresentar muitas páginas (que são cerca de 200), não dificulta a leitura, mas também rouba muito para lê-lo.

Importa referenciar que, quanto ao Plano Diretor de 2013 elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), informações dão conta que este, não passou

pela Assembleia da República moçambicana para a sua aprovação. O mesmo, nem foi debatido e/ou analisado pelos demais deputados de outras bancadas parlamentares, que representam o povo, os casos da RENAMO (*Resistência Nacional de Moçambique*) e do MDM (*Movimento Democrático de Moçambique*), respectivamente.

O Plano Diretor versão zero de 2015, embora tenha passado pela Assembleia da República, não houve quase nenhuma discussão e/ou debate, apenas foi apresentado e aplaudido pela bancada majoritária da Frelimo como se estivesse a dar bons resultados tanto para a economia moçambicana, como para a vida das pessoas. A quando da sua apresentação na Assembleia da República, José Pacheco, ministro da Agricultura e Segurança Alimentar “em resposta a uma das perguntas colocadas pela Frelimo” afirmou que o ProSAVANA “já apresenta resultados encorajadores em várias culturas, tais como milho, soja e mandioca<sup>54</sup>”. Por exemplo, diz-se que,

“Naquela quarta-feira, José Pacheco dirigiu-se ao pódio, ignorou todos os formalismos protocolares da Assembleia da República (AR), o que irritou particularmente a bancada da Renamo, e pôs-se a falar, em tom alto e de imponência do ProSAVANA como um plano já em implementação, o que, a ser verdade, deixa transparecer que o Governo tem estado a fazer consultas públicas só para o inglês ver<sup>55</sup>”.

Esses aspectos, levaram também as organizações da sociedade civil e organizações de camponeses, a intensificarem as suas lutas e resistências contra a implementação do ProSAVANA (ver capítulo 4). O pior disso, o Plano Diretor elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), não apresentava algum detalhamento em termo de conteúdos e pela “grandeza” do programa, este ocultava várias questões, sobretudo, de natureza socio-antropológico e ambiental do lugar. Já o Plano Diretor versão zero de 2015, embora problemático, faz alguma radiografia aceitável do lugar, isto é, algum detalhe mostrando pelo menos algumas características físico-geográficas, sociais, econômicas, culturais e ambientais do lugar, fator que o faz ser um pouco mais abrangente em termos de assunto quando comparado com o elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos).

### **5.1.2- Esquema de financiamento do ProSAVANA**

Para o ProSAVANA avançar com as suas atividades no Corredor de Nacala, foi montado um esquema de financiamento, sobretudo, para financiar os produtores selecionados. Em 2012, foi criado um fundo conhecido pelo nome de «**Fundo de**

---

<sup>54</sup> *Jornal @ Verdade*, terça-feira 28 de Julho de 2015, edição nº 348, p. 1.

<sup>55</sup> *Jornal @ Verdade*, terça-feira 28 de Julho de 2015, edição nº 348, p. 2.

**Nacala**». O objetivo do Fundo de Nacala, é de implementar projetos agroindustriais e de infraestruturas em Moçambique, sobretudo, na região do Corredor de Nacala. A estimativa do fundo de Nacala quando foi lançado, era de que junto aos financiadores, fosse a conseguir arrecadar um valor de cerca de US\$ 2 bilhões. Este investimento, seria captado por iniciativas privadas, isto é, do Brasil de onde viria um valor de cerca de US\$ 1 bilhão e do Japão de onde também viria o restante valor de cerca de US\$ 1 bilhão.

Os principais financiadores desta iniciativa, provêm de fundos de pensão, fundos de investidores e empresas do agronegócio. O financiamento dos produtores moçambicanos será em forma de empréstimos através de “juros preferenciais”, isto é, “com taxas de juros em torno de 2% a 5% ao ano, dependendo da cultura agrícola selecionada<sup>56</sup>”. O Fundo de Nacala, foi um projeto que teve a Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos) como seu “arquiteto” e a ideia era que fosse gerido “em conjunto com a 4I. GREEN, consórcio brasileiro de especialistas neste tido de negócio<sup>57</sup>”.

Este fundo tem como parceiros, a Agência de Cooperação Brasileira (ABC), a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO), a Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil-Moçambique (CCIABM) e o Ministério da Agricultura se Segurança Alimentar (MASA).

Embora, houvesse alguns acadêmicos brasileiros a defenderem que Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), não tinha nenhum interesse no ProSAVANA, como o fez Natália N. Fingermann, mas nota-se uma ligação direta desta instituição brasileira, com o Fundo de Nacala. Num passado recente, este fato travou debates e embates, envolvendo a pesquisadora e professora universitária japonesa, Sayaka Funada-Classen a qual analisava a participação do Japão no ProSAVANA, com a acadêmica brasileira Natália N. Fingermann. Tudo começa quando Natália N. Fingermann, escreve e publica em 2013 o seu texto de duas páginas intitulado “*Os mitos por de trás do ProSAVANA*” na revista do IESE (Instituto de Estudos Sociais e Econômicos) em Moçambique.

Além da autora mediatizar o debate, este artigo foi muito usado para a legitimação do ProSAVANA tanto pelas autoridades japonesas como moçambicanas (ver

---

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/9/2012/mercado-negócios/fundo-nacala-participacao-do-brasil-do-agronegocio-brasileiro-na-africa>. Acesso: 10/10/2016.

<sup>57</sup> Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/8/2012/conteudo-especial/fundo-nacala-fgv-lanca-fundo-pioneiro-de-investimentos-em-agrogenócio>. Acesso: 10/10/2016.

FUNADA-CLASSEN, 2013b). Em resposta a esse texto, Sayaka Funada-Classen (2013b), demonstrou que, o que eram *mitos* do ProSAVANA para Natália N. Fingermann, para ela, eram os verdadeiros *mitos* que estão sendo ocultados dentro do programa, o que sob ponto de vista do modelo de produção em questão, é verdade (ver capítulo 5).

Lembre-se que Natália N. Fingermann, afirmou que a ideia segundo a qual o ProSAVANA era réplica do PRODECER, que iria usurpar terras dos camponeses e que iria criar conflitos entre o campesinato e o agronegócio, eram para sim mitos. Nesse texto, Natália N. Fingermann afirma que “**O PD também não tem qualquer ligação com o Fundo Nacala**” (p. 2, grifo meu). Baseando-se em entrevistas realizadas em Moçambique, a autora, faz a seguinte afirmação:

Os policy-makers moçambicanos entrevistados indicaram que **o Fundo Nacala é uma iniciativa independente da FGV Projetos**, apoiada pelo governo de Moçambique, com o intuito de viabilizar crédito rural à agricultura familiar, assim como atrair grandes investidores na área da agricultura comercial (FINGERMANN, 2013, p. 2, grifo meu).

Essa afirmação acaba sendo falsa na medida em que, por exemplo, o Diretor da Fundação Getúlio Vargas, César Cunha durante o lançamento do Fundo de Nacala afirma que “queremos levar recursos para uma região rica, porém escassa em alimentos<sup>58</sup>”. Se a função da FGV Projetos, era de desenhar apenas o Plano Diretor, podemos questionar, como é que ela encontra-se envolvida na internacionalização do capital através de financiamento de projetos de fazendeiros brasileiros? Ainda durante o lançamento do fundo de Nacala em Brasília, tal como outras instituições, a FGV Projetos se envolveu em apresentações públicas tanto do ProSAVANA, como do Fundo de Nacala. Neste contexto, a Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), seria uma via para a movimentação de recursos para Moçambique. Podemos questionar, a Natália N. Fingermann, se este não seria um papel duplo da FGV Projetos no âmbito da implementação do ProSAVANA? Será que a Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), não tem interesses mesmo como a Natália N. Fingermann pretende nos informar?

A figura 8, extraída do texto de Funada-Classen (2013b) mostra o envolvimento da Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos) no Fundo de Nacala e ela mesma terá afirmado que enquanto a EMBRAPA encontra-se “no desenvolvimento de pesquisa agrícola, a FGV Projetos” encontra-se “na execução do Plano Diretor com o qual se

---

<sup>58</sup> Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/9/2012/mercado-negocios/fundo-nacala-participacao-do-brasil-do-agronegocio-brasileiro-na-africa>. Acesso: 10/10/2016.

estabelecerá as diretrizes para o desenvolvimento da região<sup>59</sup>”. A questão que se é a seguinte, como justificar que a Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos) não tem ligações com o ProSAVANA.

**Figura 8.** Ilustração da participação do FGV Projetos tanto no Fundo de Nacala como no ProSAVANA



**Fonte:** Extraída de Funada-Classen (2013b).

Esse caso “bicudo” envolvendo a Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), levou Moraes (2014, p. 66) a afirmar que “extraoficialmente o ProSAVANA é ligado ao chamado fundo de Nacala”, pois para a autora, é “um fundo de investimento voltado para o desenvolvimento agrário em larga escala do corredor” (Idem). O lançamento do Fundo de Nacala que teve duas fases, a primeira em Brasília e a segunda em Moçambique, provou que a implementação do ProSAVANA, é moldada por interesses geopolíticos. Mas, há uma particularidade nestes interesses, além destes estarem camuflados por discursos desenvolvimentistas, apontam também como beneficiário “número um”, os produtores afetados pelo ProSAVANA, embora seja outro paradoxo que o programa recria.

É um paradoxo porque a própria FGV Projetos, referiu que a agricultura capitalista “é uma atividade económica de alto risco” e como “forma de minimizar os riscos, é trazer pessoas que têm conhecimento e experiência – e essas pessoas são os brasileiros” (CHICHAVA et al., 2013, p. 430, grifo meu). Isto leva-nos, a concluir que, não serão os moçambicanos a fazê-lo, mas sim, produtores majoritariamente brasileiros, já eles são tidos como experientes nessa matéria. Sobre o Fundo de Nacala, a Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos) afirma o seguinte:

“O fundo de Nacala é uma iniciativa inédita no planeta, porque além de reunir um forte pacote institucional, capaz de reduzir a percepção de riscos

<sup>59</sup> Idem.

do investidor estrangeiro, traz um modelo de negócio com retorno financeiro atrativo<sup>60</sup>.

Como podemos ver, o Fundo de Nacala, não exatamente o que se tem dito, que visa financiar os produtores moçambicanos, que se integrarão ao modelo de produção imposto pelo ProSAVANA, mas sim, é uma iniciativa global. Aliás, os próprios brasileiros ao lançarem esta iniciativa, afirmaram, por exemplo, que **“sem o Brasil este projeto [o ProSAVANA] não funcionaria, todo o pacote tecnológico e agroindustrial é nosso”** e acrescentam que **“a experiência que nós temos do Pró-Cerrado vai ser transferida para o Pro-Savana<sup>61</sup>”** (grifo meu). O atual presidente do Brasil, Michel Temer terá afirmado na altura que **“este lançamento revela a importância econômica do Fundo de Nacala para as relações dos dois países<sup>62</sup>”**.

Há, no entanto, um entusiasmo do lado brasileiro, sobretudo, por parte do coordenador de projetos da FGV Projetos, Cleber Lima Gurany, de que o Fundo de Nacala **“representa um exemplo inovador de desenvolvimento regional”** e que **“poderá, ser bem sucedido”**, e caso deia certo em Moçambique, poderá **“ser aplicado em outras regiões do planeta<sup>63</sup>”** (grifo meu). Por exemplo, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro, terá afirmado também que **“o Brasil prova com este fundo que, além de grande exportador de alimentos, se tornou também um grande transmissor de tecnologia e conhecimento”** (ZAIA, 2012, grifo meu).

Mais uma vez, está aqui uma construção ideológica por parte das autoridades brasileiras. Fica aqui uma ideia de que o Brasil é líder na matéria da agricultura tropical, pois se afirma que sem a presença brasileira, o ProSAVANA seria um fracasso. As autoridades brasileiras justificam isso, pelo alto poderio tecnológico que o Brasil apresenta, sobretudo, para o setor da agricultura. Isto revela apenas, como é que a tecnologia é usada pelo Brasil para empreender as chamadas relações de poder em outros territórios. As autoridades brasileiras adiantam também com previsões, onde alegam que esta experiência será bem sucedida em Moçambique e que a partir daí, será aplicada em outros territórios.

Como avançamos na seção anterior, no Corredor de Nacala foram criados modelos de desenvolvimento agrícola. A criação destes modelos implicava o seu teste

---

<sup>60</sup> Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/9/2012/mercado-negócios/fundo-nacala-participacao-do-brasil-do-agronegocio-brasileiro-na-africa>. Acesso: 10/10/2016.

<sup>61</sup> Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-04/brasil-e-japao-criam-fundo-de-investimento-para-producao-de-alimentos-em-mocambique>. Acesso: 10/10/2016.

<sup>62</sup> O País, sexta-feira, 20 de Junho de 2012.

<sup>63</sup> Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/9/2012/mercado-negócios/fundo-nacala-participacao-do-brasil-do-agronegocio-brasileiro-na-africa>. Acesso: 10/10/2016.

por forma a verificar o seu funcionamento. Para tal, houve a necessidade de criar-se internamente um fundo o qual poderia ser usado para financiar as primeiras empresas e/ou associações de produtores rurais tidas como “amostra”. Para tal feito, foi criado o «Fundo para a Iniciativa do Desenvolvimento do ProSAVANA (FID)». Como se pode ver na tabela abaixo, o «Fundo para Iniciativas do Desenvolvimento do ProSAVANA» faz parte de um listas de instituições de crédito que foram criadas em Moçambique para responder a demanda [veja tabela 21].

**Tabela 20. Instituições financeiras para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala**

Nome	Nome de Provedor de serviço	Grupo Alvo	Área de Estudo	Taxas de juros para fins dos usuários
<b>Esquema público</b>	Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)	Pequenos e médios produtores	Todo Moçambique	5%/Ano
	Fundo do Desenvolvimento Agrário (FDA)	Produtor de média e pequena escala	Todo Moçambique	10%/Ano
	Fundo de Iniciativas de Desenvolvimento (FID)	Produtores de média escala, agronegócio e associações.	Todos os distritos afetados	10%/Ano
<b>Bancos de Microfinanciamentos</b>	Banco Oportunidade de Moçambique, SA (BOM)	Produtores e grupo de produtores	Nampula, Zambézia, etc.	3%/mês
	Banco Pro Credit, AS	Negócio de média e pequena escala.	Nampula, Zambézia, etc.	3%/mês (individual)
<b>Operadores de micofinanças (ONG)</b>	Ass. Moç. para o Desenvolvimento Rural (AMODER)	Agronegócio, comércio e negócio; empresas rurais	Nampula, Niassa e Zambézia.	4%/mês (individual)
	Kulima	Agronegócio incluindo produtores em particular as mulheres	Zambézia	3%/mês (individual)
	OPHEVELA	População que não tem acesso a serviços bancários formais	Nampula	10%/mês

**Fonte:** Organizado pelo autor com base em MASA (2015).

A criação deste «Fundo para Iniciativas de Desenvolvimento do ProSAVANA», baseou-se nos seguintes objetivos:

- a) Criar novos modelos de desenvolvimento agrícola, tendo em conta o ambiente natural e os aspectos económicos e sociais, buscando o desenvolvimento agrícola/rural/regional, orientado para o mercado com uma vantagem competitiva e;



b) Criação de emprego através do investimento e melhoria de cadeia de valor agrícola<sup>64</sup>.

Para que esse processo de teste dos modelos criados avançasse, foi também identificada uma empresa que pudesse canalizar os fundos para tais empresas e/ou associações de produtores rurais. Até sua criação, o fundo era gerido pela «*Gapi-Sociedade de Investimentos*». Informações retiradas do *site* da Gapi-SI, revelam que o «*Fundo para a iniciativa do desenvolvimento do ProSAVANA (FID)*»,

“É um programa subscrito em setembro de 2012 entre o Ministério da Agricultura [e Segurança Alimentar], a Gapi-SI e testemunhado pela JICA com o objetivo de testar modelos de apoio a comunidades rurais e pequenas empresas do setor do agronegócio no Corredor de Nacala, para que estas elevem a sua capacidade na promoção de alimentos e culturas de rendimentos através de melhor acesso de tecnologia e capital<sup>65</sup>”.

Tal como o «**Fundo de Nacala**», o «**Fundo para a iniciativa do desenvolvimento do ProSAVANA (FID)**», diz ter “**a finalidade de melhorar as condições de vida dos habitantes do Corredor de Nacala, através de uma agricultura sustentável e inclusiva<sup>66</sup>**” (grifo meu). Numa primeira fase, foi orçado um valor estimado em cerca de *22 milhões de meticais* o qual visava financiar pequenas e médias empresas. Deste valor, cerca de *11,5 milhões de meticais*, foi alocado às respectivas empresas beneficiárias. Como resultado dos modelos testados “foram financiadas 5 empresas que na sua globalidade integram mais de mil produtores de pequena escala, beneficiando cerca de 5 mil pessoas<sup>67</sup>”.

No ano de 2012 segundo informações contidas no *site* da Gapi-SI, o programa beneficiava “produtores dos distritos de Alto-Molócue (Zambézia), Meconta Murrupula, Mogovolas e Ribáuè (Nampula) e numa visão futurista da empresa, destacava que “na próxima fase do programa deverá abarcar produtores de alguns distritos da província de Niassa e uma parte Nampula<sup>68</sup>”. A tabela 22 lista algumas empresas e/ou associações de produtores rurais beneficiárias do Fundo para Iniciativa do Desenvolvimento do ProSAVANA (FID), sob gestão da Gapi-SI.

---

<sup>64</sup> Disponível em: <http://gapi.co.mz/o-que-fazemo/os-nossos-servicos/pro-savana>. Acesso: 11/10/2016.

<sup>65</sup> Disponível em: <http://gapi.co.mz/o-que-fazemo/os-nossos-servicos/pro-savana>. Acesso: 11/10/2016.

<sup>66</sup> Disponível em: <http://gapi.co.mz/o-que-fazemo/os-nossos-servicos/pro-savana>. Acesso: 11/10/2016.

<sup>67</sup> Disponível em: <http://gapi.co.mz/o-que-fazemo/os-nossos-servicos/pro-savana>. Acesso: 11/10/2016.

<sup>68</sup> Disponível em: <http://gapi.co.mz/o-que-fazemo/os-nossos-servicos/pro-savana>. Acesso: 11/10/2016.

**Tabela 21. Empresas e/ou associações de produtores beneficiárias do Fundo do ProSAVANA**

Empresa	Local	Finalidade	Status	Principais culturas	Nº de produtores contratados	Área cultivada (há)	Valor em Mts
<b>(2012-2013)</b>							
Lozane Farms	Alto Molocué	Compra de insumos, fundo de manejo	Em progresso	Soja e vegetais	418	350	2.500
Matharia Empreendimentos	Ribaue	Compra de um tractor e equipamento, reabilitação de um armazém	Em progresso	Soja e vegetais	242	100	1.640
IKURU SARL	Nampula	2 tractores, compra de produtos (gergelim e amendoim)	Em progresso	Gergelim, amendoim e feijão nhemba	6	200	2.860
Oruwera Seed Company	Mugovolas; Murrupula; Nampula	Compra de insumos, fundo de manejo	Em progresso	Milho, amendoim e gergelim	48	400	2.800
Santos Agrícola	Namialo	Instalação de estufas e um sistema de rega, produção de hortícolas	Em progresso	Vegetais	35	10	1.680
<b>(2013-2014)</b>							
Morais Comercial	Iapala	Produção de semente	Desembolsado em Dez 2013	Milho, soja, amendoim, feijão	Espera-se 120	600	s.d
Fórum de Iapaca	Malema	Comercialização de milho e gergelim	Ainda não foi desembolsado contrato aguada regulamentação da Ata da AG	Milho e gergelim	300 membros	200	s.d

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base Mosca e Bruna (2015); Clements (2015) e Schlesinger (2013).

Segundo informações avançadas pela Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), das associações beneficiárias do «*Fundo para Iniciativa do Desenvolvimento do ProSAVANA (FID)*», encontra-se também a “Associação Maria da Luz Guebuza no Ribaue” que “recebeu uma moageira<sup>69</sup>”. Não se sabe o certo se ambos os fundos, têm os mesmos agentes financiadores ou não. Como nos referenciamos anteriormente, no mesmo ano que se lança o «*Fundo de Nacala*», também em Moçambique lançava-se o «*Fundo de Iniciativas para o Desenvolvimento do ProSAVANA (FID)*». A confusão que surge aqui, reside pelo fato de um, neste caso, o *Fundo de Nacala*, também em Moçambique lançava-se o «*Fundo de Iniciativas para o Desenvolvimento do ProSAVANA (FID)*», ter começado a financiar os tais modelos criados que consistiu no seu teste e o outro não.

Não se sabe o certo também, se esse teste, significa a preparação dos produtores locais para mais tarde estes, disputarem com os que virão de fora, que provelmente serão financiados pelo *Fundo de Nacala*. Parece que o «*Fundo de Nacala*», está alinhado somente para atender os grandes investidores de fora, sobretudo, os grandes produtores e o «*Fundo de Iniciativas para o Desenvolvimento*» do ProSAVANA, transparecer estar apenas alinhado aos produtores locais, sobretudo, os médios e as associações de produtores em formação. Portanto, várias leituras podem ser feitas para entender este processo, mas a verdade, é que ele, transformou-se num verdadeiro paradigma.

<sup>69</sup> Entrevista cedida no dia 16/01/2016.

## **CAPÍTULO 4**

### **PROSAVANA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS EM MOÇAMBIQUE**

Este capítulo, analisa os desdobramentos do ProSAVANA, sobretudo, a reação das organizações da sociedade civil, de camponeses e suas lideranças face da implementação do programa. Também descreve-se neste mesmo capítulo, a reação dos executores do programa em face das críticas dos atores sociais acima mencionados. Além das *metamorfoses* do discurso que levou a territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala, analisa também os meandros da ideia de existência de terras “livres” e “subutilizadas” e reação dos camponeses e das suas lideranças em relação a essas alegações. Em finalmente, analisa os meandros do processo de auscultações e/ou consultas pública realizadas no âmbito da implementação do ProSAVANA.

#### **4.1- Não ao ProSAVANA: entre as críticas às resistências das organizações da sociedade civil e de organizações de camponeses em Moçambique**

“Apesar da subordinação e conivência do executivo de Armando Guebuza face aos interesses capitalistas do Japão, os moçambicanos reagiram fortemente e estão decididos a manter-se na vanguarda popular para impedir o avanço do Programa ProSAVANA. O povo compreende muito bem o que está em jogo e por quê” (VUNJANHE, 2016).

Na história de Moçambique, o ProSAVANA, não é o único programa que se viu enfrentado pelas organizações da sociedade civil e organizações de camponeses. Pelo contrário, faz parte da lista de vários programas do ramo do agronegócio em cursos no Corredor de Nacala, que têm sido severamente criticados por estes atores sociais. Desde o ano de 2012, o ProSAVANA, tem sido alvo de muitas críticas, tanto por parte de acadêmicos, como de movimentos sociais e as resistências contra a sua implementação, como veremos mais em diante, ganharam novos contornos, a partir do ano de 2013. De um momento para o outro, o ProSAVANA, tornou-se num dos programas mais contestados em Moçambique e com repercussões internacionais. Nestas resistências, juntaram-se também as congregações religiosas e alguns acadêmicos, fato que fortaleceu as ações de luta contra a sua implementação no Corredor de Nacala.

Não menos importante, foi o apoio que as organizações de camponeses moçambicanas, receberam dos movimentos sociais brasileiros e japoneses, respectivamente. Esse apoio, teve um papel importante na consolidação das lutas e resistências contra a implementação do ProSAVANA. Importa destacar ainda que, diferentemente dos movimentos sociais japoneses, os do Brasil, terão se instalado em Moçambique, como são os exemplos da FASE/Brasil e da Justiça Global, onde

localmente, entravam na desconstrução do ProSAVANA, embora as autoridades brasileiras alegassem que era, portanto, uma das suas experiências de “sucesso”, sobretudo, em termos de políticas públicas.

Neste processo, outros movimentos sociais brasileiros viajavam para Moçambique quase em todos os eventos, que tinham como objeto de análise o ProSAVANA. A União Nacional de Camponeses (UNAC), através da sua seção de Nampula, a União Provincial de Camponeses (UPC), reconhece a importância dos movimentos sociais brasileiros, não apenas na consolidação das suas lutas e resistências contra a implementação do ProSAVANA, como também o seu grau de solidariedade. A pronta disponibilização de informações referente aos desdobramentos do PRODECER no cerrado brasileiro, é um dos principais fatores que leva esta organização de camponeses, a mostrar-se grato pelos movimentos sociais brasileiros. Vamos ler o seu depoimento:

Nós como associação temos nossas voltas, temos nossas fontes de buscas de informação. Temos nossos companheiros que estão no Brasil. Temos também camponeses associados que nos fornecem essas informações, apesar de que nós não precisamos ir para lá, mas temos informações fiéis que dizem que essa cara que está sendo trazida para Moçambique em nome de desenvolvimento, é o mesmo que aconteceu no Brasil e que existe movimento de camponeses sem-terra<sup>70</sup>.

Neste depoimento, não só, se observa o espírito solidário dos movimentos sociais brasileiros, sobretudo, para estes precaverem-se dos possíveis impactos negativos do ProSSAVANA. Pelo contrário, o seu grau de socialização com as organizações de camponeses moçambicanas, tanto nas suas diversas lutas e resistências e lutas, como no repasse de informações necessárias para o seu fortalecimento. Em um documentário organizado pela UNAC e a ORAM, realizado no ano de 2013 no município de Lucas do Rio Verde no Estado do Mato Grosso, estes aspectos já eram mencionados. Todas às famílias entrevistadas, além dos conselhos que deram a Moçambique, como «*Estado-Nação*», chamaram ainda atenção sobre a possibilidade de reprodução dos efeitos nefastos do PRODECER, em termos «*socioambientais*»<sup>71</sup>.

Para fortificar suas lutas e resistências, as organizações de camponeses, se têm juntado a outras organizações da sociedade civil. Chegaram a construir uma frente para a defesa dos direitos sociais dos cidadãos, junto aos recursos naturais. Esta frente se chamou «*Plataforma das Organizações da Sociedade Civil*» cujo objetivo, era, no entanto, posicionar-se contra a implementação do ProSAVANA, sobretudo, nos moldes em que este foi concebido. Segundo explica o representante deste órgão associativo,

<sup>70</sup> Entrevista realizada no dia 15/01/2016.

<sup>71</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jUKmyKf5E0k>. Acesso: 25/12/2016

“A plataforma é um mecanismo de coordenação das ações das organizações da sociedade civil. Ela é formada através de redes temáticas, ou seja, ela só funciona por redes temáticas. Cada organização tem a sua gênese. Neste contexto, as redes elas se agrupam aquelas ligadas à saúde, educação estão juntas; aquelas ligadas ao meio ambiente, recursos naturais, agricultura estão juntas. Então, estas transformam uma plataforma. Ela não é um mecanismo legal, quer dizer como uma instituição legalizada, etc. Ela apenas [...] funciona com um secretariado que é eleito de dois em dois anos. Os escritórios são rotativos porque temos medo de cooptação do poder político de Moçambique. Agora todo o funcionamento da plataforma, está dentro da ORAM e a presidência está na solidariedade. A plataforma não tem uma agenda própria, tem agenda das redes. Vamos falar dessa situação do ProSAVANA, por exemplo, é um tema da agricultura e recursos naturais, então a plataforma absorve quando já o tamanho, é para discutir com o governo, com ministro, então, a plataforma aparece a dar *umbrela* a rede<sup>72</sup>.”

Importa referenciar ainda que, só foi por via dessa união, que foi possível pressionar os executores do ProSAVANA a repensar, já que as suas reivindicações estavam a ser ignoradas. Foi também graças a essa dinâmica de lutas e resistências, que o ProSAVANA, foi motivo de debate no parlamento japonês para mais tarde, avançar-se com diálogo junto as organizações da sociedade civil moçambicanas, embora tenha sido um “esquema” para a cooptação destes últimos [veja mais em diante]. Dos aspectos que estiveram por de trás destas lutas e resistências, destacam-se, a não realização prévia de auscultações e/ou consultas públicas, exclusão das organizações da sociedade civil, de organizações de camponeses e dos próprios camponeses afetados no processo de tomada de decisão.

A falta de “democraticidade”, transparência e o alto grau de omissão de informações relacionados com o ProSAVANA, foram entre outros aspectos que estiveram na origem das lutas e resistências em Moçambique. Já que muitas políticas públicas e estratégias de desenvolvimento do setor da agricultura, têm estado a acumular falhas recorrentes em termos de implementação, as organizações da sociedade civil, junto às de camponeses, acharam esse enfrentamento, como via para que não fossem mais uma vez, como meros espectadores. Para este grupo, era também uma forma de evitar que este o ProSAVANA, desembocasse novamente na lista “gigantesca” dos programas virados para o desenvolvimento agrícola, fracassados em Moçambique.

Por exemplo, a ORAM, chegou até a questionar o governo moçambicano, o seguinte: se **“várias políticas [agrárias] falharam, será que o ProSAVANA, é a varinha mágica que vai tirar o setor familiar da dependência? Vai transformar a agricultura moçambicana, a produzir milho, soja e cana-de-açúcar?”**<sup>73</sup>. Nestas lutas

---

<sup>72</sup> Entrevista realizada no dia 17/01/2016.

<sup>73</sup> Entrevista realizada no dia 16/01/2016.

e resistências, organizações de camponesa, procuravam ainda compreender a essência do ProSAVANA, não só sob ponto de vista de a segurança alimentar, como também, com a questão de a soberania alimentar, uma vez que, nem no discurso dos executores do programa, e muitos menos no Plano Diretor, se reflete esta preocupação. Não menos importante, estava também, à alegação segundo a qual, no Corredor de Nacala existiam grandes extensões de terras “livres” e “subutilizadas”, quantificadas em cerca de 14,5 milhões de hectares. Este fato acabou se constituindo num dos principais motivos de questionamentos por parte das organizações de camponesas, sobretudo, a UNAC, ORAM e a ADECRU.

Outro ponto de discórdia como avançamos no capítulo 3, estava relacionado com o Plano Diretor de 2013, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), que não considerou as especificidades do Corredor de Nacala, sobretudo, a forma como as populações se organizam espacialmente e fazem a gestão dos seus territórios. Estas lutas e resistências, além de terem levado o “cancelamento” das atividades do programa, forçaram em 2015, como referenciamos anteriormente, os executores do ProSAVANA, a iniciarem a elaboração de um “novo” Plano Diretor junto as organizações da sociedade civil e de outros atores sociais.

Com a elaboração deste novo documento, foi proposto também que fossem realizadas “novas” auscultações e/ou consultas públicas ao longo do Corredor de Nacala. A falta de consenso sobre a implementação do ProSAVANA, entre os executores do programa e as organizações da sociedade civil, começam, portanto, a fazer-se sentir em 2012, sobretudo, com o pronunciamento da União Nacional de Camponeses (UNAC). Neste pronunciamento, a UNAC, argumentava que,

“nós camponesas e camponeses, condenamos a forma como foi elaborado e se pensa implementar o ProSAVANA, caracterizado pela reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações de camponeses” (UNAC, 2012, p. 1).

De acordo com Vicente Adriano e Jeremias Vunjanhe (2015),

“o pronunciamento da UNAC baseou-se na evidência de contradição entre sistemas de produção camponeses quando são comparados com os propostos pelo agronegócio, que representa uma proposta ostensiva e imperialista com vista à captura dos territórios e modos de vivências das comunidades do Corredor de Nacala” (ADRIANO & VUNJANHE, 2015, p. 80).

Este braço de ferro, entre os executores do ProSAVANA e as organizações da sociedade civil e de camponeses, permaneceu nos anos subsequentes, sobretudo, até todo o ano de 2016 e isso, foi constatado durante a pesquisa de campo. No mês de Outubro de 2016, a ADECRU (Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das

Comunidades Rurais), junto de outras organizações da sociedade civil, denunciou o incumprimento dos acordos alcançados durante o processo negocial. Por causa disto, as organizações da sociedade civil moçambicanas, se sentem “burladas” pelos executores do programa, sobretudo, pelo governo japonês, o qual propôs o diálogo como mecanismo para o entendimento.

Importa referenciar ainda que, até dezembro de 2016, informações davam conta que o processo de implementação do ProSAVANA, ainda estava refém dos reajustes, sob exigências das organizações da sociedade civil, por forma a colocá-lo mais “inclusivo” e orientado para o “desenvolvimento sustentável”. Essa forte oposição das organizações da sociedade civil ao ProSAVANA, não significava que, estavam contra o desenvolvimento do país, embora houvesse essa interpretação no seio dos executores do programa. Pelo contrário, as suas críticas e reivindicações, estavam contra o modelo de produção proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, o agronegócio. Um dos representantes da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN), por exemplo, reiterou que,

Tem que ficar claro e acho que é a mensagem grande que nós temos avançados. Nós como movimento camponês em Moçambique, não estamos contra o desenvolvimento, mas o modelo de desenvolvimento. Mas também, vir investidor em Moçambique, na província de Nampula ou na zona norte em nome de desenvolvimento e criar injustiças [sociais] como tais que estão acontecendo atualmente, que é tirar os camponeses das suas zonas de produção em nome de desenvolvimento, todos os camponeses cá na região norte e Nampula em particular, estamos contra essas atitudes<sup>74</sup>.

O mesmo posicionamento, é partilhado também por um dos representantes da ORAM, onde afirma que,

Pisar a população que já foi pisada pelo colono também não. O nosso não, não é dizer que nós estamos a impedir os investimentos em Moçambique. Nós como ORAM, não impedimos nenhum investimento em Moçambique, só que nós temos que saber com esses investimentos, o que é que o moçambicano vai ganhar, o camponês vai ganhar o quê? O que é que nós perdemos? O nosso não é no sentido de que o camponês tem que ser comunicado, o que é que vai ganhar, o que é que vai perder para ele, entrar a saber que eu como pequeno produtor, vou ganhar isto, vou perder isto para que ele amanhã não venha reclamar. E a comunicação, não é clara, simplesmente isso. Não estamos a travar nada, mas nós queremos que as coisas sejam claras<sup>75</sup>.

E o outro, reitera ainda que,

O dinheiro não pode justificar o sacrifício que vai fazer um povo. A nossa ideia, não é dizer não ao ProSAVANA e calar-se, queremos alternativa para desenvolver a nossa agricultura. Lembro-me que até uma das palavras [dos camponeses], foi essa, não queremos um trator gigante que venha lavar as nossas terras, queremos uma multicultivadora na qual agente pega diz que

---

<sup>74</sup> Entrevista realizada no dia 14/02/2016.

<sup>75</sup> Entrevista realizada no dia 22/05/2016.

está a ir a machamba para poder produzir. Então, o que eles na verdade queriam dizer, é que olha, não venha um programa tão gigante, mas que fortaleça aquela nossa habilidade de produzir<sup>76</sup>.

Como se pode ver nos três depoimentos, há unanimidade que as organizações da sociedade civil, sobretudo, as de camponeses, ao declarem uma luta contra a implementação do ProSAVANA, era por causa do modelo de desenvolvimento agrícola proposto para o Corredor de Nacala e não contra o desenvolvimento do país, embora tenham sido apelidados de anti-desenvolvimentistas ao longo deste processo (veja seção 4.2). O ano de 2013, foi o “pico”, em termos de consolidação das lutas e resistências contra a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Em Junho de 2013, o *jornal O País*, colocava como notícia de destaque a, “**Sociedade civil anuncia mobilização contra a privatização da terra**”<sup>77</sup> (grifo meu).

Graça Samo, do Fórum Mulher, na altura terá afirmado que, “**depois de muito se refletir, concluiu-se que o assunto terra preocupa a todos os setores da sociedade**” e “**o ProSAVANA, um programa milionário de agronegócio, foi identificado pela sociedade civil como um assunto de agenda comum**”<sup>78</sup> (grifo meu). Ainda de acordo com este *jornal*, nesta mobilização, estiveram presentes, mais de trinta (30) organizações da sociedade civil, nacionais e estrangeiras. Por exemplo, as organizações da sociedade civil moçambicanas ao denunciar o ProSAVANA, entendiam que a sua implementação no Corredor de Nacala traria,

“Impactos negativos irreversíveis para as suas famílias, tais como o surgimento de famílias e comunidades sem-terra, como resultado dos processos de expropriação de terras e consequentes reassentamentos, frequentes convulsões sociais e conflitos sócio-ambientais nas comunidades ao longo do Corredor de Nacala; o agravamento e aprofundamento da miséria nas famílias das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência e existência”<sup>79</sup>.

Durante este encontro, Alice Mabota, presidente da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), terá afirmado também que, assim como foi no passado,

“**estamos dispostos a mais um sacrifício para podermos dizer não a venda da terra, não à privatização da terra e não ao ProSAVANA que nada vai trazer aos moçambicanos, se não alimentar as potências que têm um visão futurista**”<sup>80</sup> (grifo meu).

Alice Mabota, terá acrescentado ainda que “**o problema de terra é de todos nós, porque qualquer cidadão precisa de um pedaço de terra**”<sup>81</sup> e finalizou questionando

---

<sup>76</sup> Entrevista realizada no dia 15/02/2016.

<sup>77</sup> *Jornal O País*, terça-feira, 30 de Julho de 2013.

<sup>78</sup> *Jornal O País*, terça-feira, 30 de Julho de 2013.

<sup>79</sup> *Jornal O País*, terça-feira, 30 de Julho de 2013.

<sup>80</sup> *Jornal O País*, terça-feira, 30 de Julho de 2013.

<sup>81</sup> *Jornal O País*, terça-feira, 30 de Julho de 2013.



que, **“quem nos garante que depois destas terras serem exploradas, vão retornar aos camponeses nas mesmas condições?”**<sup>82</sup> (grifo meu). Anabela Lemos, da Justiça Ambiental, afirmou que, **“a experiência do Brasil foi errada”**. Em 2014, sobretudo, em representação da Justiça Ambiental, num debate que tinha em vista a reflexão do ProSAVANA, destacou que **“não concordamos com os moldes seguidos para fazer o ProSAVANA porque só olha para o lado do agronegócio”**<sup>83</sup> (grifo meu). Presente neste encontro de 2013, e em representação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, não ficou de fora do debate, já que ele conhece (de perto) as contradições do modelo de produção em questão (a partir da América-Latina, sobretudo, do Brasil).

O acadêmico, terá alertado que caso o ProSAVANA, fosse implementado nos moldes em que foi concebido, **“Moçambique poderá viver aquilo que se chama de maldição de abundância”**<sup>84</sup> (grifo meu). Para ele, **“o que está em causa, neste momento, é um processo vasto de usurpação de terra, expulsão dos camponeses, de destruição ambiental”**<sup>85</sup> (grifo meu). O acadêmico e economista moçambicano, João Mosca, também se socializou com esta causa, tendo mais tarde entrado no debate. Aliás, a instituição a qual dirige, o Observatório do Meio Rural (OMR), desde que o ProSAVANA se implantou no Corredor de Nacala, vem desenvolvendo estudos com um olhar criticista, sobretudo, em do modelo de produção proposto.

João Mosca, entende que, **“o ProSAVANA é um programa necessariamente exportador e que visa a maximização dos lucros”**, tendo alertado ainda que, ele, é um **“modelo de agricultura que tem um impacto ambiental e social negativo para os camponeses”**<sup>86</sup> (grifo meu). As críticas que o ProSAVANA sofria, eram também percebidas no Brasil e os meios de comunicação social locais, faziam a questão de divulga-las. Em um artigo publicado na Folha de São Paulo, em 2013, de autoria de Anesi e Fama, como *notícia*, destacava o, **“Projeto agrário apoiado pelo Brasil é alvo de críticas em Moçambique”**<sup>87</sup>. Neste artigo, as autoras afirmaram o seguinte:

“um projeto de produção de alimentos em Moçambique, com financiamento do Brasil, vem recebendo críticas de pequenos agricultores e entidades deste país do leste africano, ex-colônia portuguesa. No caso do ProSAVANA, o

---

<sup>82</sup> *Jornal Alternativa*, terça-feira, 30 de Julho de 2013 - Edição nº 1546

<sup>83</sup> *Jornal o País*, 2014.

<sup>84</sup> *Jornal O País*, terça-feira, 30 de Julho de 2013.

<sup>85</sup> *Jornal O País*, terça-feira, 30 de Julho de 2013.

<sup>86</sup> Informação retirada em: <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/89-parar-com-prosavana-e-redefinir-politicas-agricolas-inclusivas-e-sustentaveis-exigem-os-povos-de-mocambique-japao-e-brasil>. Acesso em: 25/11/2015.

<sup>87</sup> Anesi & Fama (2013, p. 1).

receio é o de que multinacionais do agronegócio tomem áreas para promover monoculturas de milho, soja, algodão e cana-de-açúcar, entre outras), aniquilando pequenas lavouras de subsistência e criando uma massa de trabalhadores sem terra<sup>88</sup>,”

Além de esta notícia ter denunciado, um esquema de estrangeirização de terras em Moçambique a favor do agronegócio brasileiro, foi também a partir deste momento que “**as primeiras denúncias mais difundidas e uma atenção maior na mídia moçambicana e internacional quanto ao ProSAVANA**” (CALMON, 2014, p. 96, grifo meu). William, vice-presidente da CONTAG, durante a «*Conferência Triangular dos Povos*» subordinado ao tema «*Parar com o ProSAVANA e redefinir políticas agrícolas inclusivas e sustentáveis – exigem os povos de Moçambique, Japão e Brasil*», realizado na cidade de Maputo, afirmou que através do ProSAVANA,

“O Brasil exporta os malefícios do mau uso da terra, mas só no ano passado havia cerca de 16 milhões de pessoas vivendo na pobreza e passando fome naquele país da América do Sul. Isso é algo para se refletir e Moçambique deve repensar se pretende continuar a produzir a soja para exportação ao invés de investir na agricultura familiar dando assistência técnica, créditos e organizar a comercialização. Foi o que nós como sociedade civil exigimos no Brasil, e Moçambique pode usar essa experiência”, partilhou aquele camponês brasileiro<sup>89</sup>.

Uma leitura similar a este sobre o ProSAVANA foi feita também por Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes (2012), intitulado “*Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique*”, embora Natália N. Fingermann (2013), em seu texto “*Os mitos por trás do ProSAVANA*”, tenha surgido a criticar, alegando ser uma falsidade. Vários outros trabalhos (artigos) com visões criticistas sobre o ProSAVANA, foram sendo publicados em *sites da internet*, apontavam que ele, era a materialização exata do que pode se chamar, *neocolonialismo brasileiro em Moçambique*. Neste contexto, surge um artigo de Adelson Rafael intitulado «*Neocolonialismo brasileiro em Moçambique*». Neste artigo, o autor, afirma:

“O neocolonialismo brasileiro em Moçambique certamente não contribuirá com o desenvolvimento socialmente justo deste país. Se, por um lado, o Brasil pode oferecer conhecimento técnico para o cultivo de sementes na savana africana, por outro o país tem a oferecer um modelo insustentável de agronegócio, baseado na monocultura, na degradação ambiental e na concentração de terras nas mãos de poucos<sup>90</sup>”.

As informações vindas do Brasil, apenas vieram despertar atenção de organizações da sociedade civil, sobretudo, as que lidam com o (meio) ambiente. A

---

<sup>88</sup> Anesi & Fama (2013, p. 1).

<sup>89</sup> Informação retirada em: <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/89-parar-com-prosavana-e-redefinir-politicas-agricolas-inclusivas-e-sustentaveis-exigem-os-povos-de-mocambique-japao-e-brasil>. Acesso em: 25/11/2015.

<sup>90</sup> Informação retirada em: <http://www.dialogosdos povos.org/es/articulos/169-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique.html>. Acesso em: 25/11/2015

Justiça Ambiental teve um papel de destaque neste processo, pois apareceu em 2013, a denunciar o ProSAVANA. Num dos seus pronunciamentos, esta organização da sociedade civil, diz o seguinte:

“O programa ProSAVANA, foi hábil e convenientemente embrulhado numa elegante linguagem “verde” e tem sido apresentado aos moçambicanos e à comunidade internacional como um programa de “desenvolvimento agrícola sustentável”, deixando completamente de lado os potenciais impactos sociais e ambientais do mesmo. [...]. A experiência mostra que os benefícios do modelo brasileiro têm sido insignificantes quando comparados aos impactos devastadores sobre a vida dos camponeses, as florestas e a biodiversidade do país” (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2013, não paginado).

As lideranças de camponeses e algumas organizações da sociedade civil, além de participarem em encontros internacionais, sobretudo, no Japão e no Brasil, embarcaram em pesquisas ao longo do cerrado brasileiro, como forma de documentar os impactos nefastos gerados pelo PRODECER, tanto sociais, como ambientais. Neste último caso, a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), foi à organização camponesa, que conduziu um estudo, intitulado «*Sustentabilidade e coexistência pacífica no uso e aproveitamento de terras em Moçambique: os contornos do ProSAVANA*», que foi publicado em 2012. Neste estudo, a ORAM, aponta várias atrocidades tanto sociais, como ambientais do PRODECER e chama atenção, sobre a possível reprodução destes aspectos em Moçambique.

A União Nacional de Camponeses (UNAC), em parceria com a ORAM, lançaram em 2013, um documentário intitulado «*PROSAVANA E A FACE OCULTA DO PRODECER*». Este documentário, foi realizado no município de Lucas do Rio Verde, no estado do Mato Grosso, no Brasil. Neste documentário, estas organizações de camponeses através dos resultados da pesquisa, denunciam também várias atrocidades do PRODECER, de caráter social e ambiental e, ainda reportaram os conflitos socioambientais presentes até os dias atuais no campo brasileiro. Neste documentário, as comunidades entrevistadas, que são na sua maioria camponesas, não deixaram de chamar atenção ao governo moçambicano, sobretudo, no risco que as famílias do Corredor de Nacala, incorrem com a introdução deste programa em seus territórios.

O ano de 2013, foi também o ano em que as organizações da sociedade civil moçambicanas, elaboraram uma carta aberta com título «*Carta aberta para deter e refletir de forma urgente o programa ProSAVANA*», como forma de protesto a sua implementação no Corredor de Nacala. Esta carta foi endereçada ao então, presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, a então, presidente da República

Federativa do Brasil, Dilma Rousseff e ao Primeiro-ministro Japonês Shinzo Abe. Nesta carta, as organizações da sociedade civil moçambicanas, descreviam o seguinte:

“Nós camponeses e camponesas de Moçambique, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil solicitamos e exigimos uma intervenção urgente de V. Excias Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, na qualidade de mandatários legítimos dos vossos povos, com o objetivo de travar de forma urgente a lógica de intervenção do Programa ProSAVANA que trará impactos negativos irreversíveis para as famílias camponesas”.

Mesmo com esta iniciativa, as organizações da sociedade civil moçambicanas, foram ignoradas, tendo os três governos se mantido em silêncio. Informações obtidas durante a pesquisa de campo em 2016, dão conta que os três governos tiveram acesso à carta e mais tarde a mesma foi publicada na *internet* para o acesso livre aos interessados. Esta a carta, foi entregue diretamente ao governo japonês, isto no Japão, uma vez que se tratava do financiador (majoritário) do programa. De acordo com a ORAM, a carta aberta, não foi respondida pelo governo japonês, embora tenha sido entregue a este país asiático, mas sim, o governo moçambicano foi quem a respondeu, um ano depois, isto em 2014.

A resposta feita pelo governo moçambicano a carta aberta enviada pelas organizações da sociedade civil, não agradou as organizações da sociedade civil, uma vez que esperavam uma resposta satisfatória ao enviar a carta aos três governos. As lideranças da ORAM, apontam que, **“a carta foi respondida um ano depois, mas o tom da resposta, foi não existe nada para se responder, porque o plano diretor e as questões que estão espeladas no programa ProSAVANA, são legítimas”<sup>91</sup>**. Esta resposta feita pelo governo moçambicano, é apontado como sendo um dos motivos que, fez com que as lutas e resistências contra a implementação do ProSAVANA, se agudizassem.

Este cenário equacionado ao silêncio dos três governos que prevaleceu após o envio da carta aberta e ao avanço das atividades do programa no Corredor de Nacala, obrigou também as organizações da sociedade civil, a lançarem a **«Campanha Não o ProSAVANA»** (veja figura 3) e tinha em vista, a paralização de todas as atividades relacionadas com o ProSAVANA. Este movimento social, embora fragmentado após ter sido empreendida a chamada *“estratégia de cooptação”* das organizações da sociedade civil, como veremos mais em diante, ele ainda resiste e continua a denunciar as ações obscuras e as contradições do ProSAVANA no Corredor de Nacala

---

<sup>91</sup> Entrevista realizada no dia 16/01/2016.

Figura 3. Logotipo usado pelas organizações da sociedade civil durante as lutas e resistências



Fonte: <http://adecru.wordpress.com>. Acesso: 08/12/2016

As organizações da sociedade civil, ao lançarem esta campanha em 2013, justificavam que se tratava “**de uma campanha para mostrar o governo, que a sociedade civil está unida nesta luta pela justiça e pela igualdade de partilha da terra**”<sup>92</sup> (grifo meu). Por exemplo, Graça Samo, do Fórum Mulher, defendeu que a tal campanha, visava “**despertar as comunidades sobre a necessidade de defender os seus direitos**”<sup>93</sup> (grifo meu). Esta ativista social, terá afirmado ainda, que em Moçambique até então, “**não está escrito que a terra está a ser privatizada, mas a forma como os investimentos estão acontecer mostra claramente que nos próximos anos os camponeses vão ficar sem terra**”<sup>94</sup> (grifo meu).

Como podemos ver na figura 8, a ideia principal das organizações da sociedade civil, quando se juntaram às organizações de camponeses, era que tudo, sobretudo, o que já havia sido feito e/ou desenhado em torno do ProSAVANA, pudesse ser colocado na lixeira e iniciar-se um novo processo. Este novo processo na prática, significava a elaboração de um novo programa, que albergasse e/ou correspondesse às necessidades das populações afetadas no Corredor de Nacala e também, houvesse a realização de novas auscultações e/ou consultas públicas. Por exemplo, um dos representantes da ORAM, deixou ficar o seguinte argumento:

Então, encosta-se o ProSAVANA, começa-se a produção de um novo modelo. Agora se o governo japonês e o governo brasileiro, decidirem apoiar

<sup>92</sup> *Jornal O País*, terça-feira, 30 de Julho de 2013.

<sup>93</sup> *Jornal Alternativa*, terça-feira, 30 de Julho de 2013 - Edição nº 1546.

<sup>94</sup> *Jornal Alternativa*, terça-feira, 30 de Julho de 2013 - Edição nº 1546.

esta nova proposta, tudo bem, se não, é que se procure novos parceiros que estejam dispostos a apoiarem esta iniciativa que seja legítima dos produtores e dos camponeses ao longo do Corredor de Nacala<sup>95</sup>.

E finaliza, realçando que,

“Os camponeses estão a dizer não ao ProSAVANA, tudo o que está dentro do quadrado ProSAVANA, modelo de crédito, empréstimo, esta questão de atribuição de DUAT's que está muito camuflada dentro do ProSAVANA. A ideia é que tudo, o que está dentro do quadrado ProSAVANA, ser encostado, seu dinheiro ser [também] encostado. Começamos um estudo de base para perceber quais são as necessidades do camponês, o camponês não disse que quer produzir soja em grandes quantidades, não disse isso, o camponês não disse que quer produzir milho. O camponês tem as suas culturas prioritárias e cada cultura, varia de região para região, porque é que vamos obrigar um Corredor inteiro a produzir culturas das quais não determinam o seu processo de subsistência?<sup>96</sup>”.

Essa campanha, foi o marco de um longo período de lutas e resistências feitas pelas organizações da sociedade civil, organizações de camponeses, congregações religiosas e entre outros segmentos sociais. Essa oposição ao ProSAVANA, prevaleceu até todo o ano de 2016. A ADECRU (Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais), lançou em 2015 e 2016 dois documentários intitulados «*Terra usurpada, vidas roubadas*» e «*Somos carvão?*», respetivamente, demonstrando alguns impactos negativos do ProSAVANA sobre as comunidades. Enquanto as organizações da sociedade civil, criticavam o ProSAVANA, as suas vozes eram ignoradas pelos executores do programa e estes últimos, avançavam com algumas atividades no Corredor de Nacala. Embora, o governo moçambicano ao longo deste processo, tenha avançado que nada estava acontecer ao longo do Corredor de Nacala, a ORAM diz ser um discurso falso. Segundo esta organização de camponeses,

É verdade que o governo diz que o ProSAVANA ainda não arrancou, que está parado, para mim, ninguém me engana que o ProSAVANA está parado. O ProSAVANA arrancou porque há um investimento que está a correr lá, não se são empresas para investigação de sementes, uma coisinha assim. Eu não acredito que aquilo não faça parte do ProSAVANA<sup>97</sup>

As empresas e/ou associações de produtores rurais financiadas em 2012 até 2014, revelam também a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Outros aspectos que ilustram este processo é, por exemplo, a inauguração do laboratório em Nampula, o campo experimental aberto em Niassa, a revitalização da cadeia logística (estradas, linha-férrea, etc), distribuição indústrias moageiras em algumas comunidades com financiamento do governo japonês (veja capítulo 3). A distribuição de indústrias moageiras, segundo as lideranças de camponeses, sobretudo, por parte da UNAC, tem

---

<sup>95</sup> Entrevista realizada no dia 16/01/2016.

<sup>96</sup> Entrevista realizada no dia 16/01/2016.

<sup>97</sup> Entrevista realizada no dia 22/05/2016.

estado a aliciar alguns dos seus representantes, pois estes, são informados que a implementação do ProSAVANA , trará benefícios. Diz um dos seus militantes que,

Por exemplo, no distrito de Alto-Molocué, a União distrital de Camponeses, o presidente é o senhor Caixão, quando foi no encontro da agricultura, ele disse que deve vir o ProSAVANA. Ele está a favor do ProSAVANA. Mas, num encontro que eles realizaram os próprios presidentes dos fóruns e da união [UNAC], foi muito criticado e assim está a correr risco de lhe tirarem, [ele] aceita o ProSAVANA porque foi entregue uma moagem e pensa que essa moagem vai mudar a sua vida enquanto nós os próprios movimentos não queremos ProSAVANA. Portanto, são esses que nos mostram que os camponeses no campo, querem ProSAVANA, mais os pequenos [produtores], não aceitam nada o ProSAVANA da maneira como está desenhado<sup>98</sup>.

Como se percebe no depoimento acima, dentro das organizações de camponeses, há pessoas que estão a favor da implementação do ProSAVANA, fato que está gerando conflitos dentro da UNAC. Como veremos mais em diante, esse favoritismo, culminou na criação do «*Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil*», onde houve também descoordenação e conflitos de interesses no decorrer do processo. Neste percurso de lutas e resistências contra a implementação do ProSAVANA, houve uma massificação em relação ao número de organizações da sociedade civil em Moçambique na luta pela justiça social no campo. Uma destas organizações é o Observatório do Meio Rural (OMR) que é também uma instituição de pesquisa em Moçambique, onde as suas atenções em termos de análises, estão viradas para o meio rural.

O representante desta instituição, afirma que “OMR teve uma posição muito crítica pela forma como as coisas estavam a decorrer<sup>99</sup>”. Segundo ele, durante o período que o ProSAVANA foi marcado por críticas o OMR “foi muito ativo pelos resultados das suas pesquisas” e diz ainda que, “também chegamos de ir lá ao Japão discutir esses assuntos<sup>100</sup>”. Outro movimento camponês que se tem destacado nos últimos dias na luta pela justiça social no campo, é a Academia para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU). A ADECURU, tem sido um braço de ferro em face a implementação e em seu *site*, tem mensalmente denunciado várias atrocidades do ProSAVANA e de outras iniciativas em curso no Corredor de Nacala (que estão ligados a este programa).

Nos documentários lançados por este movimento associativo, intitulados «*Somos Carvão?*» e «*terra usurpada, vidas roubadas*», lançados nos anos de 2015 e 2016, respetivamente, a ADECURU, denuncia os processos de usurpação e/ou expropriação de terras resultante de grandes investimentos, a começar da linha-férrea pertencente a

---

<sup>98</sup> Entrevista telefónica realizada no dia 15/01/2016.

<sup>99</sup> Entrevista realizada no dia 25/05/2016.

<sup>100</sup> Entrevista realizada no dia 25/05/2016.

mineradora brasileira Vale (do Rio Doce) que está a ser revitalizada. Esta linha-férrea, além de ter ocasionado problemas como, por exemplo, a expropriação de terras das comunidades, sobretudo, por onde passa, encontra-se a ser aumentada a sua capacidade para o escoamento tanto do carvão mineral que está a ser extraído pela Vale (do Rio Doce) no distrito de Moatize na província de Tete como para as *commodities* provenientes do ProSAVANA<sup>101</sup>.

Dada a magnitude das lutas e resistências protagonizadas pelas organizações da sociedade civil moçambicanas e estrangeiras (na sua maioria do Japão e Brasil), congregações religiosas e também por críticas feitas académicos, o ProSAVANA chegara de ser “cancelado”. Isto aconteceu porque “todas denúncias chegaram ao governo japonês<sup>102</sup>”, já que o Japão, eram quem patrocinava quase todas as atividades relacionadas com o ProSAVANA. Sobre este cancelamento, um dos representantes da UNAC, descreve o seguinte:

É que o ProSAVANA estremeceu e chegou a haver duas posições. Uma posição que era mais defendida por organizações e por alguns deputados de que o ProSAVANA deveria parar porque estava a ser bastante oneroso e estava a manchar a imagem do Japão e da JICA ao nível internacional nos seus projetos de cooperação de desenvolvimento. Mas ao mesmo tempo, houve um mau que incluía funcionários da JICA e do governo japonês que defendia que não seria um grande insucesso e, [que] seria um antecedente perigoso porque o Japão nunca teria tido um caso semelhante em que um parava por causa dos seus problemas de concepção e por causa de uma contestação<sup>103</sup>.

Comentando sobre esta matéria, o representante do Observatório do Meio Rural (OMR), deixou ficar o seguinte:

Acontece que o ProSAVANA foi suspenso, sobretudo, por decisão do parlamento japonês que cancelou financiamentos. Esse cancelamento foi um conjunto de fatores, a sociedade civil japonesa, brasileira, a sociedade civil moçambicana, reação das comunidades, etc, etc. Tudo isto fez com que os donos do dinheiro dissessem que não, vamos ter que esclarecer melhor esse assunto<sup>104</sup>.

Foi através deste braço de ferro que “a JICA decide enviar o seu diretor para África em Moçambique e este diretor quando chega aqui se reúne com um conjunto de organizações<sup>105</sup>”. Isso aconteceu momentos depois que a, “JICA solicitou mais uma chance para eles demonstrar que o programa era viável” e, em seguida “desenharam

---

<sup>101</sup> Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2016/06/27/lancamento-do-documentario-somos-carvao/>. Último acesso: 23/09/2016.

<sup>102</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.

<sup>103</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.

<sup>104</sup> Entrevista realizada no dia 25/05/2016.

<sup>105</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.



uma estratégia de comunicação<sup>106</sup>”. As lideranças de camponeses, sobretudo, por parte da UNAC, entendem que a *estratégia de comunicação* proposta pela JICA, não visava resolver o problema em si, mas sim, tinha em vista fazer a,

Limpeza da imagem da JICA que estava suja, contratar pesquisador, passa por contratar jornalistas e pessoas influentes para escreverem artigos, até para escreverem artigos para os jornais, comprar espaço de televisão e organizar debates com pessoas bem direcionadas e identificar alguém da sociedade civil que pudesse simplesmente apenas para fazer de contas. Passava também por contratar uma empresa com experiência de trabalho na sociedade civil para essa empresa fazer um levantamento e identificar dentro das organizações como os processos de tomada de decisão são feitos, quem são dentro das organizações as pessoas consideradas radicais e quais são as pessoas moderadas que tinha alguma disposição para dialogar e foi isso que foi feito<sup>107</sup>

É a partir deste “cancelamento”, que começa em Moçambique uma tentativa de reaproximação, entre os executores do ProSAVANA para com as organizações da sociedade civil. Aliás, diz-se também que os executores do ProSAVANA, consideraram as resistências das organizações da sociedade civil e de organizações de camponeses, como sendo uma “vitória” contra o programa. Segundo um dos representantes da UNAC, a MAJOL, uma das empresas de consultoria contratadas pela JICA, durante a reunião realizada nos dias 11 e 12 de Janeiro, de 2016, na cidade de Nampula, terá afirmado que **“o ProSAVANA acabou, a sociedade civil ganhou, o que é que camponeses e organizações da sociedade civil querem fazer com essa vitória? O que vocês querem fazer com 9 bilhões de meticais?”**<sup>108</sup>.

Os executores do ProSAVANA, argumentavam, por exemplo, que se vocês foram tão críticos, agora vamos juntos discutir tudo. Importa destacar ainda que, no início da implementação do programa, havia um autoritarismo, arrogância e/ou a desconsideração quase total de opiniões das organizações da sociedade civil sobre o ProSAVANA e isto é descrito por um dos militantes da ORAM. Vamos ler o seu argumento:

Eu participei no debate, como disse a luta pelo ProSAVANA é antiga. Quando a luta começou, existia toda arrogância, toda a resistência do governo provincial em aceitar qualquer que fosse a ideia que a sociedade civil tivesse para apresentar. A tentativa de aproximação entre o governo e a sociedade civil, partiu de um discurso feito pelo governador de Nampula. Ele dizia que estamos dispostos [a dialogar convosco]<sup>109</sup>.

Esgotados todos os meios possíveis e todas as formas de comunicação com as organizações da sociedade civil, os executores do ProSAVANA, trilharam por outro caminho. A cooptação, foi vista com a alternativa para fragilizar a linha dura das

---

<sup>106</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.

<sup>107</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.

<sup>108</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.

<sup>109</sup> Entrevista realizada no dia 16/01/2016.

organizações da sociedade civil dos que criticavam o ProSAVANA. Vele lembrar que, este grupo, era composta por organizações da sociedade civil integrantes da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». A ADECRU em seu *site*, descreve o seguinte:

“depois de desperdiçados mais de 560 milhões de ienes em pagamento de serviços de consultoria a concepção de um Plano Diretor que se encontra desafiado das demandas das comunidades do Corredor de Nacala e amplamente criticado e denunciado pelas organizações da sociedade civil integrantes da Campanha Não ao ProSAVANA, **a equipa de coordenação do ProSAVANA em conviência com os governos de Moçambique, do Brasil e de Japão, optam pelo aliciamento e cooptação das organizações da sociedade civil nacionais**<sup>110</sup>” (grifo meu).

A mesma fonte, destaca ainda o seguinte:

“Informações na posse da Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU) indicam que, o polémico Plano Diretor do programa ProSAVANA rejeitado pelos movimentos movimento sociais e camponeses do Corredor de Nacala. Está orçado em 786.465.000 ienes, o que equivale a 295 milhões de meticais ao câmbio do dia [em 2015]. Deste valor, entre Março de 2012 a Fevereiro de 2015, foram já gastos 560.432.250 ienes, equivalentes a 210 milhões de meticais em pagamentos em pagamentos a empresas de consultoria responsável pela elaboração do Plano Diretor. Até o ano fiscal japonês de 2014, foram pago os seguintes montantes ao consórcio de empresas de consultoria representado pela Oriental Consult Co. Ltd, contratado para a elaboração do Plano Diretor: 13.721.000 ienes em 9 de Março de 2012; 19.363.000 ienes em 16 de Outubro de 2012; 81.726.250 ienes em 18 de Janeiro de 2013; 162.093.000 ienes e, 10 de Maio de 2013; 170.118.000 ienes em 29 de Outubro de 2013; e 113.411.000 ienes em 18 de Fevereiro de 2015<sup>111</sup>”.

O tempo mostrou que o Japão, não estava disposto a perder os seus “yenes” e muito menos que o ProSAVANA, fosse a ser cancelado assim do nada. Neste processo, o Japão começou a procurar outras estratégias para fazer com que o programa avançasse com as suas atividades no Corredor de Nacala. Para tal feito, o Japão teve que usar o governo moçambicano para que internamente este, fosse articular ações com vista a facilitar para que não houvesse nenhum obstáculo e, claro, é para que o dinheiro nipônico, não fosse apenas no vácuo. Vários foram os meios usados para o processo de legitimação do ProSAVANA e uma delas, foi a cooptação das vozes críticas no seio das organizações da sociedade civil e para tal feito a “MAJOL foi contratada exatamente para implementar essa estratégia<sup>112</sup>” pela JICA. A cooptação, era também materializada através dos meios de comunicação social locais. Neste processo, eram elaborados alguns artigos e por sua vez publicados em jornais que circulam em quase todo o

---

<sup>110</sup> Informação extraída em: [https://adecru.wordpress.com/2016/01/11/depois-de-desperdicados-mais-de-560-milhoes-de-ienes-para-elaboracao-do-plano-direc-tor-do-prosavana-os-governos-optam-pela-cooptacao-da-sociedade-civil/#\\_ftn1](https://adecru.wordpress.com/2016/01/11/depois-de-desperdicados-mais-de-560-milhoes-de-ienes-para-elaboracao-do-plano-direc-tor-do-prosavana-os-governos-optam-pela-cooptacao-da-sociedade-civil/#_ftn1). Acesso: 14/10/2016.

<sup>111</sup> Informação extraída em: [https://adecru.wordpress.com/2016/01/11/depois-de-desperdicados-mais-de-560-milhoes-de-ienes-para-elaboracao-do-plano-direc-tor-do-prosavana-os-governos-optam-pela-cooptacao-da-sociedade-civil/#\\_ftn1](https://adecru.wordpress.com/2016/01/11/depois-de-desperdicados-mais-de-560-milhoes-de-ienes-para-elaboracao-do-plano-direc-tor-do-prosavana-os-governos-optam-pela-cooptacao-da-sociedade-civil/#_ftn1). Acesso: 14/10/2016.

<sup>112</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2015.

território moçambicano. Neste processo, as informações eram difundidas em forma de notícias em alguns canais televisivos. As organizações de camponeses, apontam que essa estratégia, tinha em vista rebater todos os argumentos contrários, sobretudo, aqueles que apontavam que o ProSAVANA, era um programa que vinha para prejudicar as populações moçambicanas, sobretudo no Corredor de Nacala.

Em outras palavras, a ideia com o uso dos meios de comunicação social, era exclusivamente para difundirem “boa imagem” do ProSAVANA, contrariando desta feita, a visão criticista das organizações da sociedade civil e de camponeses locais sobre este programa. Entre os meios de comunicação social usados neste processo, aponta-se a Televisão de Moçambique (TVM), a Rádio de Moçambique (RM) e o Jornal Notícias (JN). É importante referenciar que, estes meios de comunicação social em muitos casos, são os que têm respondido os interesses do partido no poder – Frelimo e, não necessariamente o interesse da sociedade moçambicana no seu todo, embora sejam estatais. Portanto, há informações que dão conta que, as notícias que passavam por estes meios de comunicação, pouco apresentavam as críticas da sociedade sobre o ProSAVANA, limitado-se apenas em colocar os discursos moderados, que mostravam o lado importante do programa para Moçambique<sup>113</sup>.

Há informações também que dão conta que, nestes meios de comunicação, publicava-se exclusivamente aquilo que fosse do interesse da sua linha editorial. Por exemplo, o *Jornal Notícias*, recusou “a publicação do comunicado” do ProSAVANA elaborado por aquelas organizações da sociedade civil, que eram contra a sua implementação, “por alegadamente ir contra a sua linha editorial<sup>114</sup>”. Sobre esta tentativa de recriação de uma boa imagem do ProSAVANA, destaca-se neste processo, o artigo do jornalista Carlos Tembe, publicado no dia 8 de Janeiro de 2016, no Jornal Notícias com título «*ProSAVANA volta a debate público*». Esta afirmação, é contraditória na medida em que tanto estudos empíricos, como organizações da sociedade civil e organizações de camponeses, partilham a ideia de que, desde que este programa se implantou no Corredor de Nacala, nunca foi publicamente debatido.

Neste artigo, o autor descreve o discurso do Governador da província de Nampula, Vítor Borges, onde tenta trazer a ideia de que o governo moçambicano,

---

<sup>113</sup> Para uma leitura mais detalhada, leia em: [https://adecru.wordpress.com/2016/01/11/depois-de-desperdicados-mais-de-560-milhoes-de-ienes-para-elaboracao-do-plano-direc-tor-do-prosavana-os-governos-optam-pela-cooptacao-da-sociedade-civil/#\\_ftn1](https://adecru.wordpress.com/2016/01/11/depois-de-desperdicados-mais-de-560-milhoes-de-ienes-para-elaboracao-do-plano-direc-tor-do-prosavana-os-governos-optam-pela-cooptacao-da-sociedade-civil/#_ftn1). Acesso: 14/10/2016.

<sup>114</sup> Disponível em: <http://www.pambazuka.org/pt/lan-environment/mo%C3%A7ambique-campanha-%E2%80%9Cn%C3%A3o-ao-prosavana%E2%80%9D-considera-fraudulento-o-processo-de-redesenho-e-de-auscultações-públicas-do-plano-director-do-prosavana>. Acesso: 07/12/2016.

sobretudo, de Nampula não queria conduzir o ProSAVANA, isoladamente, mas sim, ele queria também que as comunidades se envolvessem. Esta, é outra contradição, uma vez que o programa, já estava a ser desde que foi tornado público em 2011, a ser conduzido sem, no entanto, o envolvimento das populações afetadas. Neste artigo, Carlos Tembe se (con)centra boa parte do seu tempo, apenas em mencionar os supostos impactos visíveis do ProSAVANA, a iniciar do laboratório que foi inaugurado em Nampula, pelo presidente da república, Filipe Jacinto Nyusi, em 2015 no âmbito deste programa<sup>115</sup>. O autor em nenhum momento faz uma leitura crítica do programa (talvez a sua linha de análise não era essa) e muito menos faz menção os problemas de expropriação de terras, que na altura estavam a acontecer no Corredor de Nacala por algumas empresas financiadas pelo fundo do ProSAVANA (veja capítulo 5).

Este artigo, é tido pelas organizações de camponeses, sobretudo, pela UNAC, ORAM e ADECRU, como uma autêntica lavagem cerebral e ao mesmo tempo, como uma tentativa de confundir a opinião pública e de tentar trazer uma imagem positiva de que o ProSAVANA, é uma “maravilha” para os moçambicanos, sobretudo, do Corredor de Nacala<sup>116</sup>. Como avança um dos representantes da UNAC, o artigo escrito por “Carlos Tembe foi um dos processos mais abertos de cooptação<sup>117</sup>”, empreendido pelo executores do ProSAVANA. Enquanto estes meios de comunicação social procuravam letigimar o ProSAVANA desta forma, do outro lado, os críticos eram identificados e alguns deles convidados para lugares secretos. Este processo de cooptação empreendido pelos executores do ProSAVANA, teve resultados positivos na medida em que conseguiram enfraquecer as organizações da sociedade civil, sobretudo, aquelas que a sua posição continuava “*Não ao ProSAVANA*”.

Com o avanço do processo de cooptação, começaram a haver também contradições internas em termos discursivos, onde representantes de uma determinada organização, passaram a criticar os posicionamentos de membros de outras organizações. Em outras palavras, houve desordem quase total no seio das organizações da sociedade civil, com a instauração deste processo, o que de certo modo, levou o enfraquecimento delas na sua luta contra o ProSAVANA. Este processo, foi nada mais, nada menos, que aquilo que se chama “dividir para reinar”, na medida em que os

---

<sup>115</sup> Disponível em: <https://www.Jornalnoticias.co.mz/index.php/caderno-de-economia-e-negócios/49171-prosavana-volta-a-debate-publico>. Acesso:14/10/2016.

<sup>116</sup> Para uma leitura mais detlhada, veja em: <https://www.Jornalnoticias.co.mz/index.php/caderno-de-economia-e-negócios/49171-prosavana-volta-a-debate-publico>. Acesso:14/10/2016.

<sup>117</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.

executores do ProSAVANA, procuravam dentro das organizações da sociedade civil, identificar aquelas que pelo menos, apresentavam discursos moderados, daí a sua aliança com este grupo. Com o advento da estratégia de cooptação, surge em Moçambique duas *alas* antagónicas no seio das organizações da sociedade civil, sobretudo, na sua forma de pensar e de agir em face do processo de implementação do ProSAVANA. Este processo, levou o surgimento da «*ala anti-ProSAVANA*» e a «*a ala pro-ProSAVANA*».

A primeira, permaneceu na luta contra o ProSAVANA e como justificação, entende que este programa, é um presente “envenenado” e que a sua implementação, coloca o futuro de milhões de famílias rurais no Corredor de Nacala nas incertezas. Este grupo, era composto pela União Nacional de Camponeses (UNAC), Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU), Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), Justiça Ambiental, Fórum Mulher, Liga dos Direitos Humanos, Livangingo entre outras que se juntaram a causa após a intensificação das lutas e resistências no Corredor de Nacala. Um dado importante a destacar neste processo, foi a “oscilação” em termos de posicionamento da UNAC nas suas ações de combate aos discursos dominantes, isto é, das ações dos executores do ProSAVANA e a seguir explicaremos.

No início do processo, a UNAC, era uma das organizações de camponeses mais radicais e isto, se notou com o seu pronunciamento em 2012, com as articulações feitas com outras organizações da sociedade civil e/ou movimento sociais nacionais para a elaboração da carta aberta endereçada aos três governos em 2013. O documentário produzido em colaboração com a ORAM no cerrado brasileiro no ano de 2013 e o relatório de pesquisa elaborado em conjunto com a GRAIN em 2015, também mostrou esse lado cristista da UNAC contra a entrada do capital no Corredor de Nacala, sobretudo, o ProSAVANA. Com a instauração do processo de cooptação, embora tenha denunciado várias vezes em comunicados de imprensa as injustiças sociais no decorrer do processo de implementação do ProSAVANA, a UNAC, revelou-se com discursos mais modestos que anteriores e isto, abre debate sobre a sua cooptação.

Este processo, fez com que a UNAC, perdesse forças no combate ao ProSAVANA. O despedimento de alguns dos seus membros que ocorreu após o encontro de 11 e 12 em Nampula, como veremos mais em diante, demonstra também a cooptação da UNAC por interesses da classe dominante. Se a UNAC, fosse um movimento independente e autônomo, não aceitaria a proposta que recebeu, para o

despedimento dos seus militantes, após a “confusão” de 11 e 12 de Janeiro de 2016. O mandato de despedimento dos seus membros, apenas mostra que a UNAC, é subalterna a hegemonia do poder político (nacional). Como descreve um dos ativista visados,

Repare que na sala chegaram a fazer um apelo direto para a presidente da UNAC, dizendo que não éramos funcionários da UNAC, que deveriam ter cuidado conosco e deveríamos ser expulsos. Não quero estabelecer nenhuma correlação de forças, dois, três meses depois a UNAC decidiu terminar o contrato conosco<sup>118</sup>.

João Mosca (2014b), tem uma explicação sobre este assunto, vamos lê-lo:

No caso de Moçambique, têm existido, por parte do poder, dificuldades de assumir organizações com posicionamentos diferentes dos discursos e das práticas oficiais. [...]. Com isso, pretende-se evitar que existam organizações não totalmente alinhadas com o partido no poder e o respectivo governo, que possuam alguma capacidade de mobilização e influência social (mosca, 2014b, p. 22).

Informações dão conta que estes ativistas, ora despedidos pela UNAC, foram os que mais criticaram o ProSAVANA, dentro e fora de Moçambique. Estes ativistas, demonstraram aos executores desta iniciativa, sobretudo, o Brasil e Japão, que as suas ações, era obscuras em Moçambique e que o governo moçambicano, estava a defender um programa que nem se quer participou a sua elaboração. Não estamos a dizer que a UNAC, não tem uma visão criticista quanto a entrada do ProSAVANA e de outras iniciativas relacionadas com o agronegócio. Pelo contrário, em Moçambique a UNAC, é um dos movimentos de camponeses que tem lutado bastante pela justiça social no campo, mas ela perdeu a sua soberania quando, aceitou que os seus membros fossem despedidos, pelo fato destes terem, confrontado a classe dominante, neste caso, os executores do ProSAVANA.

Já a «*ala pro-ProSAVANA*», era composta por aquelas organizações que eram tidas como “meninos bonitos” e/ou os mais modestos nos seus discursos. Ou seja, aquelas organizações que passaram a acreditar que pode haver «*ganhos mútuos*» entre os produtores locais e o ProSAVANA, mediante as “boas práticas” e, são estas que mais tarde passaram a criticar os integrantes da «*ala anti-ProSAVANA*». A maior parte destas organizações, como veremos mais em diante, são as que mais tarde se juntaram aos executores do ProSAVANA para a criação do «*Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil – MCSC*», em fevereiro de 2016. Além destas organizações, estiveram presentes na assinatura do memorando que criou o MCSC, o governo japonês através da JICA, o governo brasileiro através da ABC e o governo de Moçambique através do MASA (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar). A criação deste mecanismo,

---

<sup>118</sup> Entrevista realizada no dia 20/05/2016.

preconizava “ajudar a equipa [de execução] do ProSAVANA a viabilizá-lo, isso passa por preparar e mobilizar as comunidades locais a aceitar o programa<sup>119</sup>”. Informações dão conta ainda que o mecanismo, beneficiou de um valor de cerca de **206. 277 mil dólares norte-americanos** e este financiamento, foi efetuado pela JICA. Este valor, tinha por objetivo fortalecer as atividades do MCSC na revisão do “master plan” do ProSAVANA por forma a clarificá-lo<sup>120</sup>, como também para “fazer um mapeamento das comunidades<sup>121</sup>” ao longo do Corredor de Nacala.

Aderiram ao MCSC, aquelas organizações que em grande medida constituem a «*ala pro-ProSAVANA*», entre elas: a Plataforma Provincial de Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N), o Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa (Fonagna), o Fórum das Organizações Não Governamentais da Zambézia (Fongza) e a Rede das Organizações para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Zambézia (Rendeza)<sup>122</sup>. Ficaram de fora, todas organizações da «*ala anti-ProSAVANA*» na sua maioria cedeadas na cidade de Maputo. Outro dado a pontar neste processo é que, as organizações integrantes da «*ala pro-ProSAVANA*», além de receberem convites, eram também financiadas para o seu deslocamento para atividades relacionadas com a auscultação e/ou consulta pública e este dinheiro, vinha em grande medida dos executores do programa. Neste mesmo processo, as organizações integrantes da «*ala anti-ProSAVANA*», cabia a elas pagarem as suas passagens para o seu deslocamento, além destas, serem marginalizadas no âmbito da distribuição de convites em alguns encontros organizados pelos executores do ProSAVANA.

Para consolidar a estratégia de cooptação, manipulação e fragilização das organizações da sociedade civil da «*ala anti-ProSAVANA*», a JICA fez a coisa extraordinária. A JICA, terá contratado algumas organizações da sociedade civil, para servirem como consultoras das suas atividades no âmbito da implementação do ProSAVANA ao longo do Corredor de Nacala. Numa carta aberta elaborada pelas organizações da sociedade civil, sobretudo, as da «*ala anti-ProSAVANA*» (as mesmas que constituem a «*Campanha Não ao ProSAVANA*»), endereçada ao Presidente da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) no dia 17 de Fevereiro de 2017,

---

<sup>119</sup> Entrevista realizada no dia 20/05/2016.

<sup>120</sup> Disponível em: <https://pda.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/60572-organizacoes-da-sociedade-civil-do-niassa-nampula-e-zambezia-liberam-se-de-maputo-gracas-aos-dolares-do-prosavana>. Acesso: 28/12/2016.

<sup>121</sup> Entrevista realizada no dia 20/05/2016.

<sup>122</sup> Disponível em: <https://pda.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/60572-organizacoes-da-sociedade-civil-do-niassa-nampula-e-zambezia-liberam-se-de-maputo-gracas-aos-dolares-do-prosavana>. Acesso: 28/12/2016.

com título «*Protesto contra atuação da JICA sobre a sociedade moçambicana no âmbito do programa ProSAVANA*», lê-se o seguinte:

“Nos finais do mês de Outubro de 2016, foi revelado que a JICA canalizou diretamente um valor monetário equivalente a 206.139,75 dólares norte-americanos, para contratar uma ONG moçambicana baseada em Nampula (Solidariedade Moçambicana) como seu consultor para prestar serviços. A JICA quando confrontada com o fato de este contrato, consistiu mais uma intervenção manipuladora e direta da JICA, esta defendeu-se afirmando que o contrato resultou de um concurso livre e justo para a revisão do “Plano Diretor do ProSAVANA”. Em finais de Dezembro a Campanha não ao ProSAVANA, tomou conhecimento de que o contrato celebrado com a Solidariedade Moçambique, foi de fato assinado pelo Senhor António Mutoa que para além de Diretor Executivo da Solidariedade Moçambique, ocupava o cargo de coordenador de MCSC-CN e jogou um papel importante em colaboração com a MAJOL na formulação de MCSC-CN em representação da JICA como vice-presidente da Plataforma da Sociedade Civil de Nampula (PPOCS-N). **Em Junho de 2016, a JICA providenciou 3,700,00 Yen (equivalente a 40.000,00 dólares) ao MCSC-CN liderado do Senhor António Mutoa para Mapeamento dos distritos alvos do ProSAVANA com objetivo real de colocar as comunidades contra a Campanha Não ao ProSAVANA e promover aceitação ao (“juntar-se na visão e objetivo do”) MCSC-CN. No entanto, a JICA não só desrespeitou seus contribuintes e outras contrapartes incluindo nós, mas decidiu promover ainda mais deviões na sociedade civil, transferindo a primeira prestação (20%, ou 41,228 dólares) de valor do contratado para o Sr. Mutoa/Solidariedade Moçambique em Novembro do mesmo ano**<sup>123</sup>”. (grifo meu)

Até aqui, parece estar a reproduzir-se a «*lei do cabritismo*» e bem conhecida na sociedade moçambicana, segundo a qual o «*cabrito come onde está amarrado*». Este ditado diz, por exemplo, que um determinado grupo (e/ou uma pessoa) dentro da mesma sociedade, come “seja o que fôr que esteja dentro da sua área de influência” (Hanlon & Smart, 2008, p. 237) em detrimento dos interesses da maioria. Isto quer dizer que, certos grupos sociais, sobretudo, representantes de algumas organizações da sociedade civil (que poderiam estar a representar os interesses dos camponeses que são a maioria ao longo do Corredor de Nacala), podem estar na onda de corrupção para facilitar a implementação do ProSAVANA e em troca receberem algum valor monetário. Em 2012, quando a UNAC fez o seu pronunciamento sobre o ProSAVANA, já mencionava que com a sua implementação, poderia levar o “**aumento da corrupção e de conflitos de interesse**” (p. 2, grifo meu)

As denúncias transcritas acima, revelam uma série de vícios em relação a seleção de empresas de consultoria às atividades da JICA em Moçambique, sobretudo, ligadas ao processo de implementação do ProSAVANA, fato que transparece haver um esquema de corrupção. A essa lógica, o ProSAVANA, para certos grupos sociais,

---

<sup>123</sup> Extraído em: <https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/#more-697>. Acesso: 17/02/2017.



constituir-se numa “torneira” para obtenção de um dinheiro fácil, enriquecendo-se ilicitamente em nome da causa camponesa. Para tal propósito, bastava o cidadão ter uma capacidade de recriar a imagem positiva do ProSAVANA e, parece ser o que está a acontecer neste processo. Esta imagem positiva do ProSAVANA que se refere aqui, passa necessariamente em o indivíduo ter a capacidade de desconstruir todas as críticas que o ProSAVANA, foi sendo alvo a partir de 2012, iniciadas pela UNAC e mais tarde com outras organizações da sociedade civil, de ele ser, portanto, um “presente nocivo” e um “futuro incerto” para as comunidades ao longo do Corredor de Nacala.

Não é por acaso, que algumas organizações da sociedade civil moçambicanas que, mesmo tendo começado juntas a travar lutas e resistências contra o ProSAVANA no Corredor de Nacala, se afastaram das que tinham nos seus discursos, um teor mais criticista. Por causa de algumas desta, terem-se mostrado mais moderadas, este fato, possibilitou que a JICA através das ações, as dividisse e/ou as fragilizasse e a «*ala anti-ProSAVANA*», é que foi vítima. Esse processo, não só contribuiu para a penetração da JICA no seio daquelas que criticavam suas atividades fragilizando-as, como também fez com que o ProSAVANA, ganhasse mais legitimidade como um “milagre” no seio das comunidades ao longo do Corredor de Nacala.

O sentimento que as organizações da sociedade civil, sobretudo, as da «*ala anti-ProSAVANA*», têm em relação a atuação das da «*ala pro-ProSAVANA*», é de traição. Das organizações de camponeses entrevistadas, foram unânimes em afirmar que, dentro das organizações da sociedade civil moçambicanas, nota-se um certo grau de *oportunismo*, em que, há quem mostra-se receptível para o ProSAVANA avançar com as suas atividades. Um dos representantes da União Provincial de Camponeses de Nampula, deixou este sentimento e abaixo descreve-se:

Me parece que em determinado momento os interesses dos camponeses estão sendo colocado do lado para salvaguardar interesses pessoais. Porque existe uma luta muito grande, até em debates públicos, sentimos que determinadas opiniões, apropriam-se dessa causa que tem que acontecer como tem que ser, o agronegócio tem que acontecer porque o desenvolvimento tem que andar<sup>124</sup>.

A pergunta que se pode fazer neste momento é a seguinte: *ProSAVANA será e/ou é sinónimo de desenvolvimento para quem?* Essa pergunta é importante para ser colocada sobretudo, para os que olham o agronegócio como sinónimo de desenvolvimento, uma vez que por de trás dele, além da fascinante publicidade em “*manchetes*” de jornais, deste ser ele, a grande produtividade, está apenas a sua face “oculta”, *modernidade e*

---

<sup>124</sup> Entrevista realizada no dia 14/01/2016.

*babárie*<sup>125</sup>, caracterizada por contradições estruturais, pilhagem dos recursos naturais, degradação ambiental, desterritorialização das comunidades locais, expropriação, exploração, violência e entre outras *barbáries* (ver capítulo 5). Vale apenas lembrar que, o desenvolvimento que os seus defensores e os oportunistas locais professam, ele não é inclusivo, mas sim, desigual e com o ProSAVANA, incorre-se para a reprodução da *geografia desigual* em termos de desenvolvimento, a mesma que o PRODECER, produziu no cerrado brasileiro a quando da sua implementação (ver capítulo 5).

Como se pode ver, nos contratos há uma espécie de corrupção onde as pessoas, aproveitam as oportunidades para extrair as *mais-valias* em nome dos camponeses e questiona-se, se este, é o tal desenvolvimento que se pretende produzir no Corredor de Nacala. Se esse cenário desigual, está a caracterizar o ProSAVANA logo no início, apenas demonstra que ele, não será inclusivo no Corredor de Nacala. Após a criação do Mecanismo, o «*divisionismo*» aumentou ainda mais no seio das organizações da sociedade civil moçambicanas. Além da JICA, ter conseguido dividi-las em duas partes, isto é, «*ala anti-ProSAVANA*» e «*ala pro-ProSAVANA*», dividiu-as também em regiões, tendo havido, as “do Sul” e as “do Norte”. As primeiras, são aquelas cedadas na cidade capital do país, compostas pelas organizações da «*ala anti-ProSAVANA*». E no segundo, são aquelas cedadas ao longo do Corredor de Nacala, local de incidência direta do ProSAVANA, compostas pelas organizações da «*ala pro-ProSAVANA*».

Importa referenciar ainda que, esta divisão foi geoestratégica, pois serviu apenas para a JICA reinar e aumentar ainda mais o seu caráter oculto, contraditório e sigiloso caracterizado pela falta de transparência nas suas diversas ações. As informações formais sobre o ProSAVANA com a instauração do MCSC-CN, passaram a ser exclusivas (e em grande medida) para as organizações da sociedade civil cedadas no norte de Moçambique. Este fato, contribuiu para a marginalização e fragilização das organizações da sociedade civil cedadas na cidade de Maputo e por sinal, composta pelos chamados “conspiradores” e “anti-desenvolvimentistas”. Na carta aberta enviada ao presidente da JICA em Fevereiro de 2017, as organizações da sociedade civil signatárias, sobretudo, as da «*ala anti-ProSAVANA*», denunciaram estes aspectos, onde destacam os seguintes cenários:

“Após a criação do MCSC-CN, a campanha não ao ProSAVANA teve, mais uma vez, informalmente acesso aos relatórios da MAJOL submetido a JICA, nos quais estava claro que o contrato estabelecido visava interferir na sociedade civil Moçambicana, especialmente no norte, criar e reforçar a

---

<sup>125</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Oliveira (2003).

divisão da mesma e isolar aqueles que opõem o programa. Como resultado, a JICA conseguiu dividir a sociedade moçambicana<sup>126</sup>.

Portanto, este é o *check list*, não só das lutas e resistências dos movimentos sociais contra a implementação do ProSAVANA, mas também a forma contraditória da atuação dos executores do ProSAVANA, sobretudo, por parte da JICA. É possível também a partir desta radiografia, inferir que a influência da JICA na esfera governamental moçambicana, foi um fato e esta verificou-se de diversas formas. Ausência do caráter criticista sobre o ProSAVANA nos canais de comunicação social públicos (Televisão de Moçambique, Radio Moçambique e Jornal Notícias), a instauração do processo de cooptação das organizações da sociedade civil, aquelas consideradas uma “pedra no sapato” ao ProSAVANA, são tidos como “obras” da JICA em Moçambique.

#### **4.2- Posicionamento dos executores do ProSAVANA face das críticas das organizações da sociedade civil**

As críticas que o ProSAVANA, sofria desde que foi tornado público, por parte de organizações da sociedade civil, de lideranças de camponeses e alguns acadêmicos atentos as *mazelas* do capital no campo, não foram vistas como construtivas ao ProSAVANA. As críticas ao ProSAVANA, tiveram várias interpretações por parte de cada um dos países signatários. Em Moçambique, por exemplo, as críticas ao ProSAVANA, foram vistas numa primeira fase, como sendo uma “conspiração”, pelo atual ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco. Segundo ele,

**“é uma conspiração para manter Moçambique dependente da importação de comida [...] que podemos produzir aqui. Deturpam a informação para que continuemos a comer galinha cozida vinda de fora. Mas, para produzirmos galinha barata, temos de produzir soja, milho para fazer as rações”** (ANESI & FAMA, 2013, p. 1, grifo meu).

As respostas aos críticos do ProSAVANA, não ficaram refém do ministro, José Pacheco. Pelo contrário, o secretário permanente do extinto, Ministério da Agricultura (MINAG), Daniel Ângelo Clemente, terá também respondido aos críticos do ProSAVANA. Segundo Mosca (2014b, p. 21), este terá, afirmado que, **“as críticas ao ProSAVANA são falsas”** (grifo meu). Outro dirigente moçambicano que respondeu aos críticos do ProSAVANA, foi o Diretor Provincial de Agricultura de Nampula e segundo João Mosca (2014b), este terá afirmado o seguinte:

**“Temos forte convicção de que a propaganda falaciosa que está a ser movida para desacreditar o ProSAVANA vem de fora do país. Os seus mentores usam algumas organizações nacionais que se fazem passar por**

---

<sup>126</sup> Extraído em: <https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/#more-697>. Acesso: 17/02/2017.

porta-vozes da sociedade civil para desacreditar a iniciativa triangular, agitando as comunidades para se revoltarem contra o Governo alegando um alto risco de usurpação das suas terras que na realidade não existe” (MOSCA, 2014b, p. 21, grifo meu).

Há informações que dão conta que certos jornalistas moçambicanos, também terão se juntado aos executores do ProSAVANA na desacreditação das críticas que, eram feitas pelas organizações da sociedade civil, organizações de camponeses, congregações religiosas, acadêmicos nacionais e internacionais. Por exemplo,

Carlos Tembe que escreve para o notícias que supomos que tinha sido contratado, escreveu um e-mail para os japoneses dizendo o que é que vos dói que o ProSAVANA seja implementado em Moçambique? **Nós em Moçambique temos um entendimento de que o ProSAVANA está a ser usado por um grupo da oposição para um “golpe de estado” para o governo da Frelimo para substituir por um [outro] governo**<sup>127</sup>.

Já para o lado japonês, as críticas que o ProSAVANA sofria por parte das organizações sociedade civil, foram tratadas por Hongo e por sinal o principal “teorizador” do ProSAVANA, como sendo infundadas, isto é, que **“as críticas são todas falsas”** (FUNADA-CLASSEN, 2013a, grifo meu). E finalmente, do lado brasileiro, embora a resposta não tenha vindo por parte do próprio governo, alguns acadêmicos locais, também responderam os críticos do ProSAVANA. Por exemplo, as críticas vindas (por parte) das organizações da sociedade civil e acadêmicas as quais apontavam ser inevitável a não reprodução dos impactos negativos do PRODECER no Corredor de Nacala, foram tidas como *mitos* por Natália N. Fingermann (2013).

A autora, foi mais além do se imaginava, ao afirmar que as críticas feitas pelas organizações da sociedade civil e as lideranças de camponeses, era no seu entender uma **“estratégia de demonizar o ProSAVANA pelo fato dele procurar estabelecer um elo entre a agricultura comercial e a agricultura familiar não leva a lugar nenhum”** (FINGERMANN, 2013, p. 2, grifo meu). Mas, porquê Natália N. Fingermann, se era apenas uma pesquisadora que foi a Moçambique no âmbito da pesquisa de campo (que supõe-se que seja para a sua tese de doutorado), envolve-se neste debate até considerando as críticas contra o ProSAVANA de *mitos* e os seus críticos de *demônios*? Na tentativa de desvendar a “máscara” de Natália N. Fingermann, a pesquisadora e professora universitária da Universidade de Tóquio, descreve o seguinte:

**“Fingermann não é uma investigadora qualquer. Ela era uma “analista de relações dos investidores” no Grupo Mz, a maior companhia de consultoria dos investidores brasileiros, de acordo com o seu perfil no “linkedin”. Ela estudou na FGV com uma bolsa desta fundação, que está a ter um papel “duplo e paralelo” no ProSAVANA e no Fundo de Nacala”.** (FUNADA- CLASSEN, 2013c, p. 14).

---

<sup>127</sup> Entrevista realizada no dia 20/05/2016.

Natália N. Fingermann (2013) no seu texto, tenta recriar uma imagem de que o ProSAVANA, é “novo”. A autora nesse texto, tenta ainda trazer a ideia de que, se implementado em Moçambique, este programa, não vai gerar contradições e/ou conflitos, tal como aconteceu no Brasil com o PRODECER, justificando-se pelo tempo que separa os dois programas em termos de implementação. Esta, é apenas uma das leituras equivocada da autora, mas que teve efeitos no processo de legitimação do ProSAVANA, sendo mais tarde citado pelos governos do Japão de e Moçambique. Depois da sua publicação em Moçambique pela revista do IESE, o seu artigo, além de ter merecido o título “**ProSavana não pretende usurpar terra dos camponeses** no site do Ministério de Planificação e Desenvolvimento” e este foi usado pelos “consultores japoneses envolvidos no programa, **como o trabalho acadêmico mais neutro e relevante sobre o ProSAVANA**” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 8-9, grifo meu).

**Tabela 22. Resumo do posicionamento das organizações da sociedade civil e o dos três governos face ao ProSAVANA entre 2012 à 2016**

Posionamento das OSC (2012 até primeiro semestre de 2016)		Posicionamento dos três governos (2012 até primeiro semestre de 2016)	
2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanha Não ao ProSAVANA;</li> <li>- Intensificação das ações das organizações da sociedade civil, de movimentos sociais contra o ProSAVANA;</li> <li>- Divisão de opiniões no seio das organizações da sociedade civil (existência de dois blocos: Anti-ProSAVANA e Pro-ProSAVANA) uma criticando a outra.</li> </ul>	2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os críticos são anti-desenvolvimentistas;</li> <li>- Agressão às lideranças de camponeses;</li> <li>- Cooptação e intimidação dos camponeses e suas lideranças;</li> <li>- Negociação;</li> <li>- Criação de um “novo” ProSAVANA.</li> <li>- São pessoas da oposição</li> </ul>
2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Campanha Não ao ProSAVANA;</li> <li>-Lançamento da Chamada dos povos para a invalidação imediata da “auscultação pública do Plando Diretor do ProSAVANA”;</li> <li>-Denúncias sobre a falta de transparência, de democracia na consultas públicas e/ou comunitárias, intimidação de camponeses e suas lideranças de camponeses</li> <li>- Intensificação das ações das OSC e dos movimentos sociais para o cancelamento das atividades do ProSAVANA;</li> <li>-Cancelamento das atividades do ProSAVANA.</li> </ul>	2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Falta de democraticidade, de diálogo e arrogância e tentativa de implementação a força do ProSAVANA;</li> <li>-Tentativa de aproximação (trega) com as OSC para a negociação;</li> <li>-Proposta endereçada às OSC para a elaboração conjunta do Plano Diretor do ProSAVANA;</li> <li>Cooptação das OSC, dos camponeses e suas lideranças;</li> <li>Intimidação das OSC, dos camponeses e suas lideranças.</li> </ul>
2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Intensificação da “Campanha Não ao ProSAVANA”</li> </ul>	2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Silêncio na opinião pública;</li> <li>-Avanços no Corredor de Nacala;</li> <li>-Resposta da carta aberta vinda do governo moçambicano com resposta desagradável para as OSC alegando que não havia nada que se alterar no programa.</li> </ul>
2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Detenção e reflexão sobre o ProSAVANA (Carta aberta)</li> </ul>	2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Redução do diálogo;</li> <li>-Avanços no Corredor de Nacala;</li> <li>-As OSC são agentes externos (conspitadores);</li> </ul>
2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pronunciamento da UNAC</li> </ul>	2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>ProSAVANA como réplica do PRODECER;</li> <li>-Avanços no Corredor de Nacala;</li> <li>-Lançamento do Fundo de Nacala;</li> <li>-Lançamento do Fundo de Iniciativas de Desenvolvimento do ProSAVANA (FID);</li> </ul>
2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Acesso a informação sobre o ProSAVANA pelos meios de comunicação social (rádios e</li> </ul>	2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Publicação do ProSAVANA em Moçambique;</li> </ul>

	televisões).		
2010	-Sem informações	2010	-Estudos exploratórios no Corredor de Nacala; -Processo de promoção (Brasil e Japão)
2009	-Sem acesso a informação	2009	- Assinatura do acordo; - Estudos exploratórios no Corredor de Nacala;

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados obtidos durante a pesquisa do campo e com base em Funada-Classen (2013b).

A tabela 23, espalha-se as diferentes fases e/ou etapas marcadas pelas lutas resistências das organizações da sociedade civil, dum lado, e do outro os posicionamentos dos três governos envolvidos no processo de implementação do ProSAVANA. Podemos observar ainda que, todas as críticas sobre o ProSAVANA que vinham por parte das organizações da sociedade civil, organizações de camponeses, acadêmicos, eram vistas como uma afronta ao programa. A questão feita por Catsossa (2015), é importante ser revisitada neste momento.

O autor, faz a seguinte pergunta: *o que justificou esta inobservância dos três países envolvidos no programa em relação a estas críticas por forma a transparecê-lo e a clarificá-lo?* Uma das respostas, é dada pelo acadêmico e economista moçambicano, João Mosca. Segundo ele por de trás deste programa em Moçambique “**pode haver uma agenda invisível buscando objetivos que são diferentes dos declarados**”<sup>128</sup> (grifo meu). Na mesma linha de pensamento, Sergio Schlesinger no seu trabalho ao fazer leitura do Plano Diretor do ProSAVANA, chega as seguintes constatações:

“A versão atual do Plano Diretor deixa claro que o ProSAVANA articula um somatório de interesses empresariais diversos, onde o setor público e a cooperação participarão das iniciativas mais estruturantes, enquanto o setor privado participará das atividades econômico-comerciais. Interesses de empresas estrangeiras somam-se aos da elite política moçambicana do agronegócio. Um exemplo é a Intelec Holdings, que atua na produção da soja, empresa da qual o Presidente de Moçambique é acionista, fato formalmente anunciado em setembro de 2012. A fusão de vários capitais deu lugar à empresa Agromoz, sendo acionistas os Grupos Américo Amorim, de Portugal, Pinesso (uma das maiores produtoras de soja no Brasil) e a Intelec Holdings. Conforme documentado ao longo do texto, empresas brasileiras do agronegócio têm grande interesse em expandir seus negócios nas terras do Corredor de Nacala” (SCHLESINGER, 2013, p. 46-47).

O autor aponta ainda que,

“Os interesses estruturantes tornaram-se evidentes com o lançamento em Moçambique da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África, traduzida no PNISA. Estão na dianteira da operacionalização desta iniciativa em Moçambique o Banco Mundial, Programa Mundial de Alimentação, Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e as corporações transnacionais do agronegócio tais como: Cargill, Itochu, Syngenta, Monsanto, Yara, African Cashew Initiative, Competitive African Cotton Initiative, Corvuns International, AGCO, Nippon Biodiesel Fuel,

<sup>128</sup> Anesi & Fama (2013, p. 1).

Vodafone, SAMBMiller, etc. A Nova Aliança está procedendo modificações no quadro jurídico-legal, no sentido de flexibilizar a aquisição de terras pelas multinacionais do agronegócio e introduzir alterações na política nacional de fertilizantes e sementes. Assim, a Nova Aliança cria as condições ótimas para a implantação do modelo agrícola proposto pelo ProSAVANA” (SCHLESINGER, 2013, p. 47).

No entender de Chichava *et al.*, (2013, p. 422),

“As elites políticas e empresariais moçambicanas estão desejosas de reproduzir a experiência do cerrado brasileiro, bem como de imitar o papel da EMBRAPA como empresa líder em pesquisa agrícola ao nível mundial. Estão também entusiasmadas com a eventual entrada de investimento privado e com a modernização da agricultura moçambicana [...] o ProSAVANA é, por um lado, visto como representando a concretização da modernização do campo dominante no imaginário da elite dirigente moçambicana, e, por outro lado, devido às possibilidades de benefício econômico individual e coletivo”.

Na verdade, os interesses que se movem dentro do ProSAVANA, além de serem múltiplos, são também estruturantes. Embora, o Brasil e o Japão, estejam na dianteira como legítimos “apoiantes”, tanto tecnologicamente, como financeiramente, há outros atores “ocultos” e a atirulação do ProSAVANA ao PEDEC (Programa Econômico de Desenvolvimento do Corredor), ao Projeto do Rio Lúrio e a Nova Aliança para a Segurança Alimentar do G8, revela estes interesses. Este fato, leva-nos a afirmar que o ProSAVANA, espelha mais os interesses alheios às comunidades locais afetadas no Corredor de Nacala, embora haja persistência por parte dos seus executores, que visa combater fome, a miséria e que será fonte de geração de postos de emprego e renda, aspectos que são difíceis de materialização no agronegócio (ver capítulo 5)

#### **4.3- As metamorfoses do discurso de territorialização do ProSAVANA**

As críticas travadas pelas organizações da sociedade civil, organizações de camponeses e mais tarde com as congregações religiosas, acompanhadas de algumas pesquisas científicas conduzidas na sua maioria por acadêmicos dos três países, contribuíram bastante para que alguns discursos que levaram a territorialização do ProSAVANA, sofressem o «*metamorfismo discursivo*». Se formos a ver a tabela 24, nota-se, que as transformações discursivas do ProSAVANA, começa em 2009 muito antes de ser tornado público em Moçambique. esta «*mutação discursiva*» recorrente, permaneceu todo o período de 2009-2016. E este fato, docorriam sempre que os executores do programa fossem a depararem-se com críticas. Este cenário, observava-se também quando a realidade do lugar, ia contradizendo as alegações usadas no processo de transformação do PRODECER para ProSAVANA, sobretudo, a ideia de que o Corredor de Nacala, tinha terras “livres” e “subutilizadas”.

**Tabela 23. Transição do discurso do ProSAVANA**

Fase	Ano	Discurso
Primeira fase	2009-2010	“Sucesso do desenvolvimento do cerrado/cooperação japonesa com o Brasil”
		“Cooperação Sul-Sul/Triangular através da parceria Japão-Brasil”
		“Levando o sucesso do cerrado para África (ProSAVANA)”
		“Solução para a segurança alimentar global através do desenvolvimento da savana tropical na África”
		“Estagnação da agricultura Moçambicana”
Segunda fase	<b>2010-2011</b>	“O não cultivo de Moçambique”
		“Correção de meio caminho e desenvolvimento baseado em modelo”
		“Agricultura como um negócio/coexistência de pequenos produtores e agronegócio de larga escala”
		“Conformidade com códigos de conduta internacional”
Terceira fase	2011-2012	“Parceria win-win e investimentos”
		“Oportunidades de negócios para as empresas brasileiras”
		“Corrida de terras/competição com a China”
Quarta fase	2012- atualmente	“Retorno à assistência tradicional baseada em projetos da JICA para ajuda aos pequenos produtores, baseados com abordagens orientadas aos investimentos”

**Fonte:** Funada-Classen (2013b)

Alguns aspectos contidos na tabela 24, são uma verdade e outros são apenas retóricas (para não dizer falácias), pois abrem espaço para o debate. No primeiro, item usa-se o termo “sucesso”, para se referir o programa de o ProSAVANA deriva, neste caso o PRODECER, e pode-se questionar, foi “sucesso” para quem? E no segundo item, dizem que, estão “*levando o sucesso do cerrado para África (ProSAVANA)*”, questionaríamos também, aos mentores do ProSAVANA, que sucesso está sendo levado para África, se os estudos empíricos, revelam que o PRODECER, foi socialmente excludente, com impactos ambientais irreversíveis sobre o cerrado brasileiro. Quanto ao segundo item da primeira fase, não há dúvidas que o ProAVANA seja na verdade uma “cooperação Sul-Sul/Triangular por meio da parceria Japão Brasil”.

Em relação ao quarto ponto onde diz, por exemplo, que o ProSAVANA é a “solução para a segurança alimentar global através da savana tropical na África”, achamos também ser verdade. Tal como o PRODECER no cerrado brasileiro, o ProSAVANA também desempenhará a mesma função, pois fazer-se-á do Corredor de Nacala o “novo” celeiro do mundo no contexto da produção de alimentos (sobretudo, mercadorias). Segundo Funada-Classen (2013b, p. 9), Hongo no seu estudo, terá afirmado que “se o último continente remanescente para a produção agrícola alcança a revolução verde, a segurança alimentar mundial pode ser amplamente resolvida” e para ele o “ProSAVANA é um passo adiante na realização deste sonho” (idem). A metamorfose do discurso do ProSAVANA começa a verificar-se no quinto ponto onde se fala da “*estagnação da agricultura em Moçambique*”. Além de ser discutível, esta



afirmação, é problemática na medida em que induz as pessoas a pensar que a agricultura moçambicana ficou parada no espaço e no tempo. Entendemos que este discurso apenas foi usado para legitimar o programa, pois a agricultura moçambicana nunca ficou estagnada. Uma coisa diz-se estar estagnada, por exemplo, quando não se movimenta nem para a esquerda e nem para a direita, como também nem para baixo e nem para cima.

Estudos sobre agricultura moçambicana, apontam que esta, desde a independência do país, nunca foi capaz de desenvolver Moçambique e menos retirar os milhões de moçambicanos, sobretudo, no meio rural da fome e da extrema miséria, resultante dos baixos resultados em termos de produção e produtividade. Esta que é a característica da agricultura moçambicana (ver capítulo 1) questões que se desdobram também no Corredor de Nacala (ver seção 1.2). Portanto, essa baixa produção e produtividade de Moçambique e do Corredor de Nacala em particular, está associado a vários fatores que também podem ser lidos no mesmo capítulo.

A transformação dos discursos da segunda, terceira e quarta fase na tabela 24, é resultante das críticas feitas pelas organizações da sociedade civil. Esta transformação destes discursos, teve como objetivo, tentar enquadrar os camponeses afetados pelo programa, uma vez que estes não foram consultados sobre a existência do ProSAVANA e muito menos se estes queriam que fosse implementado em seus territórios. Em outras palavras, todos esses discursos apresentados na tabela 24 “**não possuem base concreta**”, e estes “**foram aparecendo através da análise de imagens e dados ao nível macro, sem o conhecimento básico sobre a terra e os povos na área de atuação do programa**” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 5, grifo meu). Esses discursos foram se *metamorfoseando*, desde as pesquisas que iam sendo realizadas tanto pela JICA como pela EMBRAPA. Conforme Funada-Classen (2013b, p. 5), “o discurso da [primeira fase] teve que ser modificado com base nos resultados encontrados na pesquisa preparatória conduzida no norte de Moçambique” tanto pela JICA, como pela EMBRAPA.

Neste processo de transformação do discurso do ProSAVANA, também observaram-se mudanças no seu próprio significado do programa. Na tabela 24 vê-se, por exemplo, que primeiramente o ProSAVANA, era tratado como sendo um programa de «*cooperação Sul-Sul/Triangular por meio da parceria Japão-Brasil*». Mais tarde, o ProSAVANA, passou a ser chamado de «*Programa Trilateral de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique*». Durante as críticas

que eram feitas pelas organizações da sociedade civil, o ProSAVANA, acabou ganhando uma nacionalidade moçambicana, tendo sido o governo moçambicano, o responsável pelo seu “cadastramento”. Deste momento até então, o ProSAVANA, passou a ser chamado “*Programa do Governo de Moçambique que conta com o apoio técnico e financeiro dos Governos do Japão e do Brasil*”<sup>129</sup>. Como podemos ver, até ocorreu alteração no seu próprio significado do programa e este, fato complica também a sua percepção em termos dos reais interesses por de trás dele.

#### **4.4- Corredor de Nacala: um território com terras “livres” e “subutilizadas”?**

Além da construção de discursos, sem nenhuma base empírica, eis que o Corredor de Nacala, é alegadamente tido pelos mentores da iniciativa (Brasil e Japão) com conivência do governo moçambicano, como sendo um “*vazio humano*”, isto é, um território com terras “*livres*” e “*subutilizadas*”. Para eles, o Corredor de Nacala por possuir essas características era, portanto, um território adequado para a implementação de programas virados para agricultura comercial e/ou de grande escala, em suma, o agronegócio. Este discurso pelo que se sabe, não é “novo” (ao mundo), ele é tão antigo que o próprio ProSAVANA. Esta é uma leitura dos “de fora” sobre outros lugares, sobretudo, quando estes primeiros, têm interesses por materializar. Como diria Fernandes (2008b, p. 280), este tipo de discurso apenas, “serve mais como um instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais” (FERNANDES, 2008b, p. 280). O próprio cerrado brasileiro, foi o primeiro a ser visto como, um “*vazio humano*” pela JICA, momentos antes da implementação do PRODECER, embora não constituísse verdade (ver capítulo 5). Por isso, o discurso da JICA, onde alega que o Corredor de Nacala tem terras “livres” e “subutilizadas”, ele é apenas uma continuidade de formulações discursivas, sem nenhuma base empírica iniciadas no cerrado brasileiro, que tem origem na chamada *revolução verde*. Vamos recordar as palavras e/ou alegações da JICA, a quando do PRODECER no cerrado brasileiro:

[...] há uma região do Centro-Oeste do Brasil, uma extensa área inexplorada, com cerca de 1.300.000 km<sup>2</sup> de superfície aproximadamente 3,5 vezes maior que todo o território japonês, estendendo-se pelos estados de Goiás e Minas Gerais. Em vista das suas características de sua flora, esta região é chamada Cerrado” (JICA, 1979 citada por PESSÔA, 1988, p. 116; PESSÔA, 2015, p. 446, grifo meu).

E no âmbito do ProSAVANA, a JICA volta a destacar o mesmo cenário em Moçambique, afirmando que:

---

<sup>129</sup> Entrevista via correio eletrônico cedida pela coordenação do ProSAVANA do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) de Moçambique, realizada no dia 23 de Maio de 2016.

“ao longo do Corredor de Nacala, há mais de 1.400.000 ha de terra (ou 3 vezes a área total cultivada do Japão) que é adequada para a agricultura [mas não usada]” [...] “70% (ou 540.000 km<sup>2</sup>) do território nacional [...] deixado como terra não usada adequada para a agricultura” (JICA, 2009 citada por FUNADA-CLASSEN, 2013a, p. 21-22, grifo meu).

Quando a JICA fez essa alegação sobre o Corredor de Nacala, faltava a sua confirmação. Chegado no lugar, tanto o Brasil por meio da EMBRAPA, como o Japão através da JICA, ambos não conseguiram comprovar a existência desta extensão territorial que traduziu-se em cerca de 14,5 milhões de hectares de terras. Não tendo conseguido comprovar, começaram algumas “engenharias” no sentido de anexar outras áreas por forma a cobrir a extensão territorial pretendida (ver Funada-Classen, 2013b, 20013c), o que também não deu certo. Cabe destacar o papel do governo moçambicano na construção destes esterótipos. Portanto, o governo moçambicano não só participou na legitimação deste discurso, como também na sua reprodução em Moçambique.

É possível ouvir também por meio do próprio governo, que existem em Moçambique, cerca de **36 milhões de hectares** de terra fértil e destes, **apenas 5 milhões de hectares** encontram-se em uso, o que de certo modo representa cerca de “**apenas 15% da terra arável** está a ser usada<sup>130</sup>”. Em Moçambique, por exemplo, é comum ouvir que existem terras “livres” e “subutilizada”, e que a sua não ocupação impede o desenvolvimento do país. Em outras palavras, afirma-se que o desenvolvimento de Moçambique, só pode ocorrer caso as terras sejam ocupadas por grandes corporações agrícolas. Ana Rita Sithole, membro e deputada da bancada parlamentar do partido Frelimo durante o programa «*OPINIÃO NO FEMENINO*» da STV, realizado no dia 31 de Agosto de 2016, terá afirmado o seguinte:

[...] o ProSAVANA e tantos outros, são projetos de longa dimensão, mas que trazem ganhos [...]. Mas, no geral quando alguém, aqueles que têm oportunidades de viajarem de avião, quando estão a chegar seja de qualquer província, quer que seja da África do Sul quando o avião está a criar condições de aterrar e olhem um pouco para o país, vê que nós ainda precisamos de desenvolver este país. Este país não está ocupado todo ele<sup>131</sup>” (grifo meu).

É possível também ouvir isso numa forma repetitiva nos discursos governamentais, sobretudo, quando se está a apresentar balanços anuais. A vítima neste processo tem, sido o camponês, pois além de ser considerado responsável da e/ou pela sua miséria, os baixos resultados do setor da agricultura marcado pela baixa produção e

---

<sup>130</sup> Estes dados foram revelados pela primeira-dama de Moçambique, senhora Isaura Nyusi durante a abertura do «*Dia mundial da mulher rural*» assinalado no dia 15 de Outubro, extraído da notícia exibida pela STV no dia 15 de Outubro de 2016.

<sup>131</sup> Este debate pode ser visto na sua íntegra em: <https://youtu.be/i1hwR10UM>. Acesso em: 03/09/2016.

produtividade, têm sido ainda responsabilizado a ele, daí a sua «preguiça», a sua «ineficiência» e/ou mesmo, a sua «não competitividade» no processo produtivo. A sociedade moçambicana esquece e/ou ignora (se é que sabe) que as grandes corporações agrícolas, não são a grande produtividade em termos de produção de alimentos básicos e saudáveis para o consumo das pessoas, mas sim, ele é, pela produção de mercadorias para a exportação (ver capítulo 5). Em Moçambique, existem várias iniciativas de género, mesmo assim, o país continua sendo importador quase número um, de produtos alimentares de primeira necessidade, entre eles tomate, cebola, repolho, alho, batata-reno e entre outros com vastas terras férteis que têm.

A coisa mais preocupante neste processo, é que o governo moçambicano, tem alocado essas terras férteis e por sinal em locais com elevada densidade populacional, o caso do Corredor de Nacala, fato que tem gerado conflitos sociais. Durante a promoção do ProSAVANA ocorrida no Brasil, as autoridades moçambicanas afirmaram, por exemplo, o Corredor de Nacala dispunha de grandes extensões de terras, as quais poderiam ser ocupadas pela produção agrícola em grande extensão, sobretudo, pelos agricultores brasileiros no âmbito do ProSAVANA (ver SCHLESINGER, 2013).

Esta alegação de que o Corredor de Nacala, têm terras “livres” e “subutilizada”, em suma, que é um “vazio humano”, esta afirmação, é problemática, na medida em que os territórios (já) produzidos dentro do território moçambicano pelas comunidades rurais, são ignorados no âmbito de implementação de programas de desenvolvimento, vulgos *mega-projetos*. Esta visão além de ser reducionista, ela homogeneiza o território como se na verdade não estivesse ninguém, isto é, ignora a existência de espaços apropriados, construídos e/ou produzidos historicamente pelas comunidades locais. O ProSAVANA, é apenas um exemplo de tantos outros programas em curso em Moçambique, que preferem ignorar esta realidade. Ignora também a forma como os espaços rurais são organizados, utilizados e/ou geridos por diferentes povos no Corredor de Nacala.

Essa visão ignora ainda o modo de vida, as práticas tradicionais dos povos, sobretudo, os seus valores e saberes, em suma, os hábitos e costumes das populações moçambicanas residentes no meio rural. A ideia de que existem grandes extensões de terras “*sem ninguém*”, isto é, que não estejam a ser usadas pelas comunidades locais em Moçambique, sobretudo, no meio rural além de ser falaciosa, é apenas uma *utopia*. Mosca (2014, p. 14), aparece a ironizar o fato, argumentando que **“existe a percepção que Moçambique possui muitas terras disponíveis, com baixa utilização ou**

**subproveitada**” (grifo meu). Tanner (2013, p. 139) segue a mesma linha de ironias, ao afirmar que “**para a maioria de pessoas que vêm de fora, a terra usada é aquela onde são localizadas as machambas imediatamente visíveis**” (grifo meu). Por sua vez, Mosca (2014, p. 14) rebate ideia de existência de “*terras livres*” e “*subutilizadas*”, afirmando que no caso de Moçambique “**existem os donos consuetudinários que são os camponeses**” (grifo meu).

O outro aspecto que foi ignorado pelos mentores do ProSAVANA, está relacionado com a forma de ocupação do espaço pelas populações rurais, como também termo da sua distribuição geográfica. A forma como os assentamentos em Moçambique, são construídos e ocupados, sobretudo, no meio rural, diferem dos que se verificam no espaço urbano. No primeiro caso, são assentamentos dispersos e no segundo, são em muitos casos aglomerados, embora se observe alguns *nichos* de dispersão e isto, acontece em lugares onde está a ocorrer a expansão urbana. O geógrafo e professor catedrático moçambicano, Manuel G. Mendes de Araújo, é que se ocupou em estudar os assentamentos humanos, em seu estudo intitulado «*Geografia dos Povoamentos: assentamentos humanos rurais e urbanos*».

Especificamente para o meio rural, o autor afirma que em Moçambique ocorre “**povoamento disperso**” as vezes “com tendência para agrupado” (ARAÚJO, 1997, p. 33, grifo meu). Essa tendência para o assentamento agrupado, caracteriza, em muitos casos, as vilas e/ou sedes distritais. O autor destaca ainda que, “**esta é a forma de organização em que a unidade entre os espaços residencial e produtivo se torna mais íntima e completa, constituindo um todo indissociável [...] onde a casa da família está rodeada pelas parcelas de terra que esta usa** (ARAÚJO, 1997, p. 33, grifo meu). É por causa disto, que quando as populações em Moçambique, sobretudo, no meio rural quando são desterritorializadas dos seus lugares por grandes corporações, sejam agrícolas como atualmente está acontecendo (como também por via de projetos ligados ao setor mineiro-energético), resistem.

As resistências camponeses contra o ProSAVANA no Corredor de Nacala, podem ser analisadas também a partir deste olhar. Nestes termos, a terra é tida como símbolo de vida, em que expropriada e/ou usurpada, significa ao mesmo tempo, o cercamento das suas vida, em fim, a morte simbólica como um povo. O discursos que alegam que no Corredor de Nacala existem terras “livres” e “subutilizadas”, demonstra contradições por apenas, considerarem espaço habitado, onde têm casas e *machambas* de pessoas. A União Nacional de Camponeses (UNAC), representada pela sua delegação, neste caso

União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN), nega a existência de terras “livres” e “subutilizadas” no Corredor de Nacala, com uma extensão territorial de cerca de 14,5 milhões de hectares, como os executores do ProSAVANA, alegaram e questiona o fato. Segundo ela,

Nós até podemos questionar que indicadores, utilizaram para elaborarem esse dado aí. Na verdade, é aquilo que agente já tinha dito anteriormente, a prática da agricultura camponesa, foi transmitida de geração para geração, nós temos nossas formas de agricultura que até usamos pousio da terra. Por exemplo, cultivamos aqui e quando sentimos que já não está a dar rendimentos como devia, deixamos e cultivamos noutra área. Então quando se diz que existe terra livre, eu me questiono que metodologia foi usada para se elaborar esta informação. Não existe essa terra [no Corredor de Nacala], em cada 5, em cada 2 km, existe alguma *machamba* de um camponês nessa área, agora quando são ignorados esses elementos, nós ficamos propensos, não entendemos nada o que está a acontecer aqui<sup>132</sup>.

A mesma afirmação, é partilhada pela União Provincial de Camponeses da Zambézia (UPCZ), ainda braço direto da UNAC, onde diz que a ideia de existência de terras *livres e subutilizadas*, “é uma pura mentira”, pois “os distritos de Gurué e alto Molocué são os distritos mais povoados”, sendo que, “em todo o canto têm machambas<sup>133</sup>”. A União Distrital de Camponeses de Malema (UPCM), na província de Nampula, disse também ser “uma pura mentira<sup>134</sup>” a alegação de existência desta quantidade de terras no Corredor de Nacala. A Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), através da sua delegação localizada em Nampula, também tem o mesmo entendimento da UNAC. De acordo com um dos militantes da ORAM,

[...] se reparares o Corredor de Nacala, pode fazer essa viagem e acredito que vai fazer, daqui a Nacala, não vai conseguir fazer 5, 6 ou mais quilómetros sem encontrar lá um grupo de pessoas que está a habitar. Por mais que seja uma casa que o agricultor pós lá para controlar a sua machamba, ele vive lá. [Este], é um discurso muito estranho, é uma publicidade enganosa, passe a expressão e entre aspas. Não existem estes 14 milhões de hectares de terras. Embora existam espaços sim, é que algum momento são aproveitados pelos próprios agricultores, têm vários sistemas que os agricultores usam, a questão de pousio, hoje não está a cultivar aqui, ele tem várias porções, tem uma machamba arroz, e tem o sítio onde ele deixou para pousio, e vamos considerar o sítio que ele deixou para pousio como uma terra desocupada? E será que aquele pequeno espaço representa os 14 e não sei o que que existem? Então, são essas questões que disse de forma rápida e em forma de senso comum, porque não estudei para fazer algum levantamento para afirmar com categoria. Então, é esta percepção que eu tenho, que não existe, mesmo eu viajo ao longo da zona norte, e tu não observas este cenário, está sempre lá uma pequena machamba, uma pequena horta, um pequeno espaço onde eles usam para pastagem, um pequeno espaço para desenvolver outra atividade, existe um espaço sagrado, existe uma comunidade<sup>135</sup>.

<sup>132</sup> Entrevista realizada no dia 14/02/2016.

<sup>133</sup> Entrevista telefônica realizada no dia 16/01/2016.

<sup>134</sup> Entrevista realizada no dia 16/02/2016.

<sup>135</sup> Entrevista realizada no dia 16/02/2016.

Na verdade, percorrendo o Corredor de Nacala, é difícil encontrar terras totalmente “livres” e “subutilizadas”. Se a terra não estão em uso nestes lugares, é porque são espaços de uso coletivo. Nestes espaços, encontram-se lugares sagrados usados pelas comunidades locais para a sacralização com o seus antepassados, floresta comum para a prática da caça e pastagem. Estes espaços, também são usados para a extração de lenha, de madeira para fabricação de utensílios domésticos e para a produção de carvão vegetal, para extração de plantas medicinais, etc. Os mesmos espaços quando não são ocupados, são deixados muitas vezes com a intenção de um dia voltarem a usar já que o sistema de produção em Moçambique, sobretudo, neste território afetado pelo ProSAVANA, é predominantemente de pousio [veja a figura 9].

O sistema de pousio que é usado pelas famílias rurais moçambicanas, “**permite à comunidade manter os sistemas de agricultura itinerante e assegurar que os seus filhos tenham uma área no futuro para morar e cultivar**” (TANNER, 2013, p. 140, grifo meu). Nas margens das estradas no caso da EN1, por exemplo, partindo da província da Zambézia através dos distritos de Nicuadala passando por Mocuba (embora não sejam parte dos distritos afetados pelo programa) até Nampula através do distrito de Murrupula, há um cenário que chama atenção, embora ignorado pelos mentores da iniciativa (Brasil e Japão) com a conveniência do governo moçambicano. É possível ver por aí, famílias trabalhando a terra e, dentro dos campos agrícolas, que são localmente conhecidos como «*machambas*», no meio estão lá, as suas residências.

As suas casas são rodeadas pelas *machambas*, e este, é um *modus vivendi* totalmente comum em quase todo o território que perfaz o Corredor de Nacala e este cenário também caracteriza todo o meio rural moçambicano. O Corredor de Nacala, faz parte da savana moçambicana em termos de biomas e, ele carrega consigo vidas humanas, onde estas são dependentes do que nele contém para a sua sobrevivência. O gritar das aves, e o brincar dos macacos em ramos das arvores e entre outras espécies de animais, representa outras vidas que este bioma albega, neste caso a rica biodiversidade que ocorre neste território. A nossa viagem pelo Corredor de Nacala, coincidiu com a época chuvosa e foi o momento em as que populações estavam envolvidas no processo produtivo. Algo neste processo chamou a nossa atenção e não era coisa estranha não, mas sim, famílias produtoras moçambicanas na sua maioria chefiadas por mulheres na sua maioria idosas.

Esse, é o padrão normal do campo moçambicano, pois quem trabalha na agricultura, são as mulheres em grande número e os homens e jovens, têm estado a fazer

outros trabalhos não agrícolas, muitas das vezes nas cidades e/ou vilas. Outro cenário que chamava atenção, era a presença forte de crianças no processo produtivo, em que faziam também como parte da força do trabalho, procurando da agricultura familiar, a base para o seu autosustento junto dos seus pais. Ao longo desta viagem rumo ao Corredor de Nacala, observamos ainda pessoas de quase todas as faixas etárias (crianças, adolescentes, jovens, adultos até pessoas idosas) e sem distinção de gênero (homens e mulheres), a comercializar produtos tirados diretamente da natureza.

Destes produtos, destacam-se aqueles que tiram da floresta (frutas diversas, mel, lenha, carvão vegetal, etc.), da fauna e bravia (carne diversa, através da prática da caça) e outros produtos que tiram dos rios que correm por aí através da prática da pesca (o caso do peixe, só para citar algum exemplo). Além destes produtos, estas famílias comercializam parte do excedente que tem tido através da prática da agricultura (que é de subsistência familiar). Estes produtos, são comercializados em diferentes lugares, sejam eles mercados formais e informais, neste último caso nas margens das estradas quando os carros param com passageiros.

Quer dizer que, não é só da agricultura que estas comunidades tiram o seu autosustento. Este, constitui, portanto, um olhar geográfico real, movida por uma visão atenta e crítica diante deste cenário (devastoso) que o Corredor de Nacala, incorre com o atual modelo capitalista de produção na agricultura, que está a materializar-se com o ProSAVANA. Em 2013, Sergio Schlesinger quando realizou a sua pesquisa no Corredor de Nacla, terá observado o seguinte cenário:

**“Ao longo de todo o Corredor de Nacala os camponeses mantêm seus sistemas de produção alimentar de base familiar, camponesa e comunitária. Desenvolvem seus modos de vida, cultura e tradições. Sua história e experiências sociais, culturais e econômicas são totalmente desconsideradas nos estudos e documentos contratados pelos governos. Nestes documentos, os cerca de 4,5 milhões de camponeses são invisíveis. Seus modos de vida, seus direitos, necessidades e propostas não são considerados”** (SCHLESINGER, 2013, p. 45, grifo meu).

Sobre a suposta existência de terras “livres” e “subutilizadas” ao longo do Corredor de Nacala, Sergio Schlesinger, reporta o seguinte:

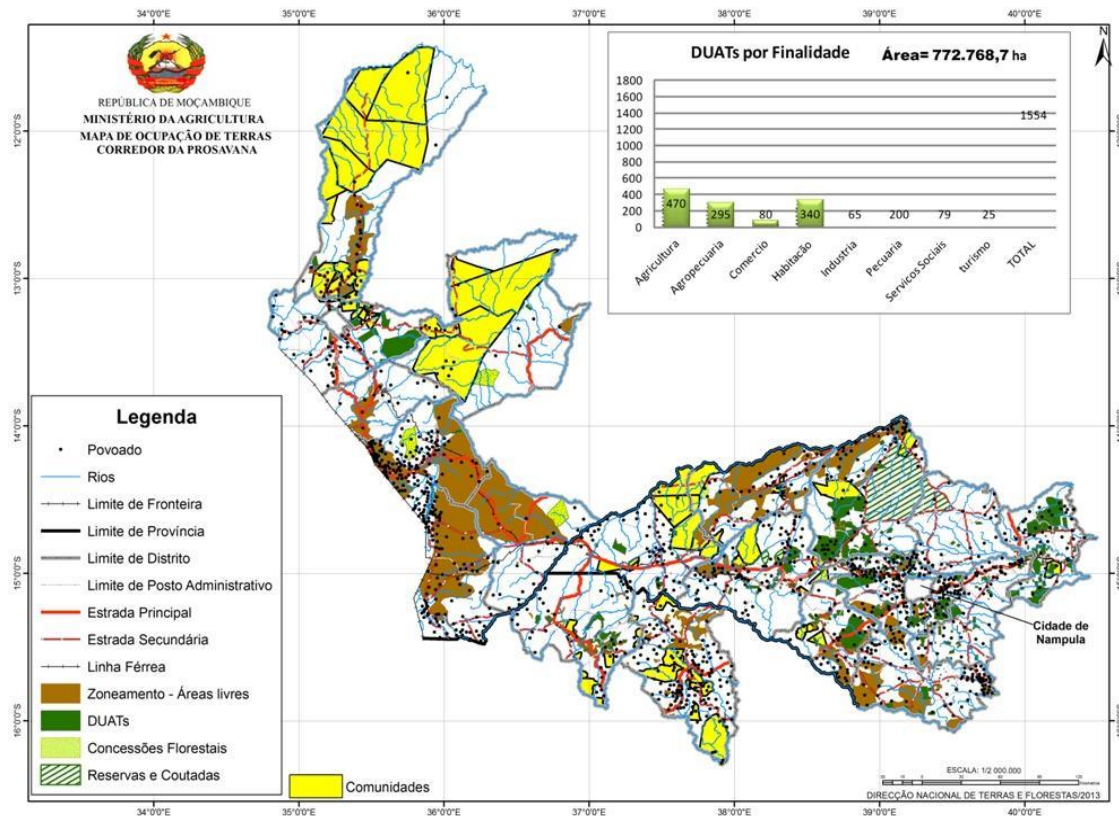
**“A província de Niassa é considerada pelos estudos técnicos contratados pelos três governos como de baixa densidade populacional e, portanto, disponível para a implantação de extensos monocultivos, como soja e milho para ração animal. Porém, camponeses que lá vivem afirmam que a província é toda povoada, exceto nas montanhas, e que a população camponesa está concentrada na área destinada aos grandes investimentos agrícolas, florestais e mineiros. Nampula e Zambezia estão entre as províncias mais populosas do país. Os camponeses asseguram que do centro do Corredor de Nacala até Nampula não existe área**



contínua com mais de dez hectares desocupada” (SCHLESINGER, 2013, p. 44, grifo meu).

O Mapa 4 abaixo, além de mostrar o uso e ocupação da terra ao longo do Corredor de Nacala, o mesmo mostra também a distribuição espacial dos povoamentos e das comunidades neste mesmo território.

**Mapa 4. Uso e Cobertura da terra do Corredor de Nacala**



Fonte: Extraído de Carrilho (2013)

No mapa 4, algo chama atenção, neste caso, o «zoneamento – terras livres». Se formos a reparar as áreas consideradas livres, também não chegamos a quantidade de terra, estimada em cerca de 14,5 milhões de hectares de terras. Este, é o principal paradoxo e/ou equívoco, pois esta afirmação é falaciosa tendo em conta a distribuição espacial da população rural e também a forma de como a gestão do território rural, é feita pelas famílias rurais em Moçambique. Nesta área, vivem milhões de famílias que além de estarem a levar a vida tendo em conta as suas práticas costumeiras, fazem da terra o uso diversificado. Na verdade, estamos num dilema, em que as práticas costumeiras dos povos tradicionais ao longo do Corredor de Nacala, são invisíveis e ignoradas com entrada deste programa em seus territórios. Todavia, a compreensão do modo de vida desses sujeitos nos dias atuais, exige um olhar atento e crítico, dada às transformações que o Corredor de Nacala, incorre com este modelo de produção

proposto. Embora, haja no seio dos executores do ProSAVANA, um otimismo de ser uma oportunidade para as populações locais se livrarem do subdesenvolvimento, importa referenciar que, além de haver dentro deste programa muitas ambiguidades, há nele, muitos riscos em termos sociais e ambientais, difíceis de serem contornados sob ponto de vista do modelo de produção em questão (ver capítulo 5).

#### **4.5- Consultas públicas no âmbito da implementação do ProSAVANA: um processo para o inglês ver**

A maior parte das populações que habitam no Corredor de Nacala, têm apenas a terra como o seu único e exclusivo meio tanto para o combate a pobreza, como para o alívio da fome e este aspecto, é característico do meio rural moçambicano. Quando a terra foi nacionalizada em nome do “povo”, o Estado, reconhecia a sua vitalidade para as populações moçambicanas, sobretudo, no meio rural. A terra em Moçambique para as populações rurais, desempenha várias funções, dentre elas de natureza socioeconômica, antropológica e política. Esse fato, é confirmado por Lucas Atanásio Catsossa (2015), onde afirmam o seguinte:

“Para a sociedade moçambicana a terra desempenha um papel crucial, pois além de ser uma fonte de reprodução social desse grupo, significa ao mesmo tempo um elo com os seus antepassados, transformando-se num espaço adequado para a sacralização das relações espirituais. Em Moçambique, a terra exerce também para esta sociedade a função econômica que se materializa na prática da agricultura familiar” (CATSOSSA, 2015, p. 2795).

As críticas feitas pelas organizações da sociedade civil moçambicanas, não veiram por acaso. Pelo contrário, este segmento social quando começou com os protestos contra a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala, tinha em mente que a terra para as populações rurais, representava mais que um meio de sobrevivência. Os próprios camponeses quando começaram com as resistências, também tinham em mente que a terra, era para eles um “trunfo”, que perdendo para o ProSAVANA, seria, portanto, o seu aprofundamento a miséria. As organizações da sociedade civil, estavam cientes também que este grupo social por estarem desprovidas de outras fontes de renda, a implementação do ProSAVANA em territórios camponeses, poderia ser fatal. É por esta razão que surge a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», como estratégia de defesa dos direitos sociais dos cidadãos no Corredor de Nacala. O principal medo que estas organizações tinham, estava relacionado com a possível expulsão de camponeses das suas terras. Um dos representantes da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN), desapontado com o ProSAVANA, terá desafiado da seguinte maneira:

“Vir investidor em Moçambique, na província de Nampula ou na zona norte em nome de desenvolvimento e criar injustiças como tais que estão acontecendo atualmente, que é tirar os camponeses das suas zonas de produção em nome de desenvolvimento, todos os camponeses cá na região norte e Nampula em particular, estamos contra essas atitudes<sup>136</sup>”.

Outro militante da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN), reforça, argumentando da seguinte maneira:

“para nós [os camponeses], sem terra não hávida. E normalmente nós moçambicanos, pior aqui no norte, nós podemos ficar três meses sem dinheiro no bolso, mas com comida dentro [de casa], ficamos feliz. Portanto nós confiamos da terra. Tudo o que comemos vêm da terra e nós não temos dinheiro para comprar comida<sup>137</sup>”.

Aliás, o próprio Estado moçambicano reconhece a terra “*como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano*<sup>138</sup>”. Por sua vez, António Francisco (2013) identifica cinco funções relevantes da terra para as famílias rurais moçambicanas, dentre elas: subsistência, acumulação (produção), património, poder e prestígio ou simbólico. Essas funções juntas, fazem do Corredor de Nacala, um território o qual é gerido por estas mesmas famílias que por lei, sobretudo, a Lei de Terras 19/97 onde lhes considera «*comunidades locais*». A terra que se fala aqui, não é apenas no sentido do DUAT, mas sim, a «*terra como território*». É necessário compreender o DUAT, não apenas DUAT sob de vista de exploração do território, mas sim, o «*DUAT comunitário do território*», como sendo um espaço apropriado, que apresenta suas delimitações territoriais.

Este «*DUAT comunitário do território*», estende-se “sobre as grandes áreas aparentemente não usadas, ou sub-utilizadas, mas que são essenciais para manter a sua estratégia de utilização da terra e de sobrevivência” (TANNER, 2013, p. 140). É a partir daqui, que começa o debate sobre a questão de terras em Moçambique. Importa referenciar ainda que, esta Lei de Terras 19/97, apresenta dentro dela um forte sentido protecionista, sobretudo, para com as comunidades locais. Além desta lei dar poder às comunidades locais, como uma entidade tanto de gestão, como de resolução de conflitos, a mesma determina as áreas consideradas por ela como *comunitárias*. Neste caso de ideias, os recursos naturais contidos no Corredor de Nacala, sob ponto de vista desta lei, tinham que ser geridos pelas comunidades locais. Como gestores legais dos recursos naturais, qualquer que tipo de ocupação por investidores, como veremos mais

---

<sup>136</sup> Entrevista realizada no dia 14/01/2016.

<sup>137</sup> Documentário produzido pelas organizações da sociedade civil. Pode ser vista na sua totalidade em: <https://adecru.wordpress.com/2016/05/27/lançamento-do-documentario-somos-carvao/#more-542>.

Acesso em: 07/09/2016.

<sup>138</sup> Cfr. Art. 109, número 3 da Constituição da República de Moçambique, versão atualizada de 2004.

em diante, implica uma prévia consulta pública às comunidades locais. A Lei de Terras 19/97, define «*Comunidade Local*», como sendo um,

“agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão<sup>139</sup>”.

Como podemos ver na citação acima, tanto as áreas habitacionais, áreas agrícolas cultivadas como não (aquelas em pousio), florestas e pastagens, são considerados como sendo *territórios comunitários*. É importante frisar ainda que, diferentemente de outros países em que a terra é propriedade privada (a exemplo do Brasil), em Moçambique, ocorre o regime de propriedade estatal. Por a terra ser de regime estatal em Moçambique, não quer dizer que ela, está livre de interesses econômicos privados. Pelo contrário, “a Lei da Terra de 1997 não constitui um obstáculo à implementação de grandes projetos ocupando milhares de hectares, incluindo os habitados e ocupados pela população” (MOSCA, 2011, p. 422). Portanto, não constituindo um obstáculo a implementação de grandes projetos em Moçambique, sobretudo, no meio rural, a lei de terras moçambicana apenas obriga o investidor a fazer uma prévia consulta, para “efeitos de confirmação de que a área está livre e não têm ocupantes<sup>140</sup>”.

Neste processo, o Estado aparece apenas a desempenhar um papel regulador no acesso a terra, na medida em que determina as condições do seu uso<sup>141</sup>. Importa referenciar que “**a consulta comunitária é o momento para definir como um projeto de investimento vai trazer benefícios para a população residente**” (TANNER, 2013, p. 143, grifo meu). A experiência dos processos de consultas públicas em Moçambique até então, revela que nunca foram um sucesso, pois sempre quem saiu a perder, foram as populações afetadas por certos programas, embora em cima da “mesa”, houvesse muitas promessas, relacionadas com a possível melhoria das suas condições de vida em outros lugares, sobretudo, nos reassentamentos.

O esquema de entrada do ProSAVANA, além de ser questionado, é desconhecido tanto pelas organizações de camponeses, como também pelos próprios camponeses. Os camponeses afetados pelo ProSAVANA, além de desconhecerem os documentos assinados por eles, com informações sobre os consensos alcançados com os proponentes do ProSAVANA, sobretudo, para a sua implementação, questionam também a via usada

---

<sup>139</sup> Cfr. Artigo 1, número 1 da Lei de Terras 19/97 de 1 de Outubro.

<sup>140</sup> Lei de Terras 19/97 de 1 de Outubro, artigo 13, número 3.

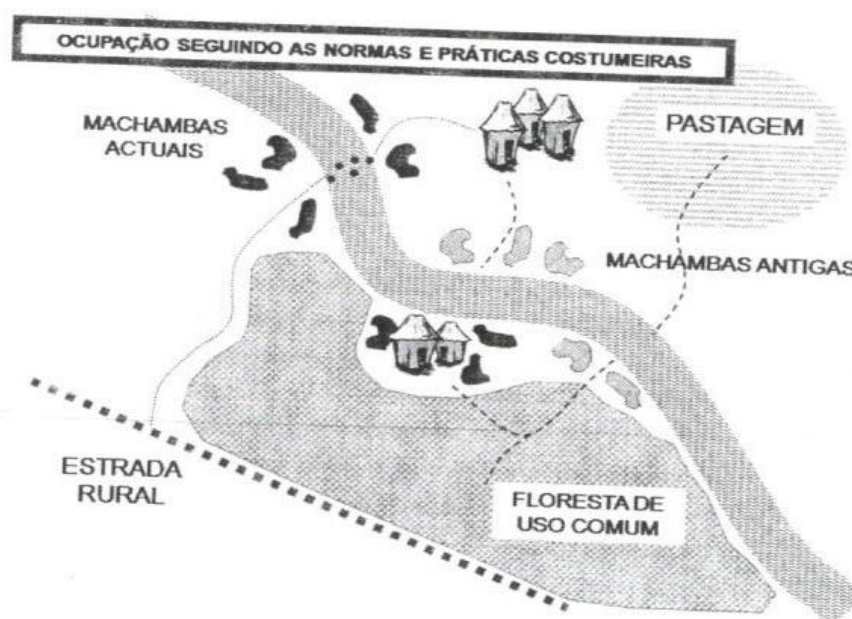
<sup>141</sup> Cfr. Artigo 110 da Constituição da República (Uso e aproveitamento de terra), número 1.

que levou a territorialização deste programa em seus territórios. Portanto, quando surgem questionamentos desta natureza, é porque alguma coisa não ocorreu bem no âmbito deste projeto. Um dos camponeses, por exemplo, faz as seguintes questões:

“mas afinal esse ProSAVANA para entrar em Moçambique por onde passou? Essa passagem disto e daquilo, essa autorização de 14 mil e tal ou milhões de hectares quem autorizou? Esse camponês disse que não havia problemas?”<sup>142</sup> (grifo meu).

A maior parte das populações rurais e, sobretudo, que residem no Corredor de Nacala, têm acesso a terra por via «*ocupação*» e ela, pode ser “*ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a constituição*” e/ou “*ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos*”<sup>143</sup>. A figura 9, mostra a forma como se materializa as ocupação da terra em Moçambique por estas duas vias.

Figura 4. Ocupação da terra em Moçambique segundo normas e práticas costumeiras



Fonte: Extraída de Tanner (2013)

Como podemos ver na figura 9, os polígonos pintados a cor preta, representam as antigas *machambas* das populações postas em pousio, e os polígonos pequenos pintados a cinzento, são as *machambas* atuais. Nesta figura, observa-se também as áreas de pastagens e uma extensa área de uso comum. Portanto, além dos discursos que alegam

<sup>142</sup> Depoimento de um camponês de Nampula extraído no documentário “*Somos Carvão?*”. Este documentário pode ser visto na sua íntegra em: <https://adecru.wordpress.com/2016/05/27/lancamento-do-documentario-somos-carvao/>. Último acesso: 13/10/2016.

<sup>143</sup> Cfr. Artigo 12, alíneas a e b da lei de terras (Lei nº 19/97 de 1 de Outubro).

que Moçambique, junto do Corredor de Nacala possuírem terras “livres” e “subutilizadas”, são também uma contradição, olhando para a configuração da figura 9.

Pela forma como o ProSAVANA, foi concebido e executado, podemos afirmar que ele, é parte do incuprimento no processo de implementação da lei de terra moçambicana. No caso do ProSAVANA, não se sabe o certo, se o processo teve essas falhas porque o Estado, é um dos participantes no âmbito da sua implementação ou não. Pode se afirmar, portanto, que as auscultações e/ou consultas públicas realizadas no âmbito do ProSAVANA, foram uma fraude, primeiro tendo em conta as normas presentes na lei de terras e segundo, as obrigações que são incumbidas aos proponentes de qualquer tipo de programa que tem como palco da sua implementação, os territórios onde vivem comunidades.

Este processo, significou apenas um desrespeito as comunidades, que são as detentoras consuetudinárias das terras pretendidas pelo ProSAVANA, conforme a Lei de Terras 19/97. Os camponeses que são a maioria e que configuram-se como os mais afetados com este programa, afirmam que inicialmente ouviram falar do ProSAVANA por via dos meios de comunicação social (rádio, televisões e jornais). Isto, mostra que no processo de implementação do ProSAVANA, não houve a necessidade de ouvir numa primeira fase as pessoas implicadas no processo, embora a lei de terras obriguem os investidores a fazé-lo. Os camponeses, afirmam também que não foram consultados se estes, queriam ou não o ProSAVANA em seus territórios. É por esta razão, que estes resistem a sua implementação e dizem, por exemplo, que “**nós queremos ProSAVANA de cabo curto, que pode nos assegurar**” e acrescentam, afirmando que, se “**confiarmos no ProSAVANA dos outros, eles vêm aqui [nos] explorar**<sup>144</sup>” (grifo meu). Dizem ainda que “**nós queremos o ProSAVANA que ha-de vir nos desenvolver aqui mesmo**<sup>145</sup>” (grifo meu).

Isso revela que os camponeses, não foram e não estão também informados sobre os reais interesses do ProSAVANA em seus territórios. As lideranças de camponeses, sobretudo, por parte da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN), afirmam que as ascultações e/ou consultas “públicas” ocorridas no âmbito da implementação do ProSAVANA foram “muito mal feita” e que quase “não existiu nenhuma consulta

---

<sup>144</sup> Declaração da vice-presidente da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN) e pode ser assistida na sua íntegra: em: <https://youtu.be/nNwNt1eBKno>. Acesso: 20/12/2016.

<sup>145</sup> Idem.

comunitária<sup>146</sup>”. Desapontados com o governo moçambicano, os camponeses afirmam ainda que, ele, “**não deveria primeiro falar com o governo do Brasil e do Japão que tenho terra que não está a ser usada em Moçambique**”, mas sim, “**primeiro tinha que consultar ao seu povo**<sup>147</sup>” (grifo meu). Há uma contradição na afirmação de Natália N. Fingermann, quando ela diz, por exemplo, que o ProSAVANA, “**é de fato uma demanda do governo de Moçambique**, que entende que é necessário diversificar a produção interna para conseguir atender as demandas locais e garantir a segurança alimentar da população” (2013, p. 2, grifo meu).

Partindo do pressuposto de que a existência de um governo, depende (do voto) do povo, o camponês, entendemos que a afirmação da autora incorpora todos os camponeses do Corredor de Nacala, como um povo. A pergunta que se faz neste momento, é a seguinte: *se os camponeses e suas lideranças afirmam, portanto, que não foram consultados e desconhecem a sua participação no processo de tomada de decisão no processo de implementação do ProSAVANA, que demandas Natália N. Fingermann se refere em seu texto?* Outro dado importante a destacar, é que notou-se que enquanto decorriam as supostas consultas públicas, o ProSAVANA avançava também com as suas atividades no Corredor de Nacala e este fato, é descrito por um dos militantes da Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM). Vamos ler o seu depoimento:

Em relação as consultas públicas [...], sinto que todos os processos devem ser participativos e devem decorrer antes que haja implementação de um determinado programa, porque se reparar muito bem, a questão do ProSAVANA [...], são vários os programas dentro dele, tem várias fases, a fase de divulgação, projetos de impacto rápido que já vem sendo implementados. Então, não deveria ter começado antes que acontecesse esse processo de consultas públicas<sup>148</sup>.

A União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN), afirmam que quando ouviram falar do ProSAVANA no Corredor de Nacala, já estavam a decorrer algumas pesquisas. Indignada com a situação, esta associação de camponeses, diz também que “essas pesquisas não deveriam ser feitas antes da consulta públicas<sup>149</sup>”. Se a consulta pública, implica uma negociação com as populações afetadas, então inicialmente não houve nenhuma negociação para que o ProSAVANA, fosse implementado no Corredor de Nacala. As negociações com as populações afetadas representadas pelas

---

<sup>146</sup> Entrevista realizada no dia 15/01/2016.

<sup>147</sup> Depoimento de Estêvão Costa, Presidente da União Provincial de Camponeses (UPC) de Nampula extraído no documentário “*Somos Carvão*”. Este documentário poder vito na sua íntegra em <https://adecru.wordpress.com/2016/06/27/lancamento-do-documentario-somos-carvao/>. Último acesso: 23/09/2016.

<sup>148</sup> Entrevista realizada no dia 16/02/2016.

<sup>149</sup> Entrevista realizada no dia 15/01/2016.

organizações da sociedade civil, com os executores do ProSAVANA, ocorreram depois do programa ter iniciado suas atividades no Corredor de Nacala, mediante críticas, sobretudo, após ter sofrido uma “paralização”, em 2015.

Cabe mencionar que a semelhança do PRODECER, o ProSAVANA, foi marcada pela uma exclusão generalizada das organizações da sociedade civil, das organizações de camponeses e dos próprios camponeses, cujo estes últimos, são os mais implicados no processo. No caso do PRODECER, a exclusão das organizações da sociedade civil e doutros segmentos sociais, é justificado pela *ditadura militar* que fustagava este país latino-americano que esteve “vigente em quase todo o período em que foi negociado” (SCHLESINGER, 2013, p. 39). Podemos questionar, qual é o motivo da exclusão generalizada e em massa das organizações da sociedade civil, de camponeses e das lideranças em Moçambique no processo de implementação do ProSAVANA?

Em Moçambique, não se trata de nenhuma *ditadura militar*, pelo menos até o momento que este projeto “desembarcou” no território moçambicano não ocorria este fenômeno. Este fenômeno em Moçambique, está associado com a falta (de vontade) de diálogo e de democraticidade, a arrogância, o autoritarismo, o secretismo e com a falta de transparência<sup>150</sup>, por parte dos executores do ProSAVANA. Sayaka Funada-Classen (2013), posicionando-se sobre esta matéria, descreve o seguinte:

“Trinta anos passaram desde o início do PRODECER. Moçambique não é governado por uma ditadura militar, como era o Brasil nos anos 80. Organizaram-se várias reuniões entre as partes interessadas, mas as organizações dos agricultores e cívicas locais que participaram nelas, sentem que estas reuniões foram realizadas apenas com a intenção dos actores do ProSAVANA poderem, mais tarde, apresentar que o processo é inclusivo e democrático” (FUNADA-CLASSEN, 2013a, p. 24).

A exclusão generalizada das organizações da sociedade civil, de camponeses e suas lideranças e entre outros segmentos sociais da sociedade moçambicana, foi até um certo ponto intencional e um dos funcionários da ABC (Agência Brasileira de Cooperação), deixa claro isso no seu depoimento. Segundo ele, “**se houvéssemos decidido pela abordagem participativa, não concluiríamos o estudo dentro do período definido para a entrega do produto final**” (MORAIS, 2014, p. 69-70, grifo meu). Na contraparte moçambicana, seguiu-se também o mesmo esquema e afirmam que a metodologia usada, foi apenas de “**distribuir informação**” e “**explicar o programa**” (Morais, 2014, p. 69, grifo meu) e não consultar as comunidades locais como a lei obriga, Do lado japonês, não foi diferente, estes afirmam, por exemplo, que

---

<sup>150</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Mosca & Bruna (2015); Vunjanhe (2014), Adriano & Adriano (2015).



**“começamos a divulgação do ProSAVANA nas comunidades como uma forma de se opor às críticas”** (MORAIS, 2014, p. 69, grifo meu). Isto revela que as comunidades locais, os camponeses, não estavam dentro das prioridades dos executores do ProSAVANA. Podemos afirmar ainda que, estes sujeitos, começaram a ser uma preocupação dos executores do ProSAVANA, quando as lutas e resistências travadas pelas organizações da sociedade civil e organizações de camponeses contra a sua implementação deste programa, se agudizaram e também por estas, terem ganhado uma expressão internacional.

Neste processo de divulgação de informação, havia situações em que nem todos tinham acesso, uma vez que a mesma, era muitas das vezes “postadas” em páginas da *internet*, sobretudo, no *site* criado para o ProSAVANA. Este fato, aliado a inacessibilidade da *internet* nas zonas rurais, contribuiu grandemente para a exclusão de certos segmentos sociais. Outro dado importante que se pode avançar, é que houve também maior dificuldade de compreensão dos textos que iam sendo disponibilizados mesmo tarde pelos executores do ProSAVANA, uma vez que se tratava de populações que na sua maior parte, não sabiam ler nem escrever. Este aspecto, era do conhecimento dos executores do ProSAVANA, sobretudo, na contraparte moçambicana. O desconhecimento da língua portuguesa por parte das famílias camponesas, também afetou negativamente o processo de “auscultação” e/ou “consultas públicas” no Corredor de Nacala, uma vez que o português não é a língua mais falada no campo se comparada com as línguas locais.

Esse problema do desconhecimento da língua portuguesa por parte das famílias camponesas ao longo do Corredor de Nacala, é confirmada pela ORAM e ela, diz que tem dificultado os processos de alfabetização das mesmas (ver capítulo 1). Portanto, questiona-se, se os executores do programa sabiam que as populações, eram “analfabetas”, como eles mesmos as consideraram, porque não houve traduções do documento para as línguas locais, por forma a facilitá-las? O analfabetismo o qual, é atribuído a estas populações, é pelo fato delas não saberem falar, ler e escrever em língua portuguesa, mas não quer dizer, que elas, não sabem falar outras línguas. Pelo contrário, o que constatamos durante a pesquisa de campo, é que elas, falam e/ou se comunicam através das línguas localmente faladas. Portanto, a ideia do analfabetismo visto a partir de uma determinada língua, é outro debate paradigmático deste século XXI. A ideia de distribuir, explicar e divulgar o ProSAVANA, optada pelos executores foi apenas uma estratégia para eles reinar, porque eles sabiam muito bem, que não

haveria muitos questionamentos por parte dos camponeses. Para isso acontecer, estes últimos tinham de ler o documento e se a língua, era o principal estorvo, como é que iriam questioná-los?

O próprio documento, era tão volumoso que, não permitia uma determinada pessoa ler em poucos dias, como as vezes acontecia, sobretudo, quando houvesse encontros para “auscultações” e/ou “consultas públicas”<sup>151</sup>. Foi a partir daqui que, após a criação do «*Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil (MCSC)*», começou-se a resumir o “*Master Plan*” para que este, ajudasse os interessados na compressão do ProSAVANA<sup>152</sup>. Essa ideia de que o governo moçambicano, é dono do ProSAVANA e que o Brasil e o Japão, foram apenas convidados para o ajudar na implementação do programa, é severamente questionada pela União Nacional de Camponeses (UNAC). Como argumenta um membro e militante da UNAC,

E essa resposta me recorde muitas vezes chegamos a questionar, se o ProSAVANA de fato, é um programa de moçambicanos para moçambicanos, porque é que todas as pequenas, alterações ou alguns sinais de mudanças dentro do ProSAVANA, só vieram a partir do Japão? Segundo se o programa ProSAVANA, é dos moçambicanos para moçambicanos, quem é o moçambicano que desenhou e elaborou algum documento do plano do ProSAVANA?<sup>153</sup>

Esses questionamentos fazem sentido olhando pela forma como o programa foi concebido. Até onde se sabe, esse discurso, é uma contradição, pois o grande teorizador do ProSAVANA, é um cidadão japonês chamado Hongo, que é ao mesmo tempo o cidadão que “arquitetou” o PRODECER<sup>154</sup>. Na tentativa de encontrar (alguns) documentos com nome(s) de pesquisador(es) moçambicano(s), seja(m) do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), lideranças de camponeses e entre outros, não foi possível encontrar nem um papel. No *site* ([www.prosavana.org.mz](http://www.prosavana.org.mz)), criado para o ProSAVANA, também não foi possível encontrar nenhum documento com tais informações. É verdade, que querendo ir mais a fundo com questionamentos, o MASA, vai insistir dizendo, que houve a participação dos seus técnicos no processo de “elaboração” do ProSAVANA, mas nomes individuais destes, não são conhecidos e também não existem informações públicas sobre eles. É paradoxal ver as autoridades moçambicanas a se apropriarem do ProSAVANA e em contrapartida, a reclamarem a

---

<sup>151</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Mosca & Bruna (2015) e OMR *et al.*, (2015).

<sup>152</sup> Disponível em: <https://pda.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/60572-organizacoes-da-sociedade-civil-do-niassa-nampula-e-zambezia-liberam-se-de-maputo-gracas-aos-dolares-do-prosavana>. Acesso: 28/12/2016.

<sup>153</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.

<sup>154</sup> Para uma leitura mais detalhada, leia Funada-Classen (2013a, 2013c).

sua exclusão no processo de elaboração do Plano Diretor, acusando o Brasil e o Japão, de terem se apropriado dos estudos. Os funcionários do MASA, afirmam que o planejamento e a execução das atividades do ProSAVANA, não teve “**em conta a realidade de nosso país, por isso temos dificuldade em participar**” e lamentam que, “**infelizmente, o plano diretor terminou nas mãos de consultores brasileiros e japoneses**” (MORAIS, 2014, p. 70, grifo meu). A justificação deles, é de que tiveram “**limitações de orçamento, de pessoal e assim por diante**” (MORAIS, 2014, p. 70, grifo meu).

O encontro realizado nos dias 11 e 12 de Janeiro de 2016 em Nampula, preparado pela MAJOL, empresa de consultoria contrada pela JICA, que tinha por objetivos ouvir as OSC a respeito do seu posicionamento sobre o ProSAVANA, é outro aspecto que chama atenção. Se o ProSAVANA, segundo as autoridades moçambicanas, é um programa do governo moçambicano, porque é que, tem de ser pessoas de fora (o Japão) a fazerem consultas as organizações da sociedade civil? Se o governo moçambicano assume o ProSAVANA, ser projeto dele, portanto, o proponente, já não é o Japão. Por isso, entendemos que quem tinha de fazer esse papel de consulta as OSC, era o governo moçambicano, como “legítimo dono” do programa e não a JICA.

Essas duas situações, colocam em questão a ideia da «soberania do Estado», na medida em que são atores externos que, estão a fazer aquilo que Moçambique, enquanto «Estado-Nação», tinha de fazer para salvaguardar os interesses do seu povo. É importante referir ainda que, a ideia da nacionalização do ProSAVANA, é uma farsa e, foi para se livrar dos questionamentos e das críticas que o programa estava a ser alvo em grande medida pelas organizações da sociedade civil, organizações de campones, congregações religiosas, acadêmicos e entre outros segmentos sociais, tanto nacionais, como estrangeiros. Mesmo tendo sido nacionalizado, as críticas e resistências contra a implementação do ProSAVANA, continuaram e tudo vai no sentido de que, a sua implementação, não será de consenso das partes.

A insatisfação em relação a transparência nas atividades do ProSAVANA, o atropelo das leis moçambicanas, a falta de democracia, são entre outros aspectos que, continuam sendo denunciados pelas organizações da sociedade civil e organizações de camponeses. Há que concordar com Funada-Classen (2013b), que no processo de implementação do ProSAVANA “**é mais difícil saber quem tem responsabilidade sobre o quê**” (Funada-Classen, 2013b, p. 4, grifo meu), pois, além destes argumentos e contra-argumentos, revelarem conflitos de concepção e de interesses, denuncia também

a agenda oculta do ProSAVANA. Outro dado a apontar, está relacionado com a elevada burocracia no acesso a informações sobre o ProSAVANA. Foi por tanta incistência que um funcionário japonês, sentindo-se encomodado, apontou o senhor Américo Uassiquete da Direção Provincial da Agricultura em Nampula, pois ele, era a pessoa (mais do que) indicada para dar informações em torno do ProSAVANA.

Segundo informações que tivemos no IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique) durante a pesquisa de campo realizada em 2016, Américo Uassiquete, era quem coordenava o ProSAVANA em Nampula. Contatado o senhor Américo Uassiquete, terá dito que a melhor forma de se obter informações do ProSAVANA, era, portanto, por escrito. Este processo, implicava primeiro, a elaboração de um questionário para depois ser eviado por via correio eletrónico para ele. E durante a conversa telefônica, ele terá prometido responder assim que o recebesse. Passando quase quatro meses, sobretudo, depois de várias insistências, a resposta do senhor Américo Uassiquete, foi definitiva, onde mostrou-se indisponível em disponibilizar naquele momento, qualquer que fosse informação relacionado com ProSAVANA, alegando que o programa, estava ainda em processo de evolução [ver a caixa 1].

Mas, essa resposta, é contraditória, na medida em que o ProSAVANA, começou oficialmente a ser executado no Corredor de Nacala, em 2011 e, até o ano de 2015, já haviam sido executadas várias atividades e contava também com alguns beneficiários do “*Fundo de Iniciativas de Desenvolvimento*” do ProSAVANA (ver capítulo 3). Como também, já havia focos de conflitos de terra com as comunidades locais, resultantes de testes dos modelos criados para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala (ver no capítulo 5). A seguir, transcreve-se uma das respostas dadas pelo senhor Américo Uassiquete.

**Caixa 1**

Prezado Lucas,

O que acontece é que o ProSAVANA é um processo que evolui muito nos últimos meses. Agora e finalmente, as Organizações da Sociedade Civil, estruturaram-se em um mecanismo regional que vai rever o documento proposto pelo governo. Nestes termos, a minha sugestão é, aguardar ou integrar o mecanismo. As reservas prendem se com o caráter dinâmico dos documentos de modo a incorporar os diversos interesses das pessoas visadas. Uassiquete

Data: 28/04/2016, quinta-feira, 19h:49min

No entanto, como se pode observar na caixa 1, a proposta do senhor Américo Uassiquete, era que se esperasse pela decisão final que fosse a sair dos supostos debates com as organizações da sociedade civil. Esperar, significava também parar com a

pesquisa, pois o senhor Uassiquete na sua resposta, não determinou o tempo que, este dabete levaria e até a defesa desta pesquisa, não havia ainda consenso definitivo entre as partes, sobre a implementação do programa. Situação similar, foi observada no Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, tanto no gabinete onde funciona o ProSAVANA, como no IIAM sobretudo, na Direção Geral. Quando solicitamos informações a coordenação do ProSAVANA, disseram, por exemplo, que os estudantes e/ou pesquisadores, fazem perguntas muitas vezes de difícil responder.

Logo em seguida, um dos funcionários que integrava a equipa de coordenação do ProSAVANA, disse que melhor se fizesse por escrito e posteriormente, se enviasse por via correio eletrónico. Já no IIAM, disseram para que pudessemos dar entrada os documentos, neste caso a credencial, mesmo com a “Lei de Direito a Informação” aprovada, pedindo informações físicas, como também para o agendamento da entrevista. Importa destacar que, esta lei, pressupõe o acesso à informação de interesse público, e como o ProSAVANA, é um programa de interesse público, achamos que informações relacionadas com ele, tinha de ser acessíveis, mas não foi o caso. Para a resposta sair, foi graças a insistência e o documento, levou cerca de quatro meses, mas sem resposta alguma em relação a disponibilidade da pessoa para dar informações.

Portanto, este processo, significou apenas, a violação da Constituição da República, que emana no (seu) artigo 48, número 1 e 2, que “**todos os cidadãos têm direito à informação**” e que “**o exercício do direito à informação não podem ser limitados por censura**”. Outro aspecto que pode ser mencionado, é que os executores do ProSAVANA, sobretudo, na contraparte moçambicana, nunca foram de fácil acesso sem, no entanto, haver uma insistência por parte dos interessados. Em outras palavras, estes preferiam ficar no silêncio, como se não recebessem algum documento, a solicitar informações sobre o programa. Outros pesquisadores nacionais, que têm estudado o ProSAVANA, numa conversa informal, afirmaram que este tem sido o *modus operandi* dos executores deste programa quando contactados.

Os próprios camponeses, queixam-se também do secretismo dos executores do ProSAVANA, na dispobilização de informações. Os camponeses, afirmam, por exemplo, que “**nós dissemos ao governo do distrito e do posto administrativo de que a vinda do ProSAVANA, tem uma política secreta**<sup>155</sup>”. Funada-Classen (2013b), afirma também que maior parte das informações que, eram apresentados em seminários

---

<sup>155</sup> Esta informação foi extraída num documentário que versa sobre o ProSAVANA e pode ser visto na sua íntegra em: <https://youtu.be/nNwNt1eBKno>. Acesso: 28/12/2016.

sobre o ProSAVANA, eram mantidos em segredos e se divulgado, não era por completo. Este cenário transparece, ser a estratégia “montada” pela própria JICA e neste proceso, podemos inferir que as autoridades moçambicanas, estavam apenas a cumprir questões protocolares. A forma sigilosa da atuação, incluía também as empresas contratadas pela JICA no âmbito de prestação de serviços. Uma das cláusulas, era que as mesmas, não poderiam em nenhum momento divulgar informações, tanto sobre a própria JICA, como também sobre o ProSAVANA. No contrato de prestação de serviços, a JICA afirma o seguinte:

**“A contratada poderá manter segredo sobre toda e qualquer informação relacionada com a JICA e com o projeto que venha a ser do seu conhecimento durante o período de execução dos serviços bem como outros termos constantes de Acordo de Confidencialidade assinado pelas partes, o qual torna-se parte integrante deste contrato”** (grifo meu).

Talvez, a justificação de tudo quanto aconteceu, desde a concepção do próprio programa, assinatura do acordo e também a forma como decorreu a primeira fase da sua implementação, esteja nesta cláusula imposta pela JICA. É por isso, que mesmo solicitando informações, tanto na contraparte da brasileira, japonesa, como na moçambicana sobre o ProSAVANA, notava-se uma certa confidencialidade. Os japoneses e os brasileiros preferiam “jogar” as responsabilidades ao governo moçambicano para responder (alegando ser ele o “dono legítimo” do programa) e este último, usava o argumento de escrever-se e depois enviar-se para os correios eletrônicos como estratégia de ignorar aquilo que no seu entender, poderia colocar em causa o programa. Mosca e Bruna (2015, p. 23), argumentam, por exemplo, que quando há debates, auscultações e/ou consultas públicas “os documentos são apresentados de forma resumida e, em muitos casos, as perguntas e dúvidas não são esclarecidas sendo remetidas para posterior encontros ou, simplesmente ficam sem resposta”.

Estes aspectos, foram confirmados durante a pesquisa de campo realizada em 2016, após ter enviado à coordenação do ProSAVANA do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA). O questionário enviado, continha 15 questões e destas apenas duas foram respondidas e o restante, a coordenação do ProSAVANA, indicou-nos para que lêssemos o Plano Diretor versão zero. Em relação as questões não respondidas, a coordenação do ProSAVANA, afirmou que **“relativamente às questões 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, sugerimos a leitura atenta do Plano Diretor do ProSAVANA<sup>156</sup>”**, como se todas as respostas estivessem lá. Portanto, ao colocarmos

---

<sup>156</sup> Entrevista cedida pela coordenação do ProSAVANA do MASA, realizada no dia 23 de Maio de 2016.

estas questões para serem respondidas, era no sentido de termos mais esclarecimentos sobre o ProSAVANA, mas como se vê, preferiram ser mais confidenciais sobre certos assuntos que provavelmente, não podem ser de conhecimento público.

#### 4.5.1- Militarização e elitização das auscultações e/ou consultas públicas

Quando os executores do ProSAVANA, convidaram organizações da sociedade civil, camponeses e suas lideranças para participarem nas auscultações e/ou consultas públicas, estes últimos esperavam que fosse apenas um diálogo entre ambos. Esperavam também que, fosse apenas um momento em que as comunidades locais, poderia expor suas ideias e dizer o achavam do programa. Mas, foi ao contrário do que se imaginava, eis que estes são surpreendidos com uma ação contra os seus direitos, sobretudo, a liberdade de expressão. Por exemplo, a constituição da república de Moambique no artigo 48, número 2, emana que **“o exercício da liberdade de expressão, que compreende nomeadamente, a faculdade de divulgar o próprio pensamento por todos os meios legais”** (grifo meu), e como veremos mais em diante, não foi o que aconteceu. Dois fenômenos distintos, mas que ocorriam ao mesmo e no mesmo lugar, caracterizaram este processo, entre eles a *«militarização»* e a *«elitização»* das próprias auscultações e/ou de consultas públicas e neste último caso, veremos mais em diante.

A militarização das auscultações e/ou consultas públicas que se refere neste trabalho, *“considera-se a presença de responsáveis das polícias fardados (e em um caso armado) extremamente despropositada, podendo-se considerar ato intimidatório”* (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 25, itálicos dos autores). O processo de consultas públicas, foi marcada por atos de intimidações e agressões dos que se posicionavam contra a implementação do ProSAVANA e **“quando necessário, repressão contra as reivindicações das comunidades e coerção psicológica contra os críticos do Programa”** (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 9, grifo meu). O ponto auge deste fenômeno, ocorreu no dia 11 e 12 de Janeiro de 2016, em Nampula, num encontro organizado pela MAJOL, que terá sido contrariada pela JICA.

Segundo o comunicado de imprensa da UNAC, este encontro tinha por finalidade **“perceber as atitudes e pensamentos das organizações da sociedade civil em relação ao ProSAVANA”**. Além de servir apenas como um diálogo entre os executores do ProSAVANA representados pela MAJOL, com as organizações da sociedade civil em representação dos camponeses, eis que o ambiente se transformou de agressões e de insultos sendo estes últimos, vítimas. Vale apenas lembrar, que a MAJOL quando

organiza o encontro, no seu convite, dizia portanto, que era para as organizações da sociedade civil, participarem de um “seminário de divulgação do estudo do OMR<sup>157</sup>” e não necessariamente, uma conversa como esta, teria se referido. Acredita-se que, a MAJOL, terá utilizado a ideia de divulgação do estudo do OMR, para “ocultar” a sua verdadeira missão que, era acima de tudo, penetrar-se no meio das organizações da sociedade civil, para mais tarde cooptá-las. Por exemplo,

A MAJOL quando é contratada, ela começa a contatar as organizações e os camponeses dizendo que ela tinha sido contratada para entrevistá-las para ouvir, o que de fato elas querem que aconteça em Moçambique. Dizia que aquele ProSAVANA, tinha sido interrompido e já não existia mais, então os governos aceitaram parar o ProSAVANA conforme era a demanda da carta aberta e começar um novo processo, quando na verdade, não era esse o seu mandato, era apenas uma estratégia para penetrar no seio das organizações dos camponeses<sup>158</sup>.

Neste encontro, fizeram-se presentes as organizações como a UNAC, Justiça Ambiental, ADECRU, Comissão de Justiça e Paz das Dioceses de Nampula e de Nacala, OMR, Fórum Terra, só para citar alguns exemplos. Embora, a MAJOL, tenha afirmado que o encontro, era uma organização conjunta com o OMR, mas “o OMR assumiu que não tinha organizado aquele encontro, simplesmente foi chamado para partilhar os resultados do seu estudo<sup>159</sup>”. O próprio representante do OMR, afirmara que “o que o OMR faz, é revelar os resultados das pesquisas, não temos nenhuma relação direta com os doadores e nem com o governo moçambicano<sup>160</sup>”. Neste encontro, houve contradições entre a MAJOL e as organizações da sociedade civil que, eram na sua maioria da «*ala anti-ProSAVANA*». Tudo começa quando este grupo, questiona a MAJOL, por esta afirmar que o ProSAVANA, já não existia mais, ou seja, que ele, teria terminado e que estas organizações teriam vencido a “batalha”. Um dos militantes da UNAC, descreve como tudo começou:

Nós estávamos lá na sala e começamos a desconstruir aquela estratégia deles [representantes da MAJOL], mostrando que havia documentos e que havia provas bastantes que mostrava que era tudo contrário e começamos a perguntar, vocês podem repetir? A JICA é que disse que o ProSAVANA acabou? Eles [representantes da MAJOL] já não queriam responder por que sabiam que estavam a lhe comprometer. Então, com esse processo todo, eu, Vicente, o representante das coordenações de Justiça e Paz, o pessoal da ADECRU e alguns camponeses, conseguimos espelhar naquela sala que aquela reunião tinha outros objetivos ocultos, que eram objetivos de criar-se um mecanismo<sup>161</sup>.

---

<sup>157</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.

<sup>158</sup> Entrevista realizada no dia 18/06/2016.

<sup>159</sup> Entrevista realizada no dia 18/06/2016.

<sup>160</sup> Entrevista realizada no dia 25/05/2016.

<sup>161</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.



Então, “quando o pessoal da MAJOL se apercebeu que a estratégia dela tinha sido desmantelada”, e é quando “de forma agressiva e numa cena que somente não resultou num espetáculo de pancadaria devido a pronta intervenção dos seus colegas que o impediram e o retiraram da sala de eventos, João Lamela insultou os ativistas acusando-os de serem marginais e antidesenvolvimento”, revela o comunicado de imprensa da UNAC. Neste comunicado, a UNAC descreve ainda que, “Lamela, visualmente transtornado e fora de si, proferiu ainda outras expressões fortemente insultuosas omitidas [...] por questões de sensibilidade a respeito com os nossos leitores”.

Ainda de acordo com este documento, “ato, qualificado de intimidatório pelos visados, aconteceu depois de uma acesa discussão envolvendo os consultores da MAJOL Consultoria e Serviços, Ltd”. A UNAC, avança ainda que, isto deveu-se pelo fato dos ativistas visados, terem “se posicionado contra o ProSAVANA e a ideia de constituição de um Comité Consultivo do ProSAVANA”. Um dos ativistas visados, descreve na primeira pessoa os momentos que viveu da seguinte maneira:

A mim pessoalmente, não me parece que agressão fizesse parte da estratégia inicial de intimidação deles, porque eu entendo que foi o perder do controlo quando eles se aperceberam que a estratégia deles, tinha sido desmantelada, tinha sido travada naquela reunião. Um dos consultores partiu para a via mais violenta de agressão, porque os outros instrumentos de intimidação, de manipulação tinham falhado. Repare que na sala, chegaram a fazer um apelo direto para a presidente da UNAC, dizendo que não éramos funcionários da UNAC, que deveriam ter cuidado conosco e deveríamos ser expulsos<sup>162</sup>.

Este episódio, teve uma repercussão internacional, pois deixou muitas organizações da sociedade civil e movimentos sociais preocupados e em última instância, mandaram uma carta de solidariedade, a exemplo da CPT (Comissão Pastoral da Terra) do Brasil. Numa carta de solidariedade, a CPT descreve o seguinte:

[...] nós, representantes de movimentos do campo, de organizações da sociedade civil, de sindicatos, de entidades religiosas e de outros movimentos sociais do Brasil integrantes da Campanha Internacional “Não ao ProSavana”, [declaramos] “irrestrito apoio e solidariedade aos representantes da União Nacional de Camponeses (UNAC) diante das ameaças e tentativas de agressões físicas que sofreram no dia 11 de janeiro de 2016”. A CPT, enquanto Articulação das CPT’s do Cerrado participou do encontro<sup>163</sup>

Os camponeses e suas lideranças, não escaparam das intimidações perpetradas pelos executores do ProSAVANA. Segundo descreve um dos militantes da União Nacional de Camponeses, vendo-se vencidos,

---

<sup>162</sup> Entrevista realizada no dia 18/05/2016.

<sup>163</sup> Disponível em: <http://www.pacs.org.br/2016/01/26/organizacoes-do-brasil-manifestam-solidariedade-aos-representantes-da-uniao-nacional-de-camponeses-de-mocambique-diante-das-ameacas-e-agressoes-fisicas/>. Acesso em: 15/08/2016.

Os proponentes do ProSAVANA, começaram a adotar um conjunto de estratégias de propaganda de manipulação, de intimidação e até de perseguição que foram sendo concretizados e ensaiados através dos governos distritais e locais. Repare que em 2013, o antigo governador da Zambézia Joaquim Veríssimo, chegou a dizer publicamente num comício popular que, aqueles que ousassem recuar o ProSAVANA, iriam a cadeia e não foi dito isso em privado, foi uma mensagem muito forte para os camponeses da Zambézia. Em Lichinga em 2013, o presidente da UNAC, foi ameaçado numa sala pelo coordenador do ProSAVANA de Nampula, dizendo que ele deveria ter cuidado com as posições, com as opiniões, que ele estava a defender e aquilo numa sala onde tinha cerca de 150 pessoas<sup>164</sup>.

Esse cenário, foi confirmado também pela União Provincial de Camponeses de Nampula, braço direito da UNAC e no depoimento abaixo, transcreve-se este fato:

Aqueles camponeses que tentam levantar contra, são conotados que são contra o desenvolvimento, de que são esses que desinformam as comunidades e que, se calhar até são distinguidos como de cores partidárias diferentes daquele do partido no poder. Então, é esse cenário que se vive, nós dizemos que não houve consulta em função do ProSAVANA, porque o que aconteceu foram intimidações em toda área que aconteceram esses trabalhos<sup>165</sup>.

Além das ameaças de prisões, intimidações, os camponeses eram também forçadas a irem para as “consultas públicas” e abaixo transcreve-se:

O governo não poderia levar-nos a força para nós podermos aceitar. Numa casa onde que há mata-bicho, lanche almoço, jantar, as crianças sempre se habituam, no dia que o pai não trazer aquilo ali, os filhos procuram saber, quando procurarem saber o pai vai lhes levar a cadeia ou ameaçar levar-lhes a cadeia? Então, onde nós fomos notar e fomos descobrir que esse programa ProSAVANA não vai dar-nos impactos positivos, é por certas ameaças de alguns funcionários do aparelho do Estado que nos obrigam, nos ameaçam em nos meter na cadeia, nos ameaçam em matrar-nos. Então, nós sentimos que não é possível uma coisa dessas, as pessoas estar nos obrigar para nós podermos aceitar<sup>166</sup>.

A mobilização coercitiva e a violência psicológica, são alguns dos aspectos que marcaram o processo de auscultação e/o consultas públicas no âmbito da implementação do ProSAVANA. Neste processo, quem negasse ir aos encontros, era em seguida notificado pelas lideranças locais, para este justificar o motivo da sua ausência. Partilhando a sua experiência, um camponês diz, por exemplo, que,

Eu que estou a falar com a minha esposa, fomos notificados no gabinete do senhor chefe do posto porque nós não precisamos o ProSAVANA. O que está acontecer é de quem vai lá é o administrador com o seu grupo armado, armado refiro polícias. A população sentem-se ameaçada e, é uma obrigatoriedade, não é da nossa livre vontade. Então, é assim que está acontecer, o ProSAVANA não tem tido detalhe na própria comunidade, a comunidade não sabem, é obrigada ou alguém chega lá e assina invocando o nome dos camponeses<sup>167</sup>.

---

<sup>164</sup> Entrevista realizado no dia 18/05/2016.

<sup>165</sup> Entrevista realizada no dia 14/02/2016.

<sup>166</sup> Entrevista realizada no dia 16/02/2016.

<sup>167</sup> Entrevista realizada no dia 16/02/2016.

As intimidações que foram acontecendo com o decorrer do tempo, já tinham sido apontadas em 2013, na carta aberta endereçada aos dirigentes dos três países integrantes do programa (Brasil, Japão e Moçambique). Esta carta, denunciava que no Corredor de Nacala, estavam a ocorrer fenômenos como, **“a manipulação de informações e intimidação das comunidades e organizações da sociedade civil que se opõem ao ProSAVANA, apresentando alternativas sustentáveis para o setor agrário”** (grifo meu). Em 2016, a UNAC no seu comunicado de imprensa, voltou a destacar estes aspectos, apontando que no âmbito da implementação do ProSAVANA, ainda ocorriam **“atos de perseguições, intimidações [...] de camponeses [...] e dos seus ativistas [...] protagonizados por alguns dos membros da equipa da implementação do ProSAVANA”** (grifo meu).

Essas intimidações, foram sendo perpetrada muitas das vezes (e/ou quase sempre) pela elite política moçambicana, e por sinal a signatária desta iniciativa. Num momento em que as alertas sobre este modelo de desenvolvimento que entra com o ProSAVANA, saíam quase de todos os cantos e de todos os segmentos sociais, sobretudo, os riscos que se incorrem com a sua implementação (a começar com próprio lugar e as pessoas que o habitam), as mesmas eram ignoradas por parte das autoridades moçambicanas. O Ministro da agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco em representação do governo moçambicano durante o processo de auscultação pública, primeiro lançou um aviso prévio e bem claro para os intervenientes, apontando que **“todas as intervenções no debate devem ser patrióticas”** (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 25-26, grifo meu).

O patriotismo que José Pacheco pedia e/ou apelava que se pautasse aos intervenientes, acentava-se na não crítica ao ProSAVANA, pois na sala onde estava a realizar-se a auscultação “pública”, estava lotada de membros de organizações da sociedade civil integrantes da *«ala anti-ProSAVANA»*. Depois do aviso, José Pacheco clarificou ainda, asseverando que, **“não venham aqui com agendas obscurintistas ... Estamos firmes nesta missão”** (Mosca & Bruna, 2015, p. 26, grifo meu) e ameaçou, **“qualquer obstáculo que apareça vamos atropelar e passar para a frente”** (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 26; @Verdade, 2015, p. 1, grifo meu). Afirma-se, que esta auscultação pública, **“foi mais uma batalha: de um lado da sala os representantes dos MASA, e dos Governos do Japão e do Brasil, e do outro lado alguns camponeses e os representantes das OSC<sup>168</sup>”** (grifo meu). No tocante atuação do

---

<sup>168</sup> Edição Nº 342 do dia 17 de Junho de 2015, p. 1.

ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, durante o processo de auscultação pública, Boaventura Monjane, descreve o seguinte cenário:

“O luxoso Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, acolheu hoje, 12 de Junho [de 2015], uma das mais polémicas e difíceis auscultações públicas que já se teve no setor da agricultura nos últimos anos. O ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, presidiu em pessoa e moderou o ato – o debate. Não é comum em Moçambique um ministro participar e liderar uma Auscultação ou Conusulta Pública. A razão era deveras “nobres”. O evento fortemente concorrido. Toda a nata do Ministério da Agricultura esteve presente, incluindo o antigo ministro e antigos quadros “colossais” daquele ministério. Os diretores provinciais da Agricultura também foram devidamente mobilizados. O Brasil e o Japão enviaram as figuras mais emblemáticas da sua diplomacia em Moçambique para, seguramente, representar Brasília e Tokio. [...] Era visível a presença de uma ala com a missão de banalizar o ProSAVANA e provar que não há nada de mal com o programa. Desde representantes de empresas que já operam na região do Corredor de Nacala, Diretores provinciais não identificados como tal, agricultores de grande escala e até alguns camponeses locais, devidamente preparados para desacreditar o trabalho dos denunciantes do ProSAVANA. Mas a tentativa fracassou. **As posições das organizações da sociedade civil vincaram de tal maneira que o ministro Pacheco, na qualidade de moderador, retirou palavra a um dos grupos de cinco participantes, dentre eles o acadêmico e progressista João Mosca e a ativista feminista Graça Samo. Pacheco recomendou que tais participantes enviassem as suas contribuições por escrito**<sup>169</sup>” (grifo meu).

Como podemos ver, os críticos que tiveram a coragem de levantarem a sua voz, foram dito que pudessem fazer as suas contribuições e/ou opiniões por escrito, para depois enviá-las. A mesma situação, é verificada também na contraparte japonesa, onde,

“os atores do ProSAVANA, pessoal da JICA e consultores japoneses, que não aceitam as reivindicações da sociedade civil moçambicana, também se juntam para denunciar como sendo apenas uma parte da sociedade civil, **dizendo que estão a criticar o ProSAVANA porque pertencem a um partido da oposição, espalhando esta mensagem errónica para se justificarem**” (FUNADA-CLASSEN, 2013a, p. 24, grifo meu).

A mesma fonte destaca ainda que, “**alguns, foram mesmo mais longe, dizendo que, dado que os moçambicanos não sabem escrever português bem devem ser brasileiros que estão a escrever estas declarações e informações**” (FUNADA-CLASSEN, 2013a, p. 24, grifo meu). A autora revela ainda que, essas palavras foram proferidas pelo então, Ministro dos Transportes moçambicano, Paulo Zucula, durante conferência realizada no Japão e terá afirmado que, “**os moçambicanos são analfabetos [...] tem que haver alguém por de trás deles que escreveu [A carta Aberta]**” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 24, grifo meu). Isto foi confirmado por um dos militantes da UNAC, sobretudo, na província da Zambézia, onde diz, por exemplo, que a quando da elaboração carta aberta, o senhor “**Zucula tinha dito que não foram**

---

<sup>169</sup> Extraído em: <https://adecru.wordpress.com/2015/06/15/auscultacao-publica-sobre-o-prosavana-ministro-exige-intervencoes-ptrioticas-e-ativistas-abandonam-a-sala/#more-358>. Acesso: 29/09/2016.

**vocês [camponeses] que escreveram, foram outras pessoas que escreveram**<sup>170</sup>”. A UNAC no seu comunicado de imprensa, afirma, por exemplo, que,

“estes atos revelam um padrão normativo da atuação dos implantadores do ProSAVANA quando confrontados com opiniões diferentes, sobretudo, que desconstrõem as mentiras e as inverdades do discurso e da narrativa propagandística do ProSAVANA, expondo o escamoteamento das reais intenções deste programa”.

Vunjanhe (2014), entende que “a equipa trilateral do ProSAVANA é portadora de uma direção e pensamento problemático, perigoso e contra os interesses soberanos dos camponeses e das camponesas”. Jeremias Vunjanhe (2014) vai mais além e destaca que,

“Em Moçambique, as equipas conjuntas do ProSAVANA envolvendo Moçambique através do Ministério da Agricultura, Brasil por meio da Agência Brasileira de Coperação-ABC e Japão por intermédio da Agência de Cooperação Internacional do Japão-JICA encarregaram-se por construir uma farsa pretensa arquitetura de diálogo durante a qual a estratégia principal foi omitir e distorcer toda a informação relevante além de manipular, intimidar e ameaçar representantes de comunidades camponeses, ativistas, líderes das organizações da sociedade civil e movimentos sociais que se opõe ao ProSAVANA” (VUNJANHE, 2014).

As organizações da sociedade civil, que estiveram a acompanhar o processo de auscultação pública, no Centro de Conferências Internacional Joaquim Chissano, segundo informação avançada pela União Provincial de Camponeses de Nampula, condenaram a atuação do ministro da Agricultura e Segurança Alimentar e o depoimento abaixo, confirma este fato.

A LDH, na pessoa de Alice Mabote, logo condenou ao ministro que o senhor ministro está muito errado, não pode ameaçar o povo e não pode nos ameaçar, nós que viemos participar esta consulta pública. E aquela consulta pública não se despediu principalmente nós que defendemos a classe camponesa, acabamos abandonando a sala, deixando o ministro na sala porque o discurso dele foi muitíssimo errado<sup>171</sup>.

Mosca e Bruna (2015, p. 25), avaliam a atuação do ministro, José Pacheco, durante o processo de auscultação pública, como sendo “**uma manifestação de autoritarismo e ausência de vontade de diálogo**” (grifo meu). Um dos representantes de camponeses, faz o seguinte comentário sobre atuação de José Pacheco:

Os discursos de Pacheco [quando aparecem ao público] parece que ele veio de outro país, que veio trabalhar aqui, parece [até] que não tem irmão. Mesmo no encontro que estávamos com ele em Maputo junto com a UNAC, discursos dele nós não gostamos. Até se fosse que se pedem ao presidente, íamos pedir para tirar ou demitir o José Pacheco, porque ele não tem aquele diálogo de irmandade, sempre ele é agressivo. Portanto, esse discurso, é um discurso ameaçador, é que o nosso governo está ameaçar o seu próprio povo, isto é que é muito lamentável<sup>172</sup>.

---

<sup>170</sup> Entrevista telefônica realizada no dia 15/01/2016.

<sup>171</sup> Entrevista realizada no dia 14/02/2016.

<sup>172</sup> Entrevista telefônica realizada no dia 15/01/2016.

Mesmo ameaçadas e/ou intimidadas, as organizações da sociedade civil e entre outras pessoas que permaneceram na sala, não deixaram de dar o seu contributo com vista a melhorar os aspectos tidos como negativos do ProSAVANA. Segundo João Mosca e Natacha Bruna (2015), o governo por meio de José Pacheco, terá afirmado que:

*“Durante a reunião, foram colocadas diversas preocupações e recomendações dos segmentos ali representados, as quais foram devidamente registadas pela coordenação do ProSAVANA para que sejam esclarecidas e, por conseguinte, que orientem a elaboração do Plano Diretor. Questões sobre terra, meio ambiente e proteção dos recursos naturais, para além do tema financiamento ao produtor, acesso a serviços e insumos agrícolas, mudanças climáticas e desenvolvimento de infraestruturas foram os pontos de maior destaque das intervenções registadas no evento” (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 26).*

E neste processo, não faltaram promessas, e como sempre, José Pacheco, terá prometido aos presentes durante o processo de “auscultação pública” o seguinte:

*“A partir de agora, as equipas técnicas irão analisar as contribuições obtidas aos diversos níveis de debate e elaborar a síntese de todas as questões e recomendações obtidas ao longo de todo o processo, o qual será novamente divulgado e serão a base para formulação do Plano Diretor” (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 26).*

Na hora de implementação, é que houve problemas. Novamente as organizações da sociedade civil, sobretudo, as suas contribuições, foram marginalizadas na elaboração dos documentos, embora o MASA, tenha prometido que poderia incluí-las no âmbito da elaboração do Plano Diretor. Este fenómeno, contribuiu para a intensificação das lutas e resistências contra a implementação do ProSAVANA, protagonizadas pelas organizações da sociedade civil, organizações de camponeses, congregações religiosas e entre outros segmentos sociais.

O fenómeno de «elitização» em questão neste trabalho, trata-se da participação no processo de auscultação e/ou de consultas públicas, de pessoas majoritariamente, funcionários do Estado e de membros do partido no poder, a Frelimo. Faziam parte deste processo, professores, médicos, enfermeiros, agentes da polícia, diretores dos serviços distritais de atividades económicas, diretores das escolas, administradores distritais, jornalistas, Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), estes dois últimos braços direitos do partido no poder, a Frelimo. Esta situação, foi confirmada pela União Provincial de Camponeses de Nampula e a seguir transcreve o depoimento de um dos seus representantes.

[...] para uma consulta do distrito tinha algumas pessoas indicadas pelo próprio governo do distrito, participavam os diretores das escolas secundárias, alguns enfermeiros ou médicos, agente da polícia, alguns extencionistas, esses que não poderiam contribuir a favor do camponês, contribuía a favor do governo. Para nós podermos participar, às vezes éramos perguntados, quem vos convidou para vir participar esta consulta

pública? Mas nós, dissemos [...] que apanhamos na *internet*, o convite que está ali, são consultas públicas e abertas, não tem nenhuma limitação<sup>173</sup>.

Outro, faz o seguinte comentário:

Eu participei em Gurué um dia com essa equipa provincial, quem estava lá só eram régulos, estavam lá os diretores de educação, saúde, do governo. A maioria que estava lá, era do governo que nunca dizem não, só dizem sim, [defendendo] o pão deles, não havia população<sup>174</sup>.

Os camponeses que participavam, além de serem previamente escolhidas e/ou identificados, eram também membros afiliados ao partido no poder, a Frelimo. Um dos representantes de camponeses da União Provincial de Camponeses de Nampula, sinaliza que quando se “entrava ali na sala apanhava umas 15 ou 20 pessoas escolhidas, pessoas que fazem parte e ligadas ao governo do distrito, ao governo do posto administrativo<sup>175</sup>”. Neste processo, após os camponeses serem escolhidos, eram de seguida, instruídos para intervir e caso possível, impedir e/ou rebater intervenções de outros camponeses, cujas posições, eram contra o ProSAVANA. Um dos representante da União Provincial de Camponeses de Nampula, descreve o seguinte cenário:

O que acontece, é que são levadas até pessoas de uma região para outra região que vão sufocar a opinião daqueles que estarão lá. Então, existe aqui um preenchimento dos espaços das salas, onde acontecem as consultas públicas, transferem uma pessoa de outro distrito que já tem alguma orientação de opinião a ser dada naquela sala e dizem, queremos aqui a sua opinião. E aqueles que foram trazidos de lá, dizem que nós queremos<sup>176</sup>.

Portanto, olhando para a configuração dos participantes nas auctuações e/ou consultas públicas, onde na sua maioria, eram funcionários públicos, pode-se dizer que eles, estes representavam mais os interesses do partido no poder, que os dos camponeses. Fazendo uma radiografia de como o processo de implementação do ProSAVANA, decorreu nesta fase, ficam dúvidas, se na verdade este programa, visa beneficiar as populações afetadas. A conotação de membros de algumas organizações da sociedade civil, sobretudo, aquelas que se mostraram críticos ao ProSAVANA, tidos como anti-desenvolvimentistas, conspiradores, membros de partidos da oposição, são alguns aspectos que aumentam estas dúvidas. Além do intenso processo de cooptação das organizações da sociedade civil, os aspectos como, por exemplo, a “*militarização*” e “*elitização*” das auscultações e/ou consultas públicas, mobilização coercitiva, violência psicológica, intimidação e agressões dos que têm posicionamentos contrários aos dos executores do ProSAVANA, justificam também estas dúvidas.

---

<sup>173</sup> Entrevista realizada no dia 14/01/2016.

<sup>174</sup> Entrevista telefônica realizada no dia 15/01/2016.

<sup>175</sup> Entrevista realizada no dia 14/02/2016.

<sup>176</sup> Entrevista realizada no dia 14/01/2016.

## CAPÍTULO 5

### RISCOS OMISSOS NO PROGRAMA PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE

Este capítulo, procura trazer o debate sobre o processo de modernização agrícola, o qual se pretende empreender pelo ProSAVANA no Corredor de Nacala. Essa necessidade surge por causa de alguns discursos que legitimam a sua implementação, além de serem “paradoxiais”, são ao mesmo tempo paradigmáticos, tendo em conta os resultados do PRODECER no cerrado brasileiro, programa o qual o ProSAVANA se inspira. Portanto, este capítulo procura, não só desmistificar alguns *mitos* que estão presentes no documento oficial do ProSAVANA, sobretudo, no Plano Diretor versão zero, como também procura desvendar os riscos omissos neste mesmo programa. Ao travar esta análise, procura-se com ela, contribuir para o debate paradigmático imposto pelo ProSAVANA e as contradições que são geradas pelo modelo de produção proposto para a modernização do Corredor de Nacala, sobretudo, por onde ele se territorializa.

#### **5.1- O que significa modernizar o Corredor de Nacala através do ProSAVANA enquanto agronegócio?**

O Corredor de Nacala como avançamos anteriormente, faz parte dos seis corredores de desenvolvimento existente em Moçambique até então, onde também são alvos do capital estrangeiro (capítulo 2). O processo de modernização em curso no Corredor de Nacala pelo ProSAVANA, está associada ao fracasso das políticas e estratégias localmente elaboradas para o desenvolvimento do setor agrícola como avançamos anteriormente (ver capítulo 3). Cronologicamente, o termo “modernização” na agricultura moçambicana, não é tão novo nos discursos governamentais. Pelo contrário, ele é mais antigo que o próprio ProSAVANA, pois vem desde os primeiros anos da independência do país, tendo sido iniciado pelo então, governo Samora Machel (1975-1986), através do programa de “*socialização do campo*”. De lá para cá, “modernizar” o setor agrícola moçambicano, ficou como se fosse, um «*hino nacional*», pois esta palavra, está sempre na «*ponta da língua*» das autoridades moçambicanas.

As autoridades moçambicanas tentaram várias vezes através de políticas agrárias internamente “elaboradas”, modernizar o setor da agricultura, mas os seus resultados até então, não são satisfatórios (para não dizer que foram um *fracasso*). Para sair-se desta “vergonha”, o governo moçambicano, tem estabelecido alianças com o capital estrangeiro por via programas de cooperação, no sentido de ser este último levar a cabo ações modernizatórias por meio de grandes corporações agrícolas. Com o advento do



governo Guebuza em 2005, notou-se em Moçambique uma viragem no discurso político rumo a este sonho e, é a partir daí que começa-se, portanto, a abrir-se “portas” para a entrada de programas e/ou estratégias de desenvolvimento externas, numa tentativa de alcançar a tal “querida” modernização agrícola. Aliás, o ProSAVANA, enquanto estratégia de modernização do setor agrário moçambicano, surge durante o governo Guebuza (2005-2015) e o atual governo Nyusi (2015 - ...), apenas está a dar continuidade iniciativas do seu antecessor. Durante a visita do presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan, o presidente Filipe Jacinto “Nyusi”, afirmou o seguinte:

O governo moçambicano de acordo com o seu programa quinquenal de governação elegeu áreas em que incide a sua atuação, nomeadamente: a agricultura, infra-estrutura, energia e turismo [...]. **Na agricultura temos vindo a mobilizar esforços nacionais e do setor privado com vista a alcançar a auto suficiência alimentar e aumentar a renda. Para este fim, consideramos importante explorar a cadeia de valor com ênfase para o agronegócio onde o nosso potencial da agricultura pode e deve beneficiar da crescente procura de alimentos tanto ao nível nacional como global**<sup>177</sup> (grifo meu).

Além de ambiguidades e contradições, observa-se neste discurso que o agronegócio, é o principal foco do governo Nyusi (2015---) em detrimento do setor familiar que, é a base de alimentação de milhões de moçambicanos, tanto no meio rural, como no urbano. A emergência destas iniciativas no Corredor de Nacala, têm descartado qualquer possibilidade do campesinato, ser um ator importante no processo de desenvolvimento do país. O ProSAVANA, enquanto estratégia de modernização agrícola do Corredor de Nacala promovida pelo governo moçambicano, surge por meio deste discurso da classe dominante, com estereótipos, segundo os quais, o campesinato moçambicano, é «ineficiente» e em última instância, «*não competitivo*». Em outras palavras, o campesinato, é visto pelas autoridades locais, como sendo incapaz de levar Moçambique (rumo) ao desenvolvimento socioeconômico.

A partir deste momento, o campesinato moçambicano, é por sua vez declarado pelo discurso da classe dominante, como sendo um atraso e/ou mesmo um obstáculo ao desenvolvimento, daí que surge a necessidade de substituí-lo pelas grandes corporações capitalistas. O discurso atual no seio das autoridades moçambicanas, apenas privilegia a mudança na estrutura produtiva do país, sob ponto de vista da agricultura capitalista e desconhece-se, portanto, outras formas produtivas que não sejam capitalistas. O agronegócio, é visto pelas autoridades moçambicanas como “salva vidas”, ou seja, a única alternativa e/ou via para alcançar-se o desenvolvimento. O governo

---

<sup>177</sup> Extrato do discurso proferido pelo presidente Filipe Jacinto “Nyusi” e pode ser visto na sua íntegra em: <https://youtu.be/kcs0RNRsWc4>. Acesso: 29/01/2017.

moçambicano, ao incentivar iniciativas virados para o agronegócio, entende que problemas como, por exemplo, a fome, a miséria e o desemprego, têm dias contados em Moçambique. É com estas profissões, que o ProSAVANA, se territorializa em 2009, no Corredor de Nacala, por meio de uma cooperação internacional. Mas, afinal de contas, o que significa modernizar o Corredor de Nacala através do ProSAVANA enquanto do agronegócio? É por aqui que partiremos com o nosso debate.

Modernizar uma agricultura através do agronegócio, não é um processo simples como as autoridades moçambicanas, pensam ser. Pelo contrário, é um processo muito complexo que materializado, pode levar tanto a reestruturação produtiva, como o (re)ordenamento territorial, apenas sob lógica capitalista. É preciso entender ainda que, o processo de modernização do campo, vem servindo apenas como uma estratégia de territorialização do próprio capital em lugares considerados por ele, como sendo atrasados. Além dos camponeses que se encontram locais no Corredor de Nacala, serem considerados pobres, pelo fato destes apegarem-se aos meios de produção primitivos, surge a ideia da sua transformação, já que é tido como um lugar atrasado.

Aliás, como os próprios camponeses ao longo do Corredor de Nacala, afirmam que, quando os brasileiros chegaram em seus territórios, disseram-lhes que, “**nós queremos vos mostrar a nova tecnologia que é para vocês avançarem melhor**”<sup>178</sup>, como se os seus saberes, não servissem para nada. Funada-Classen (2013b), revela que esta atitude, é a mesma perpetrada pela JICA aos camponeses brasileiros no âmbito da implementação do PRODECER. Segundo a autora, quando os japoneses chegaram no cerrado brasileiro, informaram aos camponeses locais que, “**vamos ensinar-lhes como trabalhar a terra**” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 39, grifo meu). Aqui, nota-se que os agricultores brasileiros, apenas estão a reproduzir a mensagem e/ou o discurso da classe dominante, neste caso, dos japoneses a quando da territorialização do capital nipônico no território brasileiro, sobretudo, no cerrado.

É importante realçar ainda que, a modernização do Corredor de Nacala, que está a ser imposta pelo ProSAVANA, simboliza o discurso da classe dominante executada de “*cima para baixo*” e não no sentido contrário. Neste processo, nota-se uma ignorância (quase) total de outras práticas, que não sejam da sua lógica de produção. O ProSAVANA, trás consigo uma visão de desenvolvimento, segundo a qual os camponeses locais, devem-se se aliarem a sua lógica de produção, neste caso voltada

---

<sup>178</sup> Esta informação foi extraída num documentário que versa sobre o ProSAVANA e pode ser visto na sua íntegra em: <https://youtu.be/nNwNt1eBKno>. Acesso: 28/12/2016. (grifo meu).

para o mercado. É preciso entender ainda que, a modernização da agricultura por via agronegócio, leva consigo a especialização produtiva do território, cabendo-lhe apenas a produção de certas *commodities* que são, portanto, do interesse do mercado global. O Corredor de Nacala, está a ser pensado desta forma pelas autoridades locais, e isto, é visível no discurso do ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, onde diz, por exemplo, que “**queremos transformar os camponeses do ProSAVANA em agricultores competitivos**<sup>179</sup>” (grifo meu).

Esta, é uma expressão tipicamente neoliberal, que significa nada mais, nada menos que, a desterritorialização das práticas preexistentes de produção, por forma a incorporar “novas”, desde as técnicas de produção às formas de gestão do espaço produtivo. É possível, visualizar-se dentro dos documentos oficiais do ProSAVANA e nos discursos dos seus executores que, esta iniciativa engendra uma organização e especialização do Corredor de Nacala, para apenas produzir certas culturas, sobretudo, as *commodities*, por forma atender os interesses do mercado internacional. Por exemplo, o cerrado brasileiro a quando da implementação do PRODECER, além de ser (re)ordenado e/ou padronizado para passar apenas a produzir monoculturas, este “**reestruturou o sistema produtivo baseando-se na competitividade do mercado**” (Pessoa & Inocêncio, 2014, p. 17, grifo meu), por forma a, “**atender os interesses internacionais**” (PESSÔA, 2015, p. 445, grifo meu). Há evidências suficientes para afirmar que o Corredor de Nacala através do ProSAVANA, não será diferente.

A ideia de transformar os camponeses locais em agricultores competitivos e de lhes ensinar a usar as “novas” tecnologias para avançarem melhor, visa exatamente em fazer deles, produtores de mercadorias e não necessariamente para diversificarem a sua produção como atualmente fazem. As alianças que estão acontecendo entre o ProSAVANA com outras iniciativas (ver capítulo 3), vêm ilucidar esta tentativa de apropriação do Corredor de Nacala pelo capital monopolista. Isto, leva-nos a concluir que o ProSAVANA, é apenas uma autoestrada de entrada do capital monopolista no Corredor de Nacala, fato que põe em risco todos saberes locais, sobretudo, as técnicas de produção usadas pelas famílias camponesas. Este processo, leva aquilo que Tomás Palau Viladesau (2008), chama de «**perda de soberania territorial**».

Em outras palavras, o Corredor de Nacala enquanto um território com estas iniciativas, está a incorrer o risco de perder a sua soberania, pelo fato de grande parte

---

<sup>179</sup> *Jornal @Verdade*, 2015, edição nº 342, p. 2.

das suas terras, estarem atualmente a serem ocupadas por empresas transnacionais, sobretudo, ligadas ao agronegócio. A chamada «*República Unida da Soja*», na América Latina que compõe a Argentina, a Bolívia, o Brasil e o Paraguai (Fernandes, 2008b; 2009) e a «*República das Bananas*» na América Central (Fernandes, 2009), surgiram da mesma forma, como está a acontecer atualmente no Corredor de Nacala. O que aconteceu nestes países, é que as empresas transnacionais, foram se territorializando por meio de um vasto processo de compra de terras, facilitando assim o controle do mercado mundial de agrocombustíveis. Este cenário, culminou com um recorte territorial destes territórios.

No Corredor de Nacala, o cenário é quase o mesmo e não podemos descartar a hipótese de termos no futuro, uma «*república de qualquer coisa*», caso a terra continue sendo alocada nas mãos das grandes corporações agrícolas. Por exemplo, as organizações da sociedade civil, organizações de camponeses e algumas instituições de pesquisas, têm procurado sem sucesso, dialogar com os executores do ProSAVANA para avançar-se com políticas públicas inclusivas, em que o camponês, é o centro das atenções. Mas, ao contrário disto, verifica-se resistências por parte dos executores do ProSAVANA, em acolher as suas ideias. A forma “romantizada” de como o ProSAVANA, vem sendo tratado pelos seus executores, cria uma imagem de que ele, é na verdade o próximo “milagre” e/ou a verdadeira solução dos problemas que enfermam a sociedade moçambicana (como a fome, miséria, etc.), mas, é apenas uma *ilusão*.

Além da “romantização”, há uma tentativa de “santificação” do ProSAVANA, na medida em que se diz, por exemplo, que ele pautará por “boas” condutas no âmbito da sua implementação, através do uso dos chamados “*Princípios de Investimento Agrário Responsável*” (PRAI), embora, impossível de materializarem-se sob ponto de vista do capital (ver seção 5.5). Essa olhar leva, portanto, a omissão de várias *mazelas* que este modelo de produção proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, tem trazido, tanto para a sociedade, como para a natureza, sobretudo, nos lugares por onde se territorializa. Estes discursos, têm sido, apenas “armas” de ação do próprio capital, quando quer se territorializar como um programa de desenvolvimento, num determinado lugar e o ProSAVANA, é parte desta construção ideológica.

Fabrini e Ross (2014, p. 7), entendem que o discurso positivista do agronegócio, muitas vezes “aponta para importância econômica do agronegócio” alegando que el, “seria responsável pela elevação da produção agrícola, geração de emprego, superávit da balança comercial, etc”. Se prestarmos atenção nos argumentos do ProSAVANA,

veremos que ele, aponta estes problemas como seu foco. Pessôa (2015, p. 443), chama atenção que, o agronegócio usa estes discursos, apenas para “minimizar as críticas, feitas pela sociedade civil, pelas organizações não governamentais e religiosas e também pelos sindicatos de trabalhadores rurais, à forma como os acordos são elaborados”. Se formos a prestar atenção, veremos que, sempre que o ProSAVANA, foi criticado pelas organizações da sociedade civil e organizações de camponeses, os seus executores, sempre alegaram que com ele, pretende-se melhorar a vida das populações afetadas. A modernização agrícola que se pretende empreender com o ProSAVANA, não é um processo simples, pois trata-se da incorporação dos chamados “pacotes modernos” e isto, implica a criação, tanto de novas paisagens, como também novas relações sociais de produção.

O que acontece neste processo, é que o arranjo socioespacial tradicionalmente produzido, aos poucos vai abdicando o seu espaço, ao “moderno”. Este processo, representa um grande risco para o campesinato, pois na medida em que vai ocorrendo a tal modernização agrícola, “vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito as relações sociais de produção” (NETO, 1982, p. 26). É a partir daqui onde começam as transformações estruturais. Se antes o camponês produzia para o seu consumo, com a implementação deste modelo, ele passa a produzir para o mercado e como será discutido mais em diante, a subcontratação a qual o ProSAVANA, está a incentivar pode agudizar ainda mais este fenômeno. Para que este cenário seja evitado, uma resistência organizada e coesa dos movimentos sociais e organizações de camponeses, pode ser o caminho a ser trilhado. Em Moçambique por causa do *divisionismo* que se verifica no seio das organizações da sociedade civil, este fato pode contribuir ainda para a materialização dos interesses dos executores do ProSAVANA que são, portanto, os de fazer dos camponeses locais, produtores de mercadoria.

Aliás, a transformação dos camponeses em produtores de mercadorias, é exclusivamente o interesse do governo moçambiano. Por exemplo, dos cerca de 4000.000 produtores que o país possui, segundo José Pacheco “cerca 600.000 já estão a beneficiar de pacotes tecnológicos avançados, portanto, podemos dizer que, já trabalham na perspectiva do agronegócio” e prevê ainda que “este número, no próximo ano, pode[rá] subir para 800.000<sup>180</sup>”. O avanço do ProSAVANA, pode levar o aumento deste número, já que o seu propósito, é transformar os camponeses locais em produtores

---

<sup>180</sup> Discurso proferido durante a sua visita ao Japão, extraído em: <https://youtu.be/HemyN3z7br0> [Jornal da Noite da STV, apresentado no dia 13/03/2017]. Acesso: 15/03/2017.

produtivos. Com isso, não pretendemos dizer que o campesinato no Corredor de Nacala, será exterminado com o avanço do capital, sobretudo, através do ProSAVANA. Pelo contrário, neste processo, sempre há resistências, tanto no âmbito da integração dos camponeses a lógica do mercado, como também contra a sua completa destruição pelas pelo capital. Este cenário, está a acontecer no Corredor de Nacala, desde que o ProSAVANA se implantou, e também, é possível visualizar estas resistências, através de outros programas em curso neste mesmo território.

Neste caso, a luta pela terra, pela soberania alimentar e contra a entrada de sementes geneticamente modificadas, como está a acontecer no Corredor de Nacala, além de simbolizar esta resistência contra a sua total destruição pelo capital, também revela a importância que os camponeses locais, dão as suas relações de produção. As observações feitas por Fabrini e Ross (2014) no campo brasileiro, revelam que a expansão do capital, não significou o fim do campesinato, mas sim, a sua recriação, e com ele, houve também uma diferenciação no seio dos camponeses, sendo alguns ricos e outros pobres. Quer dizer que, a expansão do ProSAVANA no Corredor de Nacala, além de ocasionar a recriação do campesinato, a hipótese de haver a estratificação dos camponeses, é maior, pois por onde o capital se territorializa, sempre tem sido assim.

Além do assalariamento que o camponês, foi condenado a viver, a permanência do campesinato no campo, simbolizou o seu sofrimento, criando assim largos espaços da sua subjetivação frente ao capital, onde os seus praticantes passaram a ser encarados como sujeitos sem conteúdo progressista. Modernizar o Corredor de Nacala através do agronegócio, como se pretende com o ProSAVANA, “significa desintegrar o preexistente, criar ordem pelo capital e para a burguesia e desordem para população, o povo e, sobretudo, para os trabalhadores” (SANTOS, 2014, p. 229). Significa também negar, “a trajetória histórica dos camponeses e dos trabalhadores da terra” e forçá-los “a adotar o moderno” (MENDONÇA, 2004 citado por INOCÊNCIO, 2010, p. 27). Por sua vez, este processo, significa forçar o camponês “a seguir um conjunto de técnicas desvinculados do modo tradicional de vida” (INOCÊNCIO, 2010, p. 27). A ideia de ensinar os camponeses do Corredor de Nacala, a usar “novas” tecnologias para seguirem melhor, vai neste sentido.

O ProSAVANA, deve ser analisado como qualquer outro programa virado para o (agro)negócio, isto é, o negócio agrícola. O modelo de produção em introdução no Corredor de Nacala pelo ProSAVANA, “retrata uma grande controvérsia [...] não de palavras ou de expressões, mas de [...] valores ins(es)critos no ato” e nas ações de

relação com a natureza” (Gratão, 2008, p. 469), olhando para o seu setindo devastador. Importa realçar ainda que, esta controvérsia, trata-se também de “distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial” (OLIVEIRA, 2007, p. 147).

Por isso, entendo que o ProSAVANA, está sujeito a várias contradições e, elas podem ocorrer a curto, médio e longo prazo e, quando isto for acontecer “**a tendência será a de que as vítimas procurem uma solução**” (MARTINS, 1991, p. 58, grifo meu). Esta situação no agronegócio, é normal, pois ele justificam, dizendo que o problema aqui, não é dele, alegando que, é do próprio campesinato que não consegue se adaptar as novas condições, mesmo que as ações dele, esteja a revelar que, estão a destruir a humanidade no seu todo. Este, é o “velho” debate paradigmático que envolve, o «*Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)*» e o «*Paradigma da Questão Agrária*»<sup>181</sup>. Portanto, independentemente do lugar onde este modelo de produção for à territorializar-se, “ele é, portanto, em si, contraditório e desigual” (Oliveira, 1994, p. 46), em suma, é uma verdadeira “modernidade e barbárie” (OLIVEIRA, 2003). Como diria Fabrini e Ross (2014, p. 7), o agronegócio é., de um lado “sinônimo de produtividade, de outro, é excludente, promotor da miséria, degradação ambiental, violências e de tantas outras barbáries” (FABRINI & ROSS, 2014, p 7).

A coisa interessante que o agronegócio usa, é o seu lado modernizador, pois, é daí que ele, constrói a sua ideologia e publicitando-se de ser, portanto, a grande produtividade. Isto, é o que lhe facilita esconder a sua segunda face, a *barbárie*. A verdade, é que entre a modernidade e a *barbárie*, o que pesa mais nno Corredor de Nacala, é a *barbárie*, e no campo brasileiro, onde este programa se desdobrou inicialmente, revelou isto. De um lado, ele modernizou, aumentando os níveis de produtividade em termos de mercadorias, e do outro, “pilhou” e/ou “aniquilou” a natureza, expulsando as populações do campo. O ProSAVANA, desde que foi tornado público em Abril de 2011, é tido como um “santinho”, e no texto de Natália N. Fingermann (2013), está bem explícito. A autora, justifica em seu texto intitulado «*os mitos por de trás do ProSAVANA*», pelo fato da implementação deste programa em Moçambique, estar acontecer “em contextos e momentos históricos distintos” do PRODECER. É através destas profissões equivocadas, que levaram a autora, a afirmar

---

<sup>181</sup> Para uma leitura mais detalhada sobre este debate paradigmático, consulte: Felício (2014); Fabrini & Ross (2014) e Fernandes (2008b).

que, os impactos do ProSAVANA, podem ser modestos no Corredor de Nacala se comparado com o que sucedeu no cerrado brasileiro a quando do PRODECER.

Natália N. Fingermann pelos menos acerta por dizer, que os dois projetos estão a ser implementados em tempos diferentes. Isto é verdade, pois o PRODECER, foi implementado a partir de 1979 até 1999 (20 anos), e a implementação do ProSAVANA vai de 2010 até 2030 (20 anos), mas em outras análises, ela mostra-se equivocada. É um equívoco que a autora tenta trazer, porque as práticas do agronegócio em curso no campo brasileiro, vêm desde da década de 70 e o PRODECER, é tido como um dos programas que mais as revolucionou<sup>182</sup>. Embora, não no âmbito de programas de cooperação, a territorialização do agronegócio brasileiro no Paraguai, significou apenas a reprodução das contradições e dos conflitos que eram geradas dentro do Brasil<sup>183</sup>. É oportuno, questionar a Natália N. Fingermann, para sabermos porque é que o campo brasileiro, continua até os dias atuais, a ser marcado por diversos conflitos quando o agronegócio se territorializa em novos lugares, se estão a decorrer em contextos e momentos históricos totalmente diferentes do PRODECER?

O próprio PRODECER decorreu em fases diferentes, mas aponta-se que os conflitos, se reproduziram em todas elas e, em todos os estados brasileiros que o mesmo foi expandido<sup>184</sup>. Nada garante que o ProSAVANA, não reproduzirá conflitos no Corredor de Nacala. O agronegócio, já demonstrou ao mundo que não muda o seu *modus operandi*, ele apenas, muda a sua tática e usa o seu poder tecnológico como “isca” para cooptar os governos nacionais, sobretudo, quando este pretende se territorializar num determinado lugar. Como veremos mais em diante, o uso dos PRAI (Princípios de Investimentos Agrários Respeonsáveis), que o ProSAVANA pretende usar, esta, é uma destas recriações do capital para ter uma livre territorialização em *terrtórios comunitários*. É preciso não esquecer que, o Corredor de Nacala, é habitado por uma população maioritariamente camponesa que, não só dependem da agricultura de base familiar para a sua sobrevivência, como também dos recursos naturais que estão contidos neste lugar (ver capítulo 4).

Aliás, os próprios documentos oficiais do ProSAVANA, sobretudo, o Plano Diretor versão zero reconhece este fato. Este modelo de produção proposto para o

---

<sup>182</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Pessôa (1988; 2015); Pessôa & Inocêncio (2014); Inocêncio (2010); Schlsinger (2013); Pires (2000); Santos (2014) e Clements & Fernandes (2012; 2013).

<sup>183</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Ferrari (2009); Albuquerque (2010) e Fabrini (2014).

<sup>184</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Pessôa (1988; 2015); Pires (2000); Santos (2014); Schlesinger (2013); Clements & Fernandes (2012; 2013) e Martins (1986).



desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, ele não é inclusivo e muito menos é sustentável, como os seus executores professam. Conviver pacificamente no por onde o agronegócio se territorializa, não é sua prática. A conviência pacífica com outras relações de produção no que tange a coexistência pacífica no uso e aproveitamento dos recursos naturais, também não é sua prática, pois além dele, explorá-los brutalmente, apropria-se deles, e em seguida, aniquila tudo o que estiver em sua frente, desde povos, suas benfeitorias e a própria natureza. Foi um pouco disto, que sucedeu no chamado “*milagre brasileiro*” com a implementação do PRODECER. O agronegócio, por onde se territorializa, transforma o território, “ampliando a desigualdade social e que cada vez mais, distancia o Homem da (sua) Natureza – física, emocional, espiritual e cultural” (GRATÃO, 2008, p. 470).

Em outras palavras, além da desordem territorial que o agronegócio traz no âmbito da sua territorialização, a desconfiguração do tecido social, é enorme nos lugares por onde passa. Essa desconfiguração do tecido social pelo agronegócio, é vista por José de Sousa Martins (1986) como uma morte simbólica. Ao aceitar a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala, o governo moçambicano, está a autorizar o capital para que aplique aquilo que em filosofia se chama de “eutanásia” (morte adiantada) às comunidades locais, e geograficamente falando, estaríamos a dizer que, ocorre o processo de desterritorialização<sup>185</sup>. Quando acontece este cenário, a sua história como um povo, fica para trás e como se sabe, ela não é de fácil reposição em novos lugares. Isto significa dizer, que ocorre nestes lugares uma destruição dos valores, hábitos e/ou saberes tradicionais que são, no entanto, essenciais para manutenção e unidade das famílias.

A forma como o território do agronegócio se organiza, denuncia a tamanha *barbárie*, pois nele observa-se apenas monoculturas. O agronegócio organiza o seu território apenas pela lógica econômica da mercadoria, por isso a sua paisagem predominante é homogênea com predominância de monoculturas. Este aspecto, é que diferencia o território do agronegócio, com o do camponês, pelo fato deste último, apresentar uma paisagem heterogênea em termos produtivos<sup>186</sup>. A heterogeneidade que se verifica no território camponês, expressa não só representações espaciais, mas também processos sociais construídas a partir e/ou a cerca do rural, daí o conceito de ruralidade(s). As organizações de camponeses moçambicanas, têm um grande desafio

---

<sup>185</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Haesbeart (2004)

<sup>186</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Fernandes (2008b).

neste processo, sobretudo, na defesa da soberania tanto, alimentar como territorial do Corredor de Nacala porque se não o fizerem, a possibilidade de haver uma paisagem homogênea em termos de produção, é maior. Tomás Palau Filadesau em seu texto “*El agronegocio de la soja en Paraguay-antecedentes e impactos sociales e económicos*”, alerta que a forma homogênea de como o território do agronegócio se organiza, leva também a “perda da soberanía económica” dos lugares, onde este modelo de produção se territorializa. O autor descreve o seguinte cenário:

“Una perda de soberanía económica cuando ese aparato productivo, en su sector más dinámico, está controlado por productores extranjeros, depende del crédito otorgado mayoritariamente por la banca privada multinacional, compra exclusivamente insumos productivos, maquinaria e implementos de origen extranjero y cuando, las ganancias obtenidas por esos productos son remesadas a bancos en lo extranjero. Otra forma de abdicación de la soberanía económica es besar todo el crecimiento de la economía nacional en le monocultivo, en particular, cuando ese cultivo único – la soja transgénica – y los herbicidas con los que viene empaquetado, son proveídos a nivel mundial, por una sola multinacional. Ese es un caso gravísimo, según el cual una empresa extranjera domina monopolíticamente la principal exportación del país” (FILADESAU, 2008, p. 32).

Com a territorialização de monopólios na agricultura moçambicana, sobretudo, no âmbito da implementação do ProSAVANA e de outros programas em curso, não restam dúvidas que este território, além de ser apropriado, será também controlado por estas empresas. Como diria Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2014),

“a territorialização dos monopólios atuam, simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é a mesma pessoa física e jurídica” (OLIVEIRA, 2014, p. 32).

É verdade, que a terra em Moçambique, é propriedade do Estado, mas a mesma não está condicionada para os grandes projetos e o ProSAVANA, é o principal exemplo disto. Localmente, há uma articulação entre o governo e o capital externo e isto, visualiza uma tentativa de mercantilização da terra. Esta ação está a ser materializada pelo chamado programa «*Terra Segura*», que tem por missão a demarcação de terras e a posterior identificação de terras (supostamente) disponíveis para depois serem alocadas ao setor privado. Por isso, há possibilidades destes monopólios controlarem tanto a terra, o processo produtivo, o processamento industrial de toda a produção ao longo Corredor de Nacala, como também o processo de comercialização. Há uma afirmação no texto de Natália N. Fingernann (2013), segundo a qual, é *mito* falar que o ProSAVANA, é réplica do PRODECER.

Talvez seja no nome, mas nas práticas e/ou *modus operandi*, eles são iguais enquanto ambos forem modelos atrelados ao agronegócio. Como diz Fernandes (s/d) “a

imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para modernizá-la”, como também “é uma tentativa de ocultar concentrador, predador, exploratório e excludente para dar relevância ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção da riqueza e das novas tecnologias”. O ProSAVANA, apresenta esta face oculta mascarada pelo discurso desenvolvimentista, de ser ele, a solução para sanar a miséria, a fome, e o desemprego, como também de colocar o setor da agricultura moçambicano produtivo. Em conclusão do seu texto, Pilar Lizárraga e Carlos Vacaflores (2008) desvendam o mistério oculto no agronegócio, apontando o seguinte:

“La construcción ideológica del agronegocio es un instrumento importante de dominación para controlar o territorio campesino, y mediante su discurso tecnificado y produtivo, se busca desmovilizar al movimiento campesino, transformarlo en un productor apolitico, sumiso, que não cuestione el orden establecido, que produzca eficientemente productos que serán entregados al capital; prometiendo el éxito y la superación de la pobreza através de la adaptación de formas especializadas en la producción de rubros rentables en le mercado, con su paquete tecnológico adjunto de la cadena productiva, y abandonando las peligrosas organizaciones sindicales que constantemente cuestionan el orden de dominación” (LIZÁRRAGA & VACAFLORES, 2008, p. 246).

É preciso entender que, o discurso do ProSAVANA de que ele, será a solução da fome e da miséria, de geração de emprego e de renda, de ser sinônimo de produtividade em Moçambique, não é novo. Ele vem desde os primórdios da chamada «*revolução verde*», que o mundo conheceu logo no século XX. Com o advento da *revolução verde*, observou-se, portanto, a expansão das fronteiras agrícolas quase pelo mundo inteiro e a sua missão, era acima de tudo “resolver” o problema da fome, da miséria e entre outros males sociais. O PRODECER no cerrado brasileiro e agora o ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique, são frutos deste processo e, este segundo, é a continuação da expansão agrícola iniciada pelo primeiro com (quase) os mesmos discursos. Com o advento da crise de preços de alimentos de 2007/8, este discurso de caráter desenvolvimentista, foi retomado, com (quase) a omissão total dos riscos que este modelo de produção, representa tanto para a natureza, como para a sociedade.

Aliás, durante a territorialização do ProSAVANA, as autoridades brasileiras, afirmaram que ajudariam Moçambique a alcançar a (sua) segurança alimentar (ver capítulo 3), o que, é impossível sob ponto de vista do agronegócio. Porto-Gonçalves (2004, p. 212), entende que “a revolução verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria”, por isso, as intenções do ProSAVANA, não são de estranhar, elas fazem parte do *modus operandi* de políticas neoliberais, das quais este programa deriva. O autor diz ainda que, “a própria

denominação revolução verde”, a qual é materializada por meio de um “conjunto de transformações nas *relações de poder por meio de tecnologia* indica o caráter político e ideológico” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 212). O ProSAVANA, vai neste sentido, pois no meio de tudo isto, estão as relações de poder. Vale apenas lembrar que, durante o lançamento do Fundo de Nacala no Brasil, em 2012, um dos funcionários, disse que sem o Brasil, o ProSAVANA, não daria certo e justificava-se pelo seu poderio tecnológico que este país latino-americano, possui (ver capítulo 3). O Brasil através da EMBRAPA, transfere as suas tecnologias para Moçambique e também, é ela própria a fazer estudos e a capacitar os técnicos moçambicanos, sobretudo, do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique) em matérias de pesquisas agropecuárias. Além da tecnologia que a EMBRAPA, transfere para Moçambique, ela entrou também em cena de modificação de sementes (ver Schlesinger, 2013), tornando o Brasil, num dos reprodutores da estratégia da *revolução verde* em África.

A *revolução verde*, trouxe na agricultura a tecnificação do processo produtivo, através dos “novos” pacotes tecnológicos e não é por acaso que no processo produtivo do agronegócio, observa-se o emprego elevado de maquinaria. Esse cenário trouxe também ao mundo, uma agricultura sem agricultores, na medida em que as máquinas substituíram o trabalho que antes, era feito manualmente pelo homem, agudizando assim, o desemprego e a expulsão de muitas populações do campo. Para o Corredor de Nacala, alcançar os índices de produção e produtividade, os quais o ProSAVANA almeja, será necessário **“um conjunto de técnicas inovadoras, conhecidas como pacotes tecnológico para implementar a modernização”** (PESSÔA, 2015, p. 455, grifo meu). E este pacote tecnológico, é aquele de sempre, disponibilizado pela própria *revolução verde*, presente no mercado. Como diria Miguel Teubal (2008),

“A revolução verde de outrora se transformou prontamente na revolução biotecnológica da atualidade com ênfase na produção de sementes transgênicas, o que gerou grandes controversas por todo o continente. A intensificação do domínio do capital sobre o campo, num ambiente de processos crescentemente globalizados, tem levado a orientação progressiva da produção agropecuária para o mercado (em especial para os mercados externos), em detrimento da produção para o consumo próprio, local e nacional” (TEUBAL, 2008, p. 142).

Com o advento da *revolução verde*, os agricultores, além de serem orientados a lógica do mercado, também foram induzidos a usar as “novas” tecnologias, como por exemplo, o uso de maquinarias e/ou equipamentos modernos no processo produtivo, fertilizantes e entre outros. Santos (2014, p. 189) entende que, “a racionalidade do processo de modernização nos países subdesenvolvidos é a mesma dos países centrais” e

justifica que este processo “apenas criou um pacote político e tecnológico e colocou à disposição dos subdesenvolvidos”. Como podemos ver, a tecnologia usada durante a implementação do PRODECER, é a mesma que está em transferência para Moçambique no âmbito do ProSAVANA. A *revolução verde* viera apenas, empreender uma expansão da fronteira agrícola, por meio de tecnologia moderna e o ProSAVANA, vai neste sentido. Carlos Walter Porto Gonçalves (2004) assinala o seguinte:

“Todo o complexo técnico-científico, financeiro, logístico e educacional (formação de engenheiros e técnicos em agronomia) foi montado contanto, inclusive, com a criação de organismos internacionais como o CGIAR (Consultive on International Agricultural Research), além do envolvimento de grandes empresários, como os Rockefeller” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 212).

Os planejadores destas políticas, usam os discursos mais sociais possíveis (combate à fome e a miséria) para a materialização de “relações de poder por meio da tecnologia” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 212) e o ProSAVANA avança neste sentido. O termo *revolução verde*, foi apenas uma retórica, pois mesmo que tenha empreendido o desenvolvimento técnico-científico no processo produtivo, nem a fome e muito menos a miséria conseguiu acabar no mundo. Como diria Porto-Gonçalves (2004, p. 212) “o *verde* dessa revolução reflete o medo do *perigo vermelho*”, pois os seus resultados continuam até os dias atuais a semear “dores” no campo. Seria injustiça não considerar a porta de “ouro” que se abre para Moçambique com este programa, mas a verdade, é que a experiência do cerrado que é tido como sendo um “sucesso” e/ou um “milagre” pelos seus mentores (Brasil e Japão), não é promissora e/ou deixa pouco a desejar.

A experiência brasileira, a qual se diz ser de “sucesso” e/ou de “boas práticas”, também, revela uma série de contradições internamente, pois cada vez mais que o agronegócio avança para outros territórios, mais conflitos são gerados por ele. Se não são de terras, eles estão relacionados com a contaminação de lavouras das pequenas propriedades familiares, por causa do lançamento do agrotóxico, seja tanto por via máquinas, como por via aviões agrícolas. É verdade, que com este programa Moçambique, poderá se tornar num dos grandes exportadores de grãos a nível da África e se calhar no mundo, mas a outra face deste processo, é contraditória. Além dos ganhos institucionais que o IIAM, está a ter através da EMBRAPA na área de pesquisas agropecuárias, outro ganho que, Moçambique poderá ter, está relacionado com o desenvolvimento da cadeia logística (estradas, linhas-férreas), fator que lhe vai diferenciar, não só de outras regiões do país, mas também a nível da região austral da África (SADC). É verdade, também que com a implementação do ProSAVANA, haverá

um desenvolvimento, mas defender que ele vai beneficiar a todos como os seus executores professam, estaríamos a reproduzir um discurso falacioso. Isto pelo fato do agronegócio, ser uma atividade econômica concentradora da renda, sobretudo, para um pequeno grupo (sendo que em muitos casos não vive no lugar) em detrimento da maioria local, e também por ele, ser socialmente excludente. Por isso, não se pode descartar a hipótese, segundo a qual, a implementação do ProSAVANA, pode traduzir-se no aprofundamento da miséria das populações locais.

O “sucesso” que se fala do PRODECER no cerrado brasileiro depende, portanto, do ponto de vista e/ou lado em que o indivíduo se posiciona para relatar os fatos, como também para observar os fenômenos. É verdade, que a modernização do cerrado brasileiro pelo PRODECER, contribuiu significativamente para a economia brasileira, e este é um dado mensurável<sup>187</sup>. Mas, em termos socioambientais, existem evidências claras que deixou muitas marcas, tanto sobre as comunidades locais (indígenas de diversas etnias), como para o bioma cerrado que, são tidos como irreversíveis. As entrevistas realizadas a vários segmentos sociais no âmbito da pesquisa de campo nos anos de 2015 e 2016, dentre eles acadêmicos, militantes de movimentos sociais (o caso do MST- *Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra*) e congregações religiosas (o caso da CPT- *Comissão Pastoral da Terra*), não deixam de alertar o caminho “perigoso” que Moçambique, está a trilhar com este modelo de produção proposto.

Além dos estudos existentes e pouco acessíveis em Moçambique, reforçarem estes aspectos, as próprias imagens e/ou a paisagem do campo brasileiro, denunciam e falam por si, e quem anda por lá consegue ver como é que ela se configura. Por exemplo, uma das grandes contradições observadas durante a pesquisa no Brasil, foi ver grandes extensões de terras, a serem “habitadas” por apenas monoculturas de soja, milho e cana-de-açúcar, sem dentro delas, vidas humanas. As comunidades indígenas, tidas como donas de quase todas as terras atualmente ocupadas pelos fazendeiros, vivem a beira das estradas. Este fato tem agudizado os conflitos de terras, e muitas das vezes, é acompanhado, tanto por desalojamentos destas comunidades e, em última instância, o massacre das mesmas. E isto, tem tido reflexo no Estado do Mato Grosso do Sul, sobretudo, na região de Dourados. Estes dados, são preocupantes, tendo em conta que se trata do mesmo modelo de produção em curso no Corredor de Nacala pelo ProSAVANA, e a possibilidade de replicarem-se estes conflitos, é também maior.

---

<sup>187</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Pires (2000).

## 5.2- Agricultura sob contrato *versus* redução da pobreza: uma missão possível no agronegócio?

O sistema de produção por contrato na agricultura moçambicana, já vem sendo aplicada como modelo de produção alguns anos atrás, por isso, não se trata de algo novo. Em Moçambique, este modelo tem sido aplicado por corporações ligadas a produção de algodão, tabaco e cana-de-açúcar em diversas regiões de país. Aliás, Mosca (2014b, p. 9) reporta que “os sistemas de agronegócios, em fase de re-implementação através do conceito de cadeias de valor e da subcontratação, possuem tradição em Moçambique desde o período colonial”. Na província de Tete, sobretudo, no distrito de Angónia, é um dos lugares onde este esquema de produção, é bastante utilizado e a cultura predominante nesta região, é o tabaco. Essa estratégia de produção, é nada mais, nada menos, que promover a criação de “*agricultores comerciais*” num determinado lugar, o que também significa ser uma tentativa de “*empresarialização do campo*”, “onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionalismos fundamentais do processo produtivo” (NETO, 1982, p. 26). Como sinaliza Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), neste esquema de produção,

“para os camponeses e também para os chamados de agricultores familiares só há um lugar submisso neste projeto: integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornarem-se empreendedores, fazendo de sua produção agropecuária um “agronegocinho” (OLIVEIRA, 2007, p. 149).

Já que este processo leva o surgimento de “*empresas familiares*” no campo, o trabalho assalariado, começa também a escassear, uma vez que no processo produtivo, há observância do uso intensivo de tecnologias, sobretudo, máquinas agrícolas, que vieram substituir o trabalho manual antes feito pelo homem, e como veremos mais em diante, este processo tem agudizado o fenômeno do êxodo rural. A ideia de se adotar a produção sob contrato, como esquema de produção no Corredor de Nacala no âmbito da implementação do ProSAVANA, é vista pelos seus executores como sendo a única via e/ou a forma mais eficaz, para empreender-se os tais ganhos mútuos (*win-win, em inglês*). Estes, entendem ainda que, usando este esquema de produção, tanto as grandes corporações, como os produtores locais, sairão a ganhar sem, no entanto, precisar desapropriar estes últimos das suas terras. Mas, será que a produção sob contrato é diretamente proporcional ao *win-win* e redução da pobreza num determinado lugar como afirmam os executores do ProSAVANA? É o que veremos a seguir.

O termo «*agricultura sob contrato*» quando pronunciado, constitui uma palavra muito atraente sobretudo, para aqueles que não conhecem o esquema do seu

funcionamento e muito menos das contradições que são geradas por ele quando aplicado. Cabe referenciar que, nem todas as populações afetadas pelo ProSAVANA no Corredor de Nacala, são pequenos produtores, como os seus executores afirmam ser, mas sim, a maior parte delas, são camponeses. É interessante ver que, nos documentos oficiais do programa, quase não se fala do camponês, pois é frequente o uso do termo “pequeno produtor”. Pequeno produtor, entende-se neste trabalho, como aquele que se encontra integrado ao mercado, isto é, que já produz mercadorias, mas em pequenas quantidades e, em espaços produtivos inferior ao «*médio*» e ao «*grande produtor*».

A prévia estratificação que o ProSAVANA, faz dos produtores afetados por ele, em «*pequenos*», «*médios*» e «*grandes*», a priori, dá entender que o seu foco, é mesmo o mercado. Localmente, o ProSAVANA, encontrou uma facilidade porque os produtores também, são estratificados quase da mesma forma pelo PEDSA e PNISA (ver MOSCA & BRUNA, 2015). No ProSAVANA, o «*pequeno produtor*», é aquele que produz no espaço de até 5 ha, o «*médio produtor*», o seu espaço vai até 30 ha e o do «*grande produtor*», começa de 30 ha até em diante (ver FUNADA-CLASSEN, 2013b; MASA, 2015). Partindo do princípio que maior parte dos camponeses moçambicanos, a extensão territorial do seu espaço produtivo (localmente conhecidos por *machambas*), em média vão até 1,5 ha, o ProSAVANA, parece estar a excluir a maioria local, que são os camponeses. Para entendermos melhor como funciona o esquema de produção sob contratação na agricultura, convidá-mo-los a começar do começo.

Antigamente, “o senhor das terras passava a exigir dos camponeses renda em dinheiro em substituição à renda em produto” (Oliveira, 2007, 18), como forma de os explorar, já que estes trabalhavam em terras do tal. O que acontecia nesta altura, é que “nos anos de poucas colheitas, o camponês, sem dinheiro, passava a tomá-lo emprestado, e, para garantir o crédito, hipotecava as terras” (Oliveira, 2007, p. 18), assim funcionava o esquema de pagamento. E se a colheita do ano seguinte fosse boa, “ele conseguia se desvencilhar da hipoteca, caso contrário as terras iam a leilão e o bem hereditário agora transformado em mercadoria, passava para o comerciante ou para o usuário, e o camponês transformava-se em um proletário” (Oliveira, 2007, p. 18), tanto nas terras do senhor, como em outras propriedades. Com o advento do atual modelo de desenvolvimento, ele não precisou usar esse esquema para explorar a terra, expropriar o produtor e apropria-se da renda alheia por onde ele, se territorializa.

Com o tempo, viu-se na “transformação da agricultura feudal em agricultura capitalista” (Oliveira, 2007, 18), a procurar-se uma “nova” forma de o fazer, muito



depois do produtor ter-se liberto das mãos do senhor. Nesta “nova” forma de exploração da terra que caracteriza o atual modelo produção, o que diferencia-lhe da anterior, é que o produtor está livre. Mesmo livre e em seu próprio território, o capital fez de tudo, tanto para explorá-lo, como para expropriá-lo ainda mais. Para tal propósito, ele envolveu-no, numa produção virada para o mercado, fazendo-o ainda refém dele mesmo, na medida em que o próprio mercado, passou a ser comandado pelo próprio capital. Empreendida a “nova” forma de explorar a terra, no fundo não houve mudanças em termos de *modus operandi*, pois até os dias atuais, o produtor ainda continua a ser apenas *vassalo* dos senhores capitalistas, quando este, é orientado, por exemplo, para produzir mercadorias para o mercado. Por isso, Oliveira (2007, p. 149), entende que “na realidade o agronegócio nada mais é do que a reprodução do passado”.

Por exemplo, nos últimos anos, tem havido uma tentativa de ajustamento, onde o agronegócio procura integrar os camponeses no seu esquema de produção e, este é o caminho que o ProSAVANA, está a usar. A produção sob contrato, a qual o ProSAVANA, propõe no Corredor de Nacala, surge pelo fato de não encontrar-se a quantidade de terra quantificada inicialmente em cerca de 14,5 milhões de hectares. Vale lembrar que, inicialmente a ideia do ProSAVANA, era a sua implantação total em territórios que, eram considerados por ele, como sendo “livres” e “subutilizados”. Em outras palavras, estava previsto acontecer o que Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1994; 2004) chama de “territorialização do capital monopolista na agricultura”, mas isto não está longe de acontecer, pois há sinais de que a curto, médio e longo prazo, o Corredor de Nacala, será apropriado e monopolizado pelo capital (ver seção 2.5 e seção 5.1).

O que influenciou para que o ProSAVANA, não se implantasse, como aconteceu no cerrado brasileiro, quando foi com o nome do PRODECER, é pelo fato de ocorrer em Moçambique o regime de propriedade estatal da terra, em que as populações locais, são consuetudinariamente legítimas donas da mesma (ver capítulo 4). Quando os executores do ProSAVANA, tentaram dar os primeiros passos na implementação deste programa, viram as terras a serem reivindicadas pelos donos, neste caso, as comunidades locais. Foi a partir daí, que as negociações com comunidades locais começaram, embora tenha havido resistência e arrogância inicialmente por parte dos seus executores em dialogar com as organizações da sociedade civil (ver capítulo 4).

Havendo este estorvo, os executores do ProSAVANA, optaram pelo diálogo como forma de ultrapassar as diferenças, e como proposta, a integração dos camponeses ao mercado, foi a solução encontrada. A produção por sob contrato, que o ProSAVANA

propõe no Corredor de Nacala, além de ser outra forma de reprodução do capital, é nada mais, nada menos, que uma forma indireta de entrada do agronegócio no território camponês. É preciso entender ainda que, o agronegócio usa essa “esperteza”, quando se vê ameaçado e/ou teme o seu fracasso. Isto acontece, sobretudo, quando encontra em sua frente um obstáculo, neste caso específico, as lutas e resistências camponesas e foi o que aconteceu em Moçambique com o ProSAVANA. Segundo Fernandes (2008b, p. 49), para se livrar dos obstáculos e dos que ameaçam a sua efetivação, “o agronegócio procura convencê-los que o consenso é possível” e foi exatamente isso, que o ProSAVANA, fez no Corredor de Nacala. Nesta mesma linha de pensamento, Gómez (2008, p. 249), reitera ainda que no agronegócio “el consenso aparece como el bálsamo necessário para tranquilizar a consciencia social”, que, “existe una posibilidad de entendimiento, a través del diálogo, que nos permite evitar a distrucción”.

Como regra de jogo, o agronegócio faz de tudo para cooptar os seus opositores, para no fim, redirecioná-los junto ao seu território. Em outras palavras, ele procura formas de capturá-los e jogá-los “no território do mercado”, que por sua vez, “está sob o controle do agronegócio” (FERNANDES, 2008b, p. 48). É por esta razão que Gómez (2008, p. 249), chama atenção que, o diálogo que o agronegócio recorre quando se sente ameaçado, é uma farsa, pois “el consenso en la sociedad capitalista es un campo de disputa acérrimas, cuyas reglas son impuestas por quem quien consigue ejercer una posición hegemónica”. As conversações iniciadas nos dias 11 e 12 de Janeiro de 2016 entre os executores do ProSAVANA com as organizações da sociedade civil, visavam procurar plataformas para se chegar a um consenso sobre a implementação do ProSAVANA, embora estes segundos mais tarde, tenham denunciado que foram “burlados”. Mesmo “burlados”, os camponeses locais, terão que produzir para o mercado, que por sua vez, será comandado e/ou controlado pelo próprio ProSAVANA, segundo as leis do mercado, pois não sinais que voltará para trás. Bernardo Mançano Fernandes (2008a) chama atenção que, esta forma de operação do agronegócio,

“procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da tercealização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe” (FERNANDES, 2008a, p. 296).

Com o advento do atual modelo de produção, precisou-se apenas da existência de um “intermediário, comerciante, que passou a figurar entre o produtor e o consumidor (OLIVEIRA, 2007, p. 18). O ProSAVANA, configura-se neste sentido, que visa financiar produtores locais, empresários e entre outros para poderem produzir em nome

dele, para depois exportar-se a produção para o Japão e outros mercados asiáticos. A introdução deste sistema de produção no Corredor de Nacala, visa essencialmente “alterar o modelo de produção do atual regime de pousio para agricultura fixa, transformar pequenos produtores em médios e integrá-los à cadeia empresarial” (SCHLESINGER, 2013, p. 46). Um dos aspectos a destacar neste processo, é que não funciona a autonomia produtiva, mas sim, há uma espécie de ditadura, onde o camponês é condenado a seguir, pois é o mercado quem dita as regras do jogo.

Em outras palavras, os problemas fundamentais da economia, segundo os quais «*o que produzir*», «*quanto produzir*», «*como produzir*» e «*para quem produzir*», são regidos pelo capital, segundo as leis do mercado, diferentemente do que acontece, quando o camponês tem autonomia produtiva, em que produz tendo em conta os seus desejos e/ou preferências alimentares. Este processo, cria e/ou leva a “**transformação dos camponeses em capitalistas**”, na medida em que se observa, “**o nascimento de novos integrantes da classe capitalista**” (OLIVEIRA, 1994, p. 48, grifo meu). A produção por contrato, é outro esquema antagônico que o agronegócio “monta” nos lugares por onde se territorializa, pois trata-se de uma tentativa para empreender, uma “**dominação sobre esses camponeses, explorando-os sem expropriá-los**” (Oliveira, 2007, p. 19, grifo meu) das suas terras. Esta, é, portanto, a proposta do ProSAVANA. Esta forma de atuação do agronegócio, é considerada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004), como sendo, a “monopolização territorial pelo capital monopolista” na agricultura e o autor explica como isto acontece. O autor explica como tudo acontece, vamos lê-lo:

“Quando monopoliza o território, o capital cria, recria e redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaços para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Neste caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes. O próprio capital cria condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (ração na avicultura ou para suinocultura). Isto revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. Revela-se, portanto, que tem-se à frente o capital, que nunca deriva de relações especificamente capitalistas. É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, renteiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo se utilizam desse processo para produzir o seu capital” (OLIVEIRA, 2004, p. 42-43).

Esta, é a forma que o agronegócio usa quando vem a sua territorialização direta fracassada e, é por isso que ele faz tudo isso, para sujeitar os camponeses por forma a se

integrem a sua lógica de produção. Não foi por acaso, que quando o ProSAVANA, se sentiu confrontado pelas organizações da sociedade civil, por camponeses e suas lideranças, convidou-os para um diálogo, como solução de atravessar as diferenças que existiam entre ambos. As organizações de camponeses, sobretudo, por parte da ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua), sabe que o diálogo proposto pelos executores do ProSAVANA, pode ser apenas uma das “armadilhas” do programa. Atento as “armadilhas” do capital, um dos militantes da ORAM, refere que,

“O próprio sistema capitalista tem as suas armadilhas, no sentido de que olha, podemos até assumir esta posição por uns instantes, depois agarrarmos a presa, e depois continuarem a ignorar-nos como sempre como fizeram, então, temos que ter esta cautela<sup>188</sup>”.

O debate entre o capital e o campesinato, é antes de tudo, paradigmático e neste caso o diálogo entre os executores do ProSAVANA e as organizações da sociedade civil, também o é. Discutir as formas de integração dos camponeses a lógica do capital, como algumas as organizações da sociedade civil moçambicanas (favoráveis ao capital) o fizeram, é aceitar a destruição letal do campesinato e dos sujeitos que o praticam no Corredor de Nacala. Bernardo Mançano Fernandes, faz o seguinte comentário:

Agora eu [Bernardo] sei que a renda capitalizada da terra me destrói, se vou fazer um acordo de subordinação para ser destruído, qual é o sentido disso? Vou fazer um acordo e vou produzir uma determinada cultura para você e vender com preço mínimo para você ganhar muito dinheiro e eu não ganhar nada. Essa, é a questão e é muito clara, em todas as negociações que são realizadas dentro da perspectiva do diálogo. Por exemplo, o Lucas representa aqui uma empresa japonesa e eu [Bernardo] represento aqui um camponês moçambicano. Eu apresento para o Lucas as condições para me destruir, então você [Lucas], é meu assassino. Eu [Bernardo] até posso fazer, mas quero me suicidar, certo?<sup>189</sup>

Para o agronegócio, nada é impossível de alcançar custe que custar o suor e os gritos dos outros, mas, o seu fim é o mesmo, explorar e expropriar o camponês no seu próprio território, para dele extrair as *mais-valias*. Tudo indica que muitos camponeses, serão transformados apenas em assalariados a serviço do próprio modelo proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala. Para Fernandes (2008b, p. 48) no agronegócio “não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda”. Agricultura sob contrato, é entendida como sendo “um modelo de negócios no qual uma empresa de agronegócio (uma unidade exploradora, um processador central ou um grande produtor) estabelece uma rede de produtores locais que fornecem uma determinada *commodity* segundo as condições previamente definidas em contrato” (MORAIS, 2014, 71). Para

<sup>188</sup> Entrevista realizada no dia 16/01/2016.

<sup>189</sup> Entrevista cedida no dia 06/06/2016.

melhor demonstrar o seu poder, numa primeira fase, “o capitalismo desenvolveu o setor tecnológico (máquinas, fertilizantes, sementes selecionadas, agrotóxicos, etc.)” que “também está no mercado a disposição dos camponeses” (Oliveira, 1994, p. 49) e em seguida, envolveu-os no seu esquema de produção. O que acontece neste esquema de produção, é que “uma grande companhia fornece os insumos ao produtor a crédito, dá serviços de extensão agrária e garante a compra da safra” (HANLON & SMART, 2008, p. 367). Por exemplo, a grande companhia produtora de uma determinada *commoditie* (neste caso pode o próprio ProSAVANA), chega num determinado lugar e contrata os camponeses para produzir uma certa cultura, a qual é do seu interesse e/ou do mercado.

Neste processo, além de haver um comprador garantido, “o agricultor recebe fatores de produção e serviços que não obteria de outra maneira e a companhia contratante recebe grão” (Hanlon & Smart, 2012, p. 4) em troca. Torna-se importante ainda destacar, a qualidade do produto a ser produzido pelos camponeses que se envolvem neste esquema de produção. De acordo com Porto-Gonçalves (2004, p. 212) “à medida que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo produtivo, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que passam a comandar **os processos de normalização** (candidamente chamados *normas de qualidade*)” (grifo meu). Esse, é que tem sido um dos principais dilemas do agronegócio por onde se territorializa. Neste processo, mesmo que as duas partes cheguem a um entendimento, “**a empresa geralmente detém o direito de rejeitar os produtos que considere fora do padrão de qualidade estabelecido**” (Glover, 1987 citado por Morais, 2014, p. 71, grifo meu) no âmbito do contrato.

Isto acontece porque a empresa e/ou o contatador, é quem dita a regra do “jogo”, a começar da qualidade do produto a ser produzido por os produtores locais, o(s) preço(s) de venda (comercialização) no momento pós-colheita, além de “controlar todas as formas de conhecimento, desde as tecnologias até as formas de negociação” (FERNANDES & WELCH, 2008, p. 180). Ainda os autores, entende que “este controle de informações representa uma forma de subalternidade” (Fernandes & Welch, 2008, p. 180) dos agricultores na cadeia de produção do agronegócio. Este processo resulta naquilo que Olivera (2014, p. 49), considerou no seu estudo de “monopolização do território na agricultura (*monopolization of the territory in agriculture*)” que “é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores no campo” (OLIVEIRA, 2014,

p. 49). Além das empresas do agronegócio serem detentoras dos conhecimentos e/ou informações, da assistência técnica, elas também “controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes” (OLIVEIRA, 2014, p. 49).

Com este modelo de produção, os camponeses se tornam dependentes das empresas, sobretudo, por causa das sementes serem apenas produtoras e não reprodutoras. Isto, faz com que em cada época agrícola, os camponeses compre sempre sementes, esta é outra contradição do agronegócio. A dependência dos camponeses aos agrotóxicos, como veremos mais em diante, é outro problema que surge com este modelo de produção. Este esquema, cria também assimetrias de poder, onde os camponeses, são subalternos a hegemonia do agronegócio (ver FERNANDES & WELCH, 2008). Embora, os executores do ProSAVANA, apontem o acesso aos insumos, assistência técnica e garantam a existência do mercado para o escoamento dos produtos, como parte dos benefícios para os produtores locais, este modelo de negócio proposto, está sujeito à várias incertezas. Em Moçambique, esta prática já apresenta resultados negativos para os produtores que se integra a ela. Joseph Hanlon e Teresa Smart (2008), relatando o caso dos produtores que se integram a produção do tabaco, assinalam o seguinte cenário:

“Mas nem todos os que tenta a agricultura comercial são bem sucedidos. [...] metade dos produtores de tabaco só chegam ao ponto de equilíbrio entre ganhos e perdas ou perdem o mesmo dinheiro – e podiam ganhar mais trabalhando para outros trabalhadores, mesmo aos níveis de ganho-ganho mais baixos do que o salário mínimo” (HANLON & SMART, 2008, p. 366).

Esse modelo, é problemático, e nele quem sai em prejuízo, é sempre o camponês e nunca a empresa que o contrata. As empresas do agronegócio, usam “esperteza” neste processo. Logo no início do contrato, além de oferecerem aos camponeses preços de compra muito atraentes e mais altos, também não se tem notado muitas pré-condições em relação a qualidade do produto, tudo para atraí-los para o seu território. Quando chega época de compra, o cenário muda e as exigências começam a aumentar, a qualidade do produto, é tida neste processo como fator determinante. Quando acontece isto, há duas alternativas para o produtor, se o seu produto não for de qualidade, ele, é automaticamente rejeitado pela empresa contratante, e ele perde tudo. Caso não queira perder, então, a sua produção, é comprada a um preço mais baixo do mercado. É aqui, onde começa o indvidamento do produtor, uma vez que, os insumos agrícolas, financiamento e entre outros fatores de produção, ele leva as vezes por emprestação.

Neste processo, as empresas fazem tudo que estiverem a seu alcance, para colocarem o produtor dependente delas, pois além de pretender explorá-lo, a ideia é

expropriá-lo também. Como se refere Morais (2014, p. 77), a partir deste momento “as empresas começam também a racionalizar o número de agricultores, mantendo aqueles que podem fornecer um produto de maior qualidade a preços mais baixos e precionam agricultores à medida em que os mesmos se tornam dependentes das operações de contratos”.

Neste processo de negociação, muitas das vezes não são incorporadas as questões climáticas e ambientais do lugar de produção da(s) mercadoria(s) desejada(s). Estes aspectos, são os que mais influenciam na qualidade do produto a ser produzido num determinado lugar. Imaginemos que no decorrer da implementação do ProSAVANA, ocorram estes eventos, neste caso, seca e/ou chuva generalizada e os produtores, ora integrados ao modelo proposto por ele no Corredor de Nacala, são afetados. Imaginemos também que estes, terão recebido financiamento duma determinada empresa financiadora. Vamos supor ainda, que a empresa compradora da *commoditie* (neste caso o próprio ProSAVANA), terá determinado uma qualidade X do produto a ser produzido (neste caso a soja) e que o mesma, seria comprada a cerca de 600 meticais (moeda local) por cada saco de 60 kg. Por seu turno, dado os fatores acima mencionado, acontece que os produtores, não conseguiram tirar produtos com a qualidade, outrora determinada pela empresa contratante (o ProSAVANA). A questão que se coloca é: *será que o prejuízo seria compartilhado pelas partes interessadas (produtor/contratado e contrador/comprador)?*

Pelo contrário, as empresas contratantes, estão apenas preocupadas com o lucro e não com os prejuízos do produtor. Como diz Martins (1991, p. 57), “nenhum capitalista fará um investimento para não ganhar mais do que investiu”. Nesta dialética, se as empresas contratantes não rejeitassem o produto, o preço de compra deste mesmo produto, baixaria até aos desejos dos capitalistas (do ProSAVANA), que se resume essencialmente, em explorar e expropriar o produtor e, finalmente apropria-se da renda alheia. Para Hanlon e Smart (2008, p. 368), neste negócio “a empresa concessionária ou contratador tem controlo total” da qualidade do produto, pois além destes pagarem pelo “preço mais baixo, levam juros mais altos”. Sergio Schlesinher (2013, 46) ,através das observação feitas no Brasil, por onde sai o ProSAVANA, descreve que “o modelo de produção verticalmente integrada atende aos interesses da empresa integradora, e não do integrado”, sendo que, “é este último quem arca com os custos de infraestrutura e com eventuais prejuízos por perdas de safras e quedas de preços”. Mosca e Bruna (2015, p. 9) entendem que “as flutuações dos preços internacionais, terminam por afetar,

principalmente, o produtor primário com o sistema de estabelecimento de preços a partir da garantia das margens nos agentes econômicos das fases a montante das cadeias de valor”.

Hanlon e Smart (2008, p. 368), reportando a experiência moçambicana, constataram que a, “contratadora tem controlo total e há sempre queixas sobre os preços baixos que paga e sobre classificação injusta – todos os agricultores dizem que produzem alta qualidade enquanto a companhia contratadora tem interesse em reclamar que a qualidade é má e paga menos”. Neste caso, os produtores integrados, são explorados e o fim disto, tem sido a degradação das suas condições de vida. Este modelo de produção, pelo seu poder tecnológico, exige que os seus integrantes, tenha o mínimo de conhecimento e este, tem sido um dos principais meios que o agronegócio usa para empreender as relações de poder por onde se territorializa. Acontecendo isto em Moçambique, pode ser um *caos* devido altas taxas de “analfabetismo” que se verificam no Corredor de Nacala (ver capítulo 1). Bernardo Mançano Fernandes e Clifford Andrew Welch (2008), reportando o caso da família Jangrossi de São Paulo, descrevem o seguinte cenário:

“Os Jangrossi afirmam que a qualidade de vida da família é determinada por essa política. E essa qualidade vem declinando, mesmo com a intensificado do trabalho da laranja por causa da diminuição do preço e da produtividade. Os membros da família possuem escolaridade de nível fundamental [...]. Os conhecimentos que possuem a respeito do trato da laranja são recebidos pelas processadoras, através de seus representantes” (FERNANDES & WELCH, 2008, p. 180).

O desprovimento de qualquer formação acadêmica dos produtores, a falta de poder de e/ou para negociação, de influenciar políticas e preços a seu favor, faz do agronegócio não só, ser hegemônico, como também para ele, manter o controle de quase toda a cadeia produtiva. Conforme Fernandes e Welch (2008),

“as políticas de controle maquinadas pelas processadoras também criam uma forma de compreensão generalizada em que transparece o camponês como problema do processo e, portanto, uma tendência de os marginalizar até serem eliminados” (FERNANDES & WELCH, 2008, p. 181).

Mançano Fernandes e um dos *peritos* na análise deste modelo de produção, descreve o seguinte cenário:

O caso que eu estudei foi a laranja. Ele faz isso durante quatro ou cinco anos, depois ele vai diminuindo o preço da *commoditie*, aponto de criar um prejuízo muito grande para o camponês e esse camponês fica tão endividado com a empresa. A empresa acaba comprando a terra dele para pagar dívida com a própria empresa e ele desterritorializa esse camponês e a partir daí a empresa verticaliza a produção. Ou seja, a política de contrato, é uma passagem da situação de dependência para a expropriação<sup>190</sup>.

---

<sup>190</sup> Entrevista realizada no dia 06/06/2016.



Vale ressaltar que, alguns dos produtos que o ProSAVANA, está a incentivar também vai para área da fruticultura (ver capítulo 3). A possibilidade do camponês resistir a sua desterritorialização, sobretudo, para os que irão se integrar ao esquema de produção pelo ProSAVANA, é menor. O ProSAVANA, parece estar a trabalhar com a premissa, segundo a qual todos os camponeses/produtores afetados por ele, têm o mesmo nível de conhecimento técnico-científico, o que não constitui verdade, olhando para a configuração do Corredor de Nacala. Muitas populações em Moçambique, sobretudo, no meio rural apresentam níveis escolarização muito baixos, e deste número a maioria são mulheres e por sinal, as que trabalham na agricultura. Este mesmo cenário verifica-se, no Corredor de Nacala e não se sabe, qual será o tratamento que as mulheres terão neste esquema de produção proposto pelo ProSAVANA, uma vez, que é, este grupo social que apresenta baixos níveis de escolarização. No caso das mulheres do Corredor de Nacala, poder-se-ia até propor a criação de «*incubadoras*», como acontece em alguns lugares do Brasil, pois segundo Moretti e Farias (2015, p. 174), têm por “objetivo de criar mecanismos de ascensão econômica, social e política” para esta classe. Moretti e Farias (2015), assinalam ainda que as incubadoras são,

“ações orientadas para a geração de trabalho e de renda trazem em seu bojo, um objetivo fundamental: que pessoas e grupos alcance autonomia e emancipem-se, não somente no aspecto econômico, mas reconheçam-se como protagonistas na transformação das relações sociais, hoje tão individualistas, para contratos solidários, coletivos e emancipatórios” (MORETTI & FARIAS, 2015, p. 174).

É verdade, que não são apenas as mulheres que se integram a estas iniciativas, os homens também, são chamados a participar, mas as «*incubadoras*», têm sido um verdadeiro lugar para a emancipação da mulher no campo em face das contradições do capital. No Brasil, sobretudo, no município de Dourados/MS, é possível visualizar este cenário. Os produtos são na sua maioria comercializados em feiras e em outros eventos, tanto por homens, como por mulheres de diversas faixas etárias. Segundo Moretti e Farias (2015, p. 175) as «*incubadoras*», são um lugar de, “**efetivação das relações de gênero com equidade, respeito e igual reconhecimento do trabalho desenvolvido por mulheres e homens [...] com o intuito de incentivar autonomia e emancipação no campo dos direitos humanos**” (grifo meu). A formação acadêmica, é tido com um elemento “chave” neste processo, sobretudo, para o sucesso das «*incubadoras*». Como diria Edvaldo César Moretti e Marisa de Fátima Lomba de Farias (2015),

“**as ações desenvolvidas se pautam em um diálogo constante entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais, com interface entre o tripé: extensão, ensino e pesquisa, sem sobreposição de um ou de outro,**

**mas com posicionamento horizontais, de ampliação do debate e das reflexões contextualizadas, partindo de princípios teóricos-saberes-fazeres dessas pessoas, sem hierarquizações”** (MORETTI & FARIAS, 2015, p. 174-175, grifo meu).

Portanto, as *incubadoras*, são “um caminho para a superação da desigualdade social, com interlocução das pessoas e grupos sociais em condições vulneráveis” (MORETTI & FARIAS, 2015, 176). Mariani e Arruda (2015, p. 157-156), chamam atenção que “a economia solidária dentro desse viés, não devem ser confundidos com meras formas de assistencialismo para os excluídos dos sistema”, mas sim,

“Eles devem incitar os atores do local a buscarem soluções para o seu dia a dia de forma coletiva; se preocupar em estimular a convivência humana em detrimento do relacionamento visando única e simplesmente a acumulação; além de fornecer a solidariedade do lugar do consumismo burguês, que é a tônica do mundo global cada vez mais interligado” (MARIANI & ARRUDA, 2015, p. 156).

A «*economia solidária*», é uma das formas de contrabalançar e/ou de resistência ao modelo «*agroexportador*», «*agroexplorador*» e «*agroexpropriador*», proposto para o desenvolvimento agrário do Corredor de Nacala, através do ProSAVANA. Os produtos que advém da prática da «*economia solidária*», têm se baseado nos princípios da agroecologia. Neste processo de produção, não há destruição da floresta (e com ela a fauna e bravia) e/ou mesmo degradação ambiental, como acontece no agronegócio. O processo de implantação de «*incubadoras*» no Corredor de Nacala, poder ser um *fiasco* (e/ou *pode fracassar*) se experimentado, tendo em conta que, a maior parte da população local, não possui quase nenhum conhecimento tecnológico.

É verdade, que a implantação de *incubadoras*, seriam um espaço de emancipação das mulheres, por ser, no entanto, o grupo mais vulneráveis a exclusão social, mas o aspecto “*educação*”, é o principal obstáculo. No ProSAVANA, tudo indica que a mulher, é que sairá mais prejudicada em relação ao homem, caso não existam localmente políticas públicas que pautem pela inclusão social. Localmente as condições, parecem não estarem criadas, em termos de políticas públicas e, os riscos de marginalização para certos grupos, sobretudo, a mulher em face da implementação do ProSAVANA, são maiores. Aliás, a ORAM, está ciente que o ProSAVANA, é em si, uma ameaça para as mulheres que vivem no Corredor de Nacala. Vamos ler argumento:

Este processo vai prejudicar mais as mulheres, [porque] quem está no campo, são as senhoras. A mulher está lá a trabalhar a terra para alimentar os seus filhos. Pode ver, [em] muitas associações estão lá mulheres, os homens estão nas cidades procura de emprego. Se isso for acontecer à mulher vai sofrer, as crianças vão sofrer, este programa vai arrastar consigo uma série de

problemas. E sabe, a mulher carrega consigo aquele rosto de pobreza, não isso que nós queremos, não queremos isso<sup>191</sup>.

Outro dado importante, está relacionado com os possíveis beneficiários do investimento que será alocado durante a implementação do ProSAVANA. Portanto, podemos assumir que nem todos produtores se beneficiarão deste investimento, por diversos fatores, pois esta tem sido a lógica destes programas, tendo em conta os condicionalismos que são colocados na “mesa”. É verdade, que a intenção dos executores do programa, é beneficiar o maior número possível de produtores (para não dizer todos eles), mas na prática, tem sido ao contrário, ele exclui. A quando da implementação do PRODECER no cerrado brasileiro, nem todos os produtores foram integrados no processo produtivo (Pessôa & Inocêncio, 2014), embora os mentores do ProSAVANA, mostrem-se confiante que o farão com “sucesso” no Corredor de Nacala. Sérgio Schlesinger (2013) após estudar o ProSAVANA, fez as seguintes constatações:

“As estratégias para o desenvolvimento das zonas apontadas pela versão atual do Plano Diretor mencionam como uma das atividades estimular agricultores líderes a promover a formação de associações de produtores e cooperativas. **Parece repetir-se o princípio do Prodecer de trabalhar com agricultores selecionados pela sua capacidade empresarial e potencialidade de implantar o pacote do programa. No caso do Prodecer, eles eram escolhidos na região Sul e recebiam assistência técnica, financiamento a juros subsidiados e outros benefícios. Quem serão os “escolhidos” no caso de Moçambique? E como ficarão os demais?”** (SCHLSINGER, 2013, p. 46, grifo meu).

Com este modelo de produção, não é possível a integração de todos, a verdade, é que alguns serão marginalizados, mesmo que não seja a intenção dos executores do ProSAVANA. Por exemplo, em 2012, a quando do lançamento da chamada para a submissão de propostas para aquisição de financiamentos no âmbito do ProSAVANA, concorreram 14 empresas e/ou associações de produtores rurais. Importa referenciar que, essa chamada, foi aberta no contexto de testes dos modelos criados para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala. Das 14 empresas e/ou associações de produtores rurais, apenas cinco (5) foram selecionadas e receberam o investimento através da GAPI-SI, vindo do «*Fundo para Iniciativa de Desenvolvimento do ProSAVANA (FID)*» (ver capítulo 3).

Este processo, mostra que aquelas empresas e/ou associações que não obdecem os critérios previamente definidos e também as que não estarão “munidas” de todos os documentos exigidos, serão marginalizados no processo. Esta foi uma das contradições que o PRODECER, gerou no cerrado brasileiro, embora tenha criado expectativas de

---

<sup>191</sup> Entrevista realizada no dia 22/01/2016.

que todos os produtores poderiam ser incluídos no processo produtivo. Em 2013, Sergio Schlesinger, já se mostrava preocupado com a estratégia de desenvolvimento agrário do Corredor de Nacala proposto pelo ProSAVANA. Neste texto, dizia o autor que,

“Parece repetir-se o princípio do Prodecer de trabalhar com agricultores selecionados pela sua capacidade empresarial e potencialidade de implantar o pacote do programa. No caso do Prodecer, eles eram escolhidos na região Sul e recebiam assistência técnica, financiamento a juros subsidiados e outros benefícios. Quem serão os “escolhidos” no caso de Moçambique? E como ficarão os demais?” (SCHLESINGER, 2013, p. 46).

Em Moçambique, já há denúncias, que apontam, haver escolhas, sobretudo, a quem financiar e/ou beneficiar com o fundo do ProSAVANA. Este episódio preocupa o acadêmico e economista moçambicano, João Mosca e em jeito de desabafo, ele deixou ficar a seguinte indignação:

Estou contra que exista uma diferenciação social direcionada. As pessoas são indicadas diretamente, que tu vais receber trator, aquele vai receber mais terra, o outro vai receber adubo e tu vais receber crédito. Significa que tu estás a distorcer, estás a direcionar, talvez por razões de natureza políticas. Quem são os novos emergentes e quem é o novo a produzir no rural. Aí é que estou contra<sup>192</sup>.

Embora, se diga que a agricultura contratual definida pelos executores do ProSAVANA, é uma forma “eficaz”, não só para beneficiar os produtores locais, como também para inclusão social, importa referenciar que os riscos deste modelo, são enormes. Morais (2014, p. 73) alertar que “os potenciais riscos para agricultores em países de baixa renda são bastante extensões e experiências passadas mostram que estes modelos de negócios podem ser um poderoso mecanismo gerador de crescimento excludente”. Já Mosca e Bruna (2015, p. 9) fazem uma alerta dos riscos associados ao crédito agrário que é fornecido aos produtores, sinalizando que “os riscos associados ao crédito agrário sem garantias pderão condizir a processos de exclusão e de seleção dos menos produtivos e eficientes e, eventualmente, originar o surgimento dos sem-terra”.

Outro aspecto a destacar, é a questão do acesso ao crédito. Durante a implementação do PRODECER, a solicitação do crédito as agências financeiras, era acompanhada por um leque de requisitos, e o título de propriedade de terra, era imprescindível. A mesma situação parece, estar a reproduzir-se em Moçambique com o ProSAVANA. A quando da pesquisa de campo no Brasil em 2015, sobretudo, na região de Dourados-MS, algumas instituições como, por exemplo, a Comid<sup>193</sup>, a Corpeplan<sup>194</sup> e a EMBRAPA Solos, foram unânimes, que os produtores moçambicanos para terem

<sup>192</sup> Entrevista realizada no dia 25/05/2016

<sup>193</sup> Comid subcidária da John Deere vocacionada na venda de máquinas e peças agrícolas na região de Dourados, MS. Durante a entrevista constatamos que ela também vende sementes agrícolas.

<sup>194</sup> Vela sobre os procedimentos de alocação de empréstimos aos produtores.

acesso ao crédito entre outros requisitos, terão que adquirirem primeiro um título de propriedade de terra. Um dos militantes da UNAC, relata que para um camponês ter acesso ao crédito do ProSAVANA, foi-lhes explicados que “normalmente é preciso que tenha DUAT, tenha toda a documentação que requer que esses indivíduos de fato precisam fazer trabalho em coordenação às atividades econômicas<sup>195</sup>”. Este cenário, mostra a existência de condicionalismos no acesso ao crédito. A distribuição de títulos de propriedade através do projeto «*Terra Segura*», vai no sentido de desbloquear apenas esse embargo para depois demonstrar as suas contradições.

A ideia de atribuição de «*DUAT's*» às populações rurais que está acontecer por meio do chamado programa «*Terra Segura*», que prevê a distribuição de 5 milhões de títulos de propriedades até 2019, pode ser vista desta forma, pois tudo vai no sentido de permitir que os produtores tenham acesso ao crédito. Durante a entrevista no Brasil, questionamos, a EMBRAPA Solos, a Comid, para que serveria o título de propriedade, e também foram unânimes em dizer que, é a única garantia que o banco pode ter e caso o produtor não devolver o crédito. Neste caso, a propriedade de terra, é segurança para as agências financeiras e caso o produtor não devolver o financiamento, automaticamente ele, é expropriado da sua terra. Por exemplo, no caso do PRODECER, o título de terra servia como uma das cláusulas para que, quando o produtor não conseguisse devolver o crédito solicitado no tempo determinado, a sua terra, era penhorada pela agência financeira. Este aspecto, é apontado como um dos que levou a expulsão dos camponeses no cerrado brasileiro, esforçando-os a ir às cidades, pois estes não tinham mais nada a entregar, se não o seu “pedacinho” de terra.

O risco disto acontecer no Corredor de Nacala, embora a terra seja propriedade do Estado, é maior. A ideia de que os *sem-terra*, só surgem onde ocorre onde o regime de propriedade da terra, é privada, a exemplo do Brasil, ela, é falsa sob ponto de vista do modelo de desenvolvimento capitalista. É preciso entender que, este fenômeno não tem nada haver com o tipo de regime de propriedade, mas sim, ele é resultado do desenvolvimento desigual que, é gerado pelo capital por onde se territorializa. O programa «*Terra Segura*», deve ser visto e/ou analisado com mais profundidade, porque ele apresenta vícios, os quais podem mais tarde, se desdobrar na expropriação dos camponeses, caso estes não consigam devolver no prazo previsto, os créditos por eles solicitados as agências financeiras. Então surgem questões, como por exemplo, *terra*

---

<sup>195</sup> Entrevista telefônica realizada no dia 15/01/2016.

*segura, será segura para quem?* A verdade, é que no capitalismo, o camponês junto do seu “pedacinho” de terra, ambos não estão seguros. As lideranças de camponeses, sobretudo, por parte da ORAM, estão de “olhos abertos” ao programa «*Terra Segura*», pois ela, não tem dúvidas que além desta, ser uma tentativa de servir os anseios do ProSAVANA, é também uma forma desfarçada que o Estado viu para entregar terras comunitárias às grandes corporações agrícolas no Corredor de Nacala. Vamos ler o seu argumento em relação a esse assunto:

A questão de *terra segura* é recente, ainda não foi muito bem refletida, é algo recente que ainda deveria ser refletido quais são as suas implicações. O Estado gozando o seu papel, poderá por via disso retirar, ou seja, condicionar a aquisição de DUAT's dos camponeses tendo em conta este programa terra segura, que já começou até, em Maputo, na Moamba, assisti um jornal na STV, mulheres ali todas felizes porque receberam DUAT, mais talvez seja uma armadilha. O programa terra segura tanto como o PEDSA, estão para tentar acomodar muito bem o ProSAVANA. Então, eles precisam deixar muito cómodo porque dizem que as terras do povo não serão arrancadas, mas temos esta componente que até foi um dado tido numa das reuniões que tivemos com o doutor Uassiquete da Direção Provincial da Agricultura, escapou acredito que escorregou e ele nem tinha noção do que estava a sair. Ele dizia que são 5% do programa terra segura dos DUATs, do governo são 5 milhões que serão atribuídos a privados e comunidades. Não sei quanto e mais uma vez colocamos aquela questão de supremacia do poder do Estado em relação ao camponês e a semelhança disso diz que o DUAT não pode ser objeto de penhora, alienação essas coisas. Mas, ouve-se por alto que existem a questão que o DUAT, é tido como garantia colateral ao empréstimo. Então, quer dizer que quem não paga o empréstimo, perde o DUAT, um direito, mas a lei de terra diz que não<sup>196</sup>.

Há elementos suficientes para afirmar que, com esta iniciativa, incorre-se para a mercantilização da terra em Moçambique, que no fim, contraria os ideias defendidos pela FRELIMO, em 1975. O camponês com esta iniciativa, poderá perder o seu “pedacinho” de terra em detrimento das corporações agrícolas, porque esta, será penhorada, embora a lei de terras 19/97 e a Constituição da República, vetem estas práticas. A distribuição de terras em Moçambique, sobretudo, pelo programa «*Terra Segura*», não está a ser acompanhada pela criação de iniciativas de incentivo aos camponeses e isto, é um perigo. Em Moçambique, está escrito no “papel” que o Estado garante e/ou apoia o setor familiar, mas na prática nada se faz, além deste estar próximo do camponês o qual disse que o ajudaria, encontra-se a fazer alianças com o grande capital para a implementação de programas virados para o agronegócio – ProSAVANA.

O que vai acontecer futuramente em Moçambique, é que o camponês apenas terá o DUAT e como ele, vai precisar o investimento para desenvolver as suas atividades, vai ter que recorrer os bancos e outras agências financeiras para tal propósito. Caso este

---

<sup>196</sup> Entrevista realizada no dia 16/01/2016.

não venha devolver o crédito no tempo determinado, o DUAT apresentado por ele como sua propriedade, a empresa financiadora, apenas vai penhorar. Imaginemos que ele tinha apenas a terra, como o seu e único triúnfo, o que sucede depois? Como dizia Dom Tomas Balduino (2001, p. 21), com a penhora que o camponês vai sofrer, restar-lhe-á apenas, “bater em retirada para engrossar as favelas de alguma cidade” e depois, caem também na miséria e, como veremos mais em diante, pode ser um *caos* para Moçambique. É verdade, que tenta-se criar uma imagem de que o ProSAVANA, será melhor que o PRODECER, que nestes cerca de 30 anos que separam os dois programas em termos de implementação, deu para aprender o suficiente dos erros cometidos no cerrado brasileiro, como Natália N. Fingerman (2013) tenta dizer.

Este, é também outro debate paradigmático que a autora recria em seu texto. As contradições no Corredor de Nacala desde que o ProSAVANA se territorializou, mesmo tendo se pautado pelo uso dos chamados PRAI (Princípios de Investimento Agrário Responsável), nada foi possível evitar para a não reprodução dos conflitos (ver seção 5.5.2). Portanto, afirmar que não haverá expropriação de terras, porque o ProSAVANA e o PRODECER, estão sendo implementados em épocas diferentes, estaríamos a reproduzir um discurso meramente falacioso, olhando para as contradições que são geradas pelo modelo de produção proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, o agronegócio. Localmente, observa-se a intensificação de movimentos sociais, na luta contra a implementação do ProSAVANA, com disticos que dizem, por exemplo, que «*Não queremos famílias Moçambicanas Sem-Terra*».

**Foto 2. Manifestações populares contra a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala**



**Fonte:** Extraída do *Jornal @Verdade* (2015).

No Brasil por causa deste modelo de produção, que é transferido para Moçambique através do ProSAVANA, observa-se dois cenários interessantes e ao mesmo tempo preocupantes, sobretudo, na vertente social. Por um lado, uma luta inacabada para o acesso e permanência no “chão rural”, protagonizado pelos “famosos” e mundialmente conhecidos como «*sem-terra*». Esta luta, tem sido contra os fazendeiros, como forma de garantir pelo menos, um espaço para a sua reprodução social, sobretudo, para a construção das suas casas e para produção do seus alimentos para a sua sobrevivência familiar. E do outro, estão os chamados «*sem-teto*», a travarem também uma luta pelo acesso ao “chão urbano”, para a sua reprodução social, sobretudo, para a construção das suas casa, embora de uma forma precária em alguns casos. Estes dois cenários, caracterizam quase todo território brasileiro e na região de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, é onde foi possível, vê-los a olho nu. A questão que se coloca neste momento é: *como evitar que desastre social não ocorra no Corredor de Nacala com a implementação do ProSAVANA?*

Outro dado importante, é a forma como o PRODECER termiou no Brasil. O fim do PRODECER no cerrado brasileiro, foi “inglório”, embora tido por muito tempo como um “sucesso” pelas elites brasileiras, e como um “milagre brasileiro” pelas elites japonesas, discursos, que foram usados como uma verdade em Moçambique. De acordo com Oliveira (1999 citado por Pessôa, 2015. p. 448) o PRODECER, significou apenas uma “combinação contraditória e desigual da expansão agricultura capitalista”, contrariando aquilo que era esperado pelos “cerradenses”. Diz-se ainda que o PRODECER, significou **“uma frustração financeira [...] 650 produtores abrigados hoje [2001] devem R\$500 milhões aos bancos** (Zanata 2001, citado por Pessôa, 2015, p. 488, grifo meu), provenientes do PRODECER III. Já no PRODECER II **“ao que tudo indica a dívida bancária dos produtores [...] estaria estimada em cerca de R\$ 400 milhões de reais”** (SANTOS, 2014, p. 198-199, grifo meu). Podemos questionar, também, como é que o ProSAVANA vai articular para que o mesmo desastre financeiro, não ocorra em Moçambique?

### **5.3- Insegurança alimentar e o colapso da soberania alimentar**

Alcançar a segurança alimentar, é o pano de fundo do ProSAVANA, embora dentro da esfera do agronegócio, seja (quase) impossível de materializar-se. No seio dos executores do ProSAVANA, é possível ver este otimismo, mas estes não explicam como fazer da monocultura em implementação, um instrumento para alcançar a



segurança alimentar no Corredor de Nacala. Por exemplo, no Plano Diretor do ProSAVANA versão zero, nota-se uma ligeira ausência do debate sobre como ficará a questão da soberania alimentar. Não é por acaso que as bandeiras levantadas pelos movimentos sociais e organizações de camponeses no Corredor de Nacala, vêm frisando estes aspectos e os dizeres da foto 3, falam por si, “*ProSAVANA não, queremos soberania alimentar*” como voz de comando para pararem com a implementação do ProSAVANA.

**Foto 3. Protestos e/ou manifestações populares contra a implementação do ProSAVANA**



**Fonte:** Extraída do *Jornal @Verdade* (2015).

A territorialização do agronegócio num determinado lugar, além de ameaçar a segurança alimentar, “a produção de *commodities* está associada a um modelo de desenvolvimento que além de atingir diretamente a população desafia a soberania dos países” (FERNANDES, 2015, p. 25). A segurança alimentar num determinado país “implica basicamente abastecimento adequado por um lado, e acesso, por outro lado, de todas as classes sociais aos níveis de consumo a elas correspondentes, necessários para a reprodução da sociedade” (WINTHAKER, 2008, p. 324). Já soberania alimentar “implica a independência total dos países, ou de regiões bem delimitadas, para produzirem ali mesmo o que a população local necessita ou deseja consumir, sem depender de sementes produzidas por transnacionais e de pacotes tecnológicos para agricultura que são viáveis apenas em grandes cultivos (WINTHAKER, 2008, p. 324).

A partir deste referencial teórico, aliado ao modelo de produção proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, há bases suficientes para afirmar que tanto a segurança alimentar, como a soberania alimentar, ambos estão em risco com a implementação do ProSAVANA. Aliás, o zoneamento agrícola que se fez nos distritos afetados pelo ProSAVANA para a produção de certas culturas, como a figura 10 mostra, levanta ainda as incertezas no que tange a permanência tanto da segurança alimentar, como da soberania alimentar, já que a existência de uma, depende da outra.

**Figura 5. Zoneamento agrícola do Corredor de Nacala**



**Fonte:** Extraído de Schlesinger (2013)

A soberania alimentar no Corredor de Nacala, poderá ser afetada com a introdução de monoculturas que são necessidade do mercado, sobretudo, nos territórios previamente identificados como ilustra a figura 10 e este processo, leva também a perda da soberania alimentar. Para Viladesau (2008, p. 33) “la soberanía alimentária es la mejor vía para erradicar le hambre y la malnutrición en le mundo, asi como para rarantizar la seguridad alimentaria duradera y sustentable para todos los pueblos”. O autor justifica, argumentando que, “con la expansión del monocultivo de la soja la diversidad productiva se pierde, el país pierde la capacidad de definir sus políticas sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos, situación que lo vuelve particularmente vulnerable” (VILADESAU, 2008, p. 33).

É preciso entender, que a produção subcontrato também implica o abandono das práticas tradicionais, sobretudo, da agricultura de base camponesa, uma vez que os camponeses são obrigados a abandoná-las em detrimento de monoculturas que lhes

serão exigidas e/ou impostas pelas corporações do agronegócio. Dentro do ProSAVANA, nota-se uma série de vícios que dificilmente, serão combatidas e a produção sob contrato, a qual o programa propõe, é o principal fator. Há um risco dos saberes tradicionais que atualmente são usadas pelos camponeses locais no seu processo produtivo, serem abandonadas em detrimento das estrangeiras, pois a ideia de transformar os camponeses locais em agricultores competitivo, vai neste sentido, que é desterritorializar as práticas preexistentes e incorporar o “novo”, o moderno.

É verdade, que localmente observa-se algumas resistências por parte de alguns camponeses, onde afirmam, por exemplo, que nós **“temos nosso próprio adubo local, nossa própria técnica”**, que nós **“não precisamos de levar adubo e adubar, o nosso adubo é o próprio capim da machamba<sup>197</sup>”** (grifo meu). Essa resistência é legítima, mas, o agronegócio não respeita as práticas e/ou saberes locais e muitos menos ele quer saber se elas existem nestes lugares, pois a ideia dele quando se territorializa tem sido apenas, empreender uma homogeneização territorial a partir do seu próprio pacote tecnológico. A destruição do campesinato, desdobra-se, tanto na segurança, como na própria soberania alimentar. A acadêmica brasileira e militante do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), Maria Gorete de Sousa, destaca que no âmbito de implementado do ProSAVANA, uma vez que se trata de um modelo virado para o agronegócio, há sim riscos na vertente da soberania alimentar. Segundo ela,

O direito de cada povo ter a sua alimentação, produzir as suas sementes e os seus sabores e preservar essas sementes e a sua alimentação, a sua forma de intercâmbio, a sua forma de produção, as suas de organização de produção e de distribuição da sua produção, isso realmente é inviável dentro desse projeto. Porque não tem essa perspectiva de pensar a soberania alimentar, quem tem que produzir, são os próprios povos de cada país e não de projeto que são implementados em um país e que são colocados e implementados em um país sem levar em consideração o seu processo histórico, o seu processo ambiental, a toda a sua convivência, a sua cultura<sup>198</sup>.

É preciso entender ainda que, tanto a soberania alimentar, quanto a segurança alimentar, são “irmãs gêmeas” e andam juntas e caso se afete uma, automaticamente a outra, é também afetada. O ProSAVANA, vai neste sentido, e é preciso entender ainda que, o agronegócio, seja grande ou pequeno, não é norteado para produzir alimentos, pois este, não é o seu interesse. O agronegócio, está interessado apenas em gerar lucro, porque é a única forma para ele crescer e/ou se reproduzir, mas numa forma violenta, isto é, acumulando primitivamente o capital. Este, é o principal eixo da existência do

---

<sup>197</sup> Esta informação foi extraída num documentário que versa sobre o ProSAVANA e pode ser visto na sua íntegra em: <https://youtu.be/nNwNt1eBKno>. Acesso: 28/12/2016.

<sup>198</sup> Entrevista realizada no dia 29/11/2015.

agronegócio enquanto modelo de produção. Neste contexto, descampesinar ou retirar uma agricultura de base camponesa que está assentada nesse trabalho familiar, numa produção artesanal no campo, como é a proposta do ProSAVANA no Corredor de Nacala, é um risco. Há evidências que tudo caminha para insegurança alimentar, embora o agronegócio possa até ter maior produtividade que a agricultura camponesa em determinados aspectos. Mas, produzir comida para o povo, o agronegócio não consegue e, é por isso mesmo que a fome continua no mundo, mesmo que os seus defensores, digam que ele, é a «*salvação da humanidade*». No agronegócio, a preocupação de alcançar a segurança alimentar, além de transformar-se em apenas uma retórica, serve nos dias atuais, como um instrumento para materialização do “neocolonialismo” em países subdesenvolvidos, por meio da «*diplomacia da fome*».

A segurança alimentar, é usada nos dias atuais, como “arma” para aquisição de grandes extensões de terras agrícolas por parte das grandes corporações para a implementação de programas virados a produção de *commodities* de e/ou para exportação, e não necessariamente produzir alimentos para as populações locais. De um lado, o ProSAVANA, surge sob essa lógica. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003), entende que considerar o agronegócio como sinônimo de grande produção no campo, seria uma ingenuidade, pois ele, dedica-se na produção de mercadorias e não alimentos para o consumo humano. Segundo o autor, “esta realidade precisa ser esclarecida, pois **há o mito de que quem produz no campo são as grandes propriedades**”, são “**as pequenas unidades quem mais produzem a grande maioria dos produtos do campo**” (OLIVEIRA, 2003, grifo meu). O geógrafo brasileiro, João Edmilson Fabrini e um dos *peritos* em estudos sobre a problemática do agronegócio no campo, entende que dentro do ProSAVANA, há “riscos e existe sinais, evidências de que caminha para a insegurança alimentar, porque agente sabe de modo geral que o agronegócio, não garante soberania e nem garante segurança alimentar<sup>199</sup>”. E complementa, dizendo que,

Eu acho que, o fato de tanto o grande agronegócio, quanto o pequeno agronegócio, que é o que se pretende implantar no ProSAVANA, eles são empreendimentos, não se trata mais de uma agricultura para produzir alimentos. São empreendimentos norteados pelos interesses acumulativos do lucro e, isso pode ser um perigo muito grande para a segurança alimentar e para a soberania alimentar. De repente nessa região onde se implanta o projeto, você tem uma produção muito mais elevada de cana-de-açúcar, para gerar lucro, você tem uma produção muito mais elevada de silvicultura de madeira, o que é que isso significa do ponto de vista da manutenção e da segurança e de soberania alimentar? A soberania, está relacionada com a nação também, não é só uma questão vinculada ao mundo familiar, mas o

---

<sup>199</sup> Entrevista realizada no dia 23/11/2016.

que é que isso significa para para existência dessas famílias? O sucesso e o eixo de uma produção voltada para a exportação, qual é o caminho de isso daí? Eu acho que é extremamente problemático, colocar uma agricultura em que o eixo, seja a mercadoria, a produção do negócio, penso que o próprio termo está falando, seja o negócio e o lucro<sup>200</sup>.

Viladesau (2008, p. 33), já avançava que “la soberanía alimentaria debe asentarse en sistemas diversificados de producción baseados en tecnologías ecológicamente sustentable”. Outra situação que revela preocupação e que merece destaque, é o milho que está em processo de introdução em Moçambique com o ProSAVANA. Importa referenciar que a variedade de milho que se pretende introduzir no âmbito deste programa, não é a mesma que as famílias moçambicanas conhecem, produzem e consomem no seu dia-a-dia. A variedade em introdução no Corredor de Nacala é, transgênica e, como diz Schlesinger (2013) “nada saborosa”, cuja função é para a produção de ração para alimentar os animais. Sergio Schlesinger (2013), foi um dos pesquisadores brasileiros que reportou esse risco do ProSAVANA para Moçambique, em seu estudo. O autor alerta que,

“É preciso resistir ao risco de que o ProSAVANA instale um sistema de produção de milho destinado à alimentação animal, em rotação com a soja. O milho para ração animal não é o milho que os camponeses de Moçambique conhecem e produzem. Trata-se de variedades transgênicas nada saborosas, como nos contam os agricultores familiares da região de Lucas do Rio Verde, destinadas à alimentação animal” (SCHLESINGER, 2013, p. 46).

A resistência a este sistema de produção, começou desde que o ProSAVANA se implantou oficialmente em Moçambique, sobretudo, em Abril de 2011, tendo sido feita publicamente, em 2012 pela UNAC. A própria UNAC, tem feito sensibilizações e capacitações no sentido de usar-se sementes nativas e, tem estado também a criticar as sementes geneticamente modificadas que estão a entrar com as grandes corporações agrícolas e com o ProSAVANA, numa forma particular. Os camponeses ao levantarem bandeiras com escritas que dizem, por exemplo, que “*ProSAVANA não, queremos soberania alimentar*”, estão cientes que as suas práticas, estão em risco, desde que o ProSAVANA se implantou em seus territórios. Em fim, fica claro que Moçambique, está a incentivar a substituição de alimentação de pessoas, com a de animais, ao pretender produzir milho e soja, ambos transgênico para a produção de ração animal.

Este processo poderá, no entanto, colocar em declínio a segurança alimentar e por sua vez a necessidade de compra de produto em outras regiões, para essas populações poderem garantir a sua alimentação, caso não haja um incentivo por parte do governo, em apoiar a produção familiar. Como veremos mais em diante, é o que aconteceu no

---

<sup>200</sup> Entrevista realizada no dia 23/11/2016.

cerrado brasileiro com a implementação do PRODECER. Sobre a produção sob contrato, modelo que o ProSAVANA está usar em Moçambique, como vimos anteriormente, os riscos são maiores para a segurança alimentar. Morais (2014, p. 74) destaca que “o risco é de que o excedente alimentar diminua no mercado local, afetando a disponibilidade regional e os preços dos alimentos”, tendo em conta que, “as famílias mais pobres são geralmente excluídas destes contratos, o cenário da redução oferta regional de alimentos é especialmente preocupante (SINGH, 2002; LITTLE, 1994 citados por MORAIS, 2014, p. 74). De acordo com Isabela Nogueira de Morais (2014),

“Da perspectiva da segurança alimentar, a pergunta a crucial é o que acontece com a oferta agregada de alimentos da região uma vez que a produção sob contrato são acrescentadas produções não praticadas anteriormente, o que implica uma realocação de factores, podendo-se afetar negativamente a produção alimentar” (MORAIS, 2014, p. 74).

Por exemplo, os lugares identificados pelo ProSAVANA para apenas a produção de *commodities*, são os que chamam atenção neste processo. Esses lugares, serão especializados, como ilustra a figura 10, para a produção de mercadorias em detrimento de alimentos. Isto cientificamente falando, é um atentado a própria segurança alimentar, na medida em que os produtores locais, são apenas redirecionados para o mercado. Neste contexto, haverá a necessidade de reposição em termos alimentares, isto é, produzir-se em outros lugares para abastecer os lugares que, serão neste caso de ideias, especializados para a produção de mercadorias. Só que este, é outro problemas que é pouco debatido em Moçambique no âmbito do ProSAVANA.

Fora de Moçambique, nota-se, grandes debates sobre a questão da segurança alimentar dentro do modelo de produção do agronegócio, seja ele sob forma de contrato ou não. A conversão dos produtores locais que atualmente produzem alimentação diversa para produtores de mercadorias, fará com que estes passem a comprar produtos alimentares que eles mesmo produziam anteriormente e este, é outro paradigma dentro do ProSAVANA. A literatura empírica sobre este modelo de produção na vertente da segurança alimentar nos lugares onde se territorializa, revela aspectos contraditórios do discurso que tem estado a ser propalado pelos mentores destas políticas neoliberais. No Quênia, por exemplo, onde este modelo de produção sob contrato, o qual o ProSAVANA incentiva, evidências mostram, que há “casos de redução na oferta local e alta inflação dos preços de alimentos” (MORAIS, 2014).

O próprio PRODECER no Brasil, outrora “apresentado como uma verdadeira revolução a favor da produção de alimentos [...] na verdade jamais ocorreu e, ao contrário, **resultou em insegurança alimentar e necessidade de compra de alimentos**

de outras regiões” (SCHLESINGER, 2013, p. 45, grifo meu). Embora, se diga que o PRODECER, foi um “sucesso” no cerrado brasileiro, o Padre Adriano e membro da CPT (Comissão Pastoral da Terra) no município de Dourados/MS, desmistifica o caso e descreve o agronegócio da seguinte maneira:

“O agronegócio só produz alguns produtos para a exportação e não para o povo se alimentar. Por exemplo, o pão francês está subindo preço por quê? Porque o trigo vem de fora, o Brasil tem tanta terra, mas não produz mais trigo então, tem de ir buscar noutros países. O agronegócio em nossa região aqui no nosso Estado de Mato Grosso do Sul, produz soja, a cana-de-açúcar e, na região de Três Lagoas eucaliptos, tudo para exportação. O pequeno agricultor tradicional como você chama, coloca mais de 70% os alimentos na mesa do povo e tem pouca terra e produz muito mais que os grandes<sup>201</sup>”.

Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes (2013), são mais diretos nas suas afirmações e argumentam que,

**“através do ProSAVANA, o Brasil está tentando exportar para Moçambique o modelo de desenvolvimento do agronegócio que falhou profundamente em termos de fornecimento de alimentos para a segurança alimentar e desenvolvimento sustentável no Brasil. Mais de 65 milhões de brasileiros enfrentam atualmente insegurança alimentar [...]”** (CLEMENTS & FERNANDES, 2013, p. 20, grifo meu).

A mesma afirmação, é feita pela Justiça Ambiental no seu posicionamento sobre o ProSAVANA em 2013. Segundo esta organização não governamental,

**“através do ProSAVANA o Brasil pretende exportar para Moçambique um modelo de desenvolvimento agroindustrial que falhou no Brasil, onde mais de 65 milhões de brasileiros se encontram em situação de insegurança alimentar e milhões de pessoas lutam pelo acesso à terra para produção de alimento assegurando um meio de subsistência”** (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2012, grifo meu).

É interessante ver nos documentos oficiais do ProSAVANA uma persistência no sentido de que o programa, tem como objetivo “sanar” a fome em Moçambique. Aliás, a acadêmica brasileira Natálias N. Fingermann, afirma em seu texto que o ProSAVANA ,visa **“garantir a segurança alimentar da população”** (p. 2, grifo meu), mesmo sem demonstrar como é que seria possível através do agronegócio. Essa afirmação, é contraditória no sentido de que dentro do Brasil, fala-se que o PRODECER, não foi capaz de tirar os brasileiros da fome, embora haja também um otimismo por parte das autoridades brasileiras ao replicá-lo em Moçambique. Para Bernardo Mançano Fernandes, a implementação do PRODECER,

Foi feito para abastecer o Japão, então, não dá para fazer a relação do PRODECER com a fome do Brasil. Quem acaba com a fome no Brasil não é o agronegócio, é o campesinato. Tanto a fome no Nordeste só acabou quando o governo Lula, ampliou o número de assentamentos, criou bolsa família e criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA)<sup>202</sup>.

---

<sup>201</sup> Entrevista realizada no dia 23/08/2015.

<sup>202</sup> Entrevista realizada no dia 06/06/2016.

Não podemos descartar que em Moçambique, sobretudo, no Corredor de Nacala pode haver necessidade de compra dos produtos produzidos em outros lugares. Para evitar-se o pior, há uma necessidade de criar-se alguns pólos de produção de alimentos com base na agricultura familiar que possam a produzir para depois, redistribuir aos mercados consumidores. Importar alimentos de fora do país, como tem sido quando é para abastecer as cidades de Maputo e Matola, através da vizinha África do Sul, os custos podem ser mais elevados, que produzir localmente, tendo em conta o isolamento físico-geográfico do Corredor de Nacala e também a própria cadeia logística do país que é, em parte precária. Por isso, é necessário que o governo moçambicano incentive e/ou apoie os produtores familiares para que estes possam a produzir localmente o suficiente, tanto para o seu consumo, como para o abastecimento dos mercados internos.

A cadeia logística em construção, sobretudo, as estradas poderiam ajudar os camponeses locais no escoamento dos seus produtos para os mercados consumidores. A iniciativa lançada em Fevereiro de 2017, pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) intitulada «*Projeto Sustenta*», pode ser uma alternativa para a produção de alimentos, por forma a abastecer os mercados locais, já que numa primeira fase, será também implementado em alguns distritos ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo, nas províncias da Zambézia e Nampula. Este projeto bem aprimorado e/ou ajustado a realidade local, pode ser uma alavanca para combater a fome e a miséria, mas, a questão transparência, é um elemento a considerar, porque a maior parte das políticas públicas e estratégias de desenvolvimento do meio rural, sobretudo, aquelas que envolveram dinheiro avultado no âmbito da sua implementação, nunca deram certo.

O «*Projeto Sustenta*», envolve, digamos, muito dinheiro e não nos esqueçamos, que a corrupção e o desvio de aplicação dos fundos, têm empurado as políticas públicas do setor agrário e suas estratégias de implementação ao fracasso em Moçambique. O Brasil de Lula, que tem sido o exemplo, para as autoridades moçambicanas, foi um exemplo disto, embora a orientação do investimento, fosse mais para o agronegócio, que o setor familiar, mas houve incentivos para este último. Para Morais (2014, p. 75) o Brasil é “um *showcase* de uma das suas políticas que estimulam a demanda local” e destas políticas, encontra-se o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que está em execução. Em Moçambique, o PAA “**supostamente é apoiada pela cooperação brasileira, porém, com um orçamento irrelevante, 70 vezes mais baixo que o do ProSAVANA**” (NOGUEIRA & OLLINHO citados por MORAIS, 2014, p. 75, grifo



meu). Localmente o investimento do PNISA, tem beneficiado mais os produtores comerciais em relação aos produtores familiares, fato que mostra a marginalização deste último setor (ver ADRIANO & VUNJANHE, 2015).

Não existe até então, políticas públicas nacionais que estejam totalmente ao serviço dos produtores familiares, pelo menos, é o que constatamos durante pesquisa de campo realizada em 2016 e também, é o que muitos estudos apontam (ver MOSCA, 2012b; 2014b; MOSCA & ABBAS, 2015). Com este programa, resta apenas os camponeses locais, transformarem-se em produtores de mercadorias para exportação em detrimento dos produtos para assegurar a sua própria sobrevivência e/ou a sua subsistência familiar (mapira, milho, amendoim, abóbora, feijões diversos e entre outros produtos da sua necessidade). Como diz Negrão (*apud* Adriano & Vunjanhe, 2015) “é mais fácil para um camponês produzir alimentos para o consumo, do que, trabalhar para um latifundiário e da renda obtida adquirir alimentos para o consumo”. Portanto,

“Não se trata apenas de uma questão de impulsionar a produção para atender à demanda crescente. Trata-se de saber quem produzir, para quem produzir e quais as condições; trata-se de reduzir o gap entre o preço vendido no portão da fazenda e a preço no varejo, assegurando alimentos acessíveis; trata-se de emponderar os produtores de alimentos mais marginais, permitindo que eles capturem uma porção maior de valor de sua produção” (DE SCHUTTER, 2011 citado por MORAIS, 2014, p. 74).

Na perspectiva da segurança alimentar, há que concordar que este modelo de produção é por si só, controverso e não é por acaso que as organizações da sociedade civil, organizações de camponeses e acadêmicos, sempre tiveram uma posição contrária ao dos seus executores. Indignada Lídia Cabral, deixou várias indagações sobre este modelo, dentre elas “**os camponeses que sempre estiveram a trabalhar nestas terras vão deixar de produzir agricultura diversificada para passar a cultivar monoculturas? O camponês vai deixar de produzir o seu milho, o seu feijão, a sua mandioca?**” (RIBEIRO, 2014, p. 15, grifo meu).

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, já avançava que “**o ProSAVANA não vai resolver o problema da alimentação dos moçambicanos porque 90% da alimentação dos moçambicanos é feita pela economia camponesa**<sup>203</sup>” (grifo meu). A mesma posição, foi partilhada pela presidente da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), Alice Mabora, onde apontou que o ProSAVANA, irá apenas alimentar “as potências que têm uma visão futuristas<sup>204</sup>”. A lideranças de camponeses, sobretudo, por parte da ORAM, tem uma convicção de que, é

---

<sup>203</sup> *O País Económico*, 2014.

<sup>204</sup> *Jornal O País*, 2013, p. 10

impossível falar da segurança alimentar dentro do ProSAVANA. Um dos seus militantes, argumenta que,

“não existem espaço para falar de segurança alimentar dentro do ProSAVANA se olharmos para a produção de monoculturas, as pessoas precisam de manter aquelas culturas básicas, o quiabo, o tomate, o alface o milho para a sua própria alimentação, a abóbora, a melancia, onde está o espaço disto dentro do plano diretor? Eu não o vejo e, continuo a questionar, por que é que vamos pautar por um modelo de desenvolvimento que põe em risco a segurança alimentar das nossas famílias que já está bastante frágil ao vez de olharmos para o modelo alternativo no sentido de elevar aquela produção. Se reперar bem em Moçambique realmente tem terras férteis, mas essas terras férteis podem ser aproveitadas para garantir a segurança alimentar das famílias, estamos a comer agora a batata que sai da África do Sul, mas temos terras que podemos produzir batata<sup>205</sup> .

Combater e/ou acabar com a fome, não é tarefa fácil, é um processo muito complexo e exige além de decisões firmes, políticas públicas direcionadas, aprimoradas e/ou ajustadas para tal propósito e não parece ser característico de Moçambique. A vontade política, é um dos elementos “chaves” neste processo, mas parece não existir no seio das autoridades moçambicanas. Caso não se reveja o atual Plano Diretor do ProSAVANA, este programa, pode(rá) ser uma repetição de tantas outras políticas públicas e/ou estratégias de desenvolvimento do setor da agricultura implementadas em Moçambique, que não conseguiram acabar com a fome e muito menos, com a miséria, mesmo prometendo que, seriam a solução para estes males sociais.

Em termos de política pública, a essa lógica, o ProSAVANA, poderá entrar na listas dos programas que “amputaram” o sonho dos moçambicanos, em verem-se livre do subdesenvolvimento, pois os grandes projetos agrícolas, não tem nenhuma finalidade de acabar com a fome, mas sim, produzir mercadorias para gerar lucro. Outro problema neste processo, está relacionado com a introdução de «*sementes geneticamente modificados*» no seu processo produtivo. O milho, a soja e outras culturas que estão em introdução no Corredor de Nacala com o ProSAVANA, não fogem deste patamar. É preciso destacar ainda que, elas fazem parte do leque do «*pacote tecnológico*» da chamada «*revolução verde*». Em 2004, Carlos Walter Porto Gonçalves, posicionando-se sobre as «*sementes geneticamente modificadas*», destacou o seguinte:

“Esclareçamos, logo de início, que a expressão OGM – organismo geneticamente modificado – é genética e imprecisa. Rigorosamente falando, toda a evolução das espécies se dá por modificações genéticas, que, assim, é um fenômeno natural. As intervenções das espécies cultivadas – trigo, milho, arroz, mandioca, pupunha são intervenções culturais, cultiváveis – e se fizeram enquanto modificação genética desenvolvida por diferentes povos e suas culturas em íntima relação com a natureza. São, assim, cultural e natural. Já os OTMs – organismos transgenicamente modificados – são

---

<sup>205</sup> Entrevista realizada no dia 16/02/2016.

criações laboratoriais e, portanto, não foram tecidos e experimentados em convivência com a natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 234).

Localmente, nota-se também a transformação da «*Lei de Sementes*», cuja ideia principal, é ser uniformizá-la com a lei de sementes da SADC no âmbito da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional do G8. A ideia que se tem ao padronizar a lei de sementes, é para “permitir a produção e distribuição de sementes melhoradas, com particular ênfase em sementes híbridas, altamente dependentes de irrigação em grande escala e do uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas” (VUNJANHE & ADRIANO, 2015, p. 74). Isto mostra que, as sementes atualmente em uso pelos camponeses locais, estão sendo ignoradas, uma vez que o seu sistema de produção, é que produz maior parte dos alimentos que chagam a mesa dos moçambicanos, garantindo alimentação para cerca de 90% da população moçambicana.

A introdução destas culturas no Corredor de Nacala, pode trazer sérios problemas para os camponeses e vale apenas lembrar que, é impossível a permanência de dois tipos de plantações no mesmo lugar, isto é, uma cultura transgênica e outra não transgênica, e, isto, tem levado a ocorrência de conflitos. Inicialmente, pode até haver resistência por parte dos produtores (como já está a acontecer) em aderir o uso destas semente, mas não será por muito tempo, pois as lojas estarão repletas de sementes geneticamente modificadas e isto, é comum no Brasil, onde sai o ProSAVANA. Importa destacar ainda que, estas sementes também, criam uma dependência ao camponês, sobretudo, para o uso de agroquímicos no processo produtivo. Francisco Graziano Neto (1982), compara o uso do agrotóxico nas lavouras, sobretudo, para os camponeses iniciantes com quem consome (pela primeira vez) uma determinada droga. Segundo ele,

“Os agrotóxicos são como drogas: quando se começa a utilizá-los na lavoura é difícil parar com o seu uso. O aumento do desequilíbrio do ecossistema cria dependência pelo produto químico. Uma dona de casa que tenha horta caseira verifica isso facilmente nos seus pés de couve. É comum um ataque leve de pulgões nos brotos de couve, que são normalmente combatidos pelos inimigos naturais, como a joaninha e outros predadores. Ou então podem ser combatidos pela água de irrigação, por cinzas ou pelo esmagamento com as mãos. Os pulgões não desaparecem, mas também não aumentam muito, causando pequenos danos nas plantas. A introdução de uma inseticida como meio de controle dos pulgões vai dizimar boa parte da população. À primeira vista, o seu resultado parece excelente. Mas o aniquilamento dos inimigos naturais e a supressão de outros tipos de controle naturais fará com que, em pouco tempo, o ataque de pulgões seja mais severo. É o fenômeno de ressurgência. A dona de casa precisará aplicar novamente o produto químico. Está criada a dependência: as aplicações terão de ser contínuas, a cada 3 – 5 dias, para conseguirem controlar a praga” (NETO, 1982, p. 105-106).

Em áreas visitadas, sobretudo, no município de Glória de Dourados no Estado do Mato Grosso do Sul, onde opera a «*Associação de Produtores Orgânicos de Mato*

*Grosso do Sul (APOMS)*», o representante desta agremiação, destacou que existem produtores familiares que ignoram as técnicas agroecológicas no seu processo produtivo, fato que segundo ele, contraria os seus princípios da agroecologia. Foi possível confirmar este fato numa propriedade de um produtor familiar. O representante da APOMS, destacou ainda que tem feito campanhas para que os produtores, não use técnicas que não seja somente da agroecologia, mas alguns continuam a ignorar. Portanto, aqui, está uma dependência deste produtor aos chamados “novos” *pacotes tecnológicos* da agricultura moderna. Este processo eleva também a contaminação das plantações daqueles que resistem, tanto o uso de sementes transgênicamente modificadas, como do agrotóxico no seu processo produtivo.

Se este processo começa numa determinada lavoura, o que acontece, é que, a do lado, automaticamente, é também contaminada sem, no entanto, aplicar o agrotóxico numa forma direta na sua lavoura. Este processo, pode se dar por via das águas das chuvas, sobretudo, quando há ocorrência de inundações, pois a tendência delas, é se escoarem em zonas mais baixas e, quando isto acontece, as lavouras daqueles que resistem o uso do agrotóxico, são automaticamente contaminadas. Este tipo de contaminação, é tida por Carlos Walter Porto Gonçalves (2004), como sendo “*poluição genética*”. Este caso, aconteceu em muitos países do mundo, sobretudo, da América Latina e nos Estados Unidos da América (ver Porto-Gonçalves, 2004), e até então, o cenário continua o mesmo. Além do conflito pela terra, adiciona-se também o conflito gerado pelo agrotóxico. Em fim, além de estarmos num dilema, este é outro paradigma do modelo de produção proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA.

Esses produtos alimentares que são frutos das sementes geneticamente modificadas, já têm impactos negativos na vida das pessoas. Neto (1982, p. 107) chama atenção que, pela forma como as coisas estão a acontecer atualmente, “**nós não chegaremos a nada, a não ser à destruição de nós mesmos**” (grifo meu) e para tal, ele aconselha-se a mudança de atitudes no ser humano. O agrotóxico, é parte do pacote tecnológico da «*revolução verde*» e no agronegócio, é dos produtos mais usados, cujas “sequelas” para a saúde humana, são um dado tangível. Partindo do princípio de que são culturas de curta duração em termos do seu desenvolvimento e/ou amadurecimento, exige-se no processo produtivo, uma aplicação de agrotóxicos. Aliás, Oliveira (2016, p. 469), sinaliza que as culturas como, “soja, milho, algodão, cana e café, consomem 76%” de agrotóxicos. Por causa disto, o Brasil em 2001, foi considerado “o terceiro maior

consumidor mundial de agroquímicos, cerca de US\$ 2,5 bilhões/ano” (Novaes, 2001, p. 52), e “de 2002 a 2012, o mercado brasileiro de agrotóxicos cresceu 190%”, fato que o transformou no “maior consumidor de agrotóxicos do mundo” (OLIVEIRA, 2016, p. 479). Um estudo recente apresentado a Universidade de São Paulo (USP) de autoria de Larissa Mies Bombardi, revelou a ocorrência de vários problemas derivados do agrotóxico usado nas lavouras do agronegócio. O estudo revela ainda que, “o Brasil é campeão mundial do uso de agrotóxico”, sendo que, **“cada brasileiro cabe uma média de 5,2 litros de veneno por ano, o que equivale a duas garrafas e meia de refrigerantes ou a de 14 latas de cerveja”**<sup>206</sup>. O sinaliza ainda que, no período de **“2007-2014, foram 1.186 mortes relacionadas aos venenos”**<sup>207</sup>, no Brasil.

Os herbicidas, são outros produtos tóxicos que usados nas lavouras, trazem problemas sérios para a saúde humana. Neto (1982, p. 106) destaca que com o seu uso do agrotóxico nas lavouras “o risco de envenenamento e intoxicações”, está “cada vez mais presente, seja pelo contato com o produto no momento de aplicação, seja quando do consumo da hortaliça”. O autor sinaliza ainda que, “o que não podemos mais é suportar esta orgia das multinacionais com os agrotóxicos”, por isso aconselha que, “é preferível conviver com alguns pulgões que tentar aniquilá-los (Neto, 1982, p. 107-106), porque quanto mais se pensa que se está a matar pulgões, letalmente vai matando o próprio homem. A infecção pelo agrotóxico acontece, tanto para os que se expõem diretamente no processo de pulverização das lavouras, como também para os ingerem alimentos provenientes do agronegócio. Destes problemas, destacam-se, a cegueira, câncer, contaminação do leite materno e entre outras patologias”<sup>208</sup>.

Isto, já foi comprovado cientificamente no Brasil, onde sai o ProSAVANA e as denúncias para parar-se com os agrotóxicos, são feitas repetidas vezes, mas o homem, continua a “trilhar” pelo mesmo caminho, já que o “dinheiro” fala mais que a vida e/ou saúde humana. Porto-Gonçalves (2004, p. 238), assinala que “os alimentos transgênicamente modificados” não têm “sido considerados seguros para o consumo humano”. O autor relata um caso de uma variedade do milho transgênico, onde cerca de **“44 pessoas que ingeriram o alimento se queixaram de reações alérgicas”** (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 238, grifo meu). Não podemos descartar a possibilidade do ProSAVANA enquanto agronegócio, ser um problema sério na vertente da saúde

---

<sup>206</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/07/07/um-atlas-de-nossa-agricultura-envenenada.html>. Acesso: 08/12/2016 (grifo meu).

<sup>207</sup> Idem (grifo meu).

<sup>208</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Oliveira (2016).

humana, por causa das sementes transgênicas que provavelmente, serão usadas no processo de produção e também do uso excessivo do agrotóxico nas lavouras. Esta situação, torna-se ainda preocupante para Moçambique, olhando para a configuração do Sistema Nacional de Saúde que, além de haver uma distribuição desigual, é também precário e, incapaz de diagnosticar certas patologias.

#### **5.4- ProSAVANA versus geração de postos de emprego e renda**

A geração de postos de empregos e de renda, estão entre as intenções do ProSAVANA, e isto é visível, tanto nos documentos oficiais, como nos discursos dos seus executores. Há maior otimismo, tanto dos idealizadores (Brasil e Japão), como do governo moçambicano, que o ProSAVANA, vai empregar muitos moçambicanos, mas nada se fala, como este “milagre”, vai acontecer tendo em conta o elevado grau tecnológico que está patente nesta atividade. Aliás, as perspectivas das autoridades moçambicanas com a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala, são enormes, pois diz, por exemplo, que este programa, empregará cerca de “90% da mão-de-obra<sup>209</sup>” local. Mas, a questão que se coloca, é: *como materializar este sonho através do ProSAVANA enquanto agronegócio?* É o que veremos a seguir.

Aliás, afirma-se também que, é através dos empregos que supostamente serão criados no âmbito da implementação do ProSAVANA, que melhorar-se-á as condições de vida das populações afetadas no Corredor de Nacala. Este, é outro equívoco patente no ProSAVANA. O tipo de emprego que se pretende gerar através do ProSAVANA, não é especificado e os documentos oficiais deste programa, também não mencionam este fato. Embora, nos documentos oficiais, afirme-se que o ProSAVANA, visa gerar empregos para os moçambicanos, as lideranças de compenses da parte da UNAC representadas, desmente, alegando que durante as supostas auscultações e/ou consultas públicas, foi lhes dito algo diferente e abaxo descreve-se:

A divulgação não foi de que ele [o ProSAVANA], vai empregar as pessoas, o programa que foi desenhado aqui, é de que o camponês vai ser potenciado de modo que faça a sua agricultura com alguns fundos do ProSAVANA. Para dizer que vai empregar, ainda não entrou nos nossos ouvidos, o que eu saiba, é que o ProSAVANA vem, cada associação, cada privado desenha um programa que acha ser possível para ser ajudado para poder implementar<sup>210</sup>.

Uma das grandes contradições que o agronegócio enquanto modelo de produção tem, está relacionada com a geração de postos de emprego. Ao adotar-se pela

---

<sup>209</sup> Reportagem feita por Adelson Rafael no *Jornal O País* de 2011 (ver Morais, 2014).

<sup>210</sup> Entrevista realizada no dia 15/01/2016 via celular.

agricultura sob contrato, como esquema de produção, abre-se espaço para a marginalização dos não integrados. Estamos a assumir que, o ProSAVANA, pois isto, acontece por causa das contradições geradas internamente pelo próprio capital. Foi assim que aconteceu durante a implementação do PRODECER. Por exemplo, “**o PRODECER** ocupou 345 mil hectares, se somadas as áreas do projeto nos sete estados onde se desenvolveu, e **assentou 717 produtores de um total planejado de 760** (BRASIL, 2002 citado por PESSÔA & INOCÊNCIO, 2014, p. 16, grifo meu). Este modelo de produção, abre também espaço para o assalariamento dos não integrados, outrora excluídos e marginalizados, e processo, traduz-se na destruição do próprio campesinato e com ele os seus praticantes.

Em lugares onde este modelo de produção, já foi implementado e/ou está em curso, um dos seus resultados, é este. A expulsão dos não integrados ao esquema de produção, é um fato, e isto, leva o assalariamento destes, nas grandes e médias produções e também, nas lavouras daqueles produtores que no decorrer do processo conseguem se “encaixar” a lógica de produção do agronegócio. Quer dizer que, o camponês moçambicano, passará a ser empregado nas lavouras de outros produtores, coisa que ele, não fazia antes do programa entrar em seu território. O ProSAVANA, é um programa *agroexplorador* e a ideia de que ele, vai gerar cerca de 90% de empregos, logo aprior, dá indicação que muita gente, será explorada no decorrer do processo produtivo. José de Sousa Martins (1991), explica-nos um pouco sobre como isto aconteceu no cerrado brasileiro, com a expansão do capital. Vamos lê-lo:

**“se houver muita gente procurando trabalho, se for grande número de expropriados que não conseguiu encontrar emprego, a tendência será a queda dos salários, a sua redução a níveis até inferiores às necessidades mínimas vitais do trabalhador. Foi um processo desse tipo que se observou durante a fase do chamdo “milagre brasileiro”, há poucos anos”** (MARTINS, 1991, p. 56, grifo meu).

É desta forma contraditória que, o capital cresce e se reproduz, criando e recriando através deste mecanismo, “dores” para os do lugar e “doláres” para ele. A deterioração das condições do trabalhador neste processo, é um fato, que se equipara com o fenômeno de escravatura, dada a desumanidade que se verifica neste processo, em termos de condições de trabalho. Como diria Fabrini e Ross (2014, p. 8) “o agronegócio é uma “nova” face da agricultura capitalista que esconde o “velho” caráter especulativo da agricultura capitalista (rentismo) e a superexploração da força de trabalho, a exemplo das condições de trabalho, análogas à escravidão”. No Brasil, muitas denúncias são feitas, sobre a existência de trabalho escravo e o agronegócio, tem sido, a principal

atividade de destaque. Em Moçambique, por exemplo, com a “pequena” experiência que existe, este fenômeno, está a resurgir em grandes plantações agroindústrias, sobretudo, florestais (eucalíptos e pinheiros), e também de cana-de-açúcar, chá, cajú (ver ALI & MUIANGA, 2016). Joseph Hanlon e Teresa Smart (2008), descreve o seguinte cenário:

“O Ministério do Trabalho sob a atual ministra Helena Taipo, tem feito mais inspeções e caído em cima das violações da lei do trabalho. A ministra visitou fábricas de caju em Nampula, em Setembro de 2006 e descobriu algumas sem sanitários adequados, roupas de proteção, ou kits de pronto-socorro apropriados” (HANLON & SMART, 2008, p. 422).

Rosimina Ali e Carlos Muianga (2016), descrevem o seguinte cenário:

“Em alguns casos [...] trabalhadores apressam a organização da sua alimentação (fazem refeições rápidas, não variadas e, às vezes, trabalham sem comer) e abdicam do uso de alguns instrumentos e equipamentos de trabalho, colocando em risco a sua própria saúde e segurança” (ALI & MUIANGA, 2016).

No Brasil, por exemplo, relata-se vários casos de violação de direitos trabalhistas no modelo do agronegócio. Nos escritórios da CPT (Comissão Pastoral da Terra), foi possível observar vários cenários documentados, onde as pessoas contratadas no processo de pulverização das lavouras, não apresentavam um vestuário que lhes protegesse na sua totalidade e, ficamos a saber também que, muitas pessoas, já tiveram problemas de vistas por causa da intoxicação, por causa da sua exposição ao agrotóxico. Este, é um dos problemas graves e/ou dilemas do agronegócio, dado o uso intensivo de agroquímicos no seu processo de produção.

Agora resta saber, como é que em Moçambique isso, será evitado durante a implementação do ProSAVANA, já que ele, necessitará de uso intensivo de agrotóxicos no processo produtivo. A inspeção local, além de ser incipiente, mostra também ter problemas de fiscalização, pois, até então, “**é raro os trabalhadores disporem do vestuário protetor**” (HANLON & SMART, 2008, p. 422, grifo meu). Este fato, foi confirmado em Outubro de 2016 com o lançamento do estudo que teve a co-produção da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), e este estudo, denuncia a existência de violação de direitos dos trabalhadores nas grandes corporações. Este fato, demonstra que os trabalhadores, necessitam de proteção do Estado para que os seus direitos, sejam garantidos, mas, não é o que acontece em Moçambique.

Além das condições de trabalho nas agro-indústrias, serem precárias, os salários são também um caso notável, pois os trabalhos que são realizados, não têm correspondido o salário mensal dos trabalhadores. No caso de Moçambique, Rosimina Ali e Carlos Muianga (2016) em seu texto, constataram, por exemplo, que os trabalhos



realizados, não têm correspondido com os salários que os trabalhadores, recebem mensalmente. Os autores, descrevem o seguinte cenário:

“O sistema de trabalho nas plantações agro-industriais é baseado em empreitada. As metas variam entre empresas e consoante as atividades, sendo o salário pago por meta. Neste sistema de empreitada, a meta deve ser cumprida diariamente, de modo a que o salário a auferir mensalmente seja aproximado ou equivalente ao salário mínimo em vigor na agricultura (cerca de 3 200 meticais (MT)). Por exemplo, no caso das plantações de chá, os trabalhadores de campo são pagos pela quantidade de folha colhida (50 kg/dia, ao preço de 2 MT/kg). Nas plantações florestais, na fase do plantio, a empreitada diária é de 300 bacias, 300 covas e 300 mudas por plantar, por pessoa. Entretanto, há ocorrência de processos de intensificação do trabalho que, por um lado, visam reduzir custos com mão-de-obra. Por exemplo, as três tarefas da empreitada diária nas plantações florestais, inicialmente realizadas por três trabalhadores, passaram a ser executadas por apenas um trabalhador. Por outro lado, a intensificação por parte dos trabalhadores é uma tentativa de garantir o cumprimento das metas diárias e obter uma remuneração correspondente. Nestes casos, há apenas um pagamento parcial ou mesmo não pagamento; o que torna o padrão dos salários variável e com valores que não chegam ao salário estabelecido nos contratos” (ALI & MUIANGA, 2016).

A abundância da mão-de-obra, leva também a sua (super)exploração nas agro-indústrias. Na relação entre empregador e o trabalhador, observa-se outro cenário, neste caso, a existências relações de poder no processo negocial. Já que, há abundância da mão-de-obra, as propostas do empregador muitas (das) vezes, têm sido aquelas usadas para a exploração do trabalhador. Em outras palavras, são propostas que vão no sentido de degradação das condições de vida do trabalhadores. Joseph Hanlon e Teresa Smart (2008) a quando do seu estudo na província de Nampula, constataram que a,

“[...] negociação por parte dos assalariados, especialmente trabalhadores domésticos e agrícolas, significa que um grande número deles vive com salários miseráveis e irregulares, sem qualquer proteção ou benefícios extra salários. [...] Muitos trabalhadores da machamba recebem muito pouco e são pagos por tarefas, uma mulher que tenha dificuldade em cumprir a tarefa imposta pelo empregador trará com ela crianças ou mulheres da família para ajudar com o trabalho” (HANLON & SMART, 2008, p. 420).

Portanto, a ideia de que o ProSAVANA, vai empregar 90% da população moçambicana, pode desembocar ainda na degradação das condições de vida das populações locais, sobretudo, aquelas que optarão pelo assalariamento, como forma de recriarem as suas condições de sobrevivência e/ou de existência. O ProSAVANA enquanto modelo de produção capitalista, é nada mais, nada menos, que uma oportunidade de emprego, mascarada na (super)exploração da mão-de-obra. É importante referenciar também que, o agronegócio não gera muitos postos de empregos, dado o seu elevado grau de tecnificação em quase todo o seu processo produtivo. Como diria Fabrini e Ross (2014, p. 28), “além da baixa remuneração proporcionada aos trabalhadores (cortadores de cana, principalmente), os postos gerados pelo agronegócio

não se igualam aos gerados pela pequena propriedade”. Este fato, mostra que, a agricultura de base camponesa, é que gera mais empregos que as grandes corporações agrícolas. Aliás, em Moçambique, os dados que revelam, que 80% da população moçambicana, no meio rural, tem o seu emprego a partir da agricultura, não referem nas grandes corporações agrícolas, mas sim, na agricultura familiar (ver capítulo 1).

A geração de postos de empregos, é considerada nesta pesquisa, como sendo um dos *mitos* do ProSAVANA e o discurso, segundo o qual ele, é a solução do desemprego em Moçambique, é apenas uma das suas farsas e/ou faces “ocultas” para poder se penetrar nos territórios camponeses ao longo Corredor de Nacala. Fabrini e Ross (2014, p. 28), afirmam que, “a geração de emprego, direto e indireto, se constitui num outro mito do agronegócio” por onde se territorializa. No Brasil, sobretudo, na região de Dourados/MS, presenciamos a colheita de milho produzido pelo agronegócio e este processo chamou-nos atenção tendo em conta que, é o mesmo modelo de produção que está em implementação no Corredor de Nacala. Numa extensão de cerca de 1600 hectares, apenas duas (2) pessoas colhiam a produção, sobretudo, a cultura de milho, usando máquina agrícola.

Neste processo, enquanto uma pessoa colhia, vinha também outro, que recebia a colheita e depois, despejava num camião, e finalmente para ser transportada para os depósitos (usinas). Como podemos ver, é uma cadeia complexa, apenas feitas por pessoas especializadas. Citado por Fabrini e Ross (2014, p. 28), Canuto (2004), através da cultura da soja e a mesma em implementação no Corredor de Nacala, constatou que o agronegócio, “**gera apenas um emprego para cada 167 a 200 hectares, em vista o elevado grau de mecanização desta atividade**” (grifo meu). Partiremos por estas duas culturas, tendo em conta que, é também proposta do ProSAVANA. Estas culturas no agronegócio, estão entre as que menos empregam pessoas no campo e afirmar que as mesmas levariam o ProSAVANA, a gerar cerca de 90% empregos no Corredor de Nacala, como as autoridades moçambicanas, junto dos mentores da iniciativa (Brasil e Japão) professam, seria reproduzir discursos falaciosos, senão vejamos.

Em Moçambique numa determinada *machamba* com uma dimensão média de 1,5 hectares de terra trabalha, por exemplo, uma família inteira que é, por sua vez composta em média, por cerca de seis (6) agregados familiares. Vamos supor que no Corredor de Nacala cada família, têm seis (6) agregados e todos trabalham na agricultura de base camponesa e em contra partida os seus territórios, são envadidos pelo ProSAVANA. Se em 200 hectares, a cultura da soja emprega apenas uma (1) pessoa, isto implicaria

também a marginalização de pelo menos 1199, dos cerca de 1200 postos de empregos que gerados pela pequena propriedade em Moçambique, uma vez que só, uma pessoa, é que teria emprego por meio desta cultura. O mesmo cenário, vai para a cultura de milho onde constatamos que em cerca de 1600 hectares apenas duas (2) pessoas, é que faziam atividades de colheitas.

Neste último, caso estaríamos a dizer que dum total de cerca de 9600 empregos gerados na pequena propriedade, apenas cerca de duas (2) pessoas, teria seu emprego garantido nesta cultura e isto, levaria a marginalização de cerca de 9598 pessoas do campo. Isso significa, desterritorialização, concentração de terra, de riqueza, de conhecimento e aumento da desigualdade. Importa referenciar ainda que, essas pessoas empregues, são aquelas dotadas de conhecimento técnico-científico, mas, caso estes não estejam, então, serão automaticamente substituídos pelos que sabem fazer. O agronegócio fez, uma coisa extraordinária ao longo dos últimos anos, pois através do seu poderio, conseguiu fabricar quase todas as máquinas para colocá-las a seu próprio serviço, sobretudo, naquelas atividades que antes, eram realizadas manualmente pelo homem. Este processo, que é típico da *revolução industrial*, viera substituir homem pelas máquinas, proporcionado assim, uma agricultura sem agricultores, na medida em que, atividades como a sementeira, a colheita, a sacha/adubação, a limpeza dos campos agrícolas, a pulverização, passaram a ser realizadas pelas máquinas, manuseadas por uma e única pessoa.

O uso desta máquinas na agricultura, fez com que muitas populações, fossem marginalizadas do campo e o trabalho assalariado tendesse também a escassear, fato que dou lugar para o aprofundamento da miséria nas populações. Para nos inteirmos do funcionamento do esquema do agronegócio, sobretudo, na vertente tecnológica, visitamos a Comid, uma empresa subsidiária da John Deere, na região de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul. Esta empresa, é vocacionada na venda de máquinas agrícolas e suas peças, tanto para o pequeno, médio, como para o grande produtor, mas também encontra-se a vender entre outros fatores de produção, as sementes agrícolas, o que faz dela, um monopólio nessa região. O que nos chamou atenção, são as máquinas direcionadas ao e/ou para o grande produtor, pois são aquelas usadas em extensas áreas de produção. Já que a ideia do ProSAVANA, é que a produção seja, em extensas áreas, implica também a introdução de máquinas de grande dimensão nas lavouras. Essas máquinas agrícolas, dentro delas apresentam um sistema eletrônico e informatizado, o qual, implica que o condutor tenha o conhecimento técnico-científico para o seu

manuseamento. Quando se fala de gerar 90% empregos em Moçambique, presume-se que o mesmo ocorra também para os condutores de máquinas agrícolas que supostamente, serão contratados.

Este, é o principal *dilema* que Moçambique apresenta. Não porque localmente, não existe profissionais, mas, a maioria destes, não estão dotados de conhecimento técnico-científico, o qual possam-lhes permitir o manuseamento destas máquinas agrícolas específicas. Não estamos a duvidar das capacidades da mão-de-obra moçambicana, mas as configurações das máquinas visitadas, levam-nos a inferir que, pode não haver muitas pessoas com essa capacidade de manuseamento. É verdade, que as universidades moçambicanas, sobretudo, a UEM (Universidade Eduardo Mondlane) e recentemente a UNIZAMBEZE (Universidade do Zambeze), têm estado a formar profissionais da área de engenharia agrônômica. Mas, pela falta de aulas práticas destes profissionais durante a sua formação e equacionada a inexistência de máquinas iguais a que visitamos na Comid em Dourados/MS, abre espaços para o debate sobre quem terá emprego garantido nas lavouras do ProSAVANA. Os institutos agrários, sobretudo, técnicos profissionais espalhados pelo país, também apresentam os mesmos problemas, embora anualmente formem e mandem para o mercado de trabalho muitas pessoas.

As populações afetadas, apresentam também níveis de escolarização muito baixos e por a maioria delas serem mulheres, isto aumenta mais incertezas e cria debate sobre quem se beneficiará dos empregos que supostamente serão criados pelo ProSAVANA ao longo do Corredor de Nacala. Agora, não se sabe o certo se, dentro do ProSAVANA a questão “mulher”, está sendo pensada ou não. Mas, pelo que constatamos durante a pesquisa de campo realizada em 2016, nada foi refletido a este respeito e as organizações de camponeses, mostram-se preocupadas com a mulher. O ProSAVANA, poderá ser semelhante de outros programas de desenvolvimento implementados – vulgos mega-projetos que trouxeram grandes expectativas de emprego e que no decorrer do processo, transformaram o sonho dos moçambicanos, em desilusões.

Isto, poderá acontecer porque o agronegócio, é uma das atividades econômicas, onde observa-se o elevado uso de tecnologia no seu processo produtivo. Havendo uso intensivo da tecnologia no ProSAVANA, não há lugar para afirmar-se que haverá empregos suficientes para todos como se diz, mas sim, para alguns, sobretudo, aqueles que têm uma formação compatível com as tecnologias que, poderão ser usadas no processo produtivo. Em Moçambique, caso não haja mão-de-obra formada e como capacidade de usar tecnologia de ponta, a entrada do ProSAVANA, poderá levar a

ocorrência da chamada «colonização da mão-de-obra», uma vez que terão que vir de outros lugares e/ou países.

Este processo, equacionado ao discurso segundo o qual, «os brasileiros são os que melhor sabem fazer» como diz a Fundação Getúlio Vargas e o de que «queremos aprender com a experiência acumulada dos brasileiros» das autoridades moçambicana, não restam dúvidas que serão os brasileiros os principais protagonistas no processo produtivo. E restará os moçambicanos assalariarem-se de outras formas para garantirem a sua sobrevivência e/ou existência. No agronegócio, ocorre aquilo que se diz na gíria popular “*time is money*” (“tempo é dinheiro” em português), e colocar um aprendiz em frente de uma máquina, para ele, é perda de tempo e, é o dinheiro que se perde.

É por isso, no processo produtivo, os capitalistas sempre colocam alguém já familiarizado com a tecnologia, para que em pouco tempo este, consiga produzir mais dinheiro, daí, a marginalização dos «do lugar», pelos os «de fora». No próprio campo brasileiro, sobretudo, os lugares visitados o cenário, é este, marcado pela marginalização e expulsão de trabalhadores do campo. A essa lógica de produção, embora que se diz que o PRODECER, terá sido um “sucesso” a quando da sua implementação no cerrado brasileiro, mas ele, “eliminou maior parte da população [isto é], 90% da população” e somente “beneficiou 10% da população<sup>211</sup>”. Os postos de empregos dentro do ProSAVANA, podem ser gerados pela cultura de cana-de-açúcar em que as suas condições são, portanto, precárias e típicas da escravidão<sup>212</sup>, pois é onde predomina a exploração do homem pelo homem, mas pelas culturas da soja e milho, como avançamos anteriormente, é apenas uma retórica.

O que se pode esperar ainda como emprego para os do lugar, só pode ser sazonal em que as pessoas, são contratadas em determinados períodos do ano, sobretudo, época de colheita. A sazonalidade permite o trabalhador, ora expropriado da sua terra, vender a sua força a outro, sobretudo, aquele integrado ao esquema de produção imposto, para ganhar um salário em dinheiro (mesmo baixo), com vista a recriar as condições mínimas para a sua existência e/ou sobrevivência em outro lugar<sup>213</sup>. Após a fase de colheita muitas das vezes, não têm tido mais empregos nas plantações. Este, é o fato que faz com que a ideia de que o agronegócio, é uma fonte de geração de muitos postos de emprego, seja *mito*. Por isso, falar-se de geração milhares de postos de empregos fixos e com

---

<sup>211</sup> Entrevista realizada no dia 06/06/2016.

<sup>212</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Fabrini & Ross (2014).

<sup>213</sup> Para uma leitura mais detalhada, consulte: Martins (1986).

condições de trabalhos adequadas, dentro do ProSAVANA, é reproduzir este *mito*, e também seria, menosprezar as contradições que são resultantes deste modelo de produção, por onde se territorializa. Além do assalariamento que as pessoas serão obrigadas a seguir, para obterem a sua sobrevivência nas lavouras daqueles que provavelmente se vão integrar ao esquema proposto, para quem não se integrar, restará apenas para este, engrossar o número de moradores tanto de ruas nas cidades. Ou também, terá que permanecer no campo a lutar pelo seu “pedacinho” de terra.

Em Moçambique, isto poderá acontecer, porque a cidade será (como acontece atualmente) o único lugar para a sua emancipação e numa primeira fase, as cidades de Quelimane, Nampula e Lichinga, serão os primeiros lugares e mais tarde, será em outros pontos do país com mais incidência para as mais próximas. Daí, começa uma nova “caminhada” rumo a procura de um sonho, recriando mais uma vez uma vida miserável que levavam anteriormente, mas noutros lugares mais violento que no campo, em termos de custo de vida. Chegados nas cidades, tudo passará a ser medido em moeda para a sua sobrevivência. Como as relações sociais nas cidades, são meramente capitalistas, em que para se ter um determinado bem, passa necessariamente que o cidadão tenha uma quantia em termos monetários para o acesso a este mesmo bem.

Portanto, quem não tiver o poder aquisitivo, resta(rá) a sua emenciapação novamente na miséria. A alimentação que antes era produzida por estes sujeitos marginalizados do esquema de produção, quando chegam nas cidades, também passa a exigir do cidadão ter condições básicas para o seu acesso. Nos dias atuais, ter um emprego formal nas cidades moçambicanas, exige do cidadão ter uma formação, sobretudo, superior acompanhado com o saber fazer, caso não, ele é marginalizado. Para quem sai do campo e como é do conhecimento público que, o índice de escolarização lá, é baixo, pode ser um *caos*, em fim, uma violência. O que pode acontecer ainda neste processo, é que os sujeitos expropriados e expulsos do campo ao chegar nas cidades, os serviços nesta altura estarão a exigir cada vez mais mão-de-obra qualificada (como acontece atualmente), o que pode proporcionar ainda uma violência para estes sujeitos.

Em outras palavras, implementar o ProSAVANA da forma como foi concebido seria, portanto, **“abandonar as populações de um momento para o outro ao volante de um *porche* que vai a duzentos quilómetros à hora sem lhes terem previamente ensinado a conduzir”**, o que se traduziria em, **“condená-las inevitavelmente ao desastres”** (NGOENHA, 2011, p, 16, grifo meu). Seria também condená-las a ter uma vida sem esperança e sem sonhos, o que se transformaria numa morte letal. A migração

das populações expropriadas do campo, acelera o crescimento urbano e com a implementação efetiva do ProSAVANA, numa primeira fase, poderá se verificar ao longo do Corredor de Nacala e depois em outros lugares do país. Este processo de urbanização, em muitos casos, tem sido, precário, porque as ocupações, são feitas irregularmente e em muitos casos, sem nenhum acompanhamento, em termos de alocação de serviços básicos sociais, como água, saneamento básico, vias de acesso, luz e entre outros aspectos.

A geração de renda dentro do quadrante ProSAVANA enquanto agronegócio, é outro *mito*. No entender de Santos (2014, p. 220) “o processo de territorialização do capital nas áreas das comunidades camponesas e tradicionais se caracteriza por um desenvolvimento, porém, para os de fora significa convivência, comodidade, progresso e, sobretudo, sustentabilidade econômica”. Na opinião de Martins (1986, p. 11) o agronegócio, “define o rico e o pobre”, por ser “uma atividade econômica altamente concentradora da renda e socialmente excludente. Nestes moldes, não há dúvidas que, este fenômeno possa a vir ocorrer no Corredor de Nacala. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), faz a seguinte descrição do que acontece:

“No ponto de chegada desse processo de integração do camponês ao mercado capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto” (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

Só através deste modelo as desigualdades sociais, são inevitáveis, sendo que observa-se mais o empobrecimento dos pobres, dada a concentração da riqueza nas mãos de poucos, sobretudo, a elite. Não podemos nos surpreender caso o ProSAVANA, venha beneficiar apenas a burguesia do agronegócio, seja ela local, como também a de fora que se encontra envolvida neste negócio, este é seu *modus operandi*. Já que localmente, está em formação também uma pequena burguesia rural mesmo incipiente, esta sim, é que grandemente, poderá se beneficiar da riqueza que provavelmente, poderá ser gerada pelo ProSAVANA e, restará apenas a miséria para a maioria da população que faz o grosso número dos pobres no Corredor de Nacala.

Foi isso que aconteceu com o chamado “*milagre do cerrado brasileiro*” durante a vigência do PRODECER. Como diria o geógrafo brasileiro, Bernardo Mançano Fernandes, “**se você me perguntar Bernardo, qual foi à contribuição [do PRODECER] para a população local? Nenhuma contribuição para a população local. Para quem foi à contribuição? Para a elite brasileira e para o governo**

japonês<sup>214</sup>”. A mesma leitura é feita pelo geógrafo brasileiro, João Edmilson Fabrini onde descreve que, “o PRODECER foi um sucesso mesmo, foi um êxito, maravilha do ponto de vista capitalista, [mas] do ponto de vista das comunidades, foi uma desgraça<sup>215</sup>”.

Portanto, algumas críticas feitas pelas organizações da sociedade civil, organizações de camponeses e acadêmicos, embora ignoradas, fazem sentido. Não se trata de nenhuma conspiração, mentiras e muito menos falácias e/ou ainda uma tentativa de “demonização” do ProSAVANA, pois as contradições, têm sido o *moldus operandi* do agronegócio, por onde se territorializa. Portanto, essas críticas, tinham que ser consideradas pelos executores do programa, como contribuições para, pelo menos clarificá-lo e aprimorá-lo, tendo em conta a realidade do Corredor de Nacala.

### **5.5- Os PRAI como um instrumento para o alcance do desenvolvimento sustentável e inclusivo: as armadilhas das falsas crenças do ProSAVANA em Moçambique**

O ProSAVANA, tenta apresentar-se como “bom menino”, em que se diz, por exemplo, que ele, não é aquele predador e/ou pilhador dos recursos naturais, isto é, que não é uma ameaça a humanidade. Tendo em conta que, é parte das políticas neoliberais, este discurso, além de ser apenas uma retórica, é um dos seus “truques” para ganhar legitimidade em territórios camponeses. Neste processo, “a solução mágica, encontrada [...] para disciplinar investidores, baseia-se no código de conduta internacional voluntária” (MORAIS, 2014, p. 73). É através disso, que o ProSAVANA, alega que vai promover o tal «*desenvolvimento sustentável e inclusivo*» e os códigos de conduta, serão usados por ele para, “orientar os investidores em direção à boas praticas (MORAIS, 2014, p. 73). Os formuladores de código de condutas, entendem que,

“estas diretrizes visam melhorar a governação da posse de terra, pesca e floresta, para o benefício de todos, com ênfase em pessoas vulneráveis e marginalizadas, com objetivo de alcançar a segurança alimentar, redução da pobreza, meios de vida sustentáveis, estabilidade social, segurança de habitação, desenvolvimento rural, proteção ambiental e crescimento econômico (ZOOMERS, 2013, p. 31).

Os códigos de conduta, preconizam alcançar os seguintes aspectos:

“respeito (reconhecer e respeitar os titulares de direitos de posse e os seus direitos, registados formalmente ou não), proteção (para salvaguardar os direitos de posse contra ameaças; os direitos humanos são, portanto tomados como ponto de partida, com muita atenção prestada à consultas públicas e participação), transparência (ou seja, fornecendo informações sobre as regras

---

<sup>214</sup> Entrevista realizada no dia 06/06/2016.

<sup>215</sup> Entrevista realizada no dia 27/11/2015.



e situação atual), e prestação de contas (responsabilizando pessoas e órgãos públicos pelas suas ações e decisões)” (ZOOMERS, 2013, p. 31).

O grupo alvo dos PRAI no âmbito da implementação do ProSAVANA, é composto pelos seguintes atores:

“(i) Governo de Moçambique ao nível central e local; (ii) Investidores, incluindo empresas e instituições financeiras; (iii) Interessados locais, incluindo as comunidades (para fins de consulta); (iv) Atores neutros independentes, como ONGs, sociedade civil e instituições académicas; e, (v) Doadores bilaterais/multilaterais e, na medida do possível, governos de países que oferecem iniciativas de investimento” (MASA, p. 6-5).

A ideia principal com os PRAI, é talvez promover o *desenvolvimento sustentável e inclusivo* no Corredor de Nacala. A ideia principal, é tentar em Moçambique, reverter o cenário ocorrido no cerrado brasileiro como, por exemplo, a expropriação de terras dos camponeses, o possível desmatamento florestal e/ou a degradação ambiental no Corredor de Nacala. Para os executores do ProSAVANA, caso os rodutores sigam estes princípios, automaticamente, alcançar-se-á o *desenvolvimento sustentável e inclusivo*, no Corredor de Nacala. Este tipo de precaução, ocorre muitas das vezes quando, por exemplo, no âmbito da implementação de programas de grande dimensão “**a população não foi informada, não houve participação** e/ou as pessoas não foram suficientemente compensadas” (DEININGER & BYERLEE, 2011 citados por ZOOMERS, 2013, p. 33, grifo meu). Em outras palavras, “**os códigos acabam por ser aplicados numa situação extremamente heterogénea**”, quando “**os acordos são feitos na esfera confidencial e as ferramentas para exercer são, frequentemente, muito limitadas**” (ZOOMERS, 2013, p. 33, grifo meu).

Como Moçambique, tem sido marcado por sucessivos problemas relacionados com a falta de compensação justas às populações afetadas por programas de grande dimensões, o uso dos PRAI, enquadre-se neste contexto para, tentar evitar os possíveis conflitos da mesma natureza no Corredor de Nacala. Já que, os acordos do ProSAVANA, foram realizados «*de cima para a base*», isto é, sem nenhuma consulta pública e marcados pela falta de transparência e democraticidade em quase o seu processo de implementação, pode-se inferir também que, os PRAI, aparecem como uma tentativa de incobrir as irregularidades cometidas no passado recente. Como diz Funada-Classen (2013b, p. 64) os PRAI, também são usados muitas das vezes para, “**desviar as críticas e negar qualquer atitude errada, quando surgem problemas**” (grifo meu). No caso do ProSAVANA, se encaixa muito bem, pois foi marcado por críticas desde que este foi tornado público em 2011, até quase todo o ano de 2016 e a tentativa de uso dos PRAI, é na tentativa de “fuga” às críticas.

Mesmo que se diga que os PRAI são, no entanto, um instrumento para a promoção do «*desenvolvimento sustentável e inclusivo*», nada prova que a implementação do ProSAVANA, simbolize isso. Pelo contrário, eles são “**denunciados como sendo insuficientes para proteger os direitos dos agricultores e garantir um modelo de desenvolvimento responsável que não resulte em danos no ambiente**” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 64, grifo meu). Pela forma contraditória como o agronegócio atua no campo e tendo em conta várias experiências a exemplo, do Brasil por onde sai o ProSAVANA, o que falta é perceber é, como é que em Moçambique, será feito para que na verdade, através dos PRAI, se promova um «*desenvolvimento sustentável e inclusivo*». E o que veremos nas seções a seguir.

### **5.5.1- Os PRAI do ProSAVANA irão proteger os camponeses no Corredor de Nacala?**

O modelo proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, ele é, em si, uma «*contradição*», que vai, de uma «*modernidade*» à «*barbárie*», assim os estudiosos deste modelo de produção, o apelidaram e isto, já foi descritos várias vezes pelo geógrafo brasileiro, Ariovaldo Umbelino de Oliveira<sup>216</sup>. Afirmar que os PRAI, são uma forma “eficaz” para proteger os camponeses no Corredor de Nacala, é mimimizar as contradições que são geradas por este modelo de produção por onde se territorializa.

Os PRAI, também não são 100% eficazes para se dizer que estes, irão proteger os camponeses das ações contraditórias do capital no Corredor de Nacala, porque eles, “**são apenas princípios "voluntários" e não incluem qualquer tipo de regulamentação obrigatória que proteja os agricultores locais**” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 64, grifo meu). Tendo em conta que o ProSAVANA, afeta uma população maioritariamente camponesa, constituída por aproximadamente cerca de 692.000 *produtores familiares*, a questão se coloca, é como proteger todos eles?

Os próprios executores do ProSAVANA, estão indecisos se haverá ou não conflitos no Corredor de Nacala no decorrer da sua implementação. O desejo deles, é que não hovesse no máximo, nenhum conflito entre o ProSAVANA e as comunidades locais. Ou seja, que “**nós queremos o mínimo de conflitos [...] mas não quer dizer que não possa haver algum conflito**”<sup>217</sup>. Este fato, revela não só que os PIAR são

---

<sup>216</sup> Para uma leitura mais detalhada, leia Oliveira (1994; 2003; 2004).

<sup>217</sup> Informação retirada de Marais (2014, p. 69) sobre apresentação do ProSAVANA para a sociedade civil, realizado no IIAM (Insitituo de Investigação Agrário de Moçambique) no dia 10/03/2013.

ineficientes, mas também que eles, são fracos no sentido protecionista. Aliás, Funada-Classen reitera que, “**em nenhum lugar dos PRAI se referem os direitos humanos**” (2013b, p. 64, grifo meu), fato que revela também que, o seu uso no ProSAVANA, não limitará emergência da *barbárie* no Corredor de Nacala.

É impossível com este modelo de produção proposto, não haver conflitos derivados da expropriação e/ou usurpação de terras das comunidades locais, como os executores do ProSAVANA estão a tentar dizer, com o uso dos PRAI. Os PRAI, são uma recriação do próprio capital, tudo para reproduzir-se em outros territórios e neste caso específico em Moçambique. Esta, é também uma tentativa de confundir a opinião pública e fugir das críticas que são feitas pelas organizações da sociedade civil, acadêmicos, camponeses e entre outros segmentos sociais, que lutam pela justiça social no campo. Os executores do ProSAVANA, ao afirmar que os PRAI protegerão os camponeses, esquecem que o agronegócio e o campesinato, são modelos de produção totalmente opostos e que, ambos estão emanados por interesses também diferentes.

Esquecem-se ainda que, o território do agronegócio, é predominantemente homogêneo, caracterizado pela produção de monoculturas (que podem ser soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, etc., ambos transgênicos). Ainda neste território, a produção é somente para o mercado externo, ou seja, para a exportação. Diferentemente do agronegócio, o território do campesinato, é caracterizado por uma diversificação da produção, isto é, a prioridade da sua produção, é destinada para alimentação dos próprios camponeses, e o excedente, é depois vendido nos mercados internos. Também ignoram que a territorialização do agronegócio num determinado lugar, significa a desterritorialização do campesinato e dos sejeitos que o praticam neste mesmo lugar. Como diria Fernandes (2015, p. 202) a territorialização do capital “desteritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas”.

Este processo é nada mais, nada menos que «*acumulação primitiva do capital*» que no sentido de Karl Marx significa roubo, exploração, expropriação por meio das chamadas «*mais-valias*» e violência no campo contra o produtor, em fim, é a degradação do humano para fins do capital. O discurso segundo o qual, “*qualquer obstáculo que apareça vamos atropelar e passar para a frente*”, proferido pelo ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco numa altura em que os camponeses diziam “não ao ProSAVANA”, vai no sentido de desterritorializar tudo o que está em frente para capital se implantar. Este configura-se num dos *modus operandi* do agronegócio e por coisa é que, ele não respeita o ser humano e muito menos da

natureza. Portanto, não se sabe, como o capital que entra com o ProSAVANA, será “ajuizado” em Moçambique. No cerrado brasileiro, embora se diga que o PRODECER, foi um “sucesso”, a realidade local revela contradições, as comunidades na sua maioria indígenas de diferentes etnias, foram desterritorializadas juntos à (sua) natureza. Para o agronegócio se implantar, ele precisa fazer uma limpeza geral e isto, incluem, além da expulsão dos do lugar, a destruição da natureza e de tudo que encontra na sua frente.

No meio de tudo isto, as populações rurais (como acontece em Moçambique) muitas das vezes, têm apenas a terra como o seu único meio de alívio a fome e de combate a pobreza e têm também a floresta para tirar outras fontes de renda (lenha, produção de carvão vegetal, lugares sagrados, etc.). Acontecendo isto no Corredor de Nacala, pode ser um *caos*. É verdade, que quando estes, são ameaçados, resistem defendendo seu “pedacinho” de terra, mas nem sempre conseguem tê-la de volta. Este processo, é o que está acontecer desde que as coroprações agrícolas, começaram a entrar no Corredor de Nacala. Por isso, com o ProSAVANA, não será diferente, pois a lógica do capital, além de desconfigurar as pessoas do ponto de vista social, antropológico e político, é cercá-las, privando-lhes assim, o exercício da sua cidadania. Aliás, Sayaka Funada-Classen (2013b), demonstra que a ideia de pretender usar os PRAI no âmbito da implementação do ProSAVANA, surge uma semana antes da assinatura do acordo que levou a sua implementação em Moçambique. Vamos ler o seu argumento:

“Os documentos divulgados pelo MNE também reconhecem a crescente crítica global do investimento agrícola no exterior, em alguns casos, chamado de “usurpação de terra” e considerado por alguns críticos como uma forma de “neocolonialismo”. [...]. Com a participação da JICA, da JETRO e do setor privado, MNE começou a sua missão para criar “um exemplo de bom investimento”; o exemplo que ofereceram ao mundo foi o ProSAVANA. [...] Ao fazê-lo, o MNE tentou proteger-se das críticas de “usurpação de terra” e foi, efetivamente, capaz de empenhar-se ativamente na produção de alimentos e desenvolvimento agrícola no exterior. [...] Dado que a assinatura do Memorando de Entendimento do ProSAVANA ocorreu apenas uma semana antes da conferência sobre RAI realizada em Nova Iorque em 26 de Setembro de 2009, é apenas mais do que natural que o ProSAVANA fosse adotado e se tenha procurado incorporar os PRAI, na sua concepção e planeamento” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 63-64).

Aliás, sobre a destruição do campesinato, parecem que eles estão cientes que vai ocorrer no Corredor de Nacala a qualquer momento de execução do programa. É por isso, mesmo que dizem, por exemplo, que com os PRAI, pretende-se que “**a aceleração da destruição do campesinato global possa ser feita de forma responsável**” (Oliver De Shutter, 2009 citado Funada-Classen, 2013b, p. 64, grifo meu), como se capital fosse responsável. A acadêmica e militante do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais

Sem-Terra), Maria de Sousa Gorete, não tem dúvidas que o ProSAVANA, constitui uma forma direta da destruição do camponês em Moçambique. Segundo ela,

Eu penso que esse projeto, ele se constitui de um elemento destruidor daquilo que existe ainda de camponeses ou de construção de uma vida alternativa que agente pode vislumbrar uma esperança no futuro de realmente reconstruir o que o capital destruiu até agora, não só, na perspectiva dos bens da natureza, mas também da humanidade nós como humanidade, penso que esse projeto é a destruição daquilo que é a essência do capital, o seu elemento destruidor<sup>218</sup>.

Outro aspecto que se instala quando o agronegócio se territorializa, são os conflitos de índoles moldes nestes lugares, sobretudo, no uso e aproveitamento dos recursos naturais. Essa disputa acaba sendo territorial, na medida em que os recursos naturais disputados, estão localizados dentro de um determinado espaço geográfico construído e apropriado por certos atores (e/ou grupos) sociais. Assume-se neste trabalho que os conflitos no Corredor de Nacala com a implementação do ProSAVANA, são inevitáveis sob ponto de vista do modelo de produção proposto.

Já que, as populações ao Corredor de Nacala na sua maioria, têm apenas a terra como o seu único instrumento de trabalho, de alívio a fome e combate a miséria, perdendo-a para o ProSAVANA, significaria ao mesmo tempo o seu fim. Para evitar a tal situação, o camponês, é obrigado a lutar, tanto para não se integrar ao modelo proposto pelo ProSAVANA, como também para garantir que o seu “pedacinho” de terra, não seja expropriado. Portanto, não é por acaso que desde que o ProSAVANA se territorializou no Corredor de Nacala, as resistências camponesas, têm aumentado significativamente. Fernandes (2008b) faz a seguinte leitura:

**“a questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito.** O desenvolvimento desigual e contraditório gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e conseqüentemente sua destruição e recriação. Neste processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte da sua lógica e de sua vida. É portanto, insuperável. **Ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar os seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou superar-se o capital”** (FERNANDES, 2008b, p. 49).

Na verdade, desde que esse modelo de produção começou a territorializar-se em territórios camponeses, estes últimos nunca conseguiram domesticá-lo politicamente, pois além de significar a sua desterritorialização, apenas trouxe contradições em muitos lugares do mundo e no Corredor de Nacala, também não será diferente. Pensar que através do diálogo, é possível domesticar politicamente o agronegócio, como as organizações da sociedade civil fizeram, foi apenas uma *ilusão*. É uma *ilusão* pensar

---

<sup>218</sup> Entrevista realizada em 29/11/2015.

assim, porque o agronegócio sempre tem uma saída quando se sente ameaçado. Quando atua nesta nova forma, ele cria ainda formas de sujeição dos que o opõem, até conseguir convecê-lo que sempre há, sempre uma saída. Foi isso que aconteceu após a criação do *Mecanismo de Comunicação da Sociedade Civil* em 2016 (MCSC) (ver capítulo 4). O acadêmico e economista moçambicano, João Mosca, atento a *barbárie* do capital no campo, dá duas alternativas para os camponeses moçambicanos, apontando que “*ou resistem por diferentes formas de resistência, ou então resignam-se e ficam na pobreza*<sup>219</sup>”. Os dados obtidos durante a pesquisa de campo realizada em 2016, revelam que as organizações de camponeses, estão cada vez mais a intensificar as suas lutas, (re)criando outras estratégias de resistências contra a implementação do ProSAVANA.

Além de levantarem bandeiras, pesquisas, encontros de reflexão, as ligas camponesas têm produzido documentários, como forma de denunciar as atrocidades do capital no campo moçambicano, sobretudo, Corredor de Nacala e o ProSAVANA, tem sido o objeto de estudo neste processo (ver capítulo 4). A União Nacional de Camponeses (UNAC), ciente das desigualdades geradas pelo capital no campo, nos dias atuais, tem articulado várias formas de resistência, junto dos seus núcleos espalhados pelo país para tal feito. O mesmo trabalho, está sendo realizado pela Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) e pela Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU), onde têm feito também trabalhos no sentido de sensibilizar as comunidades sobre a importância das suas terras (no combate a miséria e fome).

Afirmar que “conflitos entre o agronegócio e os pequenos agricultores moçambicanos”, é mito como Natália N. Fingerman (2013) se referiu ao analisar o ProSAVANA, estaríamos a ocultar o verdadeiro *mito*. O avanço do agronegócio sobre os territórios camponeses, nunca foi pacífico e o campo brasileiro, denuncia este aspecto, por isso, a afirmação de Natália N. Fingerman, configura-se numa das suas análises equivocadas sobre o ProSAVANA, pois não constitui verdade, olhando para o *modus operandi* do capital por onde se territorializa. Este fato, é confirmado por Bernarno Mançano Fernandes, vamos lê-lo:

A onde há agronegócio e campesinato há conflito. Não possível não haver conflito porque o agronegócio produz uma relação capitalista que destrói os territórios camponeses. A expansão do agronegócio significa mais terras para o agronegócio, menos terras para os camponeses. Portanto, isso vai gerar um

---

<sup>219</sup> Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/53501-o-campones-em-vez-de-lutar-pela-defesa-do-seu-hectare-e-meio-deve-lutar-para-que-lhe-seja-atribuida-terra-joao-mosca>. Acesso: 27/06/2016.

conflito. Então, há um mito pensar que você vai ter um desenvolvimento do agronegócio e o campesinato juntos porque eles são interesses opostos, são relações sociais distintos que dependem de movimentos de desenvolvimentos distintos, eles não vão conviver<sup>220</sup>.

Outro geógrafo brasileiro, que tem a mesma leitura sobre as contradições do agronegócio, por onde se territorializa, é João Edmilson Fabrini e segundo ele:

A tendência caminha para uma reprodução dos conflitos existentes aqui lá no Moçambique ou em qualquer lugar que for levado esse modelo porque ele é excludente, porque ele é guiado pelos interesses que não são os interesses das comunidades, dos camponeses. Então, a tendência é para uma reprodução dos conflitos em vistas das características do agronegócio que é uma produção uniformizada, uma produção que liquida o saberes camponeses, é uma produção em que os saberes dos camponeses, eles são um prejuízo para o agronegócio<sup>221</sup>.

Padre Adriano e membro da CPT (Comissão Pastoral da Terras) afeto no município de Dourados/MS, diz, por exemplo, que **“sinto, pena que o Brasil está exportando os conflitos, aqui temos livros que publicamos em cada ano onde relatamos os conflitos que são gerados pelo agronegócio e, acredito que não tem como contornar isso<sup>222</sup>”**. Vicente Adriano da UNAC (União Nacional de Camponeses) diz, por exemplo, que **“se o Brasil explora o seu próprio povo, como se pode esperar que faça diferente com outros povos? A intervenção do Brasil no âmbito do agronegócio espelha a mesma matriz exploratória. Programas como o ProSAVANA apresentam vícios insanáveis de concepção”** (grifo meu). No Corredor de Nacala, já há registo de conflitos de terras desde que o ProSAVANA se territorializou.

Estes conflitos inicialmente, foram marcadas por reivindicações populares sobre as terras que este programa pretendia ocupar após a sua territorialização. Os conflitos de terra, sobretudo, de natureza expropriativas não tardaram, pois estes surgiram com a pequena experiência que houve, no âmbito da implementação do ProSAVANA, sobretudo, no âmbito dos testes de modelos criados para o desenvolvimento agrário do Corredor de Nacala. Este fato, levou a expropriação de terras de algumas populações que mais tarde, viram-se a serem expulsas no distrito de Ribáue. Este conflito, foi protagonizado pela *«Matharia Empreendimentos»*, e por sinal, uma das empresas beneficiárias do *«Fundo para Iniciativas de Desenvolvimento do ProSAVANA»*. Este fato foi revelado pela ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua). Vamos ler o seu argumento:

---

<sup>220</sup> Entrevista realizada no dia 06/06/2016.

<sup>221</sup> Entrevista realizada no dia 23/11/2015.

<sup>222</sup> Entrevista realizada no dia 23/10/2015.

Bom, focos de conflitos existem sim, eu falo da experiência que a ORAM tem. Temos reportado o conflito da Matharia [Empreendimentos] que tinha com a comunidade de Namina para quem vai a Mecuburi, as populações foram retiradas, perderam as suas árvores e as suas plantações<sup>223</sup>.

Um camponês, reporta também que,

Já tem um conflito de terra com a empresa Matharia Empreendimentos. Nas terras estavam pessoas, em vez de falar mesmo com os produtores ou camponeses, só expulsou, por isso, temos um conflito de terra aqui. Nós fizemos uma carta para a direção distrital de agricultura e outros documentos fomos por na direção do posto administrativo e da localidade e até agora estamos a espera de sermos respondido sobre essa questão de conflito de terra com a Matharia Empreendimentos<sup>224</sup>.

A hipótese de não ocorrer conflitos de terras no Corredor de Nacala, sobretudo, no âmbito da implementação do ProSAVANA, é completamente nula, pois estas contradições fazem parte do ciclo de vida do agronegócio, enquanto modelo de produção. A expropriação de terras também está dada, pois a territorialização do agronegócio, significa mais terras para ele e poucas para os camponeses, o povo, fato que que leva a expulsão dos «do lugar» em detrimento dos «de fora». José de Sousa Martins (1986), conta-nos um pouco do que aconteceu com os índios no Brasil com a expansão do agronegócio sobre os cerrados. Vamos lê-lo:

**“Povos indígenas passaram por processo idêntico [...]. Ao fim daquela viagem para caçar, pescar e tirar palha, os índios Suruí, de Rondônia, encontraram a mata derrubada e a terra ocupada pelo branco. Era a última viagem. Aquele povo estava sendo cercado e confinado, suas terras invadidas para produzir renda fundiária. [...]. Quando tentaram voltar, a terra estava ocupada por grandes fazendeiros [...]. Assim, também, os pequenos produtores de várias regiões: muitas das vezes até imperceptivelmente cercados pela grande empresa que os vai ilhando. É o que fazem as reflorestadoras que ocupam as terras comum nas chapadas de Minas ou fazendeiros que ocupam as chapadas de Maranhão” (MARTINS, 1986, p. 9, grifo meu).**

Ao longo do Corredor de Nacala o cercamento as comunidades, já está dado. As populações ainda não descobriram que estão sendo cercadas, pois são aliciadas com o discurso de que as suas condições de vida, poderão melhorar, que terão empregos e entre outras promessas. Mas a verdade, é que a médio e longo prazo, sentirão que o arame farpado invisível que está a ser “montado” pelo capital lhes cercou. O maior perigo que existe, é que grande parte das populações rurais, não possuem título de terra que diga, por exemplo, que senhor/a X, esta área é sua propriedade. Por exemplo, no Corredor de Nacala, sobretudo, na província de Nampula, informações colhidas pelos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro da Direção Provincial da Agricultura de

---

<sup>223</sup> Entrevista realiada no dia 16/01/2016.

<sup>224</sup> Entrevista telefônica realizada no dia 15/01/2016.



Nampula em 9 distritos abrangidos pelo ProSAVANA, aponta que 61% da terra na posse dos camponeses não está regista [veja na tabela 25].

**Tabela 24. Registro de terras/terras não registradas na província de Nampula nos distritos abrangidos pelo ProSAVANA**

Distrito	Área do Distrito	Área não registada	Porcentagem (%)
Malema	6.386	5.147	81
Ribáue	6.280	5.429	86
Murrupula	3.095	2.379	77
Nampula	3.739	2.849	76
Meconta	3.786	403	11
Mugovola	4.748	1.733	36
Muecate	4.133	1.032	25
Monapo	3.581	2.994	84
<b>Total</b>	<b>35.748</b>	<b>21.966</b>	<b>61</b>

Fonte: Extraído de ORAM (2012)

A maior parte da população moçambicana e do Corredor de Nacala, numa forma particular, têm o DUAT por via *ocupação* que é automaticamente reconhecido pelo Estado (ver capítulo 4). Mesmo assim, as populações estão sujeitas a perderem as suas terras em detrimento das grandes corporações, fato que já, está a ocasionar nos dias atuais, a concentração de terras não só no Corredor de Nacala, mas em quase todo o território moçambicano. Vale apenas recordar as palavras de Carlos Ernesto Augustin, presidente da Associação Mato-grossense dos produtores de Algodão pronunciadas no âmbito da promoção do ProSAVANA no Brasil. Vamos lê-lo:

**“Moçambique é um Mato Grosso no meio de África, com terras de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete barato para a China. Hoje a terra além de ser muito cara em Mato Grosso, é impossível obter licença de desmate e limpeza da área”** (CHICHAVA & DÚRAN, 2013; SCHLESINGER, 2013; PESSÔA; 2015, grifo meu).

Carlos Ernesto Augustin, estava a reagir o pronunciamento das autoridades moçambicanas segundo o qual,

**“A terra em Moçambique é propriedade do Estado. No entanto, ela pode ser usada em regime de concessão que está aberta a estrangeiros. A concessão se dá por 50 anos renováveis por outros 50 anos renováveis mediante um imposto anual de 37,50 meticais (cerca de 21,00 por hectare)”** (SCHLESINGER, 2013, p. 34, grifo meu).

No pronunciamento de Carlos Ernesto Augustin, transparece a ideia do quão o governo moçambicano, é favorável em atrair investimentos para a exploração de terras com vista a desenvolver o agronegócio. Fazendo uma leitura minuciosa do seu pronunciamento, percebe-se que a terra no Estado do Mato Grosso, no Brasil, é mais cara, quando comparada com a do Corredor de Nacala, em Moçambique. Pessoa (2015, p. 452), dizia em seu texto, que pelo fato das condições que os investidores, têm tido em Moçambique em termos de aquisição, sobretudo, por serem “muito acessíveis podem

levar à concentração de terras”. Queremos repisar que, a terra em Moçambique, sobretudo, ao longo do Corredor de Nacala, já está concentrada (ver UNAC & GRAIN, 2015). Foi por causa da publicidade enganosa, sobre a existência de extensas áreas “livres” e “subutilizadas”, que Moçambique, começou a ser visitado por investidores oriundos do Brasil e Japão, principais idealizadores do programa. Os agricultores brasileiros não tardaram visitar Moçambique, com objetivos de adquirirem terras agrícolas para a produção de *commodities* de e/ou para exportação. Como diz Chichava e Dúran (2013),

No seguimento destas atividades, **mais de 100 agricultores brasileiros, especialmente do Mato Grosso, visitaram Moçambique.** Segundo o coordenador do projeto da Fundação Getúlio Vargas (FGV), **os agricultores brasileiros estão interessados em vir para Moçambique devido ao baixo preço da terra, comparado como Brasil, aos incentivos propostos pelo governo brasileiro no âmbito do ProSavana e do Fundo Nacala** e à excelente localização de Moçambique, dada a proximidade aos mercados asiáticos (CHICHAVA & DÚRAN, 2013, p. 407).

Os japoneses, não se deixaram intimidar pelos *peritos* na matéria da agricultura comercial e tropical, como eles mesmo se (auto)intitulam por terem conseguido transformar o cerrado brasileiro em um “milagre” do século XX. Em 2014, Moçambique, era visitado também por cerca de 50 empresários japoneses que acompanhavam o Primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe (ver VUNJANHE, 2014). Essa migração de empresários brasileiros e japoneses no Corredor de Nacala rumo aquisição de terras agrícolas, pode levar a concentração de terra. Embora, que não sejam atos do ProSAVANA, mas como se trata do mesmo modelo de produção, as comunidades de Micoco, na província de Niassa e por sinal alvo deste programa, após estas iniciativas instalarem-se em seus territórios, estas acordaram dia seguinte cercadas.

Desgastadas com a situação, estas comunidades clamam pela justiça social e os seus gritos “quebraram”, as fronteiras nacionais. Estas comunidades afirmam, por exemplo, que **“quem arranca a terra, arranca tudo: nossa vida, o nosso futuro e dos nossos filhos. Já não iremos ter acesso as nossas mangas, bananas, capim para cobrirmos as nossas casas. Para andarmos é preciso autorização da empresa”** (JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC, 2011, p. 6, grifo meu). Este cenário, já se verifica em quase todo o Corredor de Nacala por onde o capital já se territorializou e as populações locais são expulsas das suas terras pelas grandes corporações do agronegócio muitas vezes para locais muito distantes da sua origem e em condições meramente desumanas, quando compradas com as anteriores. José de Souza Martins

(1986), revela que com o modelo de produção proposto para o Corredor de Nacala, acontece o seguinte cenário sobre os territórios e as comunidades:

“O arame farpado vai cercado tudo, vai tirando cada um de seu lugar. E no verão já não há terra para plantar, rio para pescar, mata para caçar. A vida acabou. Nessas situações, são comuns as referências a essa forma simbólica de morte” (MARTINS, 1986, p. 9).

Essa situação pode ser crítica para as comunidades que habitam o Corredor de Nacala, pois além de terra para produzir os seus alimentos localmente, são populações que dependem das florestas para realizar a caça e dos rios para a pesca como outras para o aumento da sua renda familiar. No cerrado brasileiro, por exemplo, com a expansão do capital o **“povo indígena reconheceu e disse que estava morrendo como um povo, que o cercamento das suas terras, o confisco do seu território, o deslocamento do seu espaço, representava o fim”** (MARTINS, 1986, p. 9, grifo meu). A mesma leitura, é feita por Vera Lúcia Salazar Pessoa e segundo ela, **“muitas destes agricultores mudaram para a cidade e só um tempo depois é que perceberam o valor que as terras da chapada alcançariam com a agricultura moderna<sup>225</sup>”** (grifo meu). No entanto, a acadêmica mostra-se preocupada com as contradições de empreendimentos, como o ProSAVANA, e afirma que **“no caso de Moçambique em que a população camponesa é muito maior do que nas áreas da “chapada” onde o PRODECER se instalou, a meu ver a situação tornar-se-á conflituosa<sup>226</sup>”** (grifo meu).

Na verdade, não há garantias que o ProSAVANA, não vai reproduzir os conflitos no Corredor de Nacala durante a sua implementação. Mesmo com os PRAI declarados como estratégia para evitar conflitos, a experiência revela que não foram eficazes e capazes de evitá-los, pois já, há registos de conflitos de terras no Corredor de Nacala. A forma como o ProSAVANA, está a ser “arquetetado” com outros investimentos, sobretudo, com a Vale do Rio Lúrio que, está a construir uma baragem para irrigar os campos agrícolas, pode levar também a apropriação desse rio, para atender apenas os interesses do agronegócio. Este, é outro conflito que surge neste processo. Quer dizer que, as populações ao longo do Corredor de Nacala, estão condenadas a travar lutas tanto para permanecerem nas suas terras, para não se integrar ao modelo que são lhes impostasm, como também para garantir que os rios que usam, como fonte de água para uso doméstico, não sejam apropriados. Neste último caso, elas ainda não descobriram, mas futuramente irão descobrir que as suas terras junto dos rios que são a sua fonte de

---

<sup>225</sup> Entrevista realizada no dia 9/08/2016 por via correio eletrônico.

<sup>226</sup> Entrevista realizada no dia 9/08/2016 por via correio eletrônico.

água, também foram apropriados pelo capital. Fabrini e Ross (2014), afirmam que com este modelo proposto,

“Acrescenta-se, também, o conflito pela água [...] para atender as necessidades do agronegócio [...]. **Na realidade, o conflito pela água evidencia outras relações e a criação de uma nova categoria, irmã do agronegócio: o hidronegócio** (FABRINI & ROSS, 2014, p. 28, grifo meu).

No Brasil, sobretudo, ao longo do cerrado brasileiro este processo, levou a morte de nascentes de rios, como, por exemplo, o rio São Francisco (FABRINI & ROSS, 2014; BALDUÍNO, 2011). Este processo no Corredor de Nacala, não está muito longe de acontecer, sobretudo, a apropriação do rio Lúrio para atender os interesses do agronegócio. É preciso entender que este, é um dos únicos rios que nasce em Moçambique e exatamente nesta área em apropriação pelo agronegócio. Pelo que se fala, o rio São Francisco tinha nascente no próprio cerrado brasileiro e quando houve a transposição não resistiu, senão desaparecer (ver BALDUÍNO, 2001; FABRINI & ROSS, 2014). Há impactos que não estão a serem medidos no âmbito da implementação do ProSAVANA, pois o discurso desenvolvimentista, fala mais alto que a vida dos cidadãos e também do Corredor de Nacala como bioma.

O governo moçambicano, mostra que está mais preocupado com a entrada de divisas por via exportação das mercadorias, que serão produzidas no Corredor de Nacala e não com milhões de famílias que vivem neste lugar e muito menos com a Natureza (e/ou biodiversidade) local. Os conflitos de terras por via expropriação e/ou usurpação dentro do ProSAVANA, serão realizados por via das empresas que, por sua vez, serão financiadas por ele, e a «*Matharia Empreendimentos*», provou isso. Há sinais de que, o “pior está por vir” no Corredor de Nacala, pois a verdade, é que este “fenómeno está a se dar numa forma rápida, turbulenta e violenta para o ser humano” e “os sujeitos que estão diretamente implicados no processo ainda não possuem as chaves necessárias para prever o futuro que lhes espera” (LAISSONE, 2013, p. 1). É oportuno trazer o pensamento de Rui Jacinto, pesquisador da Universidade de Coimbra, que faz uma análise do ProSAVANA em seu texto intitulado «*Aparatos e aparências da lusofonia: os sapatos sujos e seus labirintos*». Vamos lê-lo:

“Este novo ciclo econômico é marcado pela forte presença, em Moçambique, de empresas brasileiras na área da mineração, exploração de gás natural, petróleo e, imprevisivelmente, até da agricultura. A invasão da savana pelo agronegócio e pela soja é semelhante, na envergadura dos projetos e no tipo de ocupação que lhe está associada, às frentes pioneiras que invadiram o sertão brasileiro e o (des)mataram enquanto remetiam para assentamentos as esparsas populações autóctones e as vastas legiões de retirantes e outros sem terra. Este modelo de desenvolvimento, promovido quase sempre a partir do investimento estrangeiro, fomenta a monocultura, ocupa as zonas mais

férteis, como as localizadas entre Monapo e Cuamba, envolve extensas áreas (14,5 milhões de hectares) e afeta muitas pessoas (4 milhões). **O projeto ProSavana, concebido á imagem e semelhança do ProdeSER, programa de desenvolvimento do Serrado brasileiro, irá produzir, fundamentalmente, soja e gado para exportar para os países ricos. Os camponeses terão o destino que tiveram em todo o lado: a troca duma indemnização sempre regateada e insuficiente e em nome duma modernidade duvidosa terão de abandonar as terras dos seus antepassados sem perceber como tamanha maldade lhes foi bater à porta**” (JACINTO, 2014, p. 94-95, grifo meu).

A projeto «*terra segura*», que está em curso no país, cuja a ideia é atribuir títulos de propriedades as populações, também não é a solução para que estes não ocorra conflitos no Corredor de Nacala, mesmo que o seu propósito, seja de evitá-los. As críticas e as reivindicações feitas pelas organizações da sociedade civil, por movimentos sociais e por associações de camponeses, no sentido de que o ProSAVANA, vai expropriar/usurpação da terra e conseqüentemente a expulsão dos camponeses, não são falsas e muito menos *mitos*. Também, não se trata de uma conspiração, mentira e muito menos, são uma falácia como os executores do ProSAVANA, tentaram dizer, quando viram o programa a ser severamente criticado em Moçambique, pelas organizações da sociedade civil, e organizações de camponeses.

### 5.5.2- ProSAVANA: um verdadeiro amigo do ambiente no Corredor de Nacala?

“Se as abelhas desaparecerem, todo o nosso planeta estará comprometido. Não haveria polinização e poderíamos mais encontrar: maçãs, cenouras, limões, melancias, citrinos, peras, amêndoas, pêssegos, kiwis, castanhas, cerejas, damascos, ameixas, melões, tomates abobrinhas, soja, girasol, cebola, pepino, aipo, couve, couve-flor, brócolos, etc<sup>227</sup>”.

Há afirmações segundo, as quais o ProSAVANA, pretende promover o «*desenvolvimento sustentável*» no Corredor de Nacala, através do uso de «*investimento responsável*». Quando se fala de «*investimento responsável*», atribuindo o capital como um ser responsável, fica parecer que ele alguma vez, já foi responsável e, é fácil de educá-lo. Esta, tem sido a mensagem propalada pelos executores do ProSAVANA, embora ambígua. É preocupante ver que, enquanto de um lado académicos, chamam atenção ao próprio ser humano para a mudança de atitude por forma a ter ações cada vez mais conservacionistas para com a Natureza, onde ele próprio está inserido. Do outro, estão os políticos, a desenharem políticas neoliberais que são, no entanto, uma ameaça à mesma Natureza e o próprio homem. O ProSAVANA, é parte destas políticas neoliberais, tidas como uma ameaça a Natureza e a humanidade como um todo.

---

<sup>227</sup> Disponível em: <http://www.ogritodobicho.com/2016/peticao-pelas-abelhas-sem-elas-nao.html?m=1>. Acesso:27/01/2017.

Os planejadores das políticas neoliberais, tal como o fizeram no passado, continuam em pleno século XXI a “fantasiar” e/ou a “iludir” o mundo ao incorporar o discurso desenvolvimentista (do desenvolvimento sustentável) em programas de “desenvolvimento”. Este, foi o caminho trilhado para a “elaboração” do ProSAVANA e para a materialização do tal sonho, fala-se que usar-se-á os PRAI (Princípios de Investimentos Agrários Responsáveis), missão impossível sob ponto de vista do agronegócio enquanto modelo de produção. A história pelo menos, até então, revela-nos que a ideologia do desenvolvimento sustentável, a qual é uma das metas do ProSAVANA no Corredor de Nacala, é insustentável na vertente ambiental.

Nos lugares onde decoreram programas, em que os seus discursos foram emanados pela ideologia desenvolvimentista, apenas ocorreu à pilhagem dos recursos naturais que, por sua vez, são vitais para os “do lugar”. Esta, é uma das faces ocultas do PRODECER no cerrado brasileiro e pouco falada pelos executores do ProSAVANA no âmbito da sua implementação no Corredor de Nacala. No entanto, nota-se uma ignorância exacerbada por parte dos planejadores de políticas neoliberais (as quais o ProSAVANA faz parte), em fazer das críticas e alertas, que têm sido feitas pelas organizações da sociedade civil, para a formulação de políticas que promovam boas práticas. Uma coisa é certa, os planejadores destas políticas, ignoram a ideia de que,

“o ser humano tem sua existência extremamente dependente do ambiente que o cerca”, fato que é grave, pois as “suas condutas, no entanto, parecem não reconhecer tal condição, nem para nossa atual geração, muito menos para com as próximas” (AUGUSTIN, JOHN & PONTALTI, 2013, p. 308).

Os PRAI, são visto pelos executores do ProSAVANA, como a condição *sine qua non* para a promoção do “*desenvolvimento sustentável*” no Corredor de Nacala, mas eles se esqueceram que, este modelo de produção, apenas “sintetiza universalização, ocidentalização das relações capitalistas de desenvolvimento, que é o nome síntese da ideia de dominação da natureza pelo próprio homem” (SANTOS, 2014, 222). O conceito de «*sustentabilidade*» no modelo proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala além de ser ambíguo (e/ou um paradigma), ele não é compatível tendo em conta que a sua lógica de produção é focada para o mercado. Há um *mito* que está no próprio conceito do «*desenvolvimento sustentável*», pois diz-se que ele, visa usar racionalmente os recursos naturais sem, no entanto, comprometer as gerações vindouras/futuras. Mas, ao contrário disto, este modelo de produção tem revelado contradições nos lugares por onde ele se territorializa. Por isso, entendemos que, é hora

de questionar a sustentabilidade do desenvolvimento sustentável, pelo fato da teoria estar longe da prática.

O que torna mais preocupante neste processo, é que nos lugares por onde o capital já se territorializou, várias foram às *mazelas*, por exemplo, o cercamento das comunidades, limitando-as o acesso aos recursos naturais e vitais para a sua sobrevivência oferecidos pela natureza, em fim, o exercício da sua cidadania como um povo. Espaços que antes eram de uso comum, por exemplo, lugares sagrados onde as populações praticavam os seus rituais, áreas de pastagem, espaços onde as populações colhiam frutos silvestres, ervas e/ou plantas medicinais, extraíam madeira para o fabrico de diversos utensílios, carvão vegetal e lenha, só para citar alguns exemplos, foram também privatizados pelo capital. Em Moçambique, sobretudo, ao longo do Corredor de Nacala, várias são, as denúncias sobre a privatização destes elementos naturais que, são vitais para as comunidades locais.

Portanto, criar um «*desenvolvimento sustentável*» sob lógica do modelo capitalista de produção, o qual é a proposta para o desenvolvimento agrário do Corredor de Nacala, é, impossível de materialização. Neste processo os camponeses contratados pelo programa, serão obrigados a expandirem as suas áreas de produção atualmente estimada em uma média de 1,5 hectares. Este processo, levará de qualquer das formas, o desmatamento e/ou o desmatamento. No Brasil por onde o ProSAVANA sai, a paisagem fala por si e não precisa de muito esforço para visualizar o fenómeno. As lavouras dos produtores do agronegócio, são maiores e acima de 100 hectares. Encontramos um produtor integrado a lógica do mercado, embora numa conversa informal, ele reclamou afirmando que, 300 hectares que cultivava naquele momento, não lhe rendia em nada, na ótica do retorno do valor que investia durante o processo produtivo.

Em outras palavras, ele investia mais e o retorno era pouco, após a venda e afirmou ainda que, gostaria que tivesse uma área mais ou menos igual ou superior a 500 hectares. No caso do Corredor de Nacala, Funada-Classen (2013b, p. 38), reporta um caso de um agricultor que “planeia expandir a sua exploração de 40 ha para 120 ha nos próximos 5 anos” como forma de ampliar o seu espaço produtivo. A ampliação da área de produção, implica ao mesmo tempo, o desmatamento e/ou destruição da natureza. O ProSAVANA enquanto agronegócio, não será diferente do que acontece em outros lugares do mundo, a começar do próprio Brasil, pois a sua territorialização implicará uma “faxina” geral do território para poder se implantar. Este, é o *modus operandi* deste

modelo proposto para o desenvolvimento agrário do Corredor de Nacala por onde se territorializa. Fica difícil entender, como é que os executores do ProSAVANA, farão para controlar os investidores e/ou produtor uma vez que, haverá a necessidade destes aumentarem o tamanho das suas lavouras.

É preciso realçar ainda que no capitalismo predomina o individualismo e no processo produtivo cada um faz de tudo para acumular mais em termos de riqueza. Essa acumulação, só pode ser alcançada por ter grandes áreas de produção e as afirmações do produtor brasileiro (embora uma conversa informal), vai neste sentido. Portanto, no processo de implementação do ProSAVANA, não restará outra saída para os produtores, se não, destruir a natureza para tal propósito. O desflorestamento, é que caracteriza o campo brasileiro (com exceção da Amazônia) e diz-se que o avanço do agronegócio, é que proporcionou este fenômeno. No Corredor de Nacala isto terá que acontecer, agora não se sabe que tipo de «*desenvolvimento sustentável*» que os executores do ProSAVANA se referem é este, porque a destruição das florestas as quais são vitais para a sociedade, está fora do contexto. Questionado o geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes, se haveria lugar para a promoção do «*desenvolvimento sustentável*» dentro do ProSAVANA, eis que refuta esta hipótese:

Você deve partir do seguinte princípio, a produção de *commodities* monocultura ela necessita da maior área limpa de vegetação possível. Então, ela vai matar tudo quanto é tipo de vida naquele ambiente. Então, a entrada do monocultivo na savana, eles vão acabar com a savana porque não pode ter savana onde tem agronegócio. O agronegócio não convive com a savana, nem com a floresta, ele derruba tudo porque eles precisam de áreas para a produção<sup>228</sup>.

A ideia de que “**Moçambique é um Mato Grosso no meio de África, com terras de graça, sem tanto impedimento ambiental**” que hoje [...] é impossível obter licença de desmate e limpeza da área” como Carlos Ernesto Augustin, presidente da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, apenas revela o *modus operandi* agronegócio por onde se territorializa. Este discurso, revela também que a legislação brasileira, é mais restritiva quanto ao desflorestamento do que a moçambicana, o que acaba sendo uma verdade, olhando para o «*take away florestal*», sobretudo, para o mercado asiático (o chinês), que tem se verificado nos últimos dias. Os PRAI fazem parte dos *mitos* reinventados no século XXI pelos planejadores de políticas neoliberais, para poderem penetrarem-se em territórios, onde os recursos naturais existem por excelência. Pe. Adriano da CPT (Comissão Pastoral da Terra)

---

<sup>228</sup> Entrevista realizada no dia 06/06/2016.



radicado no município de Dourados/MS, apenas mostrou-se preocupado dada a insustentabilidade ambiental resultante do agronegócio. Segundo ele,

Com o desmatamento do cerrado, por exemplo, Goiás, entrando do Mato Grosso do Sul indo para Goiânia, era tudo cerrado e, agora é tudo do agronegócio, desmataram em tudo, problema [disto] não vem mais água, muitos rios secaram, complicando para o nosso pantanal porque muita água vem de Goiás e um dia pode virar deserto e o cerrado é muito importante. São firmas internacionais, para mim é um desastre e não é só na tua terra lá no Moçambique, aqui também. O desmatamento é incrível, até falo brincando aqui estamos em Mato Grosso do Sul, onde está o Mato? Acabou e o Grosso? Nem vale apenas falar, perdemos a nossa identidade e o Mato Grosso era de Cuiabá está no mesmo caminho, desmatando até o nosso nome, Mato Grosso pode mudar e tudo é o agronegócio. Então, sempre milho, o verde Mato vai secando e o clima vai mudando, ficando mais quente como está acontecendo, ou chove de mais ou menos ou ainda é quente de mais às vezes muito frio. O clima mudou por causa do desmatamento sem critérios<sup>229</sup>.

A única coisa que se sabe do capital, é que ele, é irresponsável sob ponto de vista ecológico e a ideia de promover o investimento responsável, como os executores do ProSAVANA, tentam dizer, é apenas uma forma de fazer acreditar os críticos deste modelo produção, que é possível haver coexistência pacífica entre o agronegócio e o campesinato. Se no Brasil este modelo, não foi sustentável do ponto de vista sociambiental, como fazer com para que ele, seja em Moçambique? Porto-Gonçalves (2004, p. 227), tem maior dúvida que isto ocorra e assinala que, **“em países como o Brasil, a injustiça social tem se mostrado historicamente sustentável há pelo menos quinhentos anos e tem convivido com a devastação das matas, dos solos, dos rios”** (grifo meu). Sobre o desmatamento do cerrado pelo PRODECER, os dados revelam uma diminuição florestal e isto, é ilustrado tanto por Clements e Fernandes (2012; 2013), como por Inocêncio (2010). Além do problema do agrotóxico, a devastação do cerrado, era uma das preocupações do Dom Tomas Balduino em 2001. Vamos recordar as suas palavras:

“Falo sobretudo e com pesar da destruição do Cerrado para o plantio da soja. O cerrado está a desaparecer e com ele aquela biodiversidade fabulosa, sem falar da imensa variedade de futuras gostosíssimas que alimentam as pessoas, as aves. Já foram feito estudos apentando a importância do Cerrado, tanto ou mais do que a mata amazônica, para o equilíbrio ecológico do continente e do planeta. E o Cerrado, dada a sua fragilidade, está mais sujeito à transformação num grande deserto. Os efeitos mais nefastos disso já são constatados na morte do rio São Francisco” (BALDUÍNO, 2011, p. 21).

Por exemplo, o cerrado brasileiro por causa do intenso desmatamento, que ainda está em curso, pesquisadores dão-lhe um limite da sua existência enquanto bioma, junto a variedade de biodiversidade que se encontra nele. Revoltados com a destruição inacabada do cerrado por causa da expansão do agronegócio, afirmam que,

---

<sup>229</sup> Entrevista realizada no dia 23/10/2016.

“O Brasil não tem consciência da importância da biodiversidade. No Brasil, o cerrado tem sido visto unicamente como uma área para a expansão da fronteira agropecuária. Há estimativas de que, em menos de 20 anos, ele possa desaparecer” (CAMPELO, 2004 citado por GRATÃO, 2008, p. 473).

Alexandre Costa é professor da Universidade Estadual de Ceará (UECE), em entrevista a revista *Vírus Planetário* destacou que, “a atual crise climática está diretamente atrelado atual modelo de desenvolvimento” Alexandre Costa, vai mais além e a vítima das suas críticas foi, a ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, quando estava ainda no poder em 2015. Vamos recordar os seus pronunciamentos:

“Eu, sinceramente sinto vergonha cada vez que a Dilma vai ao público se orgulhar dos recordes de exportação da soja e da carne bovina. É absurdo: além do desmatamento, da emissão de gases de efeito do estufa, o agronegócio consome 70% da água disponível, sendo completamente diferente das culturas tradicionais da agricultura familiar” (COSTA, 2015, p. 10).

Vela lembrar que, são estas mesmas práticas que caracterizam o ProSAVANA, modelo de produção que as autoridades brasileiras (incluindo a ex-presidente Dilma Rousseff) promoviam que foi um sucesso no Brasil. No Brasil essas alertas, vão também para as comunidades que habitam no próprio cerrado que na sua maioria comunidades indígenas de diversas etnias. Na voz da Pe. Adriano da CPT, transcreve-se o seguinte:

Para mim o agronegócio é um mal em sim, não tem jeito, desmata, sempre repetindo digamos 10, 20 anos, só cana, soja e eucalipto é uma árvore que depende de muita água, então está secando a região de Três Lagoas, perto de São Paulo e Goiás. Os nossos povos como você chama de tradicionais, povos guaranis e Kaiwás são povos de pesca e caça, mas aqui não tem mais rios suficientes, muitos rios secaram para caçar porque tudo foi desmatado, é a morte também do povo, os povos quilombolas<sup>230</sup>.

Esse «*dilema do cerrado*», embora visto pelos mentores do ProSAVANA, como «*milagre do cerrado*», já era tratado por José de Sousa Martins em 1986. Portanto, o estudo da JICA que apareceu a avaliar o PRODECER, ao afirmar que ele, foi um “milagre”, ignorou também críticas que, eram feitas por acadêmicos locais sobre o sentido perverso deste programa no cerrado brasileiro (ver PESSÔA, 1988; PIRES, 2000). Essa é a face oculta do ProSAVANA, que é pouco discutida em Moçambique, pois os mentores desta iniciativa, em nenhum momento tentaram abrir o “jogo” para os moçambicanos afetados, precaverem-se a qualquer eventualidade que possa aparecer a curto, médio e longo prazo. É verdade, que há dentro do ProSAVANA, sobretudo, no Plano Diretor versão zero de 2015, uma tentativa de proteção da Natureza e dos sujeitos ao longo do Corredor de Nacala, mas nada está claro como isso será feito. Os PRAI, são

---

<sup>230</sup> Entrevista realizada no dia 23/10/2015.

esses também, que não são eficazes no sentido protecionista do ambiente e o Plano Diretor versão zero, parece estar a dar mais ênfase as áreas de conservação, sobretudo, parques e reservas que as áreas habitadas pelas populações.

No Brasil, é possível verificar a existência de “ilhas” feitas e/ou compostas apenas por florestas, sendo que, em seu redor, observa-se, a presença de plantações de soja, milho, cana-de-açúcar e entre outras monoculturas. No Corredor de Nacala, as áreas que serão provavelmente respeitadas e/ou protegidas no âmbito da implementação do ProSAVANA, poderão ser as de conservação previamente identificadas no Plano Diretor. As lutas e resistências travadas pelas organizações da sociedade civil e ligas camponesas contra a implementação do ProSAVANA, são justas, olhando para o sentido devastador do agronegócio por onde se territorializa. Quando estes denunciam, por exemplo, que a implementação do ProSAVANA nos moldes em que foi concebido, poderá levar a redução de alternativas de sobrevivência das comunidades locais, o desequilíbrio ecológico, não são uma conspiração, estão a reportar a realidade do que tem acontecido quando o agronegócio se implanta num determinado lugar.

A pulverização das lavouras via aviões, além de ser uma ameaça a existência humana, tem sido também um dos principais fatores destruição da Natureza. O uso de herbicidas, fungicidas e inseticidas nas lavouras para combater ervas, fungos e insetos, respectivamente, trouxe ao mundo uma série de problemas socioambientais, que até hoje, são irreversíveis. Este sim, é o principal dilema da chamada agricultura moderna, a mesma que se pretende empreender no Corredor de Nacala através do ProSAVANA. Cabe ressaltar que, este aspecto, quase nunca foi trazido aos debates a quando das chamadas auscultações e/ou consultas públicas.

O próprio Plano Diretor do ProSAVANA versão zero de 2015, não esclarece como é que, será usado o agrotóxico para não criar problemas, tanto para a Natureza, como para as populações ao longo do Corredor de Nacala. No agronegócio o uso de agrotóxico, tem sido recorrente nas lavouras e há um silêncio por parte dos executores do ProSAVANA, quanto a este aspecto, embora localmente as organizações da sociedade civil estejam na dianteira com as denúncias. A UNAC, a ORAM e a Justiça Ambiental, já teriam denunciado este aspecto em seus pronunciamentos e relatórios de pesquisas. Estas duas organizações, denunciaram aos problemas que o Corredor de Nacala, junto as comunidades locais, incorrem com a implementação do ProSAVANA. A pulverização aérea, como se vê na figura 4, é um problema muito sério sob ponto de vista socioambiental.

**Foto 4. Sistema de pulverização aérea no agronegócio**



**Fonte:** Extraído de Ferrari (2009)

Os problemas resultantes deste processo, são graves quando alcançam áreas de uso comum, sobretudo, os rios e isto muitas vezes leva a sua degradação. Conforme Fabrini e Ross (2014, p. 28) “a contaminação e destruição de mananciais e cursos d’água em vista a necessidade de grande volume para a irrigação das lavouras, é outro indicativo da degradação ambiental”. Este processo, tem contribuído na morte e/ou extinção de certas espécies marinhas. Roberto de Souza Santos (2014) descreve que,

“Com a invasão, o agrotóxico utilizado na pona cultura pode chegar à nascentes dos córregos. É a contradição entre os interesses dos de fora e os do lugar. A contradição entre os que estão de passagem e os que vão ficar no lugar. Os agrotóxicos acabam causando o envenenamento dos animais” (SANTOS, 2014, p. 219).

Este processo chama atenção para o caso de Moçambique, sobretudo, no Corredor de Nacala. Como vimos no capítulo 1, uma parte considerável da população ao longo do Corredor de Nacala, tem como fonte de água para o uso doméstico, os rios e em muitos casos sem um prévio tratamento. Já que o lançamento de agrotóxico próximo das nascentes e/ou perto do curso normal das águas leva o seu envenenamento, isto pode trazer ainda graves problemas para a saúde destas populações. Dependendo da direção do vento no dia em que está a decorrer o processo de pulverização das lavouras, o agrotóxico pode ser transportado para outras regiões contaminando-as. Neste processo as regiões mais afetadas diretamente, têm sido as que se localizam próximo das lavouras em pulverização, desde espaços residenciais, lavouras da pequena propriedade e os rios. Pe. Adriano sinaliza que,

Tem mais uma coisa a respeito do agronegócio - o veneno. O Brasil é o país que joga mais veneno na terra, principalmente por agronegócio – muito veneno e ainda fazem com pequenos aviões agrícolas. Então o vento leva, depois onde tem agricultor tradicional, quilombola, índio e, muitas das vezes o feijão e arroz não cresce mais por causa do veneno<sup>231</sup>.

Este mesmo cenário, foi constatado por Carlos Alberto Ferrari durante a sua pesquisa. Segundo ele,

“Outro fator que merece atenção e discussão é a questão dos agrotóxicos usados nas grandes e médias propriedades [...]. **O uso intensivo desses venenos aumentaram significativamente com a implementação dos transgênicos, deixando um rastro de doenças e morte, principalmente entre as crianças, que sofrem de problemas respiratórios e outras doenças**” (FERRARI, 2009, p. 176, grifo meu).

Em Moçambique, estes casos também são reportados e a empresa AgroMoz é tida como a responsável pelo problema. Em seu relatório, a UNAC e GRAIN reportam que,

“A AgroMoz, já está a afetar gravemente a saúde das populações locais. **Na época passada, a empresa começou a pulverização aérea de agrotóxicos sobre as lavouras de soja. Depois de alguns dias, quase todos os moradores começaram a apanhar gripe e as colheitas morreram**” (UNAC & GRAIN, 2015, p. 10, grifo meu).

Em outros países, como no Paraguai, onde o agronegócio brasileiro também se territorializou (embora em contextos diferentes de Moçambique com o ProSAVANA), os problemas resultante da pulverização aérea, são relatados por vários acadêmicos e um deles é João Edmilson Fabrini (2014). De acordo com o autor,

“o agronegócio da soja no Paraguai tem causado também imenso estrago ambiental, com a contaminação de fontes, nascentes, atmosfera, água, solo [...] muitas comunidades rurais são atingidas pela fumigação da soja, quando é aplicada via aérea grande quantidade de veneno sobre lavouras que atinge a moradia dos camponeses” (FABRINI, 2012, p. 8-9).

O sociólogo brasileiro, José Lindomar C. Albuquerque (2010), reporta também os conflitos deste processo no Paraguai. Segundo o autor

“o problema do meio ambiente e a intoxicação de camponeses nessas áreas de plantio de soja têm gerado muitos conflitos. [...] Os pequenos produtores e os camponeses sem terra lutam principalmente com os grandes proprietários. Muitas vezes os camponeses param as máquinas de pulverização e enfrentam os fazendeiros e a polícia paraguaia” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 10).

É impossível a não reprodução destes conflitos no Corredor de Nacala pelo ProSAVANA enquanto agronegócio, caso se utilize aviões agrícolas (embora esteja claro que serão usados). Outro problema que ainda está sendo ignorado pela sociedade capitalista, é o mal que os agrotóxicos causam para certas espécies de animais que criam o equilíbrio na Natureza, sobretudo, as abelhas. O processo de polinização depende das abelhas e são as mesmas abelhas que estão em riscos de extinguir com o uso intensivo

---

<sup>231</sup> Entrevista realizado no dia 23/10/2015.

do agrotóxico e as alertas não param de acontecer, mas parece que o homem continua a ignorá-las, colocando em frente o dinheiro. A própria soja [e entre outras culturas que são vitais para a existência da humanidade], depende das abelhas para a sua polinização e não se sabe com estes atos, quem fará com que a polinização ocorra, se as suas práticas vão no sentido de extinguí-las. Em 1982, Francisco Graziano Nete, escreveu em tom de alerta o seguinte:

“O que não podemos mais é suportar esta orgia das multinacionais com os agrotóxicos. É preciso acabar com a neurose existente, que leva os agricultores a quererem aplicar inseticidas assim que vêem uma lagarta ou qualquer outro inseto, muitas das vezes predador útil para o homem. Será preciso procurar formas inteligentes de promover o controle dos organismos que prejudicam nossas culturas, formas que, em primeiro lugar, procure solucionar a causa dos problemas fitossanitárias que surgem. Diversificação, associação e rotação de culturas, manejo correto do solo, desenvolvimento de variedades mais rústicas são alguns caminhos a serem seguidos no sentido de evitar o surgimento de problemas. E se as pragas e doenças aparecerem, métodos adequados, de mínimo impacto ecológico, devem ser utilizados” (NETO, 1982, p. 106).

É lamentável ver que mesmo com tantas alertas, a ignorância da sociedade moderna continua intata rumo a acumulação do capital e as políticas públicas para o setor da agricultura, continuam sendo as mesmas – ecologicamente insustentáveis e ameaçadoras à própria existência da humanidade, tudo por causa do dinheiro. Aliás, dizia (Gouyon, 2011, p. 69), que “uma sociedade que se permite destruir as espécies que estão em torno dela é uma sociedade que destrói a sua própria imagem”. O ProSAVANA enquanto estratégia para a modernização agrícola do Corredor de Nacala, é parte desta lógica, é só ver o grau de ignorância dos seus executores às alertas feitas pelas organizações da sociedade civil e acadêmicos, desde que territorializou sobre os possíveis impactos socioambientais (ver capítulo 4). É preciso entender ainda que, os padrões de acumulação que caracterizam esta “nova” sociedade, estão a colocar cada vez mais, em risco a natureza de que ela mesma, é parte integrante deste processo geoeossistêmico. Em 1876, Friederich Engels, já alertava que sobre o perigo que a sociedade incorre com a “pilhagem” desenfreada da natureza. Destava nessa altura que,

“Não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevisíveis e que, com frequência, anulam as primeiras” (ENGELS, 1876, *não paginado*).

A tal agricultura moderna, é que tem se destacado na destruição da natureza. É urgente que o homem procure plataformas de fazer “pazes” e/ou se “reconciliar” com a natureza por forma e ter ela, como o seu principal aliado, pois as suas práticas mostram

que ele, se distanciou dela, embora este faça parte da mesma em termos de conteúdo. As observações feitas por Ernest Gotsch, produtor e defensor do sistema de produção agroflorestal, vão neste sentido. Diz ele que,

“O ser humano podia se reconciliar com o planeta e ver o que pode fazer para ser querido (pelo planeta) só que agente não percebe, não enxegamos porque estamos desligado do planeta achando que somos inteligentes e não vendo que somos parte de um sistema inteligente (o planeta)<sup>232</sup>”.

Embora, se diga que vão usar os PRAI como forma de proteger o meio ambiente, estes podem não resultar em nada porque **“a ideologia do desenvolvimento sustentável é alinhada ao atual modelo de desenvolvimento insustentável”** (SANTOS, 2014, p. 222, grifo meu). Por sua vez, Vera Lúcia Salazar Pessoa, destaca que,

O discurso sustentável faz parte da implantação desses projetos. No PRODECER foi assim e creio que no ProSAVANA é igual. Nos materiais os quais fiz leitura o desenvolvimento sustentável está presente. É uma forma de obter os recursos financeiros. Mas, como conciliar isto em um modelo capitalista? Para mim, difícil<sup>233</sup>.

O acadêmico e economista moçambicano, João Mosca, faz vários questionamentos sobre este modelo de produção em implementação pelo ProSAVANA no Corredor de Nacala sobretudo, na vertente ambiental em resposta daqueles que dizem, por exemplo, que o camponês não tem eficiência. Segundo ele,

“Você pode ter grande eficiência técnica, mas depois diz quanto é que custou produzir aquilo, pode ter uma grande eficiência econômica, mas agrediu completamente o ambiente. Quanto é que custou a agressão ao ambiente e quanto é que custa a rentabilidade econômica?<sup>234</sup>”.

Acadêmicos espalhados pelo mundo inteiro, têm dado seus contributos na necessidade de reverter-se o cenário atual, dada à pilhagem dos recursos naturais que vem acontecendo com este modelo de produção, avançando na mudança de mentalidade da própria sociedade. Na visão de Roberto de Souza Santos (2014),

“Talvez o desafio maior seja combater a ideologia burguesa, a ideologia desenvolvimentista e a ideologia do desenvolvimento sustentável atual que continuam impondo os erros do passado, isto, apostando na lógica do mercado” (SANTOS, 2014, p. 222).

Autores como Sérgio Augustin, Natacha John e Sieli Pontalti (2013), por exemplo, entendem que,

“A superação desta realidade só será possível mediante uma mudança de valores na sociedade congregada a uma mudança estrutural na economia, de

---

<sup>232</sup> <http://cartacaminas.com.br/2016/01/fazenda-ja-produz-em-larga-escala-com-modelo-agrofloresta-de-ernest-gotsch/>. Acesso: 26/01/2017.

<sup>233</sup> Entrevista realizada no dia 9/10/2016 via correio eletrônico.

<sup>234</sup> Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/53501-o-campones-em-vez-de-lutar-pela-defesa-do-seu-hectare-e-meio-deve-lutar-para-que-lhe-seja-atribuida-terra-joao-mosca>. Último acesso: 27/06/2016.

modo a estimar o homem e os recursos naturais e não meramente os bens produzidos” (AUGUSTIN, JOHN & PONTALTI, 2013, p. 317).

O geógrafo brasileiro, Edvaldo César Moretti, é um dos integrantes deste debate, sobretudo, na procura de mecanismos para a reversão da atual crise ambiental que o mundo está a passar por causa do modelo capitalista de produção. Para tal, ele diz que precisamos urgentemente repensarmos as propostas dominantes de superação da chamada crise ambiental. Seria necessário repensarmos o mundo criado em nome da sustentabilidade, que de fato é a sustentabilidade do capital. Para Edvaldo César Moretti, este processo levaria aquilo que ele próprio chama de «*mundo da sustentabilidade*». Justificando, avança que,

A ideia de usarmos a expressão o *mundo da sustentabilidade* [...] é no sentido crítico em relação ao processo de mercantilização dos processos sociais associados à superação da chamada crise ambiental. A fragmentação e valorização da crise ambiental é de fato uma tentativa de resolver os problemas causados pela pilhagem da natureza, produzidos pelo modo de produção capitalista? Ou é uma forma de realimentação do capital?. Essa valorização da chamada crise ambiental produz o chamado mercado verde, que define normas e ações destinadas a resolverem tecnicamente os problemas identificados e escolhidos a serem resolvidos, é o que chamamos de mundo da sustentabilidade para o Capital<sup>235</sup>.

O que Edvaldo César Moretti propõe, é refletir sobre as possibilidades de pensar um mundo da sustentabilidade para a sociedade e não para o Capital, um meio alternativo de forma a reverter o cenário atual, entendemos ser um grande desafio. Não estamos a dizer que, é impossível. Pelo contrário, através da academia é possível de acontecer, pois é preciso por meio de pesquisas científicas mostrar e demonstrar que este modelo de produção é uma autêntica «*maldição para a humanidade*». Caso isso aconteça, será, portanto, a grande vitória do século XXI, partindo do pressuposto de que este processo envolve tanto a mudança de atitude nos cidadãos, como também a sua conscientização para as boas práticas quotidianas. Vera Lúcia Salazar Pessoa, quando nos pôs a refletir em seu texto em relação ao ProSAVANA, terá destacado o seguinte:

“A leitura feita sobre o ProSAVANA, a partir do PRODECER, deixa em aberto reflexões e questionamentos para que possamos pensar os verdadeiros interesses dos acordos de cooperação internacional. Mesmo que os seus objetivos estejam citados a preocupação com a questão ambiental, com as populações residentes, com a segurança alimentar – três palavras chaves nessa discussão – sabemos que não é tarefa simples conciliar esse tripé no processo de desenvolvimento capitalista no campo. Esse desafio é um ponto de partida para compreender as transformações no rural nos dois biomas destacados” (PESSÔA, 2015, p. 456).

---

<sup>235</sup> Entrevista realizada no dia 24/07/2016 via correio eletrônico.



Um dos representantes da ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua) que terá visitado o Brasil, sobretudo, o município de Lucas do Rio Verde, no Estado do Mato Grosso, reporta-nos o seguinte:

Se for aquilo que está acontecer no Brasil, os camponeses vão ter que comprar [produtos alimentares] como no Brasil nessas zonas do Mato Grosso, as pessoas vão ter que comprar produtos alimentar, o impacto ambiental também aquelas questões negativas, se for aquilo, os camponeses vão perder terras<sup>236</sup>.

A única alternativa para Moçambique promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo, é pela agricultura familiar que, é atualmente desenvolvida pelos camponeses. Estes sim, estão preocupados com a preservação da (sua) natureza e não as grandes corporações capitalistas – o ProSAVANA. O pior disto, é que os códigos de conduta os quais os executores do ProSAVANA, dizem pretender usar, não especificam as ações as quais poderão ser empreendidas para não ocorrer o processo de pilhagem dos recursos naturais que, em parte são vitais para as comunidades ao longo do Corredor de Nacala.

Apenas, dizem que a ideia que se pretende com eles, é “educar” e/ou “conscientizar” o capital como se algum dia o capital fosse educado e consciente de que as suas práticas, são um atentado à humanidade. A questão que se pode colocar aos executores do ProSAVANA é a seguinte: *como fazer com que o capital que entra com o ProSAVANA seja responsável e educado e que ao mesmo tenha consciência de que as suas ações são uma maldição para a humanidade?* Este além, de ser o principal paradoxo e/ou paradigma do ProSAVANA, é também um dos principais desafios que os executores deste programa têm pela frente.

---

<sup>236</sup> Entrevista realizada no dia 22/01/2016.

## CONCLUSÃO

Como vimos ao longo do trabalho, dada a sua complexidade, é muito difícil compreender o ProSAVANA, sobretudo, a sua verdadeira missão em Moçambique e isto, deve-se pelo fato, de tempo em tempo os discursos que legitimaram a sua territorialização, estarem em sucessivas mudanças. Da análise feita, constatou-se que ele, apresenta muitas ambiguidades e contradições discursivas, olhando para aquilo que os seus executores e os documentos oficiais, tentam dizer. O próprio esquema que levou a sua territorialização em Moçambique, é pouco conhecido e uma das únicas clarezas que se têm dele, é que trata-se de um programa de cooperação que envolve os governos do Brasil, Japão e Moçambique, que visa a modernização agrícola do Corredor de Nacala, baseada numa agricultura mecanizada de grande escala.

Fala-se também que haverá espaço para junto do ProSAVANA, desenvolver-se a agricultura familiar, mas, este é outro paradoxo dada as contradições do modelo de produção proposto, que é baseado grandemente na geração de mercadorias destinadas ao mercado internacional. Ficou comprovado, que o programa foi concebido de “cima para baixo”, isto é, sem nenhuma auscultação e/ou consulta pública as comunidades locais e muito menos, houve um debate público para a sua implementação. Ficou ainda comprovado que os discursos que apontam que o Corredor de Nacala, apresenta terras *livres e subutilizadas*, foram construídas, sem nenhum conhecimento (e/ou estudo) empírico, tanto em termos de organização social, como produtiva do Corredor de Nacala.

Internamente o ProSAVANA, é parte integrante dos programas de desenvolvimento (vulgos mega-projetos) em curso no país que, têm sido usado pelo governo moçambicano para atrair o Investimento Direto Externo (IDE) e através deles garantir a entrada de tecnologias, com alegações dinamizar a economia nacional e elevar a produção e a produtividade agrícola do país. Constatou-se ainda que o ProSAVANA, é resultado do fracasso das políticas públicas e estratégias de desenvolvimento do setor agrícola governamentais, implementadas até então, sobretudo, com alegações de combater a miséria e a fome no meio rural. A entrada do ProSAVANA, revela também que, o Estado moçambicano, é muito frágil no sentido de ser cooptado e/ou aliciado pelo capital externo por meio de discursos desenvolvimentistas segundo os quais eles são a solução para acabar com a miséria, a fome, gerar empregos e renda para as comunidades locais. O ProSAVANA ainda, é parte integrante de um processo intenso

marcado por uma tentativa de (re)criação de um capitalismo agrário em curso em Moçambique, sem nenhuma base social que se articula aos principais documentos setoriais como, por exemplo, o PEDSA e o PNISA. Neste contexto, o ProSAVANA vem reforçar o modelo econômico estrativista em curso no país, em que apenas proporciona altas taxas de crescimento econômico, mas sem nenhuma base social. Os discursos segundo os quais os camponeses são *ineficientes* e *não competitivos*, não têm nenhuma consistência se comparado com as ações que o governo moçambicano tem empreendido para apoiar o setor familiar, o que é verdade é que, penas foram usados para legitimar o ProSAVANA, como também para garantir a entrada do investimento.

Na vertente externa, o ProSAVANA representa tanto a mundialização da agricultura brasileira, como também a geopolítica mundial da questão agrária por interesses geoeconômicos das classes dominantes, fato comprovado ao verificarmos vários grupos econômicos a participarem no programa na sua maior parte em representação do capital internacional. O lançamento do Fundo de Nacala em 2012, demonstrou que nele, se movem vários interesses tanto brasileiros como japoneses e em última instância moçambicanos.

A forma como o ProSAVANA se articula junto a outras iniciativas como a Nova Aliança para a Segurança Alimentar do G8, o PEDEC, a mineradora brasileira Vale, apenas denunciam este esquema oculto do ProSAVANA. Nesta ótica de ideias, há sinais para afirmar que além do Corredor de Nacala estar a ser apropriado pelo capital, o mesmo será reordenado para apenas atender o mercado global no processo de produção de *commodities*, tal como foi a quando da implementação do PRODECER no cerrado brasileiro. Portanto, entre outros riscos estão também a especialização do Corredor de Nacala para a produção de *commodities* e este processo pode levar a perda da *soberania territorial*, já que será dominado pelas grandes corporações agrícolas.

Sob ponto de vista da cooperação entre os três países envolvidos, importa destacar que o ProSAVANA, move mais interesses do grande capital, tanto nipônico como brasileiro. Colocando os interesses dos países envolvidos numa balança, observa-se que os do Brasil e Japão, é que são mais visíveis quando comparados com os do governo moçambicano. Sabe-se sim que o governo moçambicano, poderá por via deste programa colocar Moçambique no *mapa mundi* dos países africanos maiores exportadores de grãos como soja, milho e entre outras *commodities*. Sabe-se também que Moçambique através deste programa poderá reverter a situação da sua balança comercial, que é atualmente marcada por elevadas importações que exportações, que o IIAM, poderá ser

talvez uma referência nacional e/ou regional (na SADC) em matéria de pesquisas agropecuárias. Mas sob ponto de vista de ganhos sociais, ainda é uma incógnita, pois neste programa, pesam mais interesses alheios as comunidades afetadas quando comparados aos interesses dos três governos.

Nos próprios documentos oficiais, sobretudo, o Plano Diretor versão zero, nada está claro, nem a forma de integração dos produtores e muitos menos a forma como os contratos serão feitos dada a ineficiência de informações. O “braço de ferro” entre os seus executores com as organizações da sociedade civil é, em parte por causa destes dois aspectos. A exclusão das associações de camponeses, dos próprios camponeses, e das organizações da sociedade civil no processo de tomada de decisão, é que coloca em dúvida se o ProSAVANA está na verdade a serviço das comunidades locais. O que aumenta ainda estas incertezas, é o processo intenso de cooptação, intimidação, ameaças de prisão e criminalização dos movimentos sociais, eletização e militarização das consultas públicas ocorridas no âmbito da implementação do programa.

É verdade, que os seus executores estão preocupados em acabar a miséria e a fome no Corredor de Nacala, mas sob ponto de vista do agronegócio que, é o modelo proposto, é impossível dada a elevada concentração de renda nas mãos de poucos, sobretudo, daqueles que ficam por dentro do sistema. Estas questões precisam ser tomadas em consideração, como forma de evitar problemas e como se diz, “vele apenas prevenir que remediar”. O ProSAVANA, não é o que os seus executores têm professado, sobretudo, que ele veio de um programa de “sucesso”. Pelo contrário, ele resulta de um programa, cujo modelo de produção, foi predador e/ou pilhador dos recursos naturais e com um elevado grau de exclusão social. Esta é a face oculta do PRODECER e são os tais casos omissos dentro do programa ProSAVANA.

Embora, que se diga que usar-se-á os PRAI no processo produtivo para deles, promover-se o *desenvolvimento sustentável e inclusivo*, a verdade é que não há garantias se são são (100%) eficazes ao ponto de protegerem, tanto os camponeses, como o meio ambiente no Corredor de Nacala, pois os conflitos, a expropriação de terras, a destruição da natureza, são algumas das suas *mazelas*, em fim, é o ciclo de vida do agronegócio. A destruição das florestas que será feita com a expansão das áreas de lavouras, poderá levar a diminuição de outras fontes de renda a exemplo, da caça atividade atualmente praticada pelas comunidades locais. A devastação da floresta, terá impactos negativos, pois restringirá a população no uso da madeira para produção de lenha, carvão vegetal, utensílios domésticos, extração de plantas medicinais assim como

os seus lugares sagrados que são usados para a sacralização com os seus antepassados – daí a sua desterritorialização enquanto um povo. Partindo do pressuposto de que as supostas terras *livres* e *subutilizadas*, fazem parte dos espaços de uso comum que englobam áreas de pastagens, a sua devastação pode a curto, médio e longo prazo obrigar as comunidades a deslocarem-se longas distâncias com os seus animais em busca de pastos.

O esquema de sub contratação que é visto como estratégia para haver os tais win-win (ganhos mútuos), por forma a evitar os possíveis conflitos de terras durante a implementação do ProSAVANA, é outro *mito*, pois na prática tem sido ao contrário. No agronegócio, está (com)provado que quem sai sempre a perder, é o camponês e não as empresas contratantes. Neste contexto, a sob contratação foi usada como um esquema para a inserção do ProSAVANA nos territórios camponeses ao longo do Corredor de Nacala e não para tirá-los da miséria, da fome e do desemprego. Desenvolvimento inclusivo, não significa expropriar e/ou apropriar o outro da sua terra, como forma de ter *mais-valias*, mas sim, criar condições básicas para que este outro, tenha o básico para a sua reprodução social.

O ProSAVANA, é uma expressão exata de um modelo agroexplorador e expropriador, na medida em que, primeiro converte os camponeses para produzir para o mercado que é do seu domínio e, em segundo lugar por transformar os não integrados (partindo do pressuposto de que todos não terão espaço para a sua emancipação) em assalariados ao serviço dele próprio. O ProSAVANA, espelha muitos riscos, entre eles: aumento da insegurança alimentar e o colapso da soberania alimentar, aumento da desigualdade social e o aprofundamento da miséria nas populações, exclusão dos camponeses mais pobres no processo produtivo, endividamentos, dependência e destruição do campesinato.

A semente de milho em introdução que é geneticamente modificada, é outro problema, sobretudo, na vertente da segurança alimentar, por tratar-se de ser diferente da que localmente, é usada para o consumo das populações locais. Esta variedade em introdução, é usada para a produção de rações para alimentação de animais, sobretudo, fangos. O agronegócio gera menos empregos diretos no campo do que o programado quando comparado com a agricultura familiar, dado o elevado grau tecnológico e/ou de maquinarias no processo produtivo. Atividades que antes, eram realizadas pelo homem, tualmente, são feitas pelas máquinas agrícolas, fato que gera uma agricultura sem agricultores no campo. Por isso, o discurso segundo o qual o ProSAVANA, será a fonte

de geração de 90% de empregos no Corredor de Nacala, é *mito*. Mesmo que o ProSAVANA gere novos postos de empregos no Corredor de Nacala, podemos questionar esse emprego será destinado a que tipo de trabalhador?

A experiência mostra que os empregos gerados além de serem tecnicizados, são altamente especializados e urbanos, portanto, exclui parcelas significativas da população local. A geração de renda, é também outro *mito* do ProSAVANA. O agronegócio é uma atividade econômica que além de ser excludente socialmente, é também concentradora da renda, por isso, há evidências claras que o ProSAVANA, não será diferente do o PRODECER. Há evidências claras para afirmar que o ProSAVANA, apenas vai enriquecer a burguesia do agronegócio na sua maioria brasileira e japonesa e em última instância a moçambicana, sobretudo, a pequena (burguesia) rural em formação e não a maioria dos camponeses que são por sua vez descapitalizados e pobres no Corredor de Nacala.

Portanto, tal como no Brasil onde o povo está nas ruas até então, reivindicando para ter acesso pelo menos um “pedacinho” de terra para a sua reprodução social, tanto no campo como nas cidades, a implementação do ProSAVANA, abre espaço para o surgimento de comunidades «*sem-terra*» e «*sem-teto*». Alguns serão aqueles que mesmo expropriados e/ou expulsos das suas terras, permanecerão no campo lutando com a esperança de ter de volta o seu “pedacinho” de terra e outros, serão aqueles que por não ter várias opções, recorrerão as cidades para recriar as suas vidas.

As sementes transgênicas, o uso de agrotóxicos e as pulverizações aéreas no processo produtivo, estão entre outras *barbáries* deste modelo de produção proposto para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, sobretudo, para a saúde humana. No caso do ProSAVANA, será difícil contorná-lo para que seja diferente de outras políticas neoliberais em curso no mundo e do PRODECER em particular. Portanto, há riscos que o governo moçambicano, está a ignorar no lugar evitá-los em nome de um desenvolvimento duvidoso. Este trabalho não simboliza o fim das pesquisas sobre o ProSAVANA. Pelo contrário, ele abre espaço para a continuação de mais pesquisas empíricas por forma a monitorar e/ou acompanhar os seus efeitos assim que o mesmo avançar com a expansão efetiva, isto é, das suas atividades produtivas ao longo do Corredor de Nacala.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*, editora Anablume, São Paulo, 2010.
- ADRIANO, Vicente: *A recolonização de Moçambique pelas mãos do agronegócio*, (Entrevistas Humanitas, por João Vitor Santos), Maputo, 2015.
- ALMEIDA, Elsa Lessa de. *Entre o discurso solidário e ação paradigmática da cooperação brasileira: os casos de implementação da fábrica de medicamentos antirretrovirais e o ProSAVANA*, Belo Horizonte, 2015.
- ALI, Rosimina & MUIANGA, Carlos. *Geração de emprego e condições sociais de trabalho nas plantações agro-industriais em Moçambique*. In: IDEIAS (Informação, sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social), IESE, Boletim nº 90, 2016.
- AMANOR, Kojo. S., & CHICHAVA, Sérgio. *South–South Cooperation, Agribusiness, and African agricultural development: Brazil and China in Ghana and Mozambique*. In: World Development, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.11.021>. Acesso: 30/05/2016.
- ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. *Geografia dos Povoamentos- Uma análise dos assentamentos humanos rurais e urbanos*, UEM, Maputo, 1997.
- ARTUR, Luís *et al.* *Os impactos do HIV e SIDA no setor agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa*. In: João Mosca (Cord). Aspectos da competitividade e transformação do setor agrário em Moçambique, Escolar Editora, p. 85-106, Maputo, 2014.
- AUGUSTIN, Sérgio, JOHN, Natacha & PONTALTI, Sieli. *A contribuição do pensamento marxista para o enfrentamento da crise socioambiental contemporânea*. In: Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, p. 305-319, 2013.
- BALDUÍNO, Dom Tomas. *Ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural*. In: Estudos Avançados (Dossiê-Desenvolvimento Rural), Revista 15, nº 43-ISSN 0103-4014, p. 9-21, São Paulo, 2001.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. *Agricultura, pequenos produtores e população*. In: MOSCA, João (Org). Aspectos da Competitividade e transformação do sector agrário em Moçambique, Escolar Editora, p. 11-21, Maputo, 2014.
- BATISTELLA, Mateus & BOLFE, Edson Luis. (Eds). 2010. *Paralelos: Corredor de Nacala*. Campinas, SP: Embrapa Monitoramento por Satélite. Disponível em:

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/mocambique/conteudo/publicacoes.html>.

Acesso: 20/09/2016.

BONILLA, Laura (2012). *Brasil promete pagar 'dívida de solidariedade' com a África*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/brasilpromete-pagar-divida-de-solidariedade-com-a-africa>. Acesso em: 30/05/2016.

BOURNE JR. *O Futuro da Comida: o próximo celeiro, 2014*. Disponível em: <http://viajeaqui.abril.com.br/materias/o-futuro-da-comida-o-proximo-celeiro>. Acesso em: 8/07/2015

CALMON, Daniela Pessoa de Goes. *As faces ocultas do ProSAVANA: uma discussão sobre o subimperialismo, dependência e desenvolvimento*, monografia (graduação em Direito), UFPA, Curitiba, 2014.

CARRILHO, João Z. *Desenvolvimento rural, planejamento territorial e ocupação e uso da terra em Moçambique: uma compilação para debate*. In: Comunicação, OMR, Maputo, 2013. Disponível em: <http://omrmz.org/omrweb/desenvolvimento-rural-planeamento-territorial-e-ocupacao-e-uso-da-terra-em-mocambique/>. Acesso em: 04/12/2016.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. *Terras negras, donos brancos: Uma análise sobre o processo de expropriação de terras no norte de Moçambique e sua implicação para as comunidades locais*, XI Encontro Nacional da ANPEGE- A diversidade da Geografia brasileira: Escalas e Dimensões da análise e da ação, Presidente Prudente (SP), ISSN: 2175-8875, p. 2793-2804, 2015.

CAVANE, Eunice, CUANGUARA, Benedito & JORGE, Arsénio. *Adopção de tecnologias agrárias em Moçambique: revisão, interpretação e síntese de estudos feitos*. In: MOSCA, João (Coord). Aspectos da Competitividade e transformação do setor agrário em Moçambique, Editora Escolar, p. 39-61, Maputo, 2014.

CHICHAVA, Sérgio & DÚRAN, Jimera. *O Brasil na agricultura moçambicana: Parceiro de Desenvolvimento ou usurpador de terra?*. In: BRITO, Luís de. et al., (orgs). Desafios para Moçambique, Maputo, 297-415p, 2013..

CHICHAVA, Sérgio & FINGERMAN, Natalia Noschese. *A Cooperação Sul-Sul do Brasil e da China no setor agrícola: uma análise comparada em Moçambique: CITTAU e ProALIMENTOS*. In: Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 152, p. 21-28, nov.-dez 2015.



CHICHAVA, Sérgio *et al.* *Discursos e narrativas sobre o engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana*. In: BRITO, Luís de. *et al.*, (orgs). *Desafios para Moçambique*, Maputo, 417-446p, 2013.

CHICHAVA, Sérgio. “*Por que Moçambique é pobre?*” *Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza*. In: BRITO, Luís de. *et al.*, (orgs). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos, p. 65-82, Maputo, 2010.

CHICHAVA, Sérgio. *As economias “emergentes” no sector agrícola moçambicano leituras, implicações e desafios*. In: BRITO, Luís de. *et al.*, (orgs). *Desafios para Moçambique*, Maputo, p. 371-400, 2011.

CLEMENTS, Elizabeth Alice & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique*, Paper presented at the International Conference on Global Land Grabbing II October 17-19, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique*, Brasil, 2013.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. *Brazilian policies and strategies for rural territorial development in Mozambique: South-South cooperation and the case of PROSAVANA and PAA*, Dissertação (Mestrado em Geografia), UNESP-Campus Presidente Prudente, São Paulo, 2015.

COSTA, Alexandre. *A atual crise climática está diretamente atrelado atual modelo de desenvolvimento*. In: REVISTA VÍRUS PLANETÁRIO, Rio de Janeiro, 2015.

CUNGUARA, Benedito & GARRETT, James. *O setor agrário em Moçambique: análise situacional, estrangulamentos e oportunidades para o crescimento agrário* (Documento apresentado no “Diálogo sobre a Promoção de Crescimento Agrário em Moçambique”), Maputo, 2011.

ENGELS, Friederich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em Homem*, 1ª edição (traduzido do espanho por José Braz em 2004), 1876.

FABRINI, João Edmilson & ROSS, Djoni. *Conflitos Territoriais entre o campesinato e o Agronegócio Latifundiário*, 1ª edição, Editora expressão popular, São Paulo, 2014.

FABRINI, João Edmilson. *Conflitos de terra na fronteira Brasil-Paraguai e luta dos brasiguaios*. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária- Territórios em Disputa: os desafios da geografia agrária nas contadições do desenvolvimento brasileiro- ISSN: 1983-487X, Umberlândia/MG, 2012.

FELÍCIO, Munir Jorge. *Paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário*. In: VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos, COCA, Etelvan Lopoldo de Freitas & FERNANDES, Bernardo Mançano (Orgs). *Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento*, 1ª edição, editora Outras Expressões, p. 17-38, São Paulo, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano & WELCH, Clifford Andrew. *Campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, 1ª edição, Expressão Poular, p. 45-69, São Paulo, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *27 anos do MST em luta pela terra*. In: FERANTE, Vera Lúcia Silveira Botta & WHITAKER, Dulce Consuelo Andeatta (orgs). *Reforma agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*, Brasília, p. 27-52, 2008b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A geopolítica da questão agrária mundial*, Presidente Prudente, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agronegócio e reforma agrária*, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, s/d.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Entrando nos Territórios do Território*. In: In: PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson (orgs). *Campesinato e territórios em disputas*, 1ª edição, Editora Expressão Popular, p. 273-301, São Paulo, 2008a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Sobre a tipologia de territórios*. In: SAQUET, Marcos Aurelio & SPOSITO, Eliseu Saveiro (Orgs). *Territórios e Territorialidades: Teoria, processos e conflitos*, n 2ª edição, ed. Consequência, Rio de Janeiro, p, 195-214, 2015.

FERRARI, Carlos Alberto. *Dinâmica territorial na (s) fronteira (s): Um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai*, Dissertação (Mestrado em Geografia), UFGD, Dourados, MS, 2009.

FINGERMANN, Natália Noschese. *A cooperação trilateral brasileira em Moçambique- Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA* (Tese de doutorado), FGV, São Paulo, 2014.

- FINGERMANN, Natalia Noschese. *Os mitos por trás do ProSAVANA*. In: IDEIAS (Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social), IESE, Maputo, 2013.
- FRANCISCO, António Álvaro: *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuições para a sua compreensão crítica*, 2ª edição, Editora BS, Maputo, 2010.
- FUNADA-CLASSEN, Sayaka. *Análise do discurso do programa ProSAVANA em Moçambique- enfoque no papel do Japão*, Tóquio, 2013a.
- FUNADA-CLASSEN, Sayaka. Fukushima, *ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann*, Documento de Trabalho 12, OMR, Maputo, 2013b.
- FUNADA-CLASSEN, Sayaka. Fukushima, *ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann*, 2013c.
- GARCIA, Ana Saggiaro, KATO, Karina & FONTES, Camila. *A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique*, 2013, Brasil.
- GOMÉZ, Jorge R. Montenegro. *Los limites del consenso – la propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina*. In: FERNANDES, Bernardo Mançando. *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, 1ª edição, Expressão popular, p. 249-274, São Paulo, 2008.
- GOUYON, Pierre-Henri. *O mito do progresso*. In: ZANONI, Magda & FERMENT, Gilles (Orgs). *Transgênicos para quem?: agricultura, ciência e sociedade*, p. 63-66, Brasília, 2011.
- GRATÃO, Lúcia Helena Batista. *Agricultura cerradeira e agronegócio: um olhar alerta e grito de conservação*. In: PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson (orgs). *Campesinato e territórios em disputas*, 1ª edição, Editora Expressão Popular, p. 469-489, São Paulo, 2008.
- HANLON, Joseph & SMART, Teresa. *Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?*, Editorial Kapicua Livros e Multimédia, Lda, Maputo, 2008.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *O que é uma casa sem comida: O "boom" da Mineração do carvão em Moçambique e o reassentamento*, Maputo, 2013.
- INOCÊNCIO, Maria Erlan. *As tramas do poder na Territorialização do capital no Cerrado: O PRODECER*, Tese (Doutorado em Geografia), UFG, Goías, 2010.
- JACINTO, Rui. *Aparatos e aparências da lusofonia: Os sapatos sujos e seus labirintos*. In: *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 93-99, jan./jun. 2014.

- JAIANTILAL, Dipac. *Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA*, Observatório Rural-OMR, Maputo, 2012.
- JICA. *50 Anos de Cooperação Brasil – Japão*, 2009.
- JICA. *Contrato de prestação de serviços*, 2013.
- JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC. *Os Senhores da Terra- Análise preliminar do Fenómeno de Usurpação de Terra em Moçambique*, Maputo, 2011.
- JUSTIÇA AMBIENTAL. *Posição da Justiça Ambiental/FOE Moçambique sobre o Programa Prosavana*, Maputo, 2013.
- LAISSONE, Elton João Caetano. *Os cursos de mineração na delegação da Universidade Católica de Moçambique: Um contributo na formação de quadros técnicos qualificados para as empresas de mineração e para a sociedade no contexto de desenvolvimento de Tete*, Dissertação (Mestrado em Gestão de Desenvolvimento), UCM-Delegação de Tete, Tete, 2013.
- LIZÁRRAGA, Pilar & VACAFLORES, Carlos. *Proyecto de dominación y resistencia campesina – el caso de Tarija, Bolivia*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, 1ª edição, Expressão Poular, p. 45-69, São Paulo, 2008.
- LOPES, José Mota, MACHELE, Júlio & ABDALA, Paulina. *Cadeia de Valor e ambiente de negócios em Moçambique*. Comunicação apresentada ao OMR e FAN, 24 de Fevereiro de 2016.
- MACARRINGUE, Lucrêncio Silvestre. *Análise de potencialidade agrícola para a região de predomínio do bioma miombo ao norte de Moçambique; com ênfase em características biofísicas do ambiente*, Dissertação [mestrado em Estudos Ambientais e Geotecnologia], Bahia, 2014.
- MARIANI, Milton Augusto Pasquotto & ARRUDA, Dyego de Oliveira. *As relações entre os empreendimentos da economia solidária e os pescadores artesanais urbanos no município de Corumbá/MS*. In: MORETTI, Edvaldo César, PINTO, João Onofre Pereira & MARIANI, Milton Augusto Pasquotto (orgs). *Empreendedorismo econômicos solidários e a relação com a cadeia produtiva do turismo nas regiões da serra da Bodoquena e do Pantanal*, Ed. UFMS, p. 149-171, Campo Grande, MS, 2015.
- MARTINS, José de Sousa. *Expropriação e violência: a questão política no campo*, 3ª edição e ampliada, editora HUCITEC, São Paulo, 1991.

MARTINS, José de Sousa. *Não há terra para plantar neste verão: o cercamento das terras indígenas e das terras de trabalho no resnacimentopolítico do campo*, Editora Vozes Ltda, Petrópolis, RJ-Brasil, 1986.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR (MASA): *Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala em Moçambique* (Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrário da Savana Tropical em Moçambique), Maputo, 2014.

MORAIS, Isabela Nogueira de. *ProSAVANA e os riscos omitidos na produção sob contrato*. In: MOSCA, João (Org). *Aspectos da Competitividade e transformação do setor agrário em Moçambique*, Escolar Editora, p. 63-84, Maputo, 2014.

MORETTI, Edvaldo César & FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Incubadora de tecnologias sociais e solidárias da UFGD: diálogos entre a economia solidária e turismo comunitário*. In: MORETTI, Edvaldo César, PINTO, João Onofre Perreira & MARIANI, Milton Augusto Pasquotto (orgs). *Empreendedorismo econômicos solidários e a relação com a cadeia produtiva do turismo nas regiões da serra da Bodoquena e do Pantanal*, Ed. UFMS, p. 173-188, Campo Grande, MS, 2015.

MOSCA, João & ABBAS, Máriam. *Políticas públicas e agricultura*. Documento de trabalho, Observador rural nº 36, OMR, Maputo, 2016.

MOSCA, João & Burna, Natacha. *ProSavana: discursos, práticas e realidades*, Documento de Trabalho, Observador Rural, OMR, Maputo, 2015.

MOSCA, João. *Agricultura em Moçambique: Ideologias e Políticas*, Cesa, Working Paper N° 127, Cesa, Lisboa, 2014.

MOSCA, João. *Agricultura de Moçambique pós-independência: da independência socialista à recuperação do modelo colonial*. Revista Internacional em Língua Portuguesa. Lisboa: III Série, nº 21. p. 47-66. 2008.

MOSCA, João. *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*, Escolar Editora, Maputo, 2011.

MOSCA, João. *Políticas agrárias e mudanças na agricultura de Moçambique (1975-2009)*. In: MOSCA, João (Cord). *Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural*, Escolar Editora, p-17-44, Maputo, 2012.

MOSCA, João. *Porque é que a produção alimentar não é prioritária?*, Documento de trabalho, Observador rural nº 1, OMR, Maputo, 2016.

MUCAVELE, Firmino Gabriel. *O papel da agricultura no desenvolvimento de Moçambique: agenda para Moçambique*. In: MOSCA, João (Cord). *Contributos para o*

debate da agricultura e do desenvolvimento rural, Escolar Editora, p-159-171, Maputo, 2012.

NEGRÃO, José. *A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres*. Oficina do Centro de Estudos Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra. Nº 179, setembro de 2002.

NGOENHA, Severino E. *Por um pensamento engajado*. In: NGUENHA, Severino E & CASTINANO, José P. *Pensamento engajado: Ensaio sobre filosofia africana, educação e cultura política*, Editora Escolar, p. 13-39, Maputo, 2011.

NOGUEIRA, Isabela & OLLINAHU, Ossi. *From rhetoric to practice in South-South development cooperation: a case study of brazilian interventions in the Nacala corridor development program*, Working Paper – Institute of Socioeconomics University of Geneva, 2013.

NETO, Francisco Graziano. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*, editora brasileira s.a, São Paulo – Brasil, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. *O campo moçambicano no final dos anos 80*. In: STÉDILE, João Pedro (Org). *A questão Agrária hoje*, 1ª edição, Ed. da UFRGS, p.45-67, Porto Alegre, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A mundialização da agricultura brasileira*, lãnde Editorial, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A mundialização da agricultura brasileira*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *et al.* (orgs). *Território em conflito, terra e poder*, Editora Kelps, p. 17-103, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Barbárie e modernidade: O agronegócio e as transformações no campo*, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & MARQUES, Marta Inez Medeiros: *O campo no século XXI*, p. 29-70, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labor Edições, 2007, 184p.

OMR *et al.* *Comunicado: Processo de auscultação pública do Plano Diretor Versão Zero do ProSAVANA*, Maputo, p. 1-4, 2015.

ORAM. *Sustentabilidade e coexistência pacífica no uso e aproveitamento da terra em Moçambique: os contornos do Prosavana*, Maputo, 2012.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar e INOCÊNCIO, Maria Erlan. *O PRODECER (RE)VISITADO: As engrenagens da territorialização do capital no Cerrado*. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Edição especial do XXI ENGA-2012, Goiânia, p. 1-22, 2014.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas Paracatu e Alto Paranaíba/MG*, Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Rio Claro/SP, 1988.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *O cerrado brasileiro e a savana africana no contexto das transformações no rural contemporâneo*. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João & MATTOS, Regina Célia (orgs). *Desafios da metropolização do espaço*, Consequência editora, p. 443-457, Rio de Janeiro, 2015.

PIRES, Mauro Oliveira. *Programa agrícola de ocupação do cerrado*. In: *Sociedade e cultura*, v. 3, n.1 e 2, Jan/Dez, p. 111-131, 2000.

PLANO DIRETOR DO ProSAVANA. *Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique*, Maputo, 2013.

ProSAVANA-TEC. *Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique*, 2011.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado*. In: *Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía*, Buenos Aires, p. 248-275, 2002.

Cooperação e Comércio, p. 295-307, Brasília.

SCHLESINGER, Sergio. *Cooperação e investimentos do Brasil na África- O caso do ProSavana em Moçambique*, 1ª Edição, FASE, Moçambique, 2013.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. In: *Território Territórios*, 2011, Brasil

SANTOS, Roberto de Sousa. *Políticas Públicas e o agronegócio na Amazônia legal/cerrado: Conflitos socioterritoriais*. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *et al.*, (orgs). *Território em conflito, terra e poder*, Editora Kelps, p. 171-226, Goiânia, 2014.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio (2004). *África e Brasil: o Fórum de Fortaleza e o relançamento da política africana do Brasil no governo Lula*. In: COELHO, Pedro Motta Pinto & SOMBRA SARAIVA, José Flávio: *Fórum Brasil-África- política*,

SITOE, Tomás A. *Os desafios da investigação agrária*. In: MOSCA, João (Org). Aspectos da Competitividade e transformação do sector agrário em Moçambique, Escolar Editora, p. 23-61, Maputo, 2014.

TANNER, Christopher. *Valorizar a terra em Moçambique: um processo inclusivo ou divisório?* In: SERRA, Carlos Manuel & CARRILHO, João (Coord). Dinâmicas da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique, Editora Escolar, Maputo, p. 130-127-130, 2013.

TEUBAL, Miguel. *O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina*. In: PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson (orgs). Campesinato e territórios em disputas , 1ª edição, Editora Expressão Popular, p. 139-160, São Paulo, 2008.

UAIENE, Rafael. *Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique*. In: MOSCA, João (Cord). Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural, Escolar Editora, p-49-67, Maputo, 2012.

UNAC & GRAIN. *Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala-Uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique*, Maputo, 2015.

UNAC. *Plano estratégico 2011-2015*, Maputo, 2010.

UNAC. *Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSavana*, Nampula, 2012.

VALÁ, Salimo Cripton. *Micocrédito, combate à pobreza e desenvolvimento do meio rural em Moçambique: como alcançar os pobres economicamente ativos e torná-los agente econômicos mais dinâmicos?* In: MOSCA, João (Cord). Contributos para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural, Escolar Editora, p-107-154, Maputo, 2012.

VILADESAU, Tomás Palau. *El agronegocio de la soja en Paraguay – antecedentes e impactos sociais y económicos*. In: FERNANDES, Bernardo Mançando. Campesinato e agronegocio na América Latina: a questão agrária atual, 1ª edição, Expressão popular, p. 17-43, São Paulo, 2008.

VUNJANE, Jeremias & ADRIANO, Vicente. *Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique: um longo caminho por trilhar*, Texto para discussão 6, 2015.

WHITAKER, Dulce C. A. *Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária*. In: FERANTE, Vera Lúcia Silveira Botta & WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (orgs). Reforma agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais, Brasília, p. 323-340, 2008.



ZAIA, Cristiano. *Governo e empresas do Brasil e Japão, e também organismos internacionais, unem forças para investir no potencial agrícola de Moçambique*. In: Revista Dinheiro Rural, Brasília, 2012. Disponível: <http://dinheirorural.com.br/secao/agronegocio/rumo/africa>. Acesso:10/10/2016.

ZOOMERS, Annelies. *Lidar com a corrida global à terra: uma análise crítica das políticas rurais sobre a terra, desde os anos 50*. In: SERRA, Carlos Manuel & CARRILHO, João (Coord). *Dinâmicas da ocupação e do uso e aproveitamento da terra em Moçambique*, Editora Escolar, Maputo, p. 13-49, 2013.

### **Jornais**

@Vedade. “*Os camponeses estão a dizer não*”, “*qualquer obstáculo que apareça vamos atropelar*”, responde o governo de Moçambique, [Maputo, versão imprensa], ed. nº 342, p. 1-2, 2015.

@Vedade. *Debate levado a cabo pelo Governo sobre o ProSAVANA é para impressionar japoneses e brasileiros* [Maputo, versão imprensa], ed. nº 348, p. 1-2, 2015.

Alternativa. *Sociedade civil declara guerra contra “neocolonialismo” em Moçambique* [Maputo, versão online], ed. nº. 1546, p. 1-2, 2013.

O País. *Defesa os recursos naturais: Sociedade civil anuncia mobilização contra a privatização da terra* [Maputo, versão imprensa], p. 10, 2013.

O País. *PorSavana ainda longe de consenso* [Maputo, versão imprensa], p. 2-3, 2013.

### **Artigos de jornais**

ANESI, Cecilia & FAMA, Andrea. *Projeto agrário apoiado pelo Brasil é alvo de críticas em Moçambique*. In: FOLHA DE SÃO PAULO [São Paulo, eletrônica], p. 1, 2013.

MOSCA, João. *O estado do Estado: o caso da aplicação da Lei de Terras*. In: CanalMoz (Canal de Moçambique), [versão imprensa], Maputo, 2014a.

RIBEIRO, Raquel. *África, o novo celeiro do mundo*. In: SAVANA [Maputo, versão imprensa], Agosto, p. 14-15, 2014.

### **Legislação**

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Constituição da República*, Maputo, 2004.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE: *Lei de terras 19/97 de 1 de Outubro*, Maputo, 1997.

### Anexo. Lista de pessoas e/ou instituições entrevistadas

Nome	Instituição	Cargo/Função
<b>Moçambique</b>		
Anapaula Tauacale	União Nacional de Camponeses (UNAC)	Presidente
Abel Saínda	Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM)	Coordenador
Américo Uassiquete	Direção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar de Nampula	Coordenador do ProSAVANA
António Mutoa	Plataforma da Sociedade Civil de Nampula (PSC-N)	Presidente
Caixão	União Distrital de Camponeses de Alto Molócue (UDCAM)	Presidente
Caute	União Provincial de Camponeses da Zambézia	Presidente
Clements Ntauazi	Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)	Coordenador
Cristóvão Costa	União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN)	Presidente
Dério Mбота	União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN)	Coordenador executivo
Dulce Mavone	Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM)	Coordenadora do Secretariado
Jeremias Vunjanhe	União Nacional de Camponeses (UNAC)	Secretariado de advocacia
Justina	União Provincial de Camponeses de Nampula (UPCN)	Vice-presidente
Luis Muchanga	União Nacional de Camponeses (UNAC)	Coordenador Executivo
Marlene José Julane	Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM)	Coordenadora de Gênero
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA)	Coordenação do ProSAVANA	-
Instituto Nacional de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM)	Direção Geral	-
João Mosca	Observatório do Meio Rural (OMR)	Professor universitário, investigador e diretor executivo do OMR
Massaua	União Distrital de Camponeses de Malema (UDCM)	Presidente
Raimundo	União Distrital de Camponeses de Gurúe (UDCG)	Presidente
Víctor	União Distrital de Camponeses de Ribáue (UDCR)	Presidente
<b>Brasil</b>		
Pe. Adriano	Igreja Católica	Representante da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Dourados, MS
Olácio Komori	Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS)	Representante regional, Dourados, MS-Brasil
	Univesidade Estadual Paulista	Professor Universitário e

Bernardo Maçano Ferandes	(UNESP)- Campus Presidente Prudente, São Paulo	investigador do NERA (Núcleo de Estudos da Reforma Agrária)
Edvaldo César Moretti	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS)	Professor universitário, pesquisador e coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA)
João Edmison Fabrini	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Professor universitário e pesquisador
Maria Gorete de Sousa	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)	Professora substituta, pesquisadora do “ <i>Grupo de Trabajo Investigación Descolonizante y Metodologías – UNC/AR</i> ” e “ <i>Processos políticos e políticas públicas no Brasil</i> ” e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)
Vera Lúcia Salazar Pessoa	Universidade Federal de Goiás (UFG)/Regional Catalão	Pesquisadora e Professora universitária
Milton Padovan	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA - Solos), região de Dourados, MS	-
Adroaldo	Comid – subsidiária da John Deere – Dourados, ms	Seção de máquinas